



CADERNO DE RESUMOS

V CONGRESSO DE ESTUDOS DA INFÂNCIA: CONVERSAS URGENTES

02, 03, E 04 DE SETEMBRO DE 2025



1) INFANCIAS, TERRITÓRIOS E MOVIMENTOS INSURGENTES

Infância favelada: entre subjetividade, estigmas e potencialidades

Aline Rodrigues de Souza¹
Conceição Firmina Seixas Silva²

Este trabalho propõe discutir como a infância favelada desafia o modelo idealizado de criança. Diante das desigualdades sociais e do estigma associado às comunidades periféricas, é urgente desconstruir os estereótipos negativos que foi historicamente atribuído às crianças da favela. Elas são frequentemente vistas como destinatárias passivas de políticas públicas sem que suas vozes e experiências sejam valorizadas. A análise parte da crítica às imagens estigmatizadas que associam a favela ao risco e à ameaça, representações que orientam ações públicas sob uma lógica compensatória, sem considerar a diversidade de experiências e formas de existência das crianças desses territórios. São mobilizados referenciais teóricos que aborda a infância como categoria social (Sarmiento), o território como elemento constituinte da subjetividade (Lopes, Milton Santos), conhecimento sobre infâncias invizibilizadas, a infância pobre, preta e não homogênea (Castro, Rizzini, Arenhart, Marchi). O caminho metodológico passa pela escuta ativa, observação e análise de produções e textos que revelam as experiências que as crianças periféricas estão submetidas e os sentidos que atribuem a essas experiências. A pesquisa tem como campo de observação a VO do Morro dos Macacos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, sendo um recorte de uma dissertação de mestrado, ainda em andamento, sobre os sentidos atribuídos pelas crianças da favela às suas vivências na Vila Olímpica (VO), equipamento público orientado por uma política de inclusão social por meio do esporte e do lazer. Este equipamento oferece experiências que podem abrir para novas perspectivas de vida. Porém, se faz necessário compreender como as crianças constroem sentidos próprios para essas vivências, que podem convergir ou tensionar os objetivos da política pública que atravessa diretamente o processo de subjetividade delas. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na escuta sensível das crianças e adolescentes em um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) da mesma comunidade foi possível evidenciar que as crianças produzem sentidos próprios para as experiências vividas na VO. Esses sentidos, por vezes, tensionam as intencionalidades institucionais que sustentam o projeto, revelando que as crianças não são apenas receptoras passivas de políticas públicas, mas sujeitos ativos, capazes de (re)significar os espaços que ocupam. O estudo reafirma a importância de escutar essas infâncias outras, racializadas e periféricas, que constroem modos próprios de ser e estar no mundo, e aponta para a urgência de políticas públicas que dialoguem com essas subjetividades e potencialidades. Assim, questiona-se: até quando ignoraremos as existências que desafiam o modelo idealizado de criança? E o que as crianças da favela podem nos ensinar sobre outros modos possíveis de existir, resistir e criar no mundo?

Palavras-chave: Infância da favela, subjetividade, política de inclusão

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: alinersped08@gmail.com.

²conceicaoofseixas@gmail.com

À Beira das Infâncias: Tecituras de Saberes entre Crianças Ciganas e Ribeirinhas em Territórios de Resistência

Alynne Christian da Veiga¹
Luis Osete Ribeiro Carvalho²

Este trabalho propõe um diálogo sensível entre as infâncias ciganas e as infâncias ribeirinhas, a partir da escuta atenta das experiências vividas por crianças em territórios historicamente marginalizados — como o acampamento cigano da Igrejinha, em Juiz de Fora (MG), e quatro comunidades situadas às margens do rio São Francisco: o povoado de Saramén (SE), a aldeia Kariri-Xocó (AL), a comunidade quilombola Mata de São José (PE) e o bairro de pescadores do Angari (BA). A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em um dispositivo metodológico que conjuga etnografia e experimentações visuais, inspirado na proposta da Fotoetnografia Miúda (Caputo, 2018), a qual valoriza o olhar ético-estético para os gestos cotidianos, os saberes orgânicos e os modos de brincar e aprender das crianças. Ancorada nos princípios da confluência e da transfluência (Bispo, 2021), a investigação compreende as infâncias como expressões políticas e situadas, que escapam à normatividade universalizante da infância moderna. Ao colocar em tensão os epistemicídios culturais, o racismo ambiental e a negação histórica de direitos, o estudo afirma as crianças como praticantes de conhecimentos e mantenedoras de cosmopercepções ancestrais (Nascimento, 2020; Oyèwùmí, 2021). A aproximação às comunidades se deu por meio de um processo ético de escuta e coautoria, em que as crianças foram convidadas a produzir imagens, sons e narrativas que evidenciam suas formas de ver, sentir e estar no mundo. As audiovisuais, nesse contexto, funcionam como potentes dispositivos de registro, reflexão e partilha: imagens em movimento ou estáticas que revelam as pedagogias do cotidiano e a riqueza das culturas de pares (Corsaro, 2011), muitas vezes silenciadas pelas políticas públicas que ainda não reconhecem a singularidade de seus territórios. O estudo desestabiliza o lugar da escola como único lócus de saber e reconhece as aprendizagens que emergem nas redes comunitárias, nos rituais, nas festas, nas travessias fluviais e nos gestos de cuidado. Como contribuição teórico-política, a pesquisa reitera a potência da infância como espaço de continuidade e invenção (Krenak, 2019; 2020), e posiciona as margens — físicas e simbólicas — não como periferia do mundo, mas como centros de criação, resistência e reexistência. Ao entrelaçar os mundos das infâncias ciganas e ribeirinhas, o trabalho não busca homogeneizá-los, mas evidenciar suas tessituras comuns na luta por dignidade, reconhecimento e futuro. Em sua travessia, esta pesquisa-percurso oferece também um convite ético-estético a ouvir, olhar e aprender com as crianças, com os passarinhos e com os andarilhos, que nos guiam pelas quatro estações do Velho Chico ao acampamento cigano da Igrejinha rumo a outras formas de existir.

Palavras-chave: Infância cigana. Infância ribeirinha. Territórios de resistência. Fotoetnografia miúda. Saberes insurgentes.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: alynneveiga38@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: luisosete@gmail.com.

Na ponte, na margem ou na rua: crianças e suas formas de transitar e habitar a cidade.

Ana Carolina Campos de Menezes¹

A pesquisa de mestrado da autora, intitulada “Crianças e infâncias em ação no Espaço de Desenvolvimento Infantil no Município do Rio de Janeiro” (2023), realizada através de uma observação participante com inspiração etnográfica e técnicas de fotografia, buscou compreender as formas estéticas, éticas e políticas que crianças de 0 até 3 anos acionaram nas relações e interações com seus pares e adultos em um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Na pesquisa o EDI foi identificado pelo nome EDI da Pedra da Panela, e os aspectos éticos, estéticos e políticos foram baseados no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Este trabalho, se propõe a ampliar algumas questões trazidas na pesquisa de mestrado, como o olhar para as ações das crianças, compreendendo que possuem um caráter político, porém agora fora do espaço institucional, no transitar pelo bairro. A localização geográfica do Espaço de Desenvolvimento Infantil onde foi realizada a pesquisa apresenta característica singulares. Existe um rio que separa o bairro onde está o EDI de uma comunidade. O rio possui uma larga extensão, mas para esta pesquisa utiliza-se como referência uma determinada parte, onde está localizada uma ponte de pedestres. A região é repleta de grandes contrastes sociais e políticos, que podem ser vistos através da própria ocupação territorial. Durante a realização da pesquisa de mestrado, constatou-se a importância da ponte na rotina dos moradores, que dependiam dela para acessar a região das escolas e EDIs. Nas falas, gestos e ações das crianças, estavam presentes seus pensamentos sobre as condições da ponte e sobre seus modos de transitar/habitar o bairro. Tudo isso inspirou este trabalho, que busca compreender como os modos de vida das crianças se revelam no processo de transitar e habitar, ou não habitar, o espaço urbano, o bairro. E pensar as crianças a partir de suas ações e atuações políticas, na perspectiva democrática do exercício dos direitos, o que inclui também seus deslocamentos pelo bairro: na ponte, na margem do rio ou na rua. A análise está amparada pelos estudos sociais da infância e os estudos da criança. A localização geográfica e a territorialização são aspectos importantes, pois são considerados aqui, determinantes para a produção da própria diferença e da diversidade presente na infância. Considerando que a ocupação de um território, historicamente está relacionado ao poder, as crianças brasileiras das camadas populares têm uma presença expressiva nas cidade.

Palavras-chave: Crianças; Infância; Direitos.

¹ Doutoranda em Educação (TEI/ ProPED – UERJ); Professora de Educação Infantil do Município do Rio de Janeiro (SME/RJ); E-mail: anademenezescampos@gmail.com.

Intercâmbio das infâncias: escuta, territórios e trocas interculturais no Criar Sesc

Ana Lucélia Silva Dias¹
Daiana Pereira das Chagas²
Mara Cristina Soares Alves³

O presente trabalho apresenta o projeto “Intercâmbio das Infâncias”, iniciativa desenvolvida no âmbito do Criar Sesc, com o objetivo de promover o compartilhamento de experiências educativas vividas por crianças em diferentes territórios do Brasil. O Criar Sesc é um projeto do Serviço Social do Comércio, que acontece no turno inverso escolar, atendendo crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas e privadas. Está presente em 123 unidades de 22 estados com o atendimento anual de mais de 14.000 participantes. Com base em princípios da educação integral, o projeto valoriza o brincar como linguagem do pensamento e da aprendizagem, reconhecendo as infâncias em sua pluralidade e como sujeitos de conhecimento. A proposta parte da escuta atenta das crianças e da valorização dos territórios educativos — espaços que transcendem o ambiente escolar, como ruas, casas, praças, rios, comunidades — entendendo-os como comunidades orgânicas de aprendizagem que desenvolvem dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Como referencial teórico, apoiamos-nos nas concepções de Lygia Hortêlio, Ganduy Piorski, Jaqueline Moll e autores da pedagogia das infâncias que reconhecem as infâncias como construção social, cultural, política e a criança como sujeito ativo em seu processo de conhecimento. O projeto contou com as seguintes etapas: proposição de trocas e espaços de diálogo entre as crianças de diferentes regiões brasileiras; mapeamento das ações de intercâmbio por meio de um painel colaborativo; rodas de conversa entre os educadores envolvidos sobre os processos criativos nas infâncias e os lugares das infâncias nas cidades; culminando na produção de um documentário, elaborado com base em registros audiovisuais já realizados pelas equipes locais e na captação de novos materiais. O documentário, além de promover a formação continuada de educadores, tem como função consolidar as práticas de educação por inteiro com as infâncias. O método adotado é qualitativo, com abordagem etnográfica e colaborativa, integrando os registros cotidianos das práticas com escutas sensíveis e reflexões sobre as narrativas produzidas em diálogo com os educadores, crianças e comunidades locais. Como principais resultados, observa-se o fortalecimento da rede educativa nacional do Criar Sesc, a ampliação do repertório formativo dos profissionais envolvidos, o reconhecimento da diversidade cultural das infâncias brasileiras e a valorização do território como espaço de produção de conhecimento. O “Intercâmbio das Infâncias” tem se mostrado um dispositivo potente para refletir sobre a infância em sua integralidade, promovendo aprendizagens que atravessam e fazem convergir fronteiras geográficas e culturais.

Palavras-chave: infância; brincar; território educativo; culturas das infâncias; interculturalidade; formação docente; experiências de intercâmbio

¹ Sesc – Serviço Social do Comércio; adas@sesc.com.br

² Sesc – Serviço Social do Comércio; dchagas@sesc.com.br

³ Sesc – Serviço Social do Comércio; malves@sesc.com.br

Movimento Literário Antirracista e os *fazeressaberes* de professoras da educação infantil

Ana Paula dos Santos Monteiro¹

Lucinei Vicente dos Santos²

Sávilla Micaele Sousa Oliveira³

Este trabalho analisa o processo de formação permanente de professoras da Educação Infantil através de uma prática educativa antirracista, trazendo os cotidianos de professoras da Educação Infantil do município de Nilópolis, Baixada Fluminense. Baseado em uma pesquisa com narrativas, realizada por meio de rodas de conversa com aproximadamente dez educadores, buscamos compreender como a formação continuada impacta suas práticas pedagógicas antirracistas. A investigação revela que a construção dos *fazeressaberes* docentes ocorre em rede, de forma colaborativa e situada no contexto dos cotidianos escolares. Podemos assim, apontar a importância da valorização das experiências docentes e das narrativas como ferramentas de movimentos fundamentais para a consolidação de uma formação permanente de professoras pensando em uma sociedade antirracista. Quanto à abordagem epistemológica, os estudos *nos/dos/com* os cotidianos preveem a realização de pesquisas sempre qualitativas, já que o que interessa não são as permanências e padrões – como buscam pesquisas quantitativas –, mas o pulsar da vida. A amplitude que esta epistemologia⁴ proporciona ao estudo de seu foco de interesse e o entendimento de que este tipo de pesquisa dialoga de maneira apropriada com um estudo inserido no campo das Ciências Sociais e Humanas, especificamente no caso desta pesquisa na área da Educação. A partir do Projeto de Incentivo à Leitura, desenvolvido na Rede Municipal de Nilópolis, e das rodas de conversa realizadas com professoras da Educação Infantil, foi possível observar o fortalecimento da visibilidade da cultura afroindígena no cotidiano escolar. Essa ação está alinhada à promulgação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, previstas no Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Tais diretrizes fomentam o desenvolvimento de uma autoimagem positiva e do reconhecimento do outro como essencial ao processo educativo. Nesse sentido, o “brincar de ler e de ouvir histórias” revela-se carregado de intencionalidade, promovendo relações mais afetivas, respeitadas e equitativas entre as crianças, ao valorizar a autoestima, a igualdade na diversidade e a desconstrução de padrões únicos de beleza e comportamento socialmente instituídos. Podemos assim, apontar a importância da valorização das experiências docentes através das vivências e trocas com seus educandos, oportunizando de forma sensível suas narrativas como ferramentas de movimentos fundamentais para consolidação de uma formação permanente de professoras e professores fomentando pensamentos e práticas intencionais em uma sociedade antirracista.

¹ Prof.^a Dr.^a - Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis/UNESA.

² Professor Especialista – Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis.

³ Professora Pedagoga- Secretaria Municipal de Educação.

⁴ Os estudos *nos/dos/com* os cotidianos não são uma metodologia, mas, sim, uma epistemologia e podem ser trabalhados por meio de metodologias que vêm sendo tecidas e ampliadas, pois como não buscam permanência, estão sempre sendo criadas.

Palavras-chave: Formação Permanente; Educação Infantil; Narrativas Docentes; Cotidianos Escolares; Antirracismo e Literatura; Rede de Saberes.

Experiências de infâncias em um terreiro de Umbanda no Município de São Gonçalo/Rio de Janeiro

Anna Carolina Dias Mendes¹

Este trabalho de cunho inicial e analítico surge das inquietações da autora em estar inserida numa comunidade tradicional de culto afro-brasileiro (Umbanda), e a partir dessa posição de pesquisadora insider perceber como as crianças tecem suas infâncias no “território” denominado de terreiro. A posição de investigadora insider, “de dentro do terreiro”, (Gaia, Comin, Araújo, 2022) fornece uma percepção atenta e respeitosa das dimensões do terreiro e dos “awó orisá” os segredos que perpetuam a religião, a posição ocupada como investigadora influencia nos objetivos e nos conhecimentos produzidos. Tendo em mente que a pesquisadora não pode ser neutra e nem objetiva, pois se fala de um lugar, de dentro do terreiro. O objetivo do trabalho é compreender e analisar como as infâncias ocupam o espaço-tempo do terreiro, analisado no Município de São Gonçalo (RJ). Muitas crianças ocupam esse “território” terreiro através da relação familiar, de um parente ser pertencente à religião e as crianças acompanhar seus responsáveis, como acontece com as infâncias presentes em qualquer religião. (Gramsci, 2022) defende que a concepção de mundo do indivíduo é herança social do contexto social em que ela foi inserida. Tendo esse conceito em mente, a concepção de mundo da criança será herança social do território que ela foi inserida, o terreiro. A partir desta percepção podemos compreender que, as crianças se tornam as responsáveis pelo futuro dos cultos afro-brasileiros, perpetuando os saberes ancestrais transmitidos no terreiro. Desenvolvemos o referencial teórico a partir da ferramenta analítica da interseccionalidade (Collins, 2016), que fornece uma sensibilidade de análise para compreender as múltiplas infâncias e como essas infâncias são marcadas pelos cruzamentos de raça, classe e religião e o estudo com crianças de terreiro realizado por (Caputo, 2012) para entender como o terreiro é um importante espaço de socialização de crianças. Neste trabalho, reiteramos o marcador social religião, como a principal opressão social que as crianças de terreiro sofrem, o racismo religioso que afeta as infâncias que tecem o território sagrado. Como dispositivo metodológico, utilizamos da observação atenta da interação entre criança/família e o referido Terreiro de Umbanda localizado no Município de São Gonçalo (RJ). Como trata-se de um trabalho inicial delimitamos apenas hipóteses em torno das relações familiares presentes no terreiro, das brincadeiras e outras formas de interação desenvolvidas pelas crianças a partir da visão de mundo do espaço-tempo do terreiro.

Palavras-chave: Crianças de terreiro; Infâncias; Racismo religioso

Referências bibliográficas

CAPUTO, Stella Guedes. Educação nos Terreiros: E como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
COLLINS, P e BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.
GAIA, R. da S. P.; SCORSOLINI-COMIN, F.; ARAÚJO, P. C. ENTRE OS SABERES E O SEGREDO: NARRATIVAS INSIDERS SOBRE SER DO SANTO E PESQUISAR OS

¹ Graduanda em pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores/UERJ-FFP; Bolsista no projeto prodocência “Quais Histórias de Qual Educação? Reflexões e possibilidades de ensino, pesquisa e extensão na disciplina de História da Educação” coordenado pela professora Marilene Antunes, professora adjunta do departamento de educação e professora do programa de pós-graduação em políticas públicas e formação humana (PPFH) carolpedagogiauerj0@gmail.com

CANDOMBLÉS. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 14, n. 39, p. 411–433, 2022.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, pág 94, nota 1.

Crianças como agentes de criação e transformação da Biblioteca Comunitária do Bairro Novo em Serra Grande, Uruçuca (BA)

Camila Rodrigues Leite¹

Este artigo integra uma pesquisa de doutorado voltada ao estudo das bibliotecas comunitárias, com ênfase na participação das crianças nesses espaços compreendidos como territórios de mediação e resistência cultural, inseridos na luta pelo direito humano ao livro, à leitura e à literatura. Apresenta-se aqui uma das experiências investigadas: a Biblioteca Comunitária do Bairro Novo, localizada na vila de Serra Grande, no município de Uruçuca, Bahia. A partir de uma trajetória profissional de mais de uma década como assessora pedagógica do Programa *Prazer em Ler*² — com atuação junto a mais de 115 bibliotecas comunitárias em nove estados brasileiros —, a pesquisadora passou, em 2022, a integrar diretamente o processo de criação de uma biblioteca comunitária, em parceria com crianças moradoras do Bairro Novo. Essa vivência permitiu acompanhar de forma próxima os modos como as crianças participaram ativamente da constituição e apropriação do espaço da biblioteca, reconhecendo-o como ambiente educativo, cultural e político. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se nos princípios da pesquisa-ação participante e da pesquisa militante, sendo desenvolvida por meio da promoção de atividades na biblioteca, da observação sistemática de seu cotidiano, do registro das práticas e da escuta atenta das crianças envolvidas ao longo de todo o processo de criação e manutenção da biblioteca: organização do espaço, curadoria do acervo, práticas de mediação de leitura e de enraizamento comunitário. Os dados revelam como a biblioteca comunitária, localizada em um bairro periférico majoritariamente habitado por população negra e de baixa renda, pode se constituir como espaço que acolhe, escuta e valoriza os interesses e pontos de vista das crianças. Estas, enquanto sujeitos culturais e políticos, protagonizam a construção de um território de leitura, escrita, afeto e convivência. A experiência investigada dialoga com o campo dos Estudos da Infância e da Criança, ao reconhecer as crianças como pessoas singulares, participantes e co-construtoras da realidade social em que estão inseridas, além de destacar suas agências no processo de dar vida à biblioteca como espaço de produção de conhecimentos e de democratização do acesso à leitura e à literatura — dimensões fundamentais da cidadania, especialmente para as populações historicamente marginalizadas. O referencial teórico fundamenta-se na concepção da literatura como direito humano (Candido, 2011); na leitura e no livro como práticas essenciais à cidadania (Freire, 1981; Lajolo e Zilberman, 1996; Chartier, 1999; Petit, 2008); e na compreensão da biblioteca como espaço privilegiado não apenas de acesso à informação, mas também de criação, expressão e resistência cultural e política (Castrillón, 2011; Machado, 2012). Nesse contexto, o trabalho analisa a participação ativa das crianças como agentes de criação e transformação da biblioteca, ressignificando o sentido da leitura e dos livros em suas vidas e na vida da comunidade.

Palavras-chave: bibliotecas comunitárias; participação infantil; direito à literatura; mediação cultural; infância e cidadania.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação (ProPED) da UERJ - camilarleite@gmail.com

² Programa nacional de fomento e promoção da leitura criado pelo IC&A que gerou a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias - <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>

Notas sobre o compromisso da educação com as crianças e as infâncias.

Carina Ferreira dos Santos¹

O presente texto apresenta um recorte de uma dissertação de Mestrado em Educação concluída em 2023, pela Universidade de Santa Cruz do Sul, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Situar geograficamente a escrita de um trabalho significa também situar um modo de pensar, um modo de escrever, um modo de viver. Cabe situar especialmente uma infância que não se deixa ser capturada pelos saberes que buscam hierarquicamente adquirir e projetar estereótipos, conforme descreve Larrosa (2019). O objetivo é interrogar uma infância que não é o que já sabemos, aquela cronologicamente marcada por fases a serem superadas, pelo contrário, busca-se pensar uma infância enigmática, do instante presente, para que seja possível recebê-la e compreendê-la em sua alteridade. A infância não se apresenta como sinônimo de criança, consequentemente, também escapa do alcance das concepções dos especialistas que dizem saber o que são e o que querem as crianças. Na medida em que se assume esta compreensão, cabe problematizar o “nascimento como se fosse o ponto inicial de um desenvolvimento previsto”, assim “como se fosse o aparecimento de uma matéria-prima que vamos tomar como ponto de partida para influir na história”, conforme Larrosa (2019, p. 235), leitor de Arendt, que propõe pensar o nascimento como algo que interrompe a cronologia. A interrogação filosófica descrita por Kohan (2021) foi o caminho metodológico que permitiu compreender estas questões, pela possibilidade de propor uma pergunta que não se esgota, justamente por um modo de pensar comprometido com a escuta e o acolhimento da alteridade e da presença enigmática. O caminhar filosófico que teceu essa escrita errante permitiu a chegada de deslocamentos pelo tensionamento de perguntar-se como somos capazes de dizer o que são as crianças e as infâncias, marcando uma relação com as certezas, do que foi apreendido pela concepção adultocêntrica. O trabalho da filosofia é o de pensar de outro modo, um convite a abertura e a disponibilidade para que seja possível não objetificar temáticas e contextos sensíveis e singulares. Este percurso é intencional na medida em que permite concluir, com Montes (2020, p. 53), as tantas experiências “de uma criança urbana, de apartamento e escola, e as de uma criança do campo, ou de uma criança urbana, mas de rua, desprotegida.” Determinadas experiências tecem diferentes infâncias, histórias, territórios, etc. As infâncias exigem a convivência, a conectividade, a alteridade do encontro entre distintas temporalidades, inclusive com o tempo dos adultos, os quais também habitam suas infâncias. É responsabilidade educacional assumir o compromisso com as infâncias das crianças e as infâncias dos adultos, ação que convida os humanos a se despirem de suas idades, desobedecer ao tempo linear, esquivar-se do juízo, como diria Mia Couto (2013).

Palavras-chave: Infância; Criança; Alteridade.

Referências

- COUTO, Mia. *A menina sem palavra*: histórias de Mia Couto. 1ª ed., São Paulo: Boa Companhia, 2013.
- KOHAN, Walter Omar. *Paulo Freire*: um menino de 100 anos. 1 ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2021. (Coleção Ensaios).

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), E-mail: carinaaferreira_@hotmail.com

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 6 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MONTES, Graciela. *Buscar indícios, construir sentidos*. Tradução Cícero Oliveira. 1 ed. Salvador: Selo Emília e Solisluma Editora, 2020.

Crianças em contextos vulneráveis: natureza, direitos e infâncias em tempos de crise climática, na Zona Norte do Rio

Carla V. de Souza¹

Em tempos de crise climática e de transformação acelerada das paisagens urbanas, este trabalho investiga como crianças, moradoras de territórios vulnerabilizados da Zona Norte do Rio de Janeiro, constroem relações com os ambientes naturais ainda presentes na cidade. A pesquisa parte de uma inquietação fundamental: como garantir o direito ao brincar em contato com a natureza em contextos urbanos marcados pela escassez de áreas verdes, pela violência cotidiana e pelas desigualdades socioambientais estruturais? Em meio a uma urbanização que muitas vezes exclui as infâncias dos espaços públicos e naturais, torna-se urgente escutar como elas percebem, habitam e transformam o mundo à sua volta. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em observações participantes e em uma escuta sensível das vivências no Parque Estadual do Grajaú, foram acompanhadas experiências de crianças da Creche Casa de Leylá, instituição situada em um contexto de vulnerabilidade social. Através do brincar livre, essas crianças investigam o mundo ao seu redor: tocam a terra, observam insetos, nomeiam elementos da paisagem, constroem percursos com o corpo e com a imaginação, produzem narrativas e sentidos próprios. Esses gestos revelam potências expressivas, cognitivas, afetivas e culturais, desafiando concepções adultocêntricas que subestimam a agência das infâncias. O campo teórico mobilizado se ancora em perspectivas interdisciplinares que reconhecem as crianças como sujeitos de direito, de linguagem e de conhecimento. Dialoga com os campos dos estudos das infâncias, das pedagogias do território e das ecologias políticas, compreendendo o brincar como prática epistemológica e modo legítimo de produzir saberes situados. Neste sentido, as ações infantis nos espaços naturais não são apenas expressões de ludicidade, mas também formas de crítica social e de reivindicação por territórios mais justos, seguros e afetivamente significativos. A pesquisa ainda em andamento, tem como hipótese que garantir às infâncias o acesso a áreas naturais na cidade é mais do que uma medida educativa ou recreativa: trata-se de um compromisso ético e político com a construção de uma cidade democrática, que reconheça os corpos infantis como produtores de cultura, de cuidado e de pertencimento. As experiências analisadas apontam para uma outra compreensão possível de cidade — uma cidade onde a mobilidade e a permanência possam acontecer em espaços públicos, verdes, acessíveis e vivos. Reconhecer as infâncias em sua potência sensível, política e epistemológica é também abrir caminho para formas mais sustentáveis e equitativas de vida urbana.

Palavras-chave: Infâncias vulneráveis; Direito à cidade; Natureza.

¹ PROPED/UERJ – Mestranda em Educação.

A infância como direito: discricionariedade, inclusão e resistência à aceleração

Carolina Martins Bastos¹
Leticia Alves Bittencourt²

Este trabalho articula duas pesquisas de conclusão de curso de graduação intituladas “*O espanhol como direito à primeira língua: crianças estrangeiras no meio escolar*” e “*Urgência na infância: a discricionariedade e a literatura infantil como resistência à pressa*”, desenvolvidas em diálogo com o Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP). As investigações foram realizadas por discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a partir de experiências concretas vivenciadas em estágios obrigatórios e não obrigatórios no município do Rio de Janeiro, que colocam a infância no centro dos debates sobre exclusão, urgência e formação integral. Em comum, ambas partem do entendimento de que a infância é um território vivo, atravessado por vivências singulares, mas também por potências e movimentos de resistência. As pesquisas evidenciam o poder da discricionariedade na perpetuação, ou não, das desigualdades, além de apontarem para a formação integral, à luz do conceito de *paideia*, como um caminho possível para a inclusão e para a valorização dos tempos próprios da infância. A fundamentação teórica baseia-se nos conceitos de educação inclusiva, discricionariedade dos burocratas de nível de rua e formação continuada, em diálogo com a concepção filosófica de *paideia*. As reflexões são embasadas em autores como Mantoan, Kramer, Platão, Lotta e Pires. Segundo Saviani (2006), o trabalho educativo consiste em formar, de maneira intencional, a humanidade em cada indivíduo, a partir de um processo histórico e coletivo. Neste sentido, a perspectiva cultural precisa ser considerada. Concluímos que pensar a infância como território é reconhecer sua complexidade, pluralidade e potência. As pesquisas apresentadas evidenciam que as formas de exclusão, seja pela língua, seja pela imposição de uma lógica acelerada, negam às crianças o direito de viver plenamente esse tempo fundamental da vida. No entanto, também revelam que há brechas por onde emergem práticas insurgentes de acolhimento, escuta e respeito. Ao olhar para a infância como um lugar que habitamos e revisitamos ao longo da vida, reafirmamos a importância de construir políticas e práticas educativas comprometidas com a dignidade, a justiça e a formação integral de todas as crianças. Que possamos, assim, seguir tecendo movimentos que rompam com as normas que silenciam e aceleram, e que abram caminhos para infâncias mais livres, diversas e reconhecidas em sua inteireza.

Palavras-chaves: Educação inclusiva. Discricionariedade. Formação integral. Paideia.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, carolmartinsunirio@edu.unirio.br

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, leticia.a.bittencourt@edu.unirio.br

Morar na rua: infância, casa e (re)existência

Caroline Trapp de Queiroz¹

Este texto visa colocar em discussão as tensões delineadas na relação casa-rua a partir das experiências de infância de crianças que vivem em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, serão analisados em justaposição dados sistematizados por diferentes instituições e crônicas produzidas a partir dos múltiplos registros – anotações, fotografias, filmagens –, feitos no campo de uma pesquisa de doutorado, a fim de conhecer e dar a ver os sujeitos e suas existências por trás dos números. Na última década a população de rua aumentou de forma rápida e perceptível. Como um dos principais motivos que culminaram no empobrecimento da classe trabalhadora está a conjuntura político-econômica do país que, sobretudo após as reformas trabalhista e tributária, incidiu diretamente na precarização da vida de quem já se encontrava vulnerável. Quando pensamos em casa, geralmente visualizamos um espaço com limite claro entre o dentro e o fora. Um portão, um muro, uma porta, demarcadores que nos dão a falsa sensação de segurança, como se dali não fosse possível passar sem a permissão do morador. Quando o dentro e o fora se confundem, como nas casas construídas sobre calçadas, debaixo de marquises, apoiadas nas paredes de prédios comerciais nos centros das cidades, essa delimitação torna-se mais complexa. No entanto, a casa não se define apenas pelo que demarca, antes disso, ela se constitui do próprio ato de morar, movimento que produz uma amálgama da casa com o sujeito, a ponto de sermos reconhecidos e enunciados a partir dos espaços que habitamos, como sinalizam Vianna e Facundo, e também de nos entendermos a partir do espaço habitado, que nos devolve a nós mesmos, produzindo sentidos materiais de existência, como nos ajudam a pensar Pallasmaa e Tuan. Que subjetividades vemos ou invisibilizamos quando os corpos que habitam a rua reorganizam o espaço público transformando-o em casa? Na condição de fazer da rua casa, que imagem se produz de si mesmo? E que enunciações sobre este outro que mora debaixo de marquises são possíveis? Que experiências de infância emergem nessas condições? Que políticas e destinos reservamos ou permitimos que se concretizem aos que dormem em calçadas? Argumenta-se que fazer da rua casa possui condicionantes diversos, majoritariamente coletivos, de cunho político-econômico, que forçam pessoas (e suas crianças) à sobrevivência nas margens; e nesse movimento, estes sujeitos vão sendo devolvidos de sua própria existência por uma dupla via: a partir da relação que estabelecem com o espaço da casa, que flexiona precariedade e cuidado; e a partir dos modos como são nomeados – articulados à sua condição de moradores (em situação de rua, morador de rua, mendigo, abrigado, pedinte, pivete, moleque, menor, etc). Essa confluência de fatores alicerça para as crianças em situação de rua territórios não apenas espaciais, mas também discursivos, se impondo à própria experiência de suas infâncias.

Palavras-chave: Infância; Crianças em situação de rua; Casa.

¹ Professora adjunta no Departamento de Estudos da Infância da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância em perspectiva (GPIP). E-mail: trapp.queiroz@gmail.com

CRIANCIDADE: crianças e prefeito em diálogos pela cidade

Clemerson Elder Trindade Ramos¹
Daniella Borges de Faria Vasconcelos²
Romilson Martins Siqueira³

As crianças são atores sociais, sujeitos históricos e de direitos. Entretanto, são pouco ouvidas na formulação de políticas a elas destinadas. A construção de uma cidade humanizada e democrática tem como princípio fundante a participação de toda a população. Nesse processo, é perceptível as vozes de jovens adultos e idosos nessas discussões, porém, as vozes das crianças não aparecem, ficam subsumidas dos processos de participação e tomada de decisões. Os Estudos da Infância têm se preocupado com a falta de participação das crianças nos diferentes tipos de gestão, já que a cidade precisa ser construída em uma perspectiva coletiva, participativa e colaborativa, ou seja, com todos e para todos. Nesse sentido, ouvir as crianças e suas demandas em relação à cidade pelo gestor é reconhecê-las como sujeitos potentes, competentes, que criam, expressam, participam, imaginam, levantam hipóteses para desbravar e colocar-se no e com o mundo. Propõe-se, nesse projeto, a assunção de uma outra defesa, aquela que considera as vozes das crianças sobre os seus direitos. Assegurar e garantir às crianças o que é proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Marco Legal Pela Primeira Infância e na Declaração Universal dos Direitos das Crianças sejam implementados e demarcados como direitos inegociáveis delas. Da mesma forma, o projeto visa alinhar suas ações ao Comitê da 1ª Infância, com o objetivo de trazer as proposições das crianças sobre a cidade para o Plano Municipal da Primeira Infância em suas metas e estratégias. Essa perspectiva corrobora com a ideia de que, uma vez que as crianças estiverem intimamente envolvidas na participação e tomada de decisões acerca da cidade e do seu planejamento, elas perceberão o senso de pertencimento ao lugar, Tonucci (2005). A inserção das crianças na participação da gestão municipal tem aparecido cada vez mais no cenário brasileiro como ação para consolidação de políticas públicas que valorizem suas vozes e suas existências. Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), Gerência de Educação Infantil (Gerein), o Paço Municipal propõe o projeto **CRIANCIDADE: crianças e prefeito em diálogo pela cidade**, que busca garantir espaços de diálogos, proposições e ações entre as crianças e o prefeito em relação às políticas públicas no sentido de materializá-las como demandas de gestão na cidade. Essas discussões acontecem com os Conselhos de Crianças de cada unidade educacional. A união deles compõem o Fórum Municipal de Participação Infantil da SME de Goiânia.

Palavras-chave: Escuta, Crianças, Políticas Públicas, Participação

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Lei 13.257/2016. Marco Legal pela Primeira Infância*. Brasília, 2016.
BRASIL, *Lei 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

¹ Mestre em Educação PUC-GO, professor criancista, docente da/na Educação Infantil nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância GEPCEI-PUC GO e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Homens, Masculinidades e Educação HOME, integrante do Fórum Goiano de Educação Infantil, eldercremtn@gmail.com.

² Mestra em Educação Infantil CEPAE-UFG, Gerente da Educação Infantil da SME Goiânia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância GEPCEI-PUC GO, daniellabfv@gmail.com.

³ Doutor em Educação FE-UFG, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-GO, professor da SME de Goiânia, membro do Comitê da Primeira Infância, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância, GEPCEI PUC-GO romilsonmartinsiqueira@hotmail.com

CARVALHO, Levindo Diniz. Luciana Maciel Bizzoto (orgs). *A criança e a Cidade: participação Infantil na construção de políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

FRIEDMANN, Adriana. *A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias*. São Paulo: Panda Books, 2020.

MARTINS FILHO, Altino José. Leni Vieira Dornelles (org.) *Lugar da criança na Escola e na Família: a participação e o protagonismo infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2018.

TONUCCI, Francesco. *Quando as crianças dizem: agora chega*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. 1989.

Raízes que rompem o concreto: infâncias, sementes crioulas e reexistência no chão escolar

Daiane Francisco de Medeiros¹

Este resumo apresenta um relato de experiência fundamentado no conceito de “saber da experiência” (LARROSA, 2002), voltado para formas de resistência no trabalho com crianças pequenas da Educação Infantil, em uma escola pública do Rio de Janeiro. Após a interdição do prédio original em 2023 por problemas estruturais, quatro turmas foram transferidas para um espaço compartilhado com estudantes mais velhos. O estudo propõe refletir sobre os desafios pedagógicos dessa realidade, considerando os direitos das crianças à educação de qualidade e ao brincar (BRASIL, 1996). O referencial teórico inclui Teixeira (1957), Krenak (2021), Nego Bispo (2022), Tiriba (2009), Ostetto (2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Krenak e Bispo contribuem com epistemologias que rompem com a lógica ocidental moderna, destacando a relação entre natureza, tempo, território e educação. Krenak (2021) propõe adiar o fim do mundo pela escuta da terra e pelo encantamento com a vida. Essa análise se manifesta na prática a partir da queda de um abacate no pátio da escola. Esse evento desencadeou um processo espontâneo de investigação e cuidado com os elementos naturais. O abacateiro, espremido entre o cimento, tornou-se símbolo da resistência das infâncias frente às adversidades e a negação do espaço. Bispo (2022), ao propor a “contracolonização”, inspira práticas que valorizam os saberes ancestrais. Nesse sentido, as sementes crioulas, portadoras de memória, diversidade e autonomia, surgem na prática docente como práticas concretas de resistência e sinônimo de vida. Sementes de tamarindo e abacate, observadas e manipuladas pelas crianças, tornaram-se materiais de escuta e conexão com saberes cultivado no território e na oralidade. As crianças, ao se encantarem com esses elementos, iniciaram uma investigação sensível que deu origem a um currículo vivo, situado e potente. Metodologicamente, a experiência registra escuta e observação das interações infantis, revelando tensões com a lógica adultocêntrica presente na arquitetura escolar no mundo colonial. Como na cena de uma criança tentando cavar o chão sintético com uma pá, em busca da terra negada pelo concreto. Mesmo com limitações, as crianças reinventaram o espaço, reafirmando seus direitos ao brincar, ao território e à pesquisa sensível sobre o mundo da ancestralidade. A experiência revelou as infâncias como potências criadoras e reexistentes. Ao se apropriarem do espaço, convocaram as educadoras à escuta dos sinais da terra, como propõem Krenak e Bispo, indicando caminhos para uma pedagogia ancorada na ancestralidade, no cuidado e nos saberes que, como sementes, germinam nas mãos das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Contracolonização. Infâncias. Sementes Crioulas. Resistência.

¹ Doutoranda em Educação PPGEDU-UFF (daiane_medeiros@id.uff.br).

O que queremos priorizar, desbravar outro planeta ou cuidar do nosso lar?

Daniele Vieira de Azevedo Cozendey¹
Kriciane de Assunção Ferreira²

Em um período de imediatismo e consumismo excessivo, onde tudo é descartável: objetos, natureza e relações, este trabalho apresenta o desenvolvimento das atividades que estão em andamento, com os alunos do 5º ano do Ensino fundamental, do Ginásio Educacional Tecnológico (GET), de uma Unidade Escolar da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A partir de uma aula sobre Sistema Solar, em parceria com a Professora Articuladora de Projetos Integradores, as crianças trouxeram para o debate temas como: o ser humano desbravando outros planetas, os problemas ambientais, a violência, o racismo e a intolerância presentes no território que eles convivem. Consideramos assim, conhecer o que elas pensam sobre a pergunta: Será que desbravar outros planetas é a solução para os problemas da humanidade? E a resposta foi que para elas a solução não está em desbravar outros planetas, pois precisamos cuidar do lugar onde vivemos agora. Então, foram elaboradas atividades que provocassem o debate para conhecer, entender e refletir sobre os problemas do território. Essas atividades são trabalhadas durante as aulas no laboratório e em sala de aula, e nelas os alunos trazem suas experiências sobre preservação do meio ambiente, questões raciais, o perigo de uma história única, a favela como espaço de resistência e a importância da Igreja da Penha para identidade cultural do território. O objetivo deste estudo é apresentar o trabalho desenvolvido com os alunos, que tem como propósito promover a formação de sujeitos críticos e conscientes por meio de práticas educativas que articulam sustentabilidade e equidade para o desenvolvimento integral da criança, a partir de uma abordagem de Wallon e Vygotsky uma vez que esses autores enfatizam o caráter social da aprendizagem. Através de um ensino contextualizado e fortalecendo o vínculo entre o cuidado de si, do outro e do planeta, além de envolver os alunos em ações transformadoras. Os resultados apontam a importância de práticas pedagógicas interdisciplinares, baseadas em valores de justiça racial, participação e valorização de saberes ancestrais, para promover uma educação em que a criança é construtora do seu cotidiano e participante da sociedade em que está inserida, ou seja, a formação da criança como cidadã, reconhecendo suas idéias e as práticas dos espaços que frequentam. O estudo conclui que as propostas educacionais devem estar comprometidas com desenvolvimento humano, consciência ecológica, valorização dos territórios e combate ao racismo, para que a criança seja agente transformador na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável.

Palavras-chave: Sistema Solar, Criança, Aprendizagem.

¹Secretaria Municipal de Educação- RJ (daniele.vazevedo@rioeduca.net).

²Secretaria Municipal de Educação- RJ (kriciane.ferreira@rioeduca.net).

“Hoje tem baile black?”: as crianças no encontro com as marcas de seus territórios na escola

Débora de Lima do Carmo¹

Este texto tem como objetivo compartilhar a construção de uma prática que se tornou frequente em uma turma de crianças de 4 anos no Centro de Referência em Educação Infantil do Colégio Pedro II (CREIR): o baile black. Nesta turma havia muitas crianças que gostavam de dançar e algumas delas compartilhavam suas idas com os responsáveis a locais de samba, entre outros eventos que envolviam o que se denomina “Black Music”. Nesse sentido, cabe situar que o Centro de Referência fica localizado no Complexo de Realengo, dividindo espaço com o campus Realengo I e II, ensino fundamental e médio, respectivamente. Realengo é um bairro periférico localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro que tem em seu entorno duas grandes escolas de samba, Mocidade de Padre Miguel e Unidos de Padre Miguel, bem como o “Terreiro de Criolo” famoso pelos eventos com samba raiz em seu próprio território e “Baile Charme” no Viaduto de Realengo. Para além desse território externo à escola com suas marcas da cultura negra pulsantes, há um evento organizado pelos estudantes do ensino médio do Colégio e seus professores chamado “Kizomba: Feira de Africanidades”, evento anual destinado a estudantes e servidores do Colégio com uma programação voltada para a valorização da cultura africana e afro-brasileira que acontece nas imediações da escola. As crianças que compõem o CREIR são majoritariamente vindas dos bairros da escola ou próximas a eles. E são essas crianças que chegam à escola com uma musicalidade e corporeidade que falam de seu território. Foi nesse contexto que se tornou rotina na turma dedicarmos um tempo para dançar. Criamos uma playlist com músicas que circulavam pelos ritmos como o brake, funk, charme, e soul. Com o tempo, fomos dando contorno a esse momento chamando-o de “Baile Black”. Conversando com elas a respeito da configuração desse baile brincávamos sobre quem iria ser o *DJ* e conduzir a playlist e destacávamos o quanto ele valorizava a cultura e a identidade negra. E é a partir desse contexto que os valores civilizatórios afro-brasileiros como, corporeidade e musicalidade, desenvolvidos por Trindade (2013) sustentam tal prática quando ela diz que só um povo que foi seqüestrado de seu país de origem no processo de escravização sabe o quanto o corpo é um patrimônio. Portanto, dançar não era entendido como uma prática destinada a “extravasar” a energia as crianças, mas avivar em seus corpos a alegria de ser quem se é. Para Azoilda, a música é um dos mais emblemáticos elementos da cultura afro-brasileira. Ela mobiliza os corpos das crianças de tal modo a possibilitar criações corporais, um encontro-encantamento com sua corporeidade. E tal foi a alegria delas quando puderam participar de um Baile Black “oficial” numa das edições do Kizomba. A programação do evento oferecia “Baile Charme” e as crianças puderam experimentar esse encontro coletivo e ver a condução de um Dj de perto. E foi assim que quase todos os dias nós ouvíamos das crianças: “Hoje tem Baile Black?”

Palavras-chave: baile black; corporeidade; educação infantil; educação antirracista

¹ Colégio Pedro II.

Infâncias, crianças e os encontros na sala de leitura: possibilidades para se pensar em uma educação antirracista

Edmilson dos Santos Ferreira¹
Cristiane Suzart Cop²

Este estudo pretende reconhecer as concepções de infância e criança presentes nos discursos das teorias sociais clássicas e contemporâneas, além de observar e ouvir as crianças em suas dinâmicas de interação, buscando identificar as tensões presentes nas relações étnico-raciais que circulam no cotidiano da educação infantil. Elegemos a Sociologia da Infância como referencial teórico-metodológico associada aos estudos de intervenção, considerando a potência da narrativa das crianças a partir de suas experiências. E selecionamos a pergunta como ponto de partida: Como as crianças que frequentam uma creche universitária constroem as suas relações étnico-raciais? Que concepções de criança e infância são recorrentes nas teorias clássicas e contemporâneas selecionadas e se expressam nas narrativas das crianças? As questões étnico-raciais se revelaram com a base empírica, por isso, a pesquisa privilegiou a descrição densa das narrativas das crianças gravadas em áudio e vídeo, além dos registros em caderno de anotações de campo durante as intervenções. A leitura literária, conto e reconto de narrativas infantis, com o protagonismo de personagens negros, é uma possibilidade de se buscar, reverter ou estimular a (in)visibilidade das crianças negras. Nesse caminho, a literatura, enquanto uma manifestação artística, tem um grande potencial para sensibilizar as crianças, para despertar suas memórias afetivas quando nos propomos à escuta de suas narrativas. Marx (1997) ouviu as crianças, suas narrativas questionaram a jornada de trabalho exaustiva, ele denunciou em sua obra a exploração do trabalho infantil e de suas famílias durante o período da Revolução Industrial. Outra dimensão relevante para se pensar a construção social da infância é a educação das crianças. O autor reafirma a necessidade de ensinar as crianças proletariadas a transformar a realidade social e aponta a escola como possibilidade de avançar na luta contra as desigualdades e defende a socialização dos privilégios das classes dominantes para que as crianças não sejam condenadas a exploração do trabalho infantil e ao preconceito. Nesse sentido, o pensamento marxista exerce influência na estrutura social do debate entre raça e classe na sociedade capitalista brasileira. Portanto, ao tratarmos as crianças negras como sujeitos de direitos e pensarmos na participação das suas famílias e dos demais segmentos nos círculos de conversa, precisamos lembrar de que não se trata de uma participação resignada, apenas como ouvintes, limitando-se a encontros pontuais para tomada de decisões, trata-se de criar estratégias para que a representatividade de seus pares seja interlocutora das demandas de cada grupo promovendo o diálogo permanente. Desse modo, é possível que a escuta sensível dos diferentes atores mobilize a reorganização da escola e reflita em sua proposta pedagógica em defesa de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Infâncias, crianças e educação antirracista

¹ Faculdade de Educação - UFRJ e SME-Magé. edmilsonsf@fe.ufrj.br

² Colégio de Aplicação da UFRJ. crisuzart29@gmail.com

As vivências espaciais e as relações intergeracionais na tecitura das infâncias migrantes

Eliza Kelly Grosman Amorim¹
Jader Janer Moreira Lopes²

Apresentamos este trabalho no eixo temático “Infâncias, Territórios e Movimentos Insurgentes” trazendo o início de uma pesquisa de doutorado que busca investigar como as crianças tecem suas infâncias em uma comunidade composta por descendentes de migrantes alemães do estado de Santa Catarina (SC), onde se vivencia uma cultura e uma língua com possibilidade de extinção no país de origem. Um dos objetivos da pesquisa consiste em compreender quais são as estratégias e os espaços que fazem parte dessa condição intergeracional que envolvem a manutenção dessas tradições, e como as crianças e os processos educativos se envolvem com essas tradições mantidas pela comunidade que descende de um grupo de migrantes que partiu de Bohlen (Alemanha) para o Brasil no ano de 1852 e que ficaram conhecidos como “Kaffeepflker” (colhedores de café). Mesmo com a interrupção do contato com os habitantes da cidade natal por um longo período de tempo e de serem estigmatizados, inclusive entre outros migrantes germânicos, preservaram suas tradições linguísticas e culturais no processo de adaptação ao Brasil. Desse modo, esta investigação busca compreender como a população local mantém e compartilha esses enunciados para as novas gerações. Adotamos a Teoria Histórico-cultural (Vigotski, 2009) pois a mesma permite investigar e compreender como se dão as relações existentes no território escolhido como lócus de pesquisa - região de Águas Mornas, ex-colônia de Santa Isabel, localizado no estado de Santa Catarina -, observando o desenvolvimento humano como um processo contínuo de transformações que ocorrem por meio das relações com o outro em um espaço geográfico. Essa teoria traz uma perspectiva metodológica na construção do conhecimento que confere ao saber científico uma visão que leva em conta todos os fatores que envolvem a vida humana (tempos, espaços, interações entre outras). Para o trabalho, adotaremos a conversa na perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 2003) que considera os sujeitos da pesquisa como expressivos e falantes, seres sociais que falam e exprimem a si mesmo por outros meios. Possibilitando, portanto, um reavivamento das cartografias vivenciadas no espaço/tempo das gerações que viveram em épocas históricas diferentes, mas que se presenciam espacialmente por meio da cultura e da língua. Os sujeitos, especialmente as crianças, participantes da vida social dessa comunidade, serão convidadas a revelarem seus enunciados sobre as suas vivências naquela localidade por meio desses diálogos. Desse modo, esta pesquisa científica, por meio da escuta das narrativas, das análises dos rastros e vestígios, pretende trazer essa visibilidade espacial, evitando os apagamentos (LOPES, 2021), tanto físicos quanto simbólicos daquela comunidade. O presente trabalho apresenta a fase inicial da pesquisa que traz um levantamento contendo elementos histórico sobre o papel da educação na vida das crianças dessa comunidade desde a saída do país de origem no século XIX.

Palavras-chave: Infâncias; Vivências Espaciais; Relações Intergeracionais

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹ Universidade Federal Fluminense. E-mail: elizakellyga@gmail.com

² Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jjanergeo@gmail.com

LOPES, Jader Janer Moreira. Terreno Baldio – um livro para balbuciar e criar os espaços para desacostumar geografias, por uma teoria sobre a espacialização da vida de bebês e crianças. São Carlos: Pedro e João Editores. 2021.

VIGOTSKI, L. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores. Apresentação e comentários: Smolka, A. L. Tradução: Prestes, Z. 1ª Edição. São Paulo: Ática, 2009

“Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”: crianças matáveis no Estado do Rio de Janeiro

Fabiana Pedreira Gelard¹

O conto que dá título a esse trabalho faz parte do livro “Olhos d’água”, de autoria de Conceição Evaristo. Zaíta, sua irmã gêmea, sua mãe e irmãos moram num barraco em uma favela qualquer. Apesar da dureza da vida favelada, seu mundo de menina apresentava no momento uma única preocupação: o paradeiro da sua figurinha mais linda. Afinal onde ela estaria? À sua procura, Zaíta espalhou os brinquedos no chão, mesmo sabendo que a mãe se irritaria. Sem olhar para mãe, saiu de casa silenciosamente e, em lágrimas, caminhava pelos becos a procura da irmã. Ainda que a preocupação da menina fosse tão somente sua figurinha preferida, o mundo em que vivia estava inserido em uma dinâmica comum à das favelas da vida real: os confrontos armados, seja entre grupos rivais ou com a polícia. Uma dinâmica social que tem culminado no assassinato sistemático de crianças e adolescentes negros-pobres-favelados. Somente entre os anos de 2014 e 2024, 3.582 crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos, foram assassinados no Estado do Rio de Janeiro, eram em sua maioria negros e do sexo masculino. Arma de fogo foi o instrumento mais utilizado; o homicídio e a intervenção policial seguem sendo os principais meios de vitimização. Assim como Zaíta, Emily, Rebeca, Maicon, Eduardo, João Pedro, Jeniffer e tantas outras crianças apenas brincavam dentro ou fora de casa quando foram atingidas. No Estado do Rio de Janeiro uma criança negra-pobre-favelada tem cerca de 5 vezes mais chance de ser assassinada do que uma criança branca. Os números não deixam dúvidas: uma parcela considerável das crianças no Estado corre o risco diário de ser assassinada. São crianças matáveis apenas por existirem dentro de uma convergência potencialmente letal de raça, gênero, classe e território. O assassinato sistemático de crianças e adolescentes negros-pobres-favelados é tomado aqui como violência de Estado uma vez que ou ele atua diretamente na morte a partir das operações policiais ou indiretamente na medida em que não possibilita a proteção integral e o direito à vida de todas as crianças indiscriminadamente. Diante do exposto, objetiva-se discutir a morte de crianças e adolescentes como parte fundamental da manutenção do terror colonial na contemporaneidade que continua a ter como alvo preferencial o corpo negro, tomado como o outro indesejável, e, portanto, passível de controle, dominação e eliminação deliberada. Metodologicamente faz-se uso da pesquisa documental, tendo como fontes: dados estatísticos, leis, matérias jornalísticas. Tem-se como referencial teórico para se pensar as intersecções letais e a violência e a continuidade do terror colonial os estudos de Patricia Hill Collins (2024) e Achille Mbembe (2017; 2020). Pode-se concluir que o assassinato de crianças negras-pobres-faveladas é parte de uma engrenagem que insiste em impossibilitar a existência de corpos não brancos em decorrência de um genocídio em curso desde o período colonial-escravista.

Palavras-chave: Infância; Crianças; Violência de estado; Intersecções letais

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação; e-mail: fabianagelard@gmail.com

Infâncias silenciadas: o impacto do estigma e da institucionalização na negação da infância plena.

Fernanda Felix Amoreira de Jesus¹

Carmen Oliveira Frade²

Letícia Santos da Cruz³

O trabalho proposto busca refletir criticamente sobre o processo de acolhimento institucional de crianças no Brasil que, justificando-se na prerrogativa da proteção, sobretudo após o Estatuto da Criança e do Adolescente, redimensiona aspectos que envolvem a infância. Contexto que imprime novos sentidos ao pertencimento, à identidade, aos vínculos afetivos, às interações, às aprendizagens, à relação com os corpos, espaços e tempos. Essas infâncias são marcadas pela invisibilidade e a forma como a institucionalização prolongada perpassa a subjetividade de cada criança, traz efeitos estruturais como resposta. Ainda hoje, mesmo com conquistas e avanços em relação aos direitos legais e sociais das crianças, o preconceito estrutural marca a trajetória das crianças que vivem em situação de abrigo, deixando-as à margem da sociedade. Essas infâncias são marcadas pela invisibilidade, violências em suas diversas dimensões e pela forma como o atravessamento institucional perpassa a subjetividade de cada criança, trazendo efeitos estruturais como resposta a uma institucionalização prolongada. Ademais, o estigma social que permeia gerações e faz com que, mesmo acolhidas, permaneçam em status social inferiorizado, reafirmando a segregação e negando o usufruto das infâncias. Como objetivo dessa abordagem, pretende-se dialogar sobre o impacto do estigma social de criança institucionalizada; refletir sobre como certos discursos sociais excluem e desumanizam as infâncias pobres, negras, periféricas e institucionalizadas; e contextualizar políticas públicas voltadas ao direito à infância no contexto de práticas educativas humanizadoras. Como componentes do referencial teórico são utilizados estudos da Sociologia e da Sociologia da Infância a partir de Irene Rizzini (2011); Irene Rizzini et al (2011); Vera Ramos e Manuel Jacinto Sarmento (2007); da Filosofia de Michel Foucault (1987) e Marilena Chauí (2016) e do campo da Educação com Vera Candau (2002), Sonia Kramer e Luiz C. Basilio (2003), entre outros. Metodologicamente o texto orienta-se por um viés qualitativo que assume o levantamento bibliográfico como base para o seu desenvolvimento, reflexões e proposições que sejam capazes de contribuir com os estudos da infância. Espera-se com esse estudo dar visibilidade a formas mais justas para a relação com as crianças em condição de privação social, emocional e educacional, indo na contramão de uma lógica que opera como ferramenta mantenedora e de perpetuação das profundas desigualdades sociais.

Palavras-chave: institucionalização, infâncias, estigma social.

¹ Aluna de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ. fernandafelixamoreira@hotmail.com

² Professora Associada do Departamento de Hotelaria e Serviço Social (DHSS/UFRRJ). carmenf@ufrj.br

³ Professora Adjunta na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. leticiaeduc@yahoo.com.br

A Educação do Campo e o enfrentamento das violências: um estudo na Escola Municipal Carlos Chagas

Fernanda Tosetto dos Santos¹

José Fernandez Vailati²

Juliana Thimoteo Nazareno Mendes³

Este trabalho apresenta os dados preliminares da pesquisa-intervenção *A Educação do Campo na Escola Municipal Carlos Chagas e o combate às violências: um processo de construção coletiva*, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas/UFF, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Campos dos Goytacazes e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O projeto objetiva refletir sobre as questões territoriais que impactam as infâncias presentes no contexto da Escola Municipal Carlos Chagas, que está situada no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes (RJ). A escola atende filhos dos trabalhadores assentados e alunos de comunidades periurbanas, que tem a escola como um importante lugar de sociabilidade e de formação. Destaca-se que 9,7% da população campista reside na área rural (IBGE, 2022). Como afirmam Tassara e Ardans-Bonifácio (2008), o modelo de urbanidade se consolida como um projeto histórico civilizatório que propaga um modo de produção econômica e cultural que arbitrariamente se apresenta como regra a outras formas de existência, que faz do encontro com a alteridade camponesa e tradicional expressão da violência, em tentativas constantes de perpetuação de um modelo hegemônico de civilidade urbana em detrimento dos modos de vida destas populações. Assim, partimos do entendimento de que as escolas do campo devem estar alinhadas com a realidade na qual estão inseridas, conhecendo seu alunado, a fim de construir uma proposta político-pedagógica que dialogue com os valores e saberes da comunidade, tendo os princípios da Educação do Campo como referência. Assim, buscou-se desenvolver atividades com base em metodologias participativas, por meio de oficinas realizadas com os alunos do quarto ano do ensino fundamental contemplando múltiplas temáticas. A partir destas atividades foi possível identificar situações concretas de violência, tanto nos territórios de moradia quanto no ambiente escolar. Os alunos relataram conflitos entre facções e violência policial nas comunidades. Na escola, mencionaram brigas, agressões e *bullying*. Também foram observadas pela equipe a prática de comunicação violenta, racismo, intolerância religiosa e discriminação de gênero nas interações entre alunos e com professores. Os dados indicam que os alunos reproduzem no ambiente escolar práticas violentas presentes no conjunto da sociedade, estando estas ligadas às desigualdades sociais, aos conflitos e às situações de exclusão. Isso reforça a importância de entender como as realidades sociais, familiares e do lugar onde os alunos vivem influenciam o dia a dia escolar e as suas relações. Portanto, reconhecer a escola como espaço de expressão e reprodução de violências evidencia a urgência de entender sua complexidade e multidimensionalidade, para que se possa formular ações eficazes ao enfrentamento dessa problemática.

Palavras-chave: Educação do Campo. Território. Infâncias.

¹ Graduanda em psicologia (Universidade Federal Fluminense, fernanda_tosetto@id.uff.br).

² Graduando em psicologia (Universidade Federal Fluminense, josevailati@id.uff.br).

³ Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (Universidade Federal Fluminense, julianatnmendes@gmail.com)

Tudo no mesmo balaio: pesquisa, infância, morte e cultura

Isabela Moreira de Araujo Abreu Silveira¹

A pesquisa foi construída buscando um diálogo entre a tradição de matriz africana que me guia, e o saber acadêmico, onde encontro autores que ajudam a interpretar e conceituar práticas e gestuais sobre a morte. Nessa perspectiva, o objetivo principal desta investigação é compreender as práticas fúnebres voltadas às crianças presentes no cotidiano; valorizar as memórias querubinas produzidas pela cultura e evidenciar os lugares de vida e morte da infância. Esse objetivo demandou a construção de um campo de pesquisa plural e complexo. Busco na companhia do de Deleuze (2017) apresentar as potências do corpo como sentidos da existência, e para as ações referentes a rituais fúnebres na infância, conto com Vailati (2010), que cuidadosamente trata da morte como menina. Necessitei de um vasto levantamento histórico bibliográfico sobre as mortes infantis, são alguns deles: Ariès (1978), Föetsch (2019), Gawryszewski (2016), Verger (1983), Gaspar (2009) e Pereira (2014); consultas em: jornais através da Hemeroteca Digital; legislações; livros de concessão perpétua, rasa/carneiro de menores e óbito no Centro de Livros Cemiteriais do Rio de Janeiro; e entrevistas: com agentes funerários; historiadores e arqueólogos; pessoas ligadas a doutrinas religiosas sobre a cosmovisão do corpo infantil morto; sessões religiosas de matriz africanas em homenagem às crianças; Missas em homenagem às crianças falecidas; e narrativas de pessoas enlutadas. Além dos levantamentos bibliográficos e narrativas utilizadas, foi necessário ir à vários campos², institucionais e “santos”. Da mescla entre realidade e construção de sensibilidade, foram colocados cuidadosamente todas as narrativas, informações, vivências, experiências e objetos, advindos dos campos, na pesquisa-balaio, é a partir das minhas mãos em posição de respeito, confecciono a pesquisa com olhar para a morte e o morrer como cultura, vida e movimento cotidiano, que em tensões, memórias e apagamentos, vivem e morrem pela/na cidade. Parte de confeccionar uma pesquisa-balaio é compreender que enquanto pesquisadores, temos objetivos alinhados, metodologias, bibliografias e nos propomos a realizar atividades nos campos, nos lugares e com as pessoas, mas nesse momento a vida acontece, invade e muda a nossa proposta, assim é necessário decidir se permanecemos rígidos na proposta ou se nos envergamos como vime e nos permitimos ter imprevistos e escutar a vida. Especificamente em minha pesquisa doutoral, mais importante que realizar ou extrair informações, foi ouvir e escutar, o que os lugares e as pessoas tinham a dizer, muitas vezes em objetos, silêncios ou gestos. Permitir que os imprevistos acontecessem foi o que restabeleceu a pesquisa-balaio, transformando-a em um diálogo entre a vida, morte e cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- DELEUZE, Gilles. ORLANDI, Luiz B. L. Coletivo Gt Deleuze. Espinosa e o problema da expressão. EDITORA 34, 2017.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: isabela.maas@gmail.com

² Em total foram aproximadamente 80 (+) espaços fúnebres visitados pela América Latina em todo o período do Doutorado.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. A sacralização da natureza e a simbologia da morte: a Ressignificação da paisagem religiosa nos cemitérios de anjos de São João Maria. *Revista Geografar Curitiba*, v.14, n.1, p.188-202, jan. a jun./2019.

GASPAR, Maria Dulce. Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos, pg. 39 -52 in GRANATO, Marcus. RANGEL, Marcio F. *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e tecnologia*. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. 2009.

GAWRYSZEWSKI, Alberto, A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (séculos XIX e XX), *Revista História* vol. 16, 2016.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007. _____. *A educação pela pedra e outros poemas*.

PEREIRA, Júlio César Pereira da Silva. *À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. 2 edição, Gramond, 2014.

PEREIRA, R. M. RIBES. A Metodologia Mora no Tema: infância e cultura em pesquisa. *Educação e Realidade* Edição eletrônica, v. 46, p. 1-20, 2021.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos*. São Paulo, Alameda, 2010.

VERGER, Pierre. A Sociedade Egbe Òrun dos Abikü, as crianças nascem para morrer várias vezes. *Universidade Federal da Bahia. Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983.

“Eu sou quilombola”: Pertencimento e identidade das crianças do Imbé e os desafios para educação

Isabelle Bon Rabello¹
Júlia Gomes da Silva Lemos²
Beatriz Corsino Pérez³

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola, de 2012, os quilombos são grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição que possuem uma trajetória histórica própria, presunção de ancestralidade negra e resistência à opressão histórica. As diretrizes garantem o direito à modalidade de ensino específica para a população quilombola, entretanto, implementá-la ainda se configura como um desafio para os municípios. Neste trabalho, partimos das reflexões suscitadas por uma pesquisa-intervenção realizada em quatro escolas localizadas na região do Imbé, em Campos dos Goytacazes- RJ, que abrange os quilombos: Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé. Por meio de oficinas participativas, envolvendo crianças de 4 a 10 anos, a referida pesquisa tem como objetivo conhecer a relação das crianças com o território onde moram e com as escolas, aprender sobre as suas práticas culturais, os brinquedos e brincadeiras, visando auxiliar na construção da Educação Escolar Quilombola, no âmbito municipal. Nos encontros, utilizamos como ferramentas a criação de mapas afetivos, desenhos, contação de histórias, músicas, fotografias e vídeos. No que diz respeito aos resultados, foi-se observado que as brincadeiras se relacionam aos diferentes sentidos que compõem o que é ser quilombola, aos processos de apropriação do território, assim como das desigualdades sociais e raciais às quais crianças estão submetidas. A relação das crianças com a natureza e geografia da região apareceu nas brincadeiras e nos costumes como pescar, nadar na cachoeira e na lagoa, comer farofa com a formiga tanajura, entre outros. As escolas possuem papel comunitário, onde a maioria dos profissionais são oriundos da região, conhecem os alunos e suas famílias. Essa proximidade favorece o pertencimento da escola à comunidade, assim como o conhecimento sobre as tradições culturais, as histórias e as lideranças locais. Porém, as escolas têm uma infraestrutura precária, uma vez que foram casas cedidas pelos donos de fazendas que passaram por poucas modificações ao longo dos anos. Em geral, a arquitetura contempla poucas salas de aula, pequeno espaço livre para brincar, salas pequenas, que funcionam em sua maioria com turmas multisseriadas, além da dificuldade de acesso devido à precariedade das estradas de terra. É válido pontuar que a implementação da Educação Escolar Quilombola significa uma forma de luta para que as escolas do campo permaneçam abertas. Esse esforço vai na contramão das políticas educacionais que vêm ocorrendo desde a falência das usinas de cana-de-açúcar, nos anos 1980 e 1990, e com o aumento da migração da população rural para a área urbana. Diante disso, conclui-se a importância dos tensionamentos e resultados observados nesta pesquisa para a valorização e força política a fim de assegurar os direitos das crianças quilombolas a uma educação de qualidade, que considere as especificidades étnico-raciais e culturais locais.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Crianças; Quilombo.

¹ Universidade Federal Fluminense, isabellerabello@id.uff.br

² Universidade Federal Fluminense, juliagomesslemos@gmail.com

³ Universidade Federal Fluminense, beatrizcorsino@id.uff.br

Infância e violência: o PROERD e as perguntas não respondidas de crianças faveladas.

Izila da Silva Cesar¹

O presente artigo tem o objetivo de discutir a relação das crianças com a polícia militar no Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), realizado numa escola no Morro dos Macacos na cidade do Rio de Janeiro. A ideia é pensar como esta relação se dá na tensão entre os objetivos do programa e as experiências vividas pelas crianças com as incursões policiais no território onde moram. Para isso, apresentarei uma reflexão a partir de uma atividade do PROERD em justaposição à concretude da violência que nos reportam notícias de jornais. O PROERD realiza nas escolas aulas ministradas por instrutores da Polícia Militar (PMERJ) sobre resistência às drogas e à desaprovação da prática de violência. O projeto justifica que o programa é desenvolvido porque as drogas alcançam estudantes causando violência. Logo, a polícia busca ensinar ações de resistência. Desta maneira a aula do PROERD analisada neste artigo foi ministrada numa turma de 5º ano numa escola pública. A instrutora da PMERJ propôs a uma turma de 21 crianças que escrevessem perguntas sobre violência dentre as quais ela escolheria algumas e responderia. Das crianças presentes, nem todas participaram. Das perguntas realizadas, nem todas foram respondidas. A instrutora respondeu perguntas como: “Tia, você tem filhos?”. Das perguntas não respondidas, crianças questionavam: “É obrigado a gostar de polícia?” “Eu não gosto da polícia porque ela mata as pessoas sem saber que é bandido. Lembra do menino de 13 anos?” “Não gosto da polícia porque muitas pessoas inocentes morrem na mão da polícia. O que eu faço?”. A reflexão deste artigo problematiza os motivos das perguntas não serem respondidas. Será que o modo que a Polícia atua no Morro dos Macacos é um dos motivos desta instrutora não responder? Quais são as referências de ações policiais que essas crianças carregam que as fazem questionar se são obrigadas a gostar de polícia? Segundo o Instituto Fogo Cruzado, o Morro dos Macacos, em 2024, teve 8 vezes mais tiroteio do que em 2023. No dia 5 de agosto Guilherme Assis, de 13 anos, foi morto durante sua festa no Morro dos Macacos. Segundo notícias, os tiros foram disparados durante disputa de territórios entre traficantes rivais. Como a instrutora explica para as crianças onde está a polícia quando há conflitos no Morro? Como explicar que a polícia ao invés de proteger a vida de pessoas, está matando em operações policiais? Qual a representação da polícia para as crianças? Enquanto a polícia ensina sobre o combate às drogas, crianças exigem respostas do por que suas vidas estão sendo interrompidas. Algumas conclusões deste estudo apontam que pessoas que moram em territórios conflagrados, estão mais suscetíveis a sentirem medo da polícia. Outras reflexões evidenciam a contradição entre o que o PROERD busca ensinar e a prática da polícia nestes territórios. Nos ajudam a pensar essas questões: ARROYO, GELART, MBEMBE, BUTLER.

Palavras-chave: infância; violência; proerd; favela.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Grupo de Pesquisa Infâncias em Perspectivas (GPIP). E-mail: izilacesaruerj@gmail.com

E por onde andam as meninas do SJ? Desigualdades de gênero no cotidiano da favela do São João

Jéssica Carvalho Miranda de Azevedo¹

Esse artigo constitui parte da pesquisa de mestrado intitulada “As crianças do Morro do São João: infância e cultura de pares entre janelas, lajes, ruas e vielas” cuja escolha metodológica estruturou-se na observação, sintetizada por registros em forma de crônicas. As análises centram-se nos conceitos de cultura, infância, cultura de pares, espaço e lugar, gênero e violência. O universo feminino surgiu nesta pesquisa pela quase ausência, pois as meninas estão no SJ, mas sua presença pelas ruas é encoberta diante da dos meninos. Para entender melhor essa quase ausência feminina utilizou-se o conceito de Azevedo (2016, p. 174), que afirma considerar gênero “[...] um conjunto de concepções e normas prescritivas sobre o que é identificado masculino ou feminino em um determinado contexto cultural e em determinado tempo, que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”. Autoras como Louro (1997) e Scott (1998), afirmam que assim como a infância, o gênero também faz parte de uma construção social. Para elas, a ideia de gênero está diretamente ligada àquilo que a sociedade considera como papéis sociais e culturais corretos e adequados para homens e mulheres e está relacionada às noções construídas de masculinidade e feminilidade. Pesquisas de autores como (NEVES, 2008; SILVA, LUZ, 2012; SANTOS, SILVA, 2020; entre outros) sugerem que o ambiente que cerceia e segrega meninos e meninas em brincadeiras e atividades orientadas por estereótipos de gênero, também permite a desconstrução e reconstrução de vivências que transcendem as feminilidades e masculinidades e tantos outros binarismos construídos a partir das diferenças de gênero. Durante todas as observações tentei captar e registrar a presença das meninas nas minhas escritas e, na maioria delas, posso apontar o quanto elas estão fadadas ao seu gênero. A pesquisa realizada por Senkevics e Carvalho (2016) expõe que essas discrepâncias iniciam na infância, com maior responsabilidade dadas às meninas nas tarefas domésticas se comparadas aos seus irmãos. As análises trazem aquilo que observei a respeito do gênero, nas crônicas: as divisões dos brinquedos e brincadeiras, trabalho e cuidado doméstico determinado às meninas; e responsabilidades delas na família. Nas crônicas é possível notar a ausência delas no espaço público e nas divisões dos brinquedos e imposições das cores rosa e azul no bolo para a comemoração do dia das crianças. Se concordamos que a cultura media e contribui para que as pessoas construam sentidos e significados para tudo que as cerca, é importante que essa construção envolva toda a sociedade – crianças, jovens, adultos e idosos. Uma construção social, econômica e política que reduza as desigualdades, com garantia à igualdade de gênero, respeito à infância como prioridade absoluta, às crianças na produção das suas identidades e ações efetivas por parte de diferentes instituições que não oponha, hierarquize e naturalize a diferença entre os sexos.

Palavras-chave: Infância; Gênero; Crônicas

¹ Professora de Educação Infantil. Pedagoga, mestre e doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Infâncias que ocupam territórios, brincam e inventam a cidade e a vida

Joice Carvalho Coutinho¹
Rodrigo Batista Lobato²

Este trabalho se propõe revisitar uma pesquisa de base qualitativa desenvolvida no município de Rio Bonito (RJ), com o objetivo de investigar como as crianças habitam e reinventam a cidade por meio do brincar livre em espaços públicos urbanos. A pesquisa acompanhou sete crianças com idades entre 3 e 13 anos, explorando suas vivências espaciais em ruas, praças, terrenos baldios e parques da cidade. Como procedimentos metodológicos, utilizaram-se observação participante, registro em diário de campo, fotografias e conversas informais, configurando uma abordagem caminhante e sensível, baseada na escuta atenta e no acompanhamento das crianças em seus gestos cotidianos. Buscamos inspiração nos estudos da Sociologia da Infância (Corsaro, 2011; Sarmiento, 2008) e da Geografia da Infância (Lopes, 2008; 2021), que compreendem as crianças como sujeitos sociais ativos, históricos e culturais, produtores de significados, capazes de transformar os espaços que ocupam. Pelo brincar as crianças relacionam-se com/no mundo, constroem suas vivências espaciais, criam e transformam o mundo, perseveram em seu ser (Coutinho, 2023). Em diálogo com Lobato (2024), afirmamos que toda criança é autoral ao ler e interpretar seus mundos, por meio de múltiplos letramentos vinculados às suas práticas sociais e fazem isso muitas vezes como brincadeira. As brincadeiras observadas na pesquisa realizada revelam a criação de territorialidades infantis, nas quais as crianças reinterpretam o espaço urbano, atribuindo sentidos próprios a partir da imaginação, dos afetos e da convivência com pares e adultos. As crianças desenham campos de futebol no asfalto, brincam com folhas das árvores nos laguinhos, transformam calçadas em cenários de faz-de-conta e ruas em pistas de corrida, revelando uma profunda capacidade de criação, resistência e agência. O estudo mostra que, mesmo em contextos de urbanização excludente e emparedamento dos corpos infantis (Tiriba, 2010), as crianças encontram formas de ocupar e reinventar os territórios com criatividade e potência. A cidade, tradicionalmente pensada para adultos, torna-se outra quando vista a partir dos olhos das crianças: mais afetiva, poética e mais viva. Conclui-se que o brincar livre é uma prática política, estética e pedagógica que deve ser reconhecida como um direito das infâncias e um compromisso coletivo de toda a sociedade. A pesquisa reafirma a necessidade de políticas públicas e práticas educativas que garantam o direito à cidade e ao brincar, e propõe que educadores, gestores e planejadores urbanos atentem para os saberes e fazeres infantis. Brincar é um modo de existir, de aprender e de criar o mundo, e as crianças de Rio Bonito nos mostram que é possível reinventar a cidade com alegria, imaginação e liberdade. Elas nos convidam a caminhar ao seu lado, não para conduzi-las, mas para aprender com elas outros modos de viver e conviver no espaço urbano.

Palavras-chave: Infância; Brincar; Cidade; Territorialidades; Culturas Infantis.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: joicecarvalho@id.uff.br.

² Pós Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Leciona na graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense e coordena o Laboratório de Cartografias Históricas e Escolares na FEBF. E-mail: lobato.uerj@gmail.com.

Educação antirracista na prática: uma proposta de intervenção pedagógica

Kamilla Coelho Oliveira¹
Priscila da Silva Rocha²

Este resumo apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvido com crianças de 9 e 10 anos, numa turma do quarto ano do Ensino Fundamental em uma escola pública localizada na periferia urbana de Juiz de Fora (MG). A proposta pedagógica surgiu de observações no cotidiano escolar, em que as crianças reproduziam estereótipos e xingamentos racistas. Compreender a construção da identidade racial negra, historicamente associada à inferioridade, impõe desafios à escola na criação de práticas pedagógicas significativas. Este relato apresenta a potência de uma vivência intencional voltada ao reconhecimento da identidade preta e ao enfrentamento do racismo na infância, por meio de ações educativas que valorizem a cultura afro-brasileira e as vozes das crianças em seus territórios. O projeto teve como eixo o livro “*Meu crespo é de rainha*”, de bell hooks, com ilustrações de Chris Raschka, valoriza a identidade étnico-racial na infância. Com linguagem poética e rimas afirmativas, enaltece o cabelo crespo como beleza, orgulho e ancestralidade. As ilustrações vibrantes rompem com padrões hegemônicos e reforçam a diversidade. No contexto escolar, a obra é uma ferramenta pedagógica potente para promover o letramento racial, incentivar o respeito às diferenças e fortalecer a autoestima de crianças negras, contribuindo para o enfrentamento do racismo estrutural. Na literatura infantil, amplia-se o debate sobre as diferenças na educação, com experiências estéticas voltadas à diversidade. Essa abertura inclui protagonistas negros, indígenas, pessoas com deficiência — antes invisibilizados. A partir da leitura literária, o trabalho promoveu discussões sobre cultura preta e racismo. O referencial teórico ancorou-se em autores como Gomes (2008), Freire (1996) e Munanga (2008), articulando identidade, mediação cultural, representatividade e formação crítica. O dispositivo metodológico foi interdisciplinar e sensível ao contexto sociocultural das crianças, integrando rodas de conversa, leitura de imagens, oficinas de tranças, preparo de comidas típicas e vivências artísticas, culminando no desfile temático inspirado em “Africanidades”. A prática foi desenvolvida ao longo do ano de 2024, de forma transversal, articulando-se com os conteúdos curriculares de diferentes disciplinas, o que possibilitou uma abordagem integrada e contextualizada. As experiências possibilitaram discussões sobre relações étnico-raciais, demonstrando a intencionalidade pedagógica e promovendo a construção de saberes culturais e sociais. A análise revelou avanços na convivência e no reconhecimento da diversidade, com redução de xingamentos racistas e preconceitos. Concluímos que valorizar as infâncias pretas em seus territórios fortalece a autoestima, a convivência e a consciência coletiva. A experiência mostra que a escola periférica pode ser espaço de insurgência, memória e justiça social, ao acolher os saberes das crianças e dialogar com sua realidade.

Palavras-chave: Infâncias periféricas. Identidade preta. Cultura afro-brasileira. Literatura. Educação antirracista.

¹ Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora, pós-graduada em Educação Especial.

² Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora, doutoranda em educação.

Rainhas e Peões: O Xadrez que Empodera Crianças na Periferia

Karynne dos Santos Nascimento¹

O projeto de iniciação à docência, *Oficinas de Xadrez: Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, vinculado ao Coletivo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil, pertencente a Faculdade de Formação de Professores (UERJ), utiliza o xadrez como ferramenta pedagógica e política para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças de 7 a 12 anos em uma escola pública de São Gonçalo (RJ). Desenvolvido desde março de 2025, as oficinas atendem quatro turmas regulares da rede municipal, com participação média de 15 crianças por grupo. Mais do que um jogo, o xadrez é empregado como instrumento de transformação educativa, incentivando estratégia, concentração e autoestima, enquanto desafia desigualdades ao criar um espaço de equidade e protagonismo infantil. As oficinas estruturam-se como um "espaço lúdico-temporal" (Huizinga, 1971), onde o tabuleiro se torna um território de regras justas e desafios acessíveis. Metodologia e Análise: A pesquisa adota abordagem participativa, envolvendo crianças e educadores no processo de análise. A metodologia baseia-se em: 1. Aprendizagem coletiva: crianças constroem estratégias em grupo, fortalecendo laços comunitários; 2. Desconstrução de hierarquias simbólicas: questiona-se a ideia de que o xadrez é um saber restrito a "intelectuais" (como professores e bolsistas), valorizando habilidades como o raciocínio lógico em contextos onde outras formas de conhecimento (corporais, artísticas, comunitárias) são frequentemente marginalizadas. À luz da Pedagogia Eco-Ancestral (Trancoso e Oliveira, 2020), que ressignifica corpos e saberes negros, o xadrez opera como um "espaço de resistência", um campo simbólico onde crianças periféricas reelaboram identidades e fortalecem a autoconfiança. O tabuleiro oferece um reencontro com a agência infantil, permitindo que crianças negras e periféricas se reconheçam como estrategistas capazes de desenvolver ferramentas para enfrentar opressões cotidianas, como o racismo, a exclusão socioespacial e a desvalorização de seus saberes. Se a Pedagogia Eco-Ancestral propõe a circularidade e a ludicidade como eixos, o xadrez materializa esses princípios, transformando o jogo em ato político de reinvenção das subjetividades – peça por peça, lance a lance.

Palavras-chave: Xadrez. Crianças Periféricas. Oficinas. Escola.

Referências:

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura*. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TRANÇOSO, Joelma dos Santos Rocha; OLIVEIRA, Kiusam Regina de. Pedagogia Eco-Ancestral: caminhos para (r)existência de infâncias negras. *Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 10-26, 2020.

¹ 'Estudante da Graduação da Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Faculdade de Formação de Professores, e bolsista do COLEI. santoskarynne31@gmail.com

“Ontem fui ao baile com meu pai”: o que dizem as crianças de uma escola de Educação Infantil do Morro da Pedreira-RJ?

Kíssia Natália Moura Barroso da Silva¹

Este trabalho traz reflexões que estão sendo construídas em uma pesquisa inicial de mestrado, cujo objetivo é conhecer e analisar o que dizem as crianças da educação infantil do Espaço de Desenvolvimento Infantil no Morro da Pedreira, sobre o ser criança no território onde vivem. O local está situado na zona norte do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada por Qvortrup (2010) para pensar à infância como uma categoria estrutural geracional na sociedade, Sarmento (2005), para entender à concepção de infância que ainda está posta e engessada, na contemporaneidade e Liebel (2019) para articular a infância em uma perspectiva diferente dos modos ocidentais instituídos. Através dos pensamentos de Bakhtin (2003), busco um movimento discursivo de pensar as diferentes linguagens das crianças. O autor considera a linguagem como algo de suma importância, uma vez que através dela, conseguimos expressar sentimentos, pensamentos e moldar nossas experiências de mundo. Como encaminhamento metodológico opto inicialmente pela conversa, participação observante, e por estratégias que evidenciem os enunciados infantis a partir de diferentes linguagens, com crianças de 4 e 5 anos de uma turma de PRÉ-I. Essas linguagens são: experiências lúdicas pautadas na oralidade, escrita espontânea, desenhos, situações do imaginário, brincadeiras, passeio pelo território. Neste último faço intermédio com a fotografia como meio de possibilitar que as crianças registrem os lugares que mais se identificam fora da escola os instigando a construir mapas afetivos. Sendo assim, algumas perguntas que orientam essa investigação são: de que forma podemos ressignificar a realidade de crianças na educação infantil no Morro da Pedreira? E, como possibilitar e correlacionar as múltiplas linguagens das crianças com as experiências educativas? Desse modo, se torna relevante pensar as vozes das crianças em nossas pesquisas, como forma de possibilidade e desafios do ser criança em contexto de favela, uma vez que essas geografias espaciais, tendem a ser esquecidas e inviabilizadas no cotidiano da educação infantil, como aponta (Lopes, 2024). Para o autor “o corpo alheio, o chão, as palavras outras são nossas primeiras geografias e teimam em existir na eterna contradição do viver” (Lopes, 2024, p.10). Neste caso, me questiono: o que fazer com a fala da criança, que diz: “ontem fui ao baile com meu pai, tinha pula-pula e foi legal”? Lopes (2018), nos faz refletir que “para cada criança do local existe também um lugar de criança, designado socialmente pelos adultos, que são quem configuram o limite de suas vivências” (Lopes, 2018, p.24). Essa complexidade da existência das crianças é atravessada pelo lúdico, por suas histórias e por suas falas. Tudo isso ao ser melhor entendido pode ser compartilhado para se buscar estratégias de acolhimento na educação infantil e também buscar compreender as infâncias e seus modos de viver a cultura.

Palavras-chave: criança, educação infantil, favela

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE- UFRJ), Professora de Educação Infantil da Secretária Municipal do Rio de Janeiro e de Japeri/RJ e-mail: kissiabarrosomoura@gmail.com

Educação ambiental na educação infantil: vivências e experiências ‘desemparedadas’

Lidiane Barcelos¹

Isabela Bolorini Jara²

Denise Ana Augusta dos Santos Oliveira³

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a experiência de um quintal brincante/sensorial e as vivências direcionadas ao ‘desemparedamento’ construídas em uma unidade de Educação Infantil, situada no município de Duque de Caxias, RJ. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando a observação participante e de diário de campo. Utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin. A pesquisa, de caráter qualitativo, está ancorada na análise de conteúdo (Bardin, 2000), buscando compreender as implicações das diretrizes educacionais para Educação Ambiental na Educação Infantil. Dessa forma, pretende-se discutir a importância de uma abordagem que vá além do modelo tradicional de ensino, incorporando práticas que valorizem os saberes locais e comunitários, essenciais para uma Educação Ambiental crítica. Para isso, a investigação fundamenta-se em uma análise prático-teórica que permite observar de forma participante e a utilização de diário de campo durante a prática pedagógica e analisar a Educação Ambiental na Educação Infantil, com ênfase nas relações entre a natureza e as crianças. Para a interpretação dos dados, fundamentamos a análise nos referenciais teóricos de Layrargues (2001) e Tiriba (2018). As perspectivas dos estudiosos possibilitaram a construção de uma análise que não apenas descreve a presença da Educação Ambiental na Educação Infantil, mas também problematiza sua implementação a partir das relações de poder e na busca por descolonizar o currículo escolar hegemônico. Aprofundando o diálogo teórico com o projeto dessa creche, podemos pensar que ele busca o “desemparedamento” da educação infantil por uma abordagem que valoriza a liberdade de movimento e a exploração do ambiente. As crianças são encorajadas a aprender através da interação com seu entorno, participando ativamente de atividades que estimulem a curiosidade e a criatividade. Tiriba argumenta que “a educação deve ser um espaço de vivências, onde as crianças possam experimentar, brincar e se expressar livremente” (Tiriba, 2018). Identificamos uma creche que criou um quintal sensorial brincante onde foi possível observar as atividades de Educação Ambiental, em diálogo com as propostas pedagógicas de uma Educação Infantil, que se pensa promotora de um processo de “desemparedamento” estimulando as atividades não como um fim em si mesmas, mas como temas geradores que são desdobrados a partir das vivências das crianças nesse processo de brincar livre e em reconexão com a natureza.

Palavras-chave: Vivências e Experiências, Educação Infantil, Educação Ambiental, Desemparedamento

Referências:

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
TIRIBA, L. Educação Infantil como Direito e Alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

¹ Creche e Pré-escola Municipal Professora Rosalita da Silva Netto, lidianebarcelos81@gmail.com;

² Idem e Universidade Federal Fluminense - UFF, isabelabjara@gmail.com

³ Idem e Universidade do Grande Rio – Unigranrio, prof.deniseana@gmail.com

Reflexões sobre práticas de constituição identitária com bebês e crianças bem pequenas

Lívia da Silva Queiroz¹
Andrea Moreira Santana Tavares²

Neste texto, objetivamos refletir sobre uma proposta que visa tratar a(s) identidade(s) de crianças pequenas considerando fundamentalmente os discursos de racialidade. Intuindo ultrapassar uma perspectiva que confina a educação das relações étnico-raciais (ERER) como conteúdo a ser transmitido, apostamos nas interações das crianças entre elas mesmas e com adultos como processos constituidores de identidade(s). Nesses processos, as relações estabelecidas e o ambiente são protagonistas (Cruz e Cruz, 2017). Assim, fincamos-nos em ideias de criança(s) e infância(s) plurais, posto que “[...] para entender a infância temos que considerar fatores interseccionais, como: raça, classe e gênero” (Pereira e Dias, 2020, p. 181). Como professoras “buscantes” (Trindade, 2010), relatamos um recorte de uma sequência didática cujo objetivo foi trabalhar a(s) identidade(s) de crianças entre 1 e 2 anos, em uma Unidade Municipal de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Niterói/RJ. A sequência emergiu da aposta pedagógica no ambiente como parte da construção identitária. Assim, expomos nas paredes da sala fotografias individuais das crianças, assim como outros registros delas com suas famílias, de brincadeiras e momentos do cotidiano na unidade. Interpretando os gestos e as palavras manifestados (Guimarães, 2009), uma das propostas teve como objetivo (re)conhecer a diversidade de cabelos, por dois motivos: além de ser um demarcador do pertencimento étnico-racial (Carneiro, 2023), a diversidade de penteados, trançados, cortes e presilhas utilizados pelas crianças fazia parte das interações gestuais e orais entre elas e com as professoras. Portanto, a proposta foi realizada em quatro momentos: (1) leitura do livro “Meu crespo é de rainha” (hooks, 2018). Aliando-nos à leitura como processo de negociação de sentidos (Pereira e Dias, 2010), o livro foi lido, relido e manuseado em diferentes ocasiões. Os olhares que acompanhavam as ilustrações e os gestos de levar as mãos ao cabelo testemunham o interesse pela obra; (2) sentir as texturas dos tipos de cabelo do grupo utilizando as mãos. Se, por um lado, a maioria das crianças demonstrou excitação e interesse em tocar o próprio cabelo, o dos colegas e professoras, por outro, um pequeno grupo permaneceu estático ao ter seu cabelo tocado, expressando incômodo; (3) por fim, fotografamos o cabelo de cada criança e dispomos as fotos aleatoriamente. O grupo manuseou as fotos, apontando e falando a quem pertencia cada cabelo. Concluímos que uma prática pedagógica alicerçada nos discursos de racialidade vislumbra possibilidades de constituição identitária(s) com crianças que, embora recém-chegadas ao mundo, já experimentam os privilégios e os prejuízos de pertencimento a determinados grupos étnico-raciais (Carneiro, 2023). Refutando modos efêmeros de encerrar a ERER como conteúdo, apostamos nas interações cotidianas para revirar os sentidos hegemônicos de infância(s), criança(s) e identidade(s).

Palavras-chave: Educação Infantil; Identidade(s); Questões étnico-raciais.

¹ Professora I da Fundação Municipal de Educação de Niterói. E-mail: liviaqueiroz12@yahoo.com.br.

² Professora I da Fundação Municipal de Educação de Niterói. E-mail: andreamstavares@gmail.com

Investigando medos cotidianos: escuta sobre o terror na mediação de leitura com crianças

Luis Claudio do Nascimento Silva Junior¹

Este resumo nasce da minha experiência como mediador de leitura no projeto de extensão: “Tenda Literária na Praça dos Ex-Combatentes em São Gonçalo: democratizando literatura”, vinculado ao COLEI (Coletivo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil). A partir de uma abordagem metodológica alinhada à intervenção comunitária (Freire, 1992), concretizando-se na montagem de uma tenda itinerante em espaços de leitura em ambientes de educação formais e informais. A proposta busca construir espaços dialógicos entre a universidade e as comunidades escolares, com foco na formação leitora e no reconhecimento da infância como produtora de cultura. Inserido nesse contexto, o relato centra-se nas mediações de leitura realizadas em uma das quatro turmas do Ensino Fundamental de uma escola municipal de São Gonçalo-RJ, onde, a partir da leitura de histórias de terror, mistério ou folclore, busquei escutar os medos das crianças, ampliando o entendimento sobre como essas narrativas circulam e são ressignificadas por elas no cotidiano. Ao longo das visitas, percebi que o medo das crianças está menos ancorado no sobrenatural, como fantasmas, vultos ou criaturas míticas, e mais relacionado a experiências concretas do cotidiano, como a violência urbana e o contato com elementos fortemente mais gráficos como sangue, armas e crimes. Durante uma das mediações, ao perguntar de que tinham mais medo, ouvi de uma criança: “de barata voadora”. A resposta foi recebida com riso e ampla concordância da turma, revelando que o medo real se distancia dos arquétipos clássicos do terror. Essa vivência reafirma que escutar as crianças é uma ferramenta pedagógica e investigativa fundamental. Segundo Rocha (2008), é somente a partir da escuta do que as crianças têm a nos dizer que somos capazes de acessar os reais significados e modos de ser criança em contextos atravessados por uma cultura adultocêntrica e normatizadora. Ouvi-las, portanto, é condição para reconhecer a complexidade que envolve seus mundos e suas formas próprias de significar o cotidiano. Ao deslocar o eixo da mediação de leitura de assombro para a conversa, do medo clássico para o vivido, amplia-se o potencial crítico da atividade. Concluímos que a literatura, nesse contexto, torna-se espaço de acolhimento, investigação e reconstrução simbólica das emoções. É somente por meio de uma escuta atenta e genuína que conseguimos acessar os medos reais que habitam o cotidiano infantil. Medos que não estão, necessariamente, nas criaturas fantásticas, mas nas experiências concretas que atravessam suas vidas. Ouvir as crianças é, portanto, um gesto de reconhecimento e respeito à complexidade de seus mundos, permitindo que educadores caminhem com elas na construção de sentidos, segurança e pertencimento.

Palavras-chave: Mediação de leitura; literatura; tenda literária.

Referências:

- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silva Helena Vieira. (org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008, p.43-51.

¹Graduando em pedagogia (FFP-UERJ, luisclaudiobbb@gmail.com)

As infâncias e a luta antirracista no cotidiano escolar: conversas urgentes e insurgentes

Luís Paulo Cruz Borges¹

Juliana Dias Coelho Paiva²

Luiz Carlos Nascimento da Cruz³

O presente trabalho está inserido no projeto de Iniciação à Docência, “*Circularidade de saberes na formação docente: por uma didática racial*”, realizado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ) que vem propondo/pensando didáticas/currículos raciais na escola do tempo presente. Objetivamos contribuir com conversas necessárias, urgentes e insurgentes *na/para* a formação docente colocando a centralidade das infâncias na luta antirracista a partir dos dispositivos das Leis 10.639/03, 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Nossas teorizações estão pautadas em autorias negras a partir das reflexões de Nilma Lino Gomes, bell hooks, Nego Bispo, Perseu Silva, Renato Nogueira, Alessandra Pio, Célia Cristo, Conceição Seixas, entre outros/as. Metodologicamente utiliza-se a pesquisa-ação em que produzimos sentidos à ação pedagógica cotidiana. Trabalhamos a partir da ideia de ação-reflexão-ação para gerar um conhecimento ³*na e sobre* a prática. Além da observação, também, emprega-se o diário de campo como forma de anotações das atividades, escrita de relatórios por parte dos bolsistas, transcrição e anotação das falas dos/das estudantes, produção de imagens fotográficas e digitalização dos desenhos das crianças. Estamos, dessa forma, produzindo uma reflexividade com as infâncias tendo como debate as questões raciais: o que dizem e pensam as crianças sobre o racismo? Como pensam e o que dizem sobre a luta antirracista? Qual o papel da formação docente diante da luta antirracista? À guisa de conclusão, assumimos que pensar/propor currículos/didáticas raciais ainda é um desafio. Indicamos três dimensões em que pautamos nosso trabalho: i) as infâncias precisam ser lidas/pensadas em contextos racializados; ii) a formação docente deve ser compreendida como instrumento contra o racismo por isso mesmo deve pautar debates sobre negritude, branquitude etc; iii) as crianças são insurgentes em seus modos de ser/pensar/agir.

Palavras-chave: Infâncias; insurgência; cotidiano escolar; antirracismo; Ensino Fundamental.

¹ Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa (Re)imaginação da Escola e do Futuro com as infâncias e juventudes (GEPRIF).. borgesluispaulo@yahoo.com.br

² Graduanda do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de Iniciação à Docência no CAp-UERJ. julianadiaspaiva@gmail.com

³ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de Iniciação à Docência no CAp-UERJ luiz-19981998@hotmail.com

Crianças sambistas e práticas de aprendizagem na escola de samba mirim

Maiza Francisco¹

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de doutorado em Educação, intitulada *As crianças que sambam na verde e rosa: educação e saberes ancestrais*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contexto Contemporâneo e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo é refletir sobre como as práticas educativas se manifestam no cotidiano das crianças, especialmente no contexto da escola de samba mirim. Adotamos como base teórica a afroperspectividade, definida como “um modo de abordar a realidade que parte de um pressuposto bastante antigo da filosofia da África do Oeste” (Noguera, 2020, p. 1). Acrescentam-se a isso os estudos de Azoilda Trindade (2023), sobre os valores afro- civilizatórios — um conjunto de princípios ligados à cultura africana e afro-brasileira que influenciam a sociedade brasileira —, e a contribuição dos estudos de Leda Martins (2021) sobre os movimentos corporais, a memória como forma de preservação e continuidade dos saberes. Por meio dessas pesquisas, e de outros estudiosos, foi possível analisar de que forma ocorre o processo de ensino-aprendizagem e as práticas educativas na agremiação mirim. Adotamos a abordagem qualitativa, com base na metodologia etnográfica. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos, a observação participante, o desenho e a roda, devido à sua importância “... na medida em que coopera para a apropriação de cada etapa vivida pelo sujeito construtor dos conhecimentos, que lhe dá segurança para ousar e desvendar o novo, refletir, perguntar-se, conhecer-se e adotar posturas fundamentais” (Warschauer, 1994, p. 110). Os resultados apresentados na pesquisa indicam que as práticas educativas desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem são construídas por meio da música, da dança, dos movimentos, entre outros aspectos culturais e simbólicos que fazem parte da agremiação mirim. A pesquisa contribui para o reconhecimento da escola de samba mirim como espaço de aprendizagem.

Palavras-chave: Crianças, Infâncias, Escola de Samba Mirim, Práticas Educativas.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Pesquisadora / Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Infâncias (Afrosin) /UFRRJ. E-mail: maizafrancisco@gmail.com

O direito à gratuidade garante, de fato, que as crianças torcedoras consigam frequentar o Estádio do Maracanã?

Maria Aparecida da Silva¹

No Estado do Rio de Janeiro, há a Lei nº 4.476/2004, que assegura o acesso gratuito de menores de 12 anos às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Rio de Janeiro, desde que estejam acompanhados de um responsável. No Maracanã, esse direito é concedido exclusivamente nos setores Sul e Norte, localizados atrás dos gols. Nos demais setores, apenas as crianças de até 2 anos de idade não pagam ingresso. Essa legislação estadual representa um marco importante para o cumprimento dos direitos à cultura e ao lazer das crianças, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Contudo, há de se considerar que, apesar das crianças possuírem o direito à gratuidade, esse benefício não é estendido ao responsável que acompanha a criança. Diante deste cenário, o objetivo central deste estudo é compreender se o direito à gratuidade garante, de fato, que todas as crianças torcedoras consigam frequentar o estádio de futebol. Para a fundamentação teórica, serão explorados os referenciais situados no campo dos Estudos da Infância, Cultura e Sociedade. Essa investigação é um recorte da pesquisa de mestrado da autora, intitulada “Entre faixas, bandeiras e sinalizadores: o torcer-criança em uma torcida de futebol da cidade do Rio de Janeiro”, que buscou entender como as crianças conduzem e significam a experiência de torcer por uma equipe de futebol, ação que denomino como *torcer-criança*, nas arquibancadas do Estádio do Maracanã, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. De caráter qualitativa e etnográfica, a metodologia foi conduzida a partir da observação participante, utilizando as técnicas de observação, fotografia e conversas com dez crianças, de idades entre 4 a 12 anos, em jogos de futebol da equipe profissional masculina do Fluminense *Football Club*, que ocorreram no período de janeiro de 2023 a abril de 2024. A partir das conversas e observações que ocorreram ao longo da pesquisa, e em diálogo com os referenciais teóricos que orientam esse estudo, constatou-se que nem todas as crianças conseguem, na prática, usufruir do seu direito de acessar gratuitamente os estádios de futebol no Estado do Rio de Janeiro. Isso porque elas dependem diretamente de um responsável adulto e pagante – que nem sempre têm condições financeiras de adquirir os ingressos comercializados, dadas as desiguais condições econômicas e sociais existentes no país, e em razão do encarecimento dos ingressos nos últimos anos (MASCARENHAS, 2013) – para acompanhá-las neste espaço. Portanto, não é possível pensar na infância – categoria geracional, estrutural e permanente da sociedade, onde as crianças estão inseridas (QVORTRUP, 2010) – sem considerar a sua relação com outros campos sociais, como a política, a economia e a cultura. As distintas condições de existência, especialmente no Brasil, não são problemáticas enfrentadas apenas pelos mais velhos, pois afetam as crianças e a efetivação dos seus direitos (SILVA e GOMES, 2023).

Palavras-chave: crianças; torcer-criança; torcida; futebol.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPED/UERJ). E-mail: mari-ffc@hotmail.com

Educação Infantil: uma experiência com construção de brinquedos com materiais sustentáveis numa escola pública

Maria das Graças Correia Gomes¹
Éllen Alissa Teixeira²

Compreender a importância de inserir o brinquedo no contexto escolar é fundamental para a formação de bons profissionais, pois o brincar na vida da criança é um processo de mediação entre a criança e a realidade, e aliar o brincar aos conceitos de sustentabilidade foi imprescindível no projeto de intervenção do estágio supervisionado de docência na Educação Infantil. A sociedade está vivendo um drama nas questões ambientais, o planeta está em perigo, e o reaproveitamento de materiais que iriam para o lixo desperta na criança o cuidado com o meio ambiente. O brincar é essencial para o desenvolvimento pleno da criança, tanto que se tornou um direito garantido por lei. Ele deve estar presente na vida da criança o tempo inteiro, por ser a linguagem principal e a mais potente para seu desenvolvimento. É um meio pelo qual as crianças dramatizam, criam, imaginam, reproduzem o seu cotidiano e acima de tudo sentem prazer. O brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvimento das cognições, afetividade, corpo e interações sociais das crianças, a atuação do professor como mediador para oportunizar experiências significativas é imprescindível no cotidiano da educação infantil. Este trabalho relata a experiência da construção de brinquedos com materiais sustentáveis em uma escola pública de um município de Alagoas, na disciplina curricular estágio supervisionado no ensino da Educação Infantil, o curso de Pedagogia proporcionou a prática vinculada a teoria vista nas disciplinas Fundamentos da Educação Infantil e Saberes e Práticas da Educação Infantil. No estágio ocorreram três etapas: 1) Realização a caracterização da escola, tanto no que diz respeito a estrutura, profissionais e documentos (houve perguntas aos gestores e registro da estrutura da escola, essa etapa ocorreu em 3(três) dias); 2) Observação em sala de aula, planejamento da professora e a rotina das crianças (foi solicitado o planejamento da professora e registrado como ela desenvolvia a rotina da educação infantil, bem como a relação com as crianças e o interesse nas propostas da professora, essa etapa ocorreu em 5(cinco) dias e 3) Elaboração do projeto de ação para a regência (a regência também foram 5 (cinco) dias. De acordo com a observação, as crianças não tinham brinquedos suficientes para brincar, numa turma de 16 (dezesesseis) crianças havia apenas 3 (três) brinquedos bastante disputados, diante dessa realidade, foi elaborado o projeto, a ideia não era comprar os brinquedos e sim confeccionar junto com a criança, o título do projeto foi: A construção de brinquedos com materiais sustentáveis. Assim, ocorreu a pesquisa-ação na sala de Educação Infantil em que foram propostas estratégias para integrar o lúdico ao cotidiano escolar, promovendo criatividade, autonomia e consciência ambiental. A intervenção resultou em benefícios significativos para o aprendizado e desenvolvimento integral das crianças, além de promover a autonomia da criança na elaboração dos brinquedos e a consciência ambiental na utilização de materiais sustentáveis, com a integração entre a educação infantil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. No processo do projeto as crianças se envolveram com a construção dos brinquedos, colavam, decoravam, pintavam, recortavam, todas bem concentradas na construção, a alegria e a satisfação de ver algo construído por elas eram visíveis, proporcionando autonomia em suas ações, após a construção elas foram brincar com os brinquedos, colocavam a garrafa luminosa no escuro, inventavam histórias com a tartaruga construída, tentavam colocar a tampa da garrafa no brinquedo bilboquê e tentavam pegar os peixinhos na pescaria, todas envolvidas, brincando, mostrando suas artes, a alegria de brincar era visível em suas fisionomias. Os

¹ graca.gomes@uneal.edu.br, Universidade Estadual de Alagoas

² ellen.teixeira@alunos.uneal.edu.br, Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

brinquedos ficaram a disposição das crianças em uma grande caixa, o que proporcionou o brincar para todas e um tempo maior, já que tinha brinquedos para todos.

Palavras-chave: brinquedos; educação infantil; sustentabilidade. desenvolvimento infantil.

“Eles são artistas que nem a gente”: Infância, periferia e Arte nos anos iniciais do ensino fundamental

Mariane Del Carmen da Costa Diaz¹

A partir da conversa com alguns integrantes do grupo de bate-bola KND, de Realengo, e com uma turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, uma criança afirma: “Eles são artistas que nem a gente”. Essa fala, tão segura de si, nos convida a refletir sobre a produção artística na periferia da cidade e o diálogo entre Arte e Infância. O presente trabalho tem como objetivo compartilhar algumas reflexões e práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino fundamental, a partir das narrativas do cotidiano com as crianças, no contexto da arte e da periferia, em interlocução com a obra literária *O maior museu do mundo*, de Caio Zero. Em março de 2025, recebemos em nossa escola o autor e ilustrador Caio Zero — “cria de Bangu”, zona oeste do Rio de Janeiro — para participar da 3ª edição da Muvuca Literária. Em sua obra, o artista explora o contexto e as linguagens artísticas do subúrbio, compreendendo-as como arte a partir do olhar de uma criança, em uma linguagem poética e afetiva. A afirmativa “artistas que nem a gente” tem me provocado a refletir sobre a importância de ofertar às crianças diversas linguagens e experiências artísticas, sejam elas nas artes visuais, na música, na literatura ou nas manifestações artísticas da rua. Este trabalho se constitui a partir do registro e da reflexão docente, impulsionados por conversas com as crianças e pelo contato com diferentes linguagens artísticas em uma turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública da periferia do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Anos Iniciais do Ensino fundamental, Arte, Periferia, Escola pública.

¹ Doutoranda em Educação PPGE/UFRJ, Professora dos Anos Iniciais SME/RJ, e-mail: mariane.diaz@rioeduca.net

Representações e orientações nas Plenarinhas da primeira infância: a educação antirracista investigada (DF, 2013 a 2024)

Patrícia de Sena Ribeiro¹

O presente estudo buscou compreender como a educação antirracista se manifesta na pré-escola do Distrito Federal, considerando as doze publicações dos Guias das Plenarinhas (2013/2024), após a Lei nº 10.639/2003, e os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de Educação Infantil vinculadas à Coordenação Regional de Ensino (CRE) da Região Administrativa de Ceilândia. O intuito desse levantamento foi identificar as experiências das crianças nos diversos territórios em que tecem suas infâncias, como os espaços educativos, e provocar o debate sobre se as orientações dispostas nos Guias das Plenarinhas são realmente suficientes e eficazes para a formação de professores, com a premissa de desenvolver, uma construção de identidade e representação racial que contribua para uma prática efetivamente antirracista, que não seja apenas realizada no mês de novembro, e que ajude na construção de uma escola enquanto espaço social de combate ao racismo. A escolha de Ceilândia como campo de análise dos projetos político-pedagógicos deu-se pelo perfil socioeconômico e racial da população dessa região e como por ser a maior Regional de Ensino do Distrito Federal. Com o intuito de definir o escopo da pesquisa, foi conduzida uma revisão da literatura buscando resultados de estudos conceituais específicos. O trabalho seguiu uma abordagem qualitativa e realizou análise documental das publicações e dos Projetos Político-Pedagógicos. Baseando-se nos estudos vinculados à Sociologia da Infância que se dedicam à formulação de novas perspectivas teóricas e metodológicas que favoreçam o diálogo direto com as crianças, de modo a compreender a infância a partir do ponto de vista daqueles que a vivenciam. Tal movimento propõe uma ruptura com visões adultocêntricas que tendem a obscurecer a agência e a capacidade das crianças como sujeitos sociais plenos, com suas próprias experiências e interpretações do mundo. O objetivo foi analisar as indicações de uma perspectiva étnico-racial e afrocentrada nos Guias das Plenarinhas do Distrito Federal. Desdobram-se deste os objetivos específicos: 1) Indicar a perspectiva étnico-racial e afrocentrada nos documentos oficiais da SEEDF e como ela se apresenta – ou não – nos Guias das Plenarinhas, relacionando-a com a Lei nº 10.639/2003; 2) Elencar nos Guias das Plenarinhas as ocorrências ou os vestígios de uma orientação docente voltada para uma prática antirracista com as crianças na Educação Infantil; 3) Refletir sobre a formação docente proporcionada pelos Guias das Plenarinhas em relação a projetos educacionais com ênfase na identidade e diversidade das infâncias no Distrito Federal. Como referencial teórico para o estudo foram utilizados os autores: Gomes (2021), Munanga (2009), Kilomba (2019), Cavalleiro (2021), Freire (2013), Fanon (2008), Gonzáles (2020), Evaristo (2011), Silva (2013), Hooks (2022), Munduruku (2009), Nascimento (2016), Rêses (2021), Sodré (1984), Telles (2001), Carneiro (2023), Franco (2008), Voltarelli (2017), Santiago (2012) e Pinheiro (2019). A partir dos resultados obtidos, foi possível observar que a educação antirracista, embora não seja contemplada de forma ampla e aprofundada, na maioria dos guias e projetos político-pedagógicos, não chega a ocupar lugar de invisibilidade, na medida que recebe tratamento superficial e pontual nesses instrumentos. Em vista dessas constatações, é imprescindível que o lugar da educação antirracista seja de protagonismo, com a finalidade de superar as desigualdades raciais.

Palavras-chave: Plenarinha; letramento racial; Educação Infantil; diversidade étnico-racial.

¹ Professora efetiva da SEEDF e mestranda em Educação pela Universidade de Brasília, DF, Brasil
Contato: patricia.ribeiro@edu.se.df.gov.br

Escrevinfâncias: práticas contracoloniais na Educação Infantil

Priscila de Melo Basílio¹

Este trabalho tem como objetivo (re)inventar percursos metodológicos em colaboração com as crianças, visando desconstruir a lógica colonial que fundamenta nossas instituições de Educação Infantil. A partir de pesquisas realizadas em escolas da infância localizadas em contextos periféricos, bem como da minha experiência prática como docente na Educação Infantil em uma escola pública, desenvolvemos o conceito de escrevinfâncias. Esse conceito posiciona as crianças como protagonistas, reconhecendo e valorizando suas produções culturais – com especial ênfase nas criações de crianças negras, pobres, periféricas e oriundas de territórios como ladeiras, vielas, terreiros, ruas, quilombos e comunidades tradicionais.. Essa abordagem abre espaço para novas manifestações das vivências infantis por meio do movimento, das danças, da oralidade, da arte, da musicalidade, das brincadeiras, da ancestralidade, dos saberes tradicionais, da relação com a natureza e da literatura.(SOUZA; BASÍLIO; MARCOLINO, 2024).

Problematizamos a urgência de que as pedagogias voltadas às infâncias ampliem perspectivas interseccionais, criando práticas educativas inovadoras. Nossa reflexão se inspira no conceito de *escrevivência*, proposto por Conceição Evaristo (2020), e nas *escrevivências infantis* discutidas por Fátima Santana Santos (2022). A proposta de desenvolver práticas curriculares em parceria com professoras de outras escolas públicas, centradas nas infâncias silenciadas e subjugadas, alinha-se às perspectivas críticas e contracoloniais da educação (SANTOS, 2021). A partir destas cosmopercepções ampliamos nossas reflexões: a) o questionamento de quais narrativas, saberes e vozes foram historicamente excluídas e incluí-las como protagonistas b) escuta sensível a partir de metodologias que permitam às crianças expressarem suas experiências (através da arte, oralidade, brincadeiras) e a c) interseccionalidade, considerando raça, classe, gênero e território que afetam as infâncias de formas diferentes. Compreende-se que não há *escrevivência* sem sangrar, mas é preciso estancar as feridas abertas pelo tempo. Quando se fazem *escrevinfâncias*, são forças a romper o silêncio, desmascarando as armadilhas que sufocam as vozes das crianças negras, indígenas, subjugadas. E as escrevinfâncias, em seu fulgor ancestral, são atos de insubmissão e transgressão — gestos reparadores que desvelam o colonialismo e o adultocentrismo, que perpetuam modos coloniais de atuação com crianças desde bebês. Crianças negras, quilombolas e indígenas ainda sofrem os impactos do racismo, do colonialismo, da exclusão social e do apagamento cultural. Conferir-lhes centralidade constitui uma estratégia fundamental para enfrentar a marginalização histórica e assegurar que suas narrativas, trajetórias e territórios sejam devidamente valorizados e priorizados. Desse modo, a representação em murais, na literatura, na música e nas brincadeiras é primordial para a construção da subjetividade dessas crianças desde bebês.

Palavras-chave: Educação Infantil; contracolonial; escrevinfâncias.

¹ Colégio de Aplicação da UFRJ – cyla_basilio@yahoo.com.br

Conversas sobre adoção: famílias homotransafetivas e as imprevisibilidades das infâncias

Saulo Xavier de Brito Amorim¹

A pesquisa de doutorado que desenvolvo vem investigando o papel formativo dos Grupos de Apoio à Adoção (GAA) no contexto das infâncias em posição de dissidência, considerando as experiências de pessoas adotadas, das famílias que passaram pelo processo de habilitação, de lideranças do movimento social e das/os profissionais envolvidas/os no sistema de adoção dentro e fora do Poder Judiciário. Os GAA são entidades da sociedade civil organizados pelo engajamento voluntário, que atuam em parceria com as Varas de Infância dos Tribunais de Justiça (Schettini; Amazonas e Dias, 2006), garantindo a execução do programa de formação previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com produção de conteúdos e promoção de encontros visando a formação para a diferença. Assim, apoiado na abordagem pós-estruturalista (Meyer, 2014) e atento às potencialidades do digital em rede, adotei o método cartográfico (Paraíso, 2014) e a conversa online como procedimento, o trabalho é embasado pelas contribuições de Couto Junior, Ferreira e Oswald (2017), apostando na perspectiva dialógica que nos permite aprender-ensinar-compartilhar uns com os outros (Carvalho e Pimentel, 2022). Avançando no campo, venho construindo desde 2024 a Playlist “Conversas sobre Adoção” (disponível em: <https://encurtador.com.br/fQuUQ>) no YouTube, onde registro meus encontros com coordenadores de GAA, assistentes sociais e psicólogos técnicos em exercício nas Varas de Infância, postulantes à adoção e pessoas adotadas. Iniciei refletindo sobre a formação das “paternidades” para as dissidências de gênero e sexualidade nas infâncias com Schettini Filho (Amorim et al, 2025) e mais recentemente, no Dia Nacional da Adoção (25 de maio de 2025) dialoguei também com Alexya Salvador, mulher preta, travesti e mãe adotiva de três crianças, sobre as maternidades e os afetos que atravessam as parentalidades nas famílias homotransafetivas. O trabalho inicial de campo aponta que o encontro com a diferença é inevitável, já que muitas famílias adotam ou adotarão crianças e adolescentes que performatizam dissidências de gênero e sexualidade. Nesse contexto, os GAA exercem um papel fundamental na formação para a diferença, assumindo um compromisso ético e político de evitar que crianças e adolescentes revivam experiências de abandono, negligência, violência ou abuso. Ao qualificar a gestação das parentalidades, esses grupos atuam de forma preventiva e prognóstica, auxiliando na compreensão da agência das infâncias, suas necessidades e singularidades.

Palavras-chave: Grupos de Apoio à Adoção, conversa, infâncias, dissidências.

Referências:

AMORIM, Saulo Xavier de Brito; SCHETTINI FILHO, Luiz; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; MADDALENA, Tania Lucía. Uma conversa on-line no YouTube sobre paternidade e adoção. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-26, 2025. Disponível em: <<https://shorturl.at/65FLd>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Desculpa a interrupção, professor, eu nem sei se eu poderia te interromper: quais os sentidos da conversação em aula? **Periferia**,

¹ Licenciando em Ciências Sociais pelo IBMR e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Ciberultura (JEGESC). Advogado, coordenador do GAA Cores da Adoção. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3413-753X>. E-mail: sauloxb@gmail.com

Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 127-148, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3GAdcGl>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Compartilhando experiências sobre o “armário”: as conversas online como procedimento metodológico da pesquisa histórico-cultural na cibercultura. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 6, n. 1, p. 23-34, out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zRX7KV>>. Acesso em: 26 out. 2017.

MEYER, Dagmar. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Organizadoras). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 49-63.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 23-45, 2014.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em estudo**, Maringá. v. 11, p. 285-293, 2006.

Infâncias e saberes tradicionais de crianças em territórios quilombolas na Amazônia paraense

Simeia de Amorim Santos Andrade¹
Raquel Amorim dos Santos²

O estudo, de abordagem qualitativa com foco na etnografia, tem por objetivo analisar saberes tradicionais de crianças quilombolas de três territórios do Nordeste Paraense: Quilombo de Mocambo, em Ourém-PA; Quilombo de Santa Mônica, em São Miguel do Guamá-PA; e, Quilombo de São Sebastião, em Acará-PA. Os quilombos contemporâneos são territórios rurais e urbanos, com singularidades das culturas material e imaterial representadas na memória coletiva, pelo patrimônio simbólico, pelos hábitos e práticas alimentares, pelas diferenças socioculturais que devem ser reconhecidas, valorizadas e priorizadas, considerando suas trajetórias e a melhoria das condições de vida das crianças quilombolas, as quais se destacam como protagonistas e construtoras de saberes. A abordagem qualitativa trata de questões particulares relacionadas à realidade social dos territórios em suas formas de produção sociocultural. A etnografia buscou compreender os saberes, por meio de uma relação direta com as crianças, no espaço e tempo de comunidades quilombolas do Nordeste Paraense, baseando-se em Arenhart (2016). Os instrumentos de pesquisa foram a observação participante, conversas informais com as crianças e registros fotográficos. A análise dos dados baseou-se nas reflexões de Orlandi, Guimarães e Tarallo (2015), sobre análise do discurso. Os saberes tradicionais são um conjunto de saberes de matrizes africanas, como forma de resistência e decolonialidade, pois os povos quilombolas têm seus saberes desconsiderados em currículos e políticas educativas (Pereira; Simas, 2023). Os saberes quilombolas revelam que as infâncias são vivenciadas a partir da tradição oral, da herança e dos valores culturais preservados na memória dos mais velhos como forma de manter viva a tradição e identidade quilombola, são eles: saberes de plantas medicinais e rezas de benzedadeiras ou curandeiras, revelando o poder de cura de plantas e ervas relacionadas ao sagrado; saberes em festejos e danças, que estão presentes nas vivências de maneira lúdica e prazerosa, retratando a ancestralidade presente na memória dos quilombos; saberes da agricultura tradicional de base familiar, preservados pelos guardiões dos saberes que ensinam como lidar com a terra, como ler a natureza e entender seus sinais, o tempo e sua produção; saberes do artesanato, que são vivenciados com a produção de vasos de cerâmica, de bonecas negras, camisas e utensílios domésticos; saberes da culinária quilombola, advinda de costumes e tradições trazidos do continente africano, ressignificados na culinária típica da região, que se mantém viva na alimentação do dia a dia da comunidade e festejos, demonstrando a tradição alimentar quilombola e alguns elementos indígenas. Conclui-se que os saberes tradicionais das crianças quilombolas revelam os conhecimentos intergeracionais acerca de saberes traduzidos pela tradição oral que, por meio de discursos e práticas, são vividos efetivamente por elas a partir das histórias e memórias apresentadas no cotidiano das comunidades, em suas relações sociais e culturais, pois as crianças são seres ávidos a elaborar, contar, fazer, interpretar e preservar as culturas de suas comunidades como símbolo de resistência e construção da identidade.

Palavras-chave: Infâncias quilombolas; crianças; saberes tradicionais; quilombos. Amazônia.

¹ Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Dança. E-mail: simeiaandrade@ufpa.br

² Universidade Federal do Pará – UFPA, Faculdade de Educação – Campus Universitário de Castanhal-PA. E-mail: rakelamorim@yahoo.com.br

Institucionalizar o Cuidado: A Luta do OcupaCria entre Espaços Deliberativos e Práticas Políticas pela Infância

Sofia Santana Silva de Oliveira¹

O resumo visa promover discussões no Conselho Departamental, envolvendo docentes e discentes sobre a vida cotidiana e as dimensões políticas da comunidade acadêmica da FFP/UERJ. A proposta é apresentada por uma estudante-mãe, bolsista de um projeto de estágio interno, que observa as interações entre os departamentos da universidade. O texto foca no Coletivo OcupaCria, um movimento social que busca criar uma rede de apoio para mães que precisam levar seus filhos à universidade, em um espaço que não contempla o acolhimento infantil, apesar da presença das crianças. Metodologicamente, interpretamos, em diálogo com Freire e Lefebvre, que as ações do OcupaCria representam um movimento instituinte das mulheres que conciliam maternidade e vida acadêmica, especialmente aquelas sem uma rede de apoio estruturada. A narrativa se baseia na experiência da estudante-mãe, que atravessa a graduação em Pedagogia com seu filho pequeno e enfrenta o silenciamento das crianças nos espaços universitários, mesmo com o foco do curso no estudo das infâncias. A abordagem adotada é qualitativa e cartográfica baseada em autoras como Virginia Kastrup, utilizando a observação participante e a escrita reflexiva como ferramentas de investigação, ancoradas na vivência da militância e da maternidade acadêmica. O trabalho manifesta um compromisso político com a escuta e a mobilização coletiva como formas de produzir conhecimento. A partir dessa vivência, o coletivo construiu espaços de apoio, articulou propostas com a direção da unidade e organizou a utilização da Brinquedoteca da FFP, adaptada para acolher 24 crianças filhas de estudantes, com o auxílio de 18 voluntários. Entretanto, mesmo com autorização prévia, a proposta não obteve a autorização de funcionamento às vésperas da inauguração e não foi pautada no Conselho Departamental. O Departamento de Educação expressou preocupações sobre a falta de apoio docente para os projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados, além de questões sobre a impossibilidade de responsabilização de monitores voluntários pelo cuidado das crianças durante as atividades. Essa negativa evidencia a fragilidade das garantias institucionais para a permanência de mães e crianças, revelando o conflito entre a vontade de transformação e a rigidez burocrática da universidade. Conclui-se que a atuação do OcupaCria destaca a importância política das infâncias como agentes transformadores nos espaços acadêmicos, ao mesmo tempo que expõe as estruturas excludentes que buscam afastá-las. A pesquisa enfatiza que a presença das crianças na universidade é um direito e uma urgência, considerando que elas se fazem presentes nesse espaço, ressaltando a relevância dos coletivos como espaços de solidariedade e luta, fundamentais para reivindicar pertencimento e justiça na universidade pública, especialmente na educação.

Palavras-chave: Movimento Social, Acolhimento infantil, Militância.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 14. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
KASTRUP, Virginia. *Cartografia como método de pesquisa-intervenção*. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Psicologia social: os processos de subjetivação*. São Paulo: Vozes, 2009. p. 153-176.

¹ Graduanda em Pedagogia FFP/UERJ e Coordenadora do Coletivo OcupaCria FFP (sofia.pedagogiaffp@gmail.com).

Novos caminhos são possíveis: a ação auto-organizada de crianças no interior de um movimento de luta por moradia

Thays Lorena dos Reis¹

Esta é uma pesquisa que foi realizada com crianças moradoras das Ocupações Dandara Resiste e Terra Prometida, que ficam localizadas na Zona Norte da capital do Rio de Janeiro e que configuram um movimento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A intenção da pesquisadora em investigar as infâncias dessas ocupações, inicialmente, era a de pesquisar práticas de leitura e escrita com crianças de áreas periféricas e a estratégia escolhida para a execução do campo do estudo, foi a realização de oficinas com atividades que seriam organizadas pela pesquisadora para observar o contato das crianças com diferentes formatos de textos e artes. Apesar do interesse pelo tema das práticas de leitura e escrita, a pesquisadora adotou uma postura em campo que privilegiou o diálogo, protagonismo e os interesses das crianças para o momento das oficinas e o tema desta investigação percorreu outros caminhos. Conforme caderno de campo, já nos primeiros encontros as crianças indicaram que queriam um espaço para que elas pudessem elas mesmas organizar as atividades que gostariam de realizar e, principalmente, brincar. A pesquisa, que seria sobre práticas de leitura e escrita na infância, passou a ser sobre a ação das crianças das Ocupações e os nossos encontros se tornaram um lugar para auto-organização e de autogestão das brincadeiras e atividades que elas tinham vontade de fazer, portanto um espaço para interagir de forma autônoma, coletiva e democrática. Desta forma, nosso objetivo é discutir a auto-organização de um grupo de 20 crianças no ambiente das oficinas cujas atividades passaram a ser auto-gestionadas por elas próprias. Além disso, à luz dos conceitos de autogestão e auto-organização desenvolvidos no interior dos movimentos sociais, queremos fazer um paralelo entre a ação das crianças e o fato delas integrarem um movimento social auto-organizado - que se utiliza de práticas coletivizadas de produção e gestão de sua comunidade e da luta por moradia. Nos ajudam a pensar essas questões Rita Pereira, Raquel Salgado, Solange Souza, Lia Tibira, Maria Clara Fischer, Caroline Queiroz, Marie Sekkel, Marli Zebetti e Flora Souza. O dispositivo metodológico foi as oficinas realizadas quinzenalmente com um grupo de 20 crianças moradoras das Ocupações, com idades entre quatro e 10 anos, onde a pesquisadora se colocou como observadora e participante ativa no campo de pesquisa, o que nos permitiu observar na ação das crianças movimentos de eleição brincadeiras e proposição de atividades, diálogo, parcerias, resolução de conflitos, dentre outros comportamentos que convidam para a aprendizagem de uma cultura cujos caminhos nos levam para um conviver coletivo e em solidariedade. É importante destacar que quando possibilitamos que essa aprendizagem seja feita de forma autônoma, dentro de uma sociabilidade coletiva e de cooperação, incentivamos que nossas crianças fortaleçam a criação de um mundo onde relações possam ser mais humanas, justas e solidárias.

Palavras-chave: infâncias, auto-organização, movimentos sociais.

¹ Administradora, graduanda em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Grupo de Pesquisa Infâncias em Perspectivas. t.lorena.ufrj@gmail.com.

Você enfiou o lápis no seu olho?

Vivências de uma graduanda com deficiência visual e crianças na Educação Infantil

Vitória dos Santos Machado¹

Adriana Santos da Mata²

Alessandra Guimarães Rodrigues³

Este relato objetiva refletir sobre as vivências de uma estudante com deficiência visual do curso de Pedagogia e crianças de 2 a 5 anos da Educação Infantil de uma instituição federal localizada na cidade de Niterói (RJ). Organizadas em grupos multi-idade (MATA, 2015), as crianças se relacionam com pares de diferentes idades e adultos, com base nos princípios de colaboração, diálogo, autonomia e inclusão de todos os sujeitos. Em sua imersão no cotidiano, a graduanda viveu fecundas e desafiadoras situações da profissão docente, trocando saberes e experiências com a equipe pedagógica a partir de suas experiências com as crianças. A relação com/dos pequenos favoreceu a abertura e a oportunidade para dialogar sobre inclusão, em um ambiente que acolhe a diversidade, mostrando que é possível construir instituições escolares inclusivas, desde a Educação Infantil, garantindo o direito de pessoas com deficiência ocuparem os espaços educativos, tendo suas especificidades respeitadas. No dia a dia, os comportamentos, as interações e as medições das professoras de referência foram sendo registradas, por meio de fotografias, vídeos e anotações no caderno de registro. Outros procedimentos metodológicos foram: conversas sobre os registros de episódios e problematização das situações, leitura de textos para aprofundamento teórico, participação nas reuniões pedagógicas e encontros de orientação. Os registros favoreceram a compreensão das dinâmicas do grupo multi-idade e revelaram como o cotidiano é rico em oportunidades de aprendizagem e crescimento. O referencial teórico está fundamentado na concepção de criança e proposta pedagógica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010), na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), nas contribuições de Vigotski (1998) e Freire (1996). Conclui-se que a inclusão efetiva exige disposição para ouvir, aprender e mudar. O aprendizado mais significativo se dá na articulação das teorias com as práticas pedagógicas, na relação entre crianças e profissionais da Educação Infantil. As interações corroboram a importância da sensibilidade, da paciência e da busca por soluções criativas para os desafios que surgem. É preciso avançar na construção de espaços verdadeiramente inclusivos em todos os níveis educacionais. Apesar de existirem muitos desafios, é possível construir ambientes de Educação Infantil que favoreçam tanto a inclusão de crianças como de adultos educadores. É preciso rever atitudes e propostas educacionais, implementando efetivamente práticas inclusivas, enfrentando os desafios de acessibilidade, entre tantos outros, a fim de transformar experiências em aprendizados significativos e contribuir para uma educação mais acolhedora e humanizada.

Palavras-chave: Educação Infantil; relação entre crianças e adultos; multi-idade; inclusão.

¹ Universidade Federal Fluminense, vitoriasantosmachado@id.uff.br.

² Universidade Federal Fluminense, addamata@hotmail.com.

³ Universidade Federal Fluminense, alguimaraes@id.uff.br.

Entre frutas, vozes e territórios: infâncias e o direito à alimentação escolar em São Gonçalo

Viviane Neves Fialho¹
Maria Tereza Goudard Tavares²

O presente trabalho, é resultante de uma pesquisa em desenvolvimento, fruto de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), buscando compreender a problemática da merenda escolar na Educação Infantil gonçalense no contexto pós-pandêmico, levando em consideração o caráter transdisciplinar da tríade infância, cidade e escola no campo das relações entre Direitos, Políticas e Desigualdades (Leher, 2023) no país. A pesquisa insere-se no campo das políticas públicas, dialogando com contribuições de Paulo Freire (1997), Milton Santos (1996) e Josué de Castro (1946) sobre o direito à alimentação escolar das crianças de 0 a 5 anos, refletindo o refeitório escolar como um lugar encharcado pela ética do cuidado (Boff, 2001). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e participativo, que investiga os inúmeros impactos objetivos e subjetivos da (pós)pandemia da Covid-19 na vida de um grupo de crianças gonçalenses. O trabalho compartilha uma prática pedagógica transdisciplinar vivida com crianças da Educação Infantil em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de São Gonçalo/RJ. A atividade foi desenvolvida no GREI 4 como uma oficina pedagógica alimentar intitulada “Explorando o mundo das frutas”, que procurou articular a escuta sensível (Barbier, 1992), o território, o direito à alimentação e a “fome de mundo” das crianças pequenas. A ação ressignificou o refeitório como espaço-pedaço-lugar de saberes e afetos conforme propõe Tavares (2017). Ao trabalhar com frutas in natura, rodas de conversa, arte e culinária, as crianças puderam conhecer alimentos, elaborar perguntas, compartilhar memórias e experimentar o cuidado como gesto pedagógico. A pesquisa aborda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seus efeitos concretos na vida de crianças da rede pública de uma cidade atravessada por profundas desigualdades estruturais. Revela-se que a merenda escolar é central não só do ponto de vista nutricional, mas também, nos campos do simbólico, afetivo e educativo, constituindo-se como espaço potente de aprendizagem e resistência. Diante do exposto, acredita-se estritamente que a educação alimentar é uma política que deve ser amplamente empregada durante o ano letivo nas escolas, em especial nas unidades públicas de ensino, tendo em vista que o direito à alimentação é um ato revolucionário desde a pequena infância. As práticas alimentares, são fecundas para as múltiplas aprendizagens, além de nutrição biológica, pois aprende-se no refeitório, sobretudo, a cuidar e ser cuidado, especialmente quando se têm um projeto de humanização como horizonte educativo desde a pequena infância. Desse modo, o período de pandemia e pós-pandemia, suscitou a abertura de outras possibilidades de investigação/reflexão para compreender e problematizar especificidades do que pode significar a alimentação escolar, sobretudo em territórios de vida atravessados pelas desigualdades sociais e nutricionais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Práticas pedagógicas; Alimentação Escolar; Pós-pandemia, Desigualdades sociais.

¹ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ/FFP e bolsista de IC da CAPES, integrante do grupo de pesquisa GIFORDIC. Email: vivianefialhochaves@gmail.com

² Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Procientista, docente permanente do Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, Líder dos Grupo de Pesquisa: GIFORDIC Email: mtgtavares@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Plano Editora, 2003.
- BOFF, L. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 12 maio 2020.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CAVALCANTI, C. S.; TEDESCHI, D. S. Comida como linguagem: o ato de alimentar como expressão do cuidado e do afeto na Educação Infantil. *Revista da FAEEBA*, Salvador, v. 27, n. 53, p. 31–47, jan./abr. 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LEHER, R. *A inclusão degradada e a precarização da escola pública*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2023.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- TAVARES, Maria Tereza Goudard. A poética do espaço escolar: algumas questões sobre o refeitório escolar como espaço, pedaço e lugar. In: PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal (Org.). *Experiências e narrativas em educação*. Niterói: Eduff, 2017. p. 119–133.
- TAVARES, Maria Tereza Goudard; LIMA PESSANHA, F. N.; MACEDO, N. A. Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Gonçalo/RJ. *Zero-a-seis*, v. 23, p. 77–100, 2022.

2) URGeNCIAS EM EDUCAçAO, PRATICAS E INFaNCIAS

Outra Educação é possível: Infâncias e escrevivências

Adrielle Lisboa¹

Dâmaris Xavier L. L. Squitino²

Lorena Mesquita Borges Santos³

O conceito de escrevivência (Evaristo, 2007) nos ajuda a propormos práticas educativas comprometidas com as vivências das crianças pequenas, sobretudo as crianças negras de grupos oriundos das classes populares. A partir da escuta sensível (Barbier, 1992) de crianças no contexto da Educação Infantil, buscamos compreender a infância (Castro, 2021) não apenas como uma fase da vida, mas com uma visão caleidoscópica, por entender que estamos inseridos em uma sociedade com marcadores sociais como classe, raça, gênero e território. No entanto, essas fases geracionais devem ser analisadas considerando as particularidades e a pluralização dos modos de ser e vivenciar a infância em diferentes contextos sociais e culturais. As crianças são sujeitos históricos e de direitos, que carregam memórias, afeto e resistências. E a partir do conceito de escrevivência buscamos em rodas de conversas nos tempos e espaços cotidianos, escutar as diversas vozes dessas crianças, que trazem para o espaço escolar suas culturas familiares, experiências do seu território e rituais religiosos e culturais, provindas de seus contatos intergeracionais. Ao Reconhecer essas narrativas como formas legítimas de conhecimento fortalecemos a construção de uma prática mais inclusiva, crítica e comprometida com a formação integral da criança sendo protagonistas de seus processos de produção de conhecimento. Diante disso, torna-se crucial repensarmos a Educação Infantil hegemônica. Portanto, buscamos pensar o papel da escola na relação com a criança, para construir coletivamente formas de educação que valorizem a pluralidade existencial e social. Finalizamos, afirmando que o objetivo deste trabalho é incentivar as práticas pedagógicas baseadas na escrevivência, refletindo sobre ações que combatam o silenciamento de vozes historicamente marginalizadas, pensando a formação de educadores e educadoras que reconheçam a pluralidade das experiências infantis, produzindo de forma coletiva com as crianças, escolas mais *escutadeiras*.

Palavras chaves: Infância, escrevivência, Educação Infantil.

REFERÊNCIAS:

BARBIER, René. A escuta sensível em educação. Revista Anped, Caxambu, 1992.

CASTRO, L. R. de. (Org.). Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: [s.n.], 2007. p. 16-21.

¹ Faculdade de Formação de Professores/UERJ - driellelisboa@gmail.com

² Faculdade de Formação de Professores/UERJ - damaris.laurentino@gmail.com

³ Faculdade de Formação de Professores/UERJ - lorrena.lorena@gmail.com

Ensinar na educação infantil: a relação como categoria pedagógica

Alexandra Coelho Pena¹

O Grupo de Pesquisa *Infância, Formação e Cultura* (INFOC) vem desenvolvendo, nos últimos anos, pesquisas que tomam o tema do cuidado como objeto de estudo. O discurso acerca do cuidado, presente nos documentos legais, traduz-se em práticas, atos e normas dentro das instituições de educação marcadas pela concepção de criança que define como os adultos enxergam as crianças e como se relacionam com elas. Em 2025, como novo desafio, o grupo se debruça sobre o tema do *ensino*, uma vez que, ao longo dos trinta anos do INFOC, estudos revelaram uma ênfase instrucional em que adultos ensinavam conteúdos, mesmo aos bebês, nas creches e pré-escolas. A concepção de ensinar crianças nas creches e pré-escolas tem sido enfrentada nos últimos anos no âmbito das pesquisas e da legislação, uma vez que ensinar está associado, historicamente, à transmissão de conteúdo. A educação bancária a que Paulo Freire (1987) se referia não é o que se deseja para uma Educação Infantil que compreende a criança como “sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas” (Brasil, 2009). Mas se entendemos que ensinar exige se relacionar com o outro, exige se comprometer com o outro, se entendemos ensinar como um processo de formação humana, que leva em conta a inteireza de cada sujeito, então, o professor de Educação Infantil tem muito a ensinar, especialmente em um contexto em que as crianças vão, cada vez mais cedo, para as creches e passam a maior parte de seus dias nessas instituições. Parece ser importante para a identidade do professor que ele se perceba ensinando algo às crianças e, para isso, é necessário que ele saiba que não se trata de ensinar conteúdos programáticos para as crianças. Reivindicar à Educação Infantil a dimensão do ensino é sustentar a relação como princípio das práticas que envolvem intenção e encontro pedagógico entre adultos e crianças, desde bebês, nos contextos coletivos. Encarar sem medo o termo pode distensionar o mal-estar e elevar a atitude ética à categoria pedagógica, logo, a um saber-fazer que compõe o *ethos* docente. A pesquisa tem o objetivo de investigar o que os/as professores/as têm ensinado às crianças na Educação Infantil. E, para isso, adotará como estratégia metodológica releitura e revisão dos relatórios de pesquisa, dos cadernos de campo, das fotografias, das teses e dissertações desenvolvidas no INFOC nos últimos 15 anos, articulados teoricamente às contribuições de Martin Buber e Paulo Freire, especialmente aos conceitos de *diálogo* e *ensino*. O referencial teórico-metodológico está delineado com base em Martin Buber e Paulo Freire. Trata-se de formação humana, ação cultural para a liberdade, educação como prática de liberdade, nas palavras de Freire (1982a, 1982b, 1987, 2013), possibilidade de diálogo para Buber (2001, 2003, 2008, 2009). A pesquisa está em fase inicial e ainda não apresenta conclusões.

Palavras-chave: ensinar; relação; Educação Infantil

¹ PUC-Rio, alexandrapena@puc-rio.br

Crianças em contexto de educação infantil: a participação é tudo?

Aline Buy dos Santos¹

As ideias de infância como estágio preparatório e de criança como ser humano menor e incompleto coexistem com outras formas de representação que a reconhecem enquanto sujeito histórico, que através de suas falas, interesses, brincadeiras, silêncios e escolhas, criam e experimentam formas de atuação no mundo. Este texto parte desse reconhecimento e, inspirado pelas palavras de Walter Benjamin (2002), atenta à ação e ao gesto infantil enquanto sinais de um mundo no qual a criança vive e dá as ordens. Se as crianças criam seu pequeno mundo de coisas em um mundo maior conforme afirma o filósofo, seria possível compreender esse pequeno mundo, enquanto conjunto de sentidos que as crianças inventam e compartilham, como indícios de sua participação? Essa pergunta surge a partir da provocação da banca de defesa da dissertação intitulada “Como quem carrega água nas bochechas - participação e infância em uma escola pública de Educação Infantil”. Na ocasião da defesa, fui indagada sobre o fato de interpretar as brincadeiras das crianças como formas singulares de participar. Perguntou-se: afinal, a participação é tudo? Dito de outro modo, que fique nítido ao leitor, é possível incorporar todo gesto da criança como participação? Neste trabalho, retorno ao texto da pesquisa e me aventuro a perguntar, então, qual é a imagem que nos surge quando imaginamos a participação de crianças numa escola. Uma roda de conversa? Crianças elegendo seus representantes? Crianças sendo consultadas sobre diferentes assuntos? Se por um lado experimentar a democracia em seus moldes formais pode contribuir de maneira educativa para formação das crianças, por outro, é fundamental reconhecer as diversas formas de expressão das crianças, especialmente as crianças pequenas, bem como as interações que acontecem entre adultos e crianças no cotidiano, para além dos momentos que idealizamos como participativos (BAE, 2016). Por isso, tenciono mostrar como um grupo de crianças de três anos produzindo e ocupando o campus de um instituto federal, com suas brincadeiras e invenções, pode refletir uma forma de participação. São descritas algumas cenas da pesquisa de campo e articulam-se as dimensões estéticas, políticas e éticas dos movimentos que nascem das crianças e que são apoiados por adultos atentos a elas. Na construção dessa articulação, dialoga-se com os estudos da geografia e da geografia da infância, no que permitem refletir sobre o espaço enquanto dimensão social e política em que as crianças participam brincando, criando e compartilhando sentidos.

Palavras-chave: Crianças; Participação; Educação Infantil; Espaço.

¹ Colégio Pedro II - alinebuy2@gmail.com

Heroínas do Dizer: feminismos e antirracismo emaranhados em um projeto interdisciplinar numa escola pública

Aline Jekimim Goulart¹
Elizandra Roberta Neves de Carvalho²

O presente trabalho visa compartilhar um relato de experiência de projeto interdisciplinar realizado na E.M.E.F. Padre Melico Cândido Barbosa, em Campinas/SP, em 2024 e no primeiro trimestre de 2025, ambos com estudantes dos nonos anos. A equipe desta escola sempre prezou por desenvolver trabalhos interdisciplinares, numa perspectiva rizomática, buscando incentivar os processos de pesquisas e ampliar discussões acerca de diversos temas, dando um enfoque especial para a questão das relações étnico-raciais, já que a educação antirracista faz parte do nosso cotidiano, do Projeto Político Pedagógico e das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação. O trabalho fora desenvolvido por Aline Goulart e Elizandra Carvalho, professoras de Língua Portuguesa e Língua Inglesa respectivamente, tendo como objetivo abarcar o protagonismo negro e feminismos por meio das vozes de sete autoras pretas de renome nacional e internacional, que se tornaram protagonistas em nossa sociedade, conquistando o direito de fala em diferentes contextos históricos: Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie, Bernardine Evaristo, bell hooks e Toni Morrison. Intitulamos o trabalho como “Heroínas do Dizer” por acreditar ser necessário buscar formas outras de problematizar situações em que há tentativas de silenciamentos por meio de atitudes racistas e machistas recorrentes em nossa sociedade, as quais são refletidas no cotidiano escolar. O trabalho iniciou-se com a pesquisa e apresentação de biografias de diferentes mulheres, escolhidas pelos/as estudantes. Ao mesmo tempo, utilizamos um *Quiz*³, desenvolvido por uma professora da Rede Municipal de Educação (Campinas), para que pudéssemos iniciar a discussão baseada em suas percepções sobre situações cotidianas de machismo em nossa sociedade. Depois, refletimos sobre os conceitos de feminismos, a partir de materiais audiovisuais e roda de conversa com os e as estudantes. Importante ressaltar que tínhamos como objetivo abordar a temática de forma interseccional: raça, gênero e classe social. Concomitantemente, houve a contribuição do professor de História, Fernando Cardoso, com o contexto histórico dos diferentes feminismos. Prosseguimos com a leitura e interpretação da biografia das autoras em Inglês, e em seguida, dos textos literários delas em Português. Ao longo do trabalho, foram realizados debates e rodas de conversas, produzidos diversos textos e apresentados seminários. Como o objetivo era abordar diferentes contextos históricos e sociais, as autoras escolhidas abrangeram distintos continentes, de modo a ampliar a dimensão do protagonismo do feminismo negro e socializando o dizer de mulheres pretas e feministas que lutaram para ter sua voz

¹ Mestre em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), linha de pesquisa “Linguagem e Arte em Educação” e Grupo de pesquisa “OLHO – Laboratório de Estudos Audiovisuais”. Apresentou a dissertação intitulada “Experimentações de cinema na escola: possibilidades de fazer deslizes na maquinaria de ver e de encontro com o Fora” (2022). Concluiu o curso de especialização em ensino de Língua Portuguesa - REDEFOR (Rede de Formação de Professores) - em 2012, ministrado pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em convênio com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura Plena) em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É professora de educação básica desde 2009. Atualmente atua na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Melico Cândido Barbosa, em Campinas (SP). E-mail: alinejgoulart@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013), Faculdade de Educação pelo grupo de estudo LEA (Laboratório de Ensino Avançado), com a dissertação: “Desestraneirização: reflexões de uma professora de Inglês em processo de descolonização”. Especialista em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e graduada em Letras - Inglês e Literaturas da Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1998). Possui Certificação Internacional no Ensino de Inglês pela St Giles English School de Londres, Inglaterra, e o título de proficiência na Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge. Experiência de mais de 22 anos na área da educação e na docência da Língua Inglesa para diferentes níveis e para fins específicos. Atuação na educação municipal básica na cidade de Campinas como Professora de Língua Inglesa, na EMEF Padre Melico Cândido Barbosa há 22 anos e também estando a frente do Grupo de Formação para professores de Língua Inglesa da prefeitura Municipal de Campinas, de 2013 a 2023. Atuação como pesquisadora nas áreas de Educação e Linguística Aplicada, sendo co-autora das Diretrizes Curriculares de Língua Inglesa do Ensino Fundamental II do município de Campinas. E-mail: carvalhoelizandra@yahoo.com.br

³ Disponível em: <<https://pt.quizur.com/quiz/voce-e-feminista-Fv0o>>. Acesso em 25 fev. 2024

ouvida numa sociedade ainda excludente. A avaliação do projeto feita pelos e pelas estudantes foi muito positiva e ressalta a importância de formas outras de aprendizagem a partir de temas tão essenciais para a formação de nossas crianças e jovens.

Palavras-chave: educação; interdisciplinaridade; feminismos; antirracismo; interseccionalidade; feminismo negro

Do enunciado ao discurso: o que dizem crianças pequenas sobre raça na Educação Infantil?

Amanda Izaías da Silva¹

(...) a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, a palavra que usamos define o lugar de uma identidade.
(Kilomba, 2019, p.14)

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial
(Bakhtin, 2006, p. 96).

A palavra é carregada de sentido, seja ele ideológico ou vivencial como nos propõe Bakhtin, assim como a língua/linguagem tem duas esferas: a da poesia e da violência como destaca Kilomba. E como as crianças se relacionam com a palavra e a linguagem numa sociedade historicamente permeada pelas relações de raça e racismo? Como as crianças interpretam, (re) interpretam esses assuntos, sobretudo as crianças pequenas? É possível que numa sociedade em que a linguagem demarcada pelas tensões raciais, as crianças construam uma linguagem racializada e por consequência um discurso racializado? Não pretendo responder a essas questões neste resumo, mas refletir sobre elas em diálogo com a teoria que norteia o estudo. O presente resumo é o recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem por objetivo compreender como os enunciados racializados das crianças pequenas podem se tornar discursos racializados, a partir das relações com suas professoras. O referencial teórico-metodológico escolhido para o estudo tem autores como Bakhtin (2006) que possibilita pensar sobre os conceitos de enunciado e discurso, além de sua contribuição na pesquisa em ciências humanas. Martin Buber (2009) é outra referência, filósofo do diálogo, seus conceitos de presença e diálogo ajudam a refletir sobre as relações que se estabelecem entre adultos e crianças. Kabenguele Munanga (2004) o intelectual e antropólogo discorre a respeito da construção social do conceito de raça. A metodologia escolhida para a realização do trabalho de campo é a observação, além disso a ideia é realizar entre duas ou três oficinas que envolvam linguagens artísticas como a literatura infantil, a fotografia e as artes visuais com as crianças e professoras e posteriormente a análise das observações e oficinas. É importante ressaltar que durante as oficinas a pretensão é, também apresentar obras de autores e autoras negros/as. Até o momento, o trabalho de campo não foi iniciado, mas será realizado numa escola de Educação Infantil localizada em Santa Cruz, bairro localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A escola demonstrou interesse em receber a pesquisa e os processos legais, junto aos órgãos responsáveis para a entrada no campo estão em andamento.

Palavras-chave: Crianças; Educação Infantil; Discurso racializado

¹ Mestranda em Educação Puc-Rio. Email: dasilva18.amanda@gmail.com

Crianças da primeira infância com pais encarcerados em Belo Horizonte

Ana Carolina Ferreira da Silva¹

Laís Caroline Andrade Bitencourt²

Este resumo se refere à pesquisa monográfica, em andamento, intitulada “Crianças que possuem pais encarcerados no Brasil: uma visão social, política e de direitos”. O objetivo principal é refletir sobre as implicações da realidade de crianças com pais encarcerados e a garantia de efetivação de seus direitos, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Busca-se analisar como tais crianças vivenciam a escolarização, bem como as possíveis manifestações de preconceito, exclusão ou violação de direitos que enfrentam em decorrência dessa situação. A proposta nasce do interesse em compreender como o rompimento e a interrupção de vínculos familiares, motivados pela privação de liberdade de pais ou responsáveis, afetam a vida cotidiana e educacional dessas crianças atendidas particularmente pela Educação Infantil em Belo Horizonte. A pesquisa é motivada pela constatação de lacunas teórico-metodológicas encontradas em investigações anteriores, especialmente em pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), no âmbito das pesquisas “Direitos das Crianças e Adolescentes: Diagnóstico no Município de Belo Horizonte”, uma iniciativa da Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens da Universidade Federal de Minas Gerais (IEAT/UFMG), financiado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Belo Horizonte e “Infância em Tempos de Pandemia” (Silva, et al., 2022). A pesquisa está sendo desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e da realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais de uma escola localizada em um bairro caracterizado com alto índice de vulnerabilidade social. Foram entrevistadas duas professoras, um diretor e uma psicóloga. As entrevistas tiveram como objetivo compreender o contexto social dessas crianças e analisar a relação entre a problemática social do encarceramento parental e o desempenho e interação dessas crianças no ambiente educacional. Os dados estão em processo de análise contando com orientações da análise de conteúdo (Bardin, 1977) e de referenciais teóricos que compõem a Sociologia da Infância (Gouveia, Sarmento, 2009), bem como a partir da Teoria do Apego, proposta pelo psicólogo John Bowlby (Bowlby, 2002). Observa-se a ausência, nos espaços escolares, de um debate mais aprofundado sobre a realidade das crianças que possuem pais privados de liberdade. Além disso, o levantamento bibliográfico informa que esse tema permanece silenciado, seja pelo estigma social, pelo medo ou pelo preconceito vivenciado pelas crianças, impedindo que se expressem livremente sobre sua condição. Os dados produzidos nos mostram ainda a necessidade de construção de políticas públicas que assegurem os direitos das crianças garantidos na legislação brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil; Pais Encarcerados; Direitos Sociais

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais, anacarolinaferreira877@gmail.com

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, laiscarolineabit@gmail.com

Formação da/do docente das infâncias: cotidiano, crianças e registro

Ana Cristina Corrêa Fernandes¹

Andréa Relva da Fonte Endlich²

Este trabalho partilha estudos de duas professoras da Educação Infantil na atuação da formação inicial da/do docente das infâncias com estudantes da graduação em Pedagogia. A experiência decorre de dois projetos de iniciação à docência submetidos ao Programa Licenciaturas da Universidade Federal Fluminense. O lócus das ações é uma Educação Infantil universitária localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Ela é composta por quatro grupos de crianças – um formado por crianças de dois a três anos de idade e os demais organizados na perspectiva da multi-idade, formados por crianças de três a cinco anos nos mesmos agrupamentos. Ancoradas em experiências cotidianas, vividas com as crianças e registradas pelas estudantes, as autoras – professoras orientadoras – dedicam-se a olhar com curiosidade e interesse teórico as relações que se constituem nesse cotidiano educativo e suas implicações na formação da professora das infâncias. Nesse contexto eventos registrados são problematizados em uma tessitura dialógica que envolve as professoras orientadoras, as estudantes de graduação e as crianças. No percurso, observa-se que a escrita de registros possibilita às docentes e às estudantes refletirem sobre o vivido a partir da própria linguagem. Enunciados relativos a experiências partilhadas e a vivências pessoais, únicas e irrepetíveis, se articulam na produção singular de sentidos, em um processo dialógico e cooperativo. O debruçar sobre os registros favorece a descoberta da criança real e singular, vivente em múltiplos espaços e tempos. Aprende-se com as crianças e suas infâncias a deslocar olhares, a viver alteridades e a revisitar compreensões assentadas na vida adulta. No cenário posto evoca-se a importância do registro no processo formativo da professora das infâncias, sendo esse instrumento que possibilita revisitar eventos e debruçar-se sobre eles, de forma coletiva, problematizadora e reflexiva, como ato ético e formativo. Opção política de compromisso com as crianças e suas infâncias, enquanto ato responsivo. Viver tal processo impõe a adultos e crianças a constituição da humanidade nas relações. As reflexões por ora partilhadas dirigem-se mais especificamente às possibilidades formativas que acontecem nas relações cotidianas da dinâmica pedagógica. Desse modo vive-se com as estudantes de Pedagogia a descoberta do cotidiano de uma Educação Infantil como possibilidade de espaço-tempo formativo docente, como lugar de pesquisa/investigação, de compreensão e articulação de teorias e práticas.

Palavras-chave: Educação Infantil universitária; formação docente; registros na Educação Infantil.

¹ Educação Infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis da Universidade Federal Fluminense (Coluni/UFF). E-mail de contato: accfernandes@id.uff.br

² Educação Infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis da Universidade Federal Fluminense (Coluni/UFF). E-mail de contato: relvaendlich@gmail.com

Cuidado e Educação: os momentos de alimentação em um berçário de Belo Horizonte

Ana Júlia Lopes Souza¹
Alessandra Domingos Correa Gideoni²
Vanessa Ferraz Almeida Neves³

Este estudo tem como objetivo compreender de que modo os bebês se apropriam do processo de alimentação em uma Escola Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte (EMEI Tupi). A análise centra-se no ano de 2017, acompanhando uma turma de bebês ao longo de sua trajetória na instituição, com base nas abordagens teórico-metodológicas da Psicologia Histórico-Cultural e da Etnografia em Educação. O material empírico foi construído por meio de observação participante, registros em notas de campo, videograções e entrevistas. Neste texto são destacados eventos relacionados aos momentos de alimentação, previamente analisados em teses e dissertações do banco de produções do Programa (Ribeiro, 2017; Oliveira, 2017, 2024; Cortezzi, 2020; Silva, 2021; Domicini, 2021), que abordaram diversas práticas em contextos de educação infantil, incluindo, entre outras, aspectos relacionados à alimentação. Os eventos selecionados permitiram compreender os sentidos e significados atribuídos à alimentação, considerando os contextos sociais, culturais e políticos em que essas práticas ocorrem. Os momentos de alimentação são compreendidos não apenas como práticas de cuidado ou atos biológicos, mas como ações atravessadas por dimensões éticas, estéticas, políticas e culturais e, portanto, têm a possibilidade de ampliar o desenvolvimento cultural de todos/as envolvidos/as. Cada bebê vivencia a alimentação de forma singular e dinâmica, o que evidencia suas diferentes possibilidades de desenvolvimento. As análises revelam que a alimentação no berçário é atravessada por dimensões afetivas, culturais e pedagógicas, constituindo um espaço relacional de cuidado e formação subjetiva. As práticas alimentares, embora marcadas por normativas institucionais, mostram-se potentes na construção de vínculos, autonomia e sentidos compartilhados entre bebês e educadoras. Ao evidenciar a potência formativa dos momentos de alimentação, reforça-se a urgência de construir práticas mais justas, sensíveis e comprometidas com a dignidade na esfera dos direitos da infância. Ao considerar a alimentação como prática educativa e relacional desde a entrada dos bebês na creche, o estudo insere-se no debate contemporâneo sobre as urgências na educação. Em um cenário de crises sociais e políticas que tensionam os direitos da infância, o trabalho reafirma a centralidade dos bebês nas políticas públicas e a necessidade de práticas intersetoriais e interdisciplinares que valorizem suas experiências e modos próprios de estar no mundo.

Palavras-chave: Bebês; Alimentação; Educação Infantil.

¹ Faculdade de Educação (FaE) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - analopesjulia@outlook.com.

² Faculdade de Educação (FaE) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - legideoni@gmail.com.

³ Faculdade de Educação (FaE) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - vfoneves@ufmg.br.

O brincar como resistência frente à emergência climática

Ana Lúcia Rodrigues da Silva¹

Cristiane Clemente Susano²

Karina dos Reis Duarte³

O atual cenário de emergência climática evidencia o afastamento entre os seres humanos e a natureza, resultado de uma sociedade capitalista, antropocêntrica e adultocêntrica. Neste contexto as infâncias encontram-se em meio a um contexto de destruição de territórios e subjetividades, sobretudo, as infâncias pobres e negras submetidas a zonas de sacrifício, com pouca ou nenhuma biodiversidade evidenciando o racismo ambiental (Ferdinand, 2022) em que estão assentadas. Buscando caminhos que vão na contramão destes ideais hegemônicos, no presente trabalho bordamos narrativas e experiências do processo educativo, buscando evidenciar o brincar como resistência e a relação das crianças com a natureza (folhas, flores, água, vento, árvore, céu, terra, sementes etc.) e outros seres vivos. O objetivo da pesquisa é investigar as infâncias, no âmbito da educação, a partir de práticas educativas desemparedadas (Tiriba, 2018) e biofílicas, como condição para a formação de uma geração que cuide da terra, e que assuma o compromisso com a construção de relações afetivas com a natureza (Santos, 2018). Estas ações estão assentadas em princípios libertários, antirracistas e multietários, com o intuito de orientar currículos escolares que atendam aos desejos das crianças e sua relação com a natureza e todas as formas de vida. Neste sentido, apostamos em teóricos não hegemônicos (Spinoza, 2009; Maturana, 2004; Krenak, 2022; Rufino, 2021) que ajudam no direcionamento de uma perspectiva biocêntrica para a educação. O contexto ambiental para urgências climáticas nos convoca, como educadoras/es das infâncias, a realizar práticas que envolvam e despertem o olhar das crianças para a vida na terra e a importância do cuidado com a natureza. O texto aborda a metodologia narrativa para contar sobre práticas e brincanças ao ar livre com crianças bem pequenas em contato com a natureza e os seres vivos, uma escuta atenta aos desejos das crianças aposta em uma metodologia de trabalho comprometida com a liberdade e com a alegria, com a relação viva com o território, de forma interdisciplinar e transdisciplinar na relação de participação e troca. As vivências que tecem a pesquisa apresentam momentos nos quais o livre brincar a céu aberto provoca sensações nos corpos que levam a aprendizagens significativas no contexto escolar, para muito além do planejado. Experiências que fazem o corpo vibrar e afetar-se de alegria, em vez de enrijecer. Como resultados, percebemos no brincar entrelaçado a princípios que garantam os direitos das crianças ao território, ao desemparedamento, a biofilia e o respeito aos seus desejos, a construção de uma cultura escolar alegre, desejante e na formação de crianças e educadoras/es que defendam seus territórios e a nossa biodiversidade, afinal, a construção de uma sociedade engajada só é possível se forem ensinadas a tal.

Palavras-chave: criança; natureza; brincar; emergência planetária.

Referências Bibliográficas

- CHAVES, Mont'Alverne; MORI, Marcio. In: OGÊDA, Adrienne; RIBEIRO, Tiago. **Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.
- MATURANA, Humberto e VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

¹ESCOLA OGA MITÁ, infiniotrans@gmail.com

²ESCOLA OGA MITÁ, crissusano@gmail.com

³UNIRIO, karinareis.edu@gmail.com

RIBEIRO, Tiago.; SAMPAIO, Carmen.; DE SOUZA, Rafael. **Investigar narrativamente a formação docente: no encontro com o outro, experiências...** Roteiro, [S. l.], v. 41, n. 1, 2016. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2025.

RUFINO, Luiz. **Vence-Demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Zemilda do Carmo Weber do Nascimento dos. **CRIANÇA E A EXPERIÊNCIA AFETIVA COM A NATUREZA**. 1ª ed. Editora: APPRIS, 2018.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TIRIBA, Lea. **Educação Infantil como Direito e Alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias**. Editora Paz e Terra, 2018.

Valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Escola: um caminho de educação antirracista e decolonial

Andréia Cristina Gonçalves¹

O presente texto apresenta o relato da experiência do trabalho desenvolvido no ano de 2024 e 2025, na escola EMEFEI Padre Avelino Canazza (Rede Municipal de Campinas) pautado na valorização da História e Cultura afro-brasileira e indígenas. O trabalho com esta temática surge em consonância com os princípios propostos no Projeto Político-pedagógico (PPP) e o eixo norteador do trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Campinas no ano de 2024, Educação Antirracista, que busca refletir sobre as ações e práticas implementadas em conformidade com as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O trabalho é desenvolvido em uma escola de educação e tempo integral, que considera os sujeitos em sua condição multidimensional, que contemplem aprendizagens significativas em uma dinâmica interdisciplinar. A partir dos levantamentos realizados com a turma de 4º ano (2024), busca identificar o que os estudantes conhecem sobre a contribuição de povos negros e indígenas para a ciência, política, arte e cultura no Brasil. Com o objetivo de potencializar e valorizar o protagonismo de pessoas negras e indígenas, possibilitando a discussão e estudo sobre o apagamento e silenciamento da cultura destes povos nos currículos escolares, é apresentado aos estudantes personalidades, como Carolina Maria de Jesus, Sonia Guajajara, Daniel Munduruku, André Rebouças, Laudelina de Campos Melo e Milton Santos, que são referências na história do nosso país, desconstruindo assim, estereótipos culturais de raça, classe e gênero e, descolonizando o currículo escolar. A metodologia de trabalho inicia-se com pesquisa e estudo bibliográfico. Após essa etapa é construída, com os estudantes, uma linha do tempo considerando a contribuição de cada personalidade, relacionando com o tempo histórico do Brasil, buscando analisar o porquê do apagamento dessas pessoas em nossa história, refletindo assim sobre desigualdade, preconceito e injustiça. A continuidade do projeto se dá com a produção, em grupos, de cartazes, standartes e jogo da memória, para socialização com as demais turmas da escola, sobre cada uma das pessoas pesquisadas e estudadas. O desenvolvimento do trabalho busca transgredir o pensamento sobre a sociedade eurocêntrica colonialista, responsável por injustiças sociais e, possibilitar a reflexão sobre uma infância pautada na cosmovisão de uma sociedade decolonial. A avaliação aconteceu durante todo o desenvolvimento do projeto, a partir da participação e interesse dos estudantes, assim como na produção e socialização dos materiais.

Palavras-chave: educação; protagonismo; antirracista; decolonial; infâncias;

¹ Especialista em Ensino de Ciências e Matemática, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Concluiu o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia em 2005, pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). É professora de Educação Básica desde 2003. Atualmente atua na Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral Padre Avelino Canazza, em Campinas (SP). E-mail: deinha_goncalves@hotmail.com

Participação das crianças: tecendo práticas e saberes no cotidiano

Anna Caroline Ribeiro Costa¹
Michelli Guido²

O presente estudo calcado nos Estudos da Infância, tem por objetivo refletir sobre as formas de participação das crianças da Educação Infantil nas práticas pedagógicas de duas instituições públicas, EDI Claudio Cavalcanti e Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR), situadas na zona sul e zona norte da cidade do Rio de Janeiro, respectivamente. Ampliar as discussões acerca da participação das crianças nos espaços institucionais é reafirmar a infância enquanto categoria permanente e estrutural da sociedade e as crianças, seus membros, são atores sociais e agentes de cultura (QVORTRUP, 2010; SARMENTO, 2013). E, embora, etimologicamente a palavra infância signifique aquele que não fala, defende-se que ela não é a idade da não-fala: todas as crianças, desde bebês, têm e se expressam por múltiplas linguagens como, por exemplo, gestuais, corporais, plásticas e verbais. Sendo assim, esse artigo corrobora com estudos contemporâneos e arcabouço legal (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1989; BRASIL, 1990; BRASIL, 2009) construídos aos longos dos anos reafirmando a criança como sujeitos de direitos. Ser e estar no mundo é uma vivência individual, contudo aprendido e construído coletivamente, bem como as formas de expressão, enquanto coletivo, também se fazem nas interações entre pares. Por isso, a Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, não pode – e não deve - destoar desse compromisso social e político. Desse modo, construir práticas pedagógicas que priorizem a participação das crianças no cotidiano do currículo é buscar romper com o currículo baseado na tutela, além de reafirmar as crianças como atores sociais e seres potentes que se expressam de múltiplas linguagens dentro de suas culturas. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica que se realiza através de registros disponíveis de pesquisas anteriores (SEVERINO, 2007). Além disso, será exposto experiências possíveis de participação das crianças no planejamento das instituições citadas, nas escolhas dos projetos e seus desdobramentos no cotidiano. O estudo também atenta que é essencial lembrar que as formas de participação das crianças são diversas e influenciadas por suas culturas e contextos cotidianos. As crianças se expressam de maneiras que lhes são significativas, usando formas de expressão e relação que refletem seus universos culturais. Por isso, reconhecer essa diversidade é fundamental para acolher e valorizar as contribuições das crianças nos espaços educativos.

Palavras-chave: Participação; Crianças; Educação; Educação Infantil; Educação Pública.

¹ Mestre em Educação pela UERJ; Professora da Educação Infantil do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR); Escritora do livro infantil “E se esse parque fosse nosso?”.

² Especialista em Educação Infantil e Desenvolvimento; Administração e Supervisão Escolar e Diretora do Espaço de Desenvolvimento Infantil Claudio Cavalcanti SME/RJ.

Criança, infância e o livro didático na educação infantil: alguns apontamentos.

Arêta Caroline Nunes de Barros¹

Wanderson Adda Silva Melo²

Ana Paula Braz Maletta³

O presente resumo trata-se de um recorte de três pesquisas em andamento, duas decorrentes de uma investigação de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e Formação Humana (PPGE), da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) e uma financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Todos os trabalhos são atravessados pela discussão acerca do uso do livro didático na Educação Infantil(EI) e têm, na escuta das crianças e no reconhecimento de seu direito à participação, elementos chave para se pensar, aspectos teóricos e metodológicos sobre o uso do livro na EI. Assim, as pesquisas têm como objeto comum refletir sobre as concepções de infância, criança e educação infantil presentes nos livros e na política pública nacional para distribuição de livros e materiais didáticos (PNLD). Desta forma, buscou-se apreender se e como essas concepções se materializam nas obras, tendo em vista os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças expressos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, tomando por base o PNLD para EI (2022; 2026-2029) e outros documentos orientadores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI (DCNEI, 2013). As pesquisas têm como base teórico-metodológica os Estudos Sociais da Infância e da Criança, amparando-se em autores tais como: Corsaro (2011), Kramer (2006), Qvortrup (2010), Tomás (2014) dentre outros. Até o presente momento, o que pode ser evidenciado por meio das análises é que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2022) se orienta para uma lógica de “preparação para alfabetização formal” e isso vai se desenhando de forma mais clara ao longo das orientações pedagógicas deste documento, anunciando a importância desse tipo de perspectiva para potencializar as condições para a entrada das crianças no Ensino Fundamental. Tal perspectiva aponta para uma compreensão da EI como etapa preparatória para o EF. Por outro lado, a BNCC - retomando as DCNEI, defende como eixos fundamentais para a etapa da EI, as interações e as brincadeiras. Não que tais perspectivas venham se confrontar por partirem de posições antagônicas, mas claramente os documentos parecem divergir sobre os objetivos da etapa em si. Entretanto, o edital PNLD EI (2026-2029), busca dialogar com os documentos orientadores, apontando a centralidade da criança no processo pedagógico, ao passo que no PNLD 2022 a criança é referenciada como “aluno”. Em relação aos livros didáticos analisados, que são vinculados ao PNLD 2022 percebe-se um foco em atividades de alfabetização formal. Sendo as concepções de criança e infância percebidas na mesma lógica de preparação, onde os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, das crianças são atravessados por atividades que privilegiam tarefas mecânicas que não cabem a essa primeira etapa da educação básica.

Palavras-chave: Criança; Infância; Livro Didático; Educação Infantil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: aretta.241020024@discente.uemg.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: wanderson.241020039@discente.uemg.br

³ Professora Doutora do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Belo Horizonte, e-mail: ana.maletta@uemg.br

**Ser criança onde não há infância:
questões raciais em pauta em uma instituição de Educação Infantil da Zona da Mata Mineira**

Ariane Chiconelli Malta Beata¹
Heloisa Raimunda Herneck²
Terezinha Duarte Vieira³

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Viçosa. Por meio da abordagem dos estudos com os cotidianos e de conceitos pós-estruturalistas, investigamos as infâncias negras nas práticas educativas cotidianas de um Centro Municipal de Educação Infantil, no município de Leopoldina. A imersão em campo ocorreu por meio da observação participante conduzida sob um olhar atento para as dinâmicas do cotidiano de uma turma do 2º período, com crianças de quatro a cinco anos na etapa da pré-escola, direcionando o entendimento de como as desigualdades raciais ressoam na identidade infantil. O racismo enquanto uma máquina de diferenciação incita linhas de estratificação. Com suas amarras na discriminação racial, ele determina quais infâncias devem ser reconhecidas e quais devem ser negadas. Por essa via, ecoa a importância de se levar em conta as pluralidades infantis que se entrelaçam dentro do próprio grupo, tendo em vista que as circunstâncias de nascer e crescer não são iguais para todas as crianças, impondo as diferenças. A pesquisa com os cotidianos delineia um espaço em constante movimentos, onde os sujeitos são considerados praticantes e fabricantes da vida cotidiana, e não apenas objetos de estudo. Para isso, é necessário suspender certezas estabelecidas e produzir um movimento de diversidade que “beba em todas as fontes” (Alves, 2001; 2003). Tomando como pressuposto os estudos dos cotidianos e as discussões teóricas acerca das infâncias, raça e racismo, foi possível depreender que as diferenças físicas das crianças são acentuadas e transformadas em símbolos de poder, nos quais, por sua vez, determinam formas distintas de tratamento. Dentro do panorama delineado, o cotidiano é configurado como uma dimensão criadora da vida em sociedade, bem como dos diferentes modos de existência humana produzidos. A etapa da Educação Infantil (EI) é o ponto de partida das crianças no processo de formação e construção social. Nas tramas cotidianas, a EI revelou-se um espaço onde os corpos negros infantis sentem a realidade de um projeto colonizador, mas que, sincronicamente, insurgem contra a imposição colonial. Em certas práticas educativas observadas, como a encenação simbólica de castigos escravocratas durante atividades comemorativas, notamos a reprodução de um olhar colonial que ainda associa e limita a negritude à dor e sofrimento. As crianças negras, sobretudo os meninos negros, não são reconhecidos em suas peraltices, sendo colocados como indisciplinados, violentos e ameaçadores em acontecimentos que os meninos brancos não eram vistos da mesma forma. Em conclusão, enalteçemos o movimento de (re)criação das subjetividades racializadas, que se fazem e refazem nos encontros cotidianos. Por fim, esta pesquisa caminhou em direção à um apelo para que todas as crianças sejam reconhecidas nas infâncias.

Palavras-chave: Infâncias negras; Desigualdades raciais; Cotidianos.

¹ Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais; Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: arianechiconeli@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2621-7764>;

² Professora da Universidade Federal de Viçosa-Departamento de Educação; Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP/SP; E-mail: terezinhaduarte@ufv.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-0679>;

³ Professora da Universidade Federal de Viçosa-Departamento de Educação; Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); E-mail: hherneck@ufv.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1758-6138>.

Reflexões sobre o borramento entre o brincar online e offline a partir de entrevistas com crianças

Bárbara Morais Santiago Freitas¹

Paula Gaudenzi²

Bárbara Costa Andrada³

Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado sobre os atravessamentos de vídeos do YouTube nas práticas de brincar. A investigação se organizou em duas etapas: análise de 100 vídeos de crianças “brincando” e entrevistas com cinco crianças entre 7 e 9 anos. Neste resumo, abordamos reflexões que emergem da segunda etapa acerca do processo metodológico e ético implicado na escuta das crianças, com destaque para os momentos micro-éticos que moldaram a construção e a condução das entrevistas. Apoiado em referenciais como a Sociologia da Infância, Estudos Descoloniais e *Child as Method*, este trabalho busca refletir sobre como concepções sobre o brincar contemporâneo de nós, adultas, podem ser chacoalhadas ao escutar as crianças. Participaram da pesquisa crianças que, segundo as mães em resposta ao formulário-convite, assistiam regularmente a vídeos de brincadeira no YouTube. Tal critério de inclusão sustentou a decisão de ofertar a possibilidade de realizarmos as entrevistas na modalidade online, pois partimos do entendimento de que as crianças teriam uma certa familiaridade com o ambiente digital, acrescido do fato de que as crianças tinham passado recentemente pela pandemia de Covid-19, o que restringiu o cotidiano escolar a atividades online. As crianças puderam escolher entre modalidade online ou presencial durante uma negociação conjuntamente com as mães e uma das pesquisadoras por meio de áudios via WhatsApp e a maioria optou por ser online principalmente por ser mais conveniente a suas rotinas. De fato, as crianças souberam lidar bem com o aplicativo de videochamada. A entrevista-conversa foi o dispositivo metodológico adotado por permitir uma escuta flexível, respeitosa dos modos de expressão infantis e mais adaptável às suas formas de comunicação. Esse tipo de entrevista é guiado por blocos temáticos apresentados de maneira fluida, com linguagem acessível, espaço para pausas e possibilidade de recorrer a diferentes linguagens, como o desenho. Durante os encontros, observamos que as crianças frequentemente deslocavam o foco proposto, trazendo temas como futebol, relações familiares ou brincadeiras no prédio. O que inicialmente foi percebido como dificuldade em manter o tema revelou-se, com uma escuta ativa, parte da lógica do brincar contemporâneo, marcada pelo borramento entre online e offline. Essa fluidez temática nos informou sobre a maneira com que as crianças compreendiam o tema, ou seja, modos legítimos de expressar acerca de suas experiências. Conforme observamos, ao falar sobre os vídeos de brincadeira compartilhados online, as crianças naturalmente transitavam para outras formas de brincar “offline”, apontando que já não fazia sentido separar essas duas formas de brincar no mundo contemporâneo. Foi a partir de uma escuta ativa que as pesquisadoras puderam reconhecer essas mudanças de assunto não como ruído, mas como parte da lógica fluida do brincar contemporâneo.

Palavras-chave: crianças, brincar, entrevistas, ética em pesquisa

¹ IFF/Fiocruz - barbara.msf@gmail.com

² IFF/Fiocruz - paula.gaudenzi@gmail.com

³ NUPSAM/IPUB/UFRJ - barbaracostaandrada@gmail.com

**A escuta às crianças na educação infantil:
Reflexões sobre a educação étnico racial e o currículo da rede municipal de Juiz de Fora/MG**

Bianca Recker Lauro¹
Silvana Sousa de Mello Martins²
Tamires Cristina dos Reis Carlos Alvim³

O presente artigo tem por objetivo descrever uma vivência na Educação Infantil envolvendo a escuta das narrativas das crianças sobre a cor da pele. Ouvir as crianças, perceber suas singularidades e respeitar suas identidades é acreditar que elas são sujeitos ativos, participativos que vivenciam e transformam sua realidade. Nesse sentido, a vivência aconteceu com vinte e cinco (25) crianças de cinco anos (5), no primeiro semestre do ano de 2025, a partir de uma proposta curricular intitulada: “UBUNTU - Eu sou por que nós somos” que busca ao longo de todo o ano letivo promover no interior da instituição, práticas voltadas para a educação das relações étnico raciais, em uma escola pública de educação infantil da rede municipal de Juiz de Fora/MG. Utilizando como metodologia a roda de conversa mediada, com linguagem acessível e acolhedora e o uso do autorretrato, as crianças foram provocadas a expressarem suas ideias sobre a cor da própria pele e de seus colegas por meio de narrativas e desenhos. Através de propostas pedagógicas que valorizam a educação para as relações étnico raciais, as crianças conheceram músicas, brincadeiras africanas, construíram a boneca Abayomi, acessaram diferentes livros de literatura infantil com personagens negros, valorizando seus corpos, suas histórias e ancestralidade. Junto às vivências cotidianas da Educação Infantil, destacamos o currículo como importante ferramenta de diálogo e transformação da realidade. Acreditamos em uma concepção de currículo que está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, um currículo que se faz vivo no cotidiano da escola. Nesse sentido o currículo está atrelado à constituição da identidade das crianças pequenas e por isso merece destaque quando refletimos sobre a educação para as relações étnico raciais. Para refletir sobre essa temática, buscamos amparo na Lei 10.639 de 2003 que traz em seu texto a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas em todas as etapas de ensino do país e nas perspectivas teóricas de Munanga (2019), Gomes (2002, 2012), Cavalleiro (2000), Barbosa (2013), Magalhães et al (2017) entre outros autores. A partir da vivência realizada com as crianças, foi possível perceber a urgência do trabalho para a educação para as relações étnico raciais na Educação Infantil, o papel fundamental do professor como mediador dos processos da aprendizagem, assim como a importância de promover um currículo que esteja comprometido com a constituição da identidade e diversidade humana inserindo as crianças como sujeitos de fala que vivem, sentem e constroem o mundo a partir de seus modos de pensar e refletir sobre ele.

Palavras-chave: Escuta; Educação Infantil; Currículo; Educação étnico racial.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) e professora da rede municipal de Juiz de Fora/MG. Email: biancalauroufff@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF), professora e coordenadora da rede municipal de Juiz de Fora/MG. Email: silsmello79@gmail.com

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) e professora da rede municipal de Juiz de Fora/MG. Email: tamialvimped@gmail.com

**Se as crianças governassem a escola:
escuta, currículo e a insurgência cotidiana das infâncias**

Bonnie Axer¹

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre as infâncias como potência no cotidiano escolar, articulando o campo dos estudos do currículo com as epistemologias da infância. Trago, portanto, problematizações a partir da minha experiência como professora da educação básica em um instituto de aplicação universitário. O pano de fundo para a reflexão proposta é uma roda de conversa realizada com uma turma dos anos iniciais do ensino fundamental, em processo de alfabetização, a partir da leitura da obra de Marcelo Xavier intitulada *“Se criança governasse o mundo”*. A escuta sensível durante o contato com a história, provocada pela pergunta posterior - “e se criança governasse a escola?” - revela perspectivas insurgentes que tensionam a organização tradicional da escola, seus espaços, tempos e currículos. Para dialogar com esse tensionamento provocado pelas crianças, mobilizo aportes teóricos do campo do currículo, o compreendendo como território de disputas simbólicas e culturais, um campo vivo que se constitui a partir dos encontros entre sujeitos e saberes. De acordo com os estudos de Macedo (2017) e Frangella (2023), opero com o entendimento de currículo como texto aberto, discurso social sem fechamento pré-determinado, que nos convoca a dividir a responsabilidade e produção deste com todos que o vivenciam, incluindo as crianças. A partir dessa perspectiva acerca do currículo, a intenção é explorar o reconhecimento da criança como sujeito curricularista - entendida como autora e também responsável pelas produções de conhecimento e currículo que vivencia em seu espaço escolar. Ao escutarmos as crianças sobre o que mudariam na escola se pudessem governá-la ou sobre suas percepções sobre este espaço - “escola é lugar de criança” (estudante P, 7 anos) - criamos possibilidades para fazer emergir a potência política da infância, capaz de subverter lógicas adultocêntricas presentes na sociedade e na escola. Produzir possibilidade de escuta da infância não é apenas um ato pedagógico, mas também postura ética e política que reconhece seus modos próprios de ver, sentir e reinventar o mundo e a escola. Para então prestar atenção nas percepções infantis e suas urgências e, dialogar com elas, me apoio teoricamente na compreensão da infância como uma experiência múltipla, plural e dotada de agência (SILVA, 2023; GOMES, 2021). As falas das crianças expressam desejos de autonomia, afetos, liberdade e brincadeira como elementos centrais de uma escola possível e urgente. Assim, o diálogo entre currículo e infância, aqui proposto, assume um compromisso com a escuta necessária e com a postura inventiva da escola (CAMÕES, 2019) que possibilita o reconhecimento das crianças como protagonistas e coautoras do saber escolar. Acredito que as crianças alfabetizam a escola sobre outras formas de ser e estar no mundo, de existir, conviver e aprender com o outro, mas é preciso escutá-las.

Palavras-chave: infância; escuta; currículo.

¹ Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ) / bonnieaxer@gmail.com.

Mapeamento das narrativas infantis sobre a cidade: um estudo a partir das vozes das crianças

Bruno Costa Lima Rossato¹
Cristiane Ferreira Cunha Amancio²

Este trabalho tem por objetivo apresentar, a partir da experiência de dois professores que atuavam na gestão de políticas públicas com/para a Educação Infantil, a importância da participação infantil nas tomadas de decisões das políticas para a cidade. Nesse percurso, situado na cidade do Rio de Janeiro, as crianças da rede municipal de ensino foram convidadas a realizar registros a partir de duas perguntas: “Como veem, sentem e percebem o caminho de casa até a escola?” e “O que desejam para esse caminho?”. Esse processo foi exitoso porque as crianças possuem criticidade e potencialidade para formular questões e propostas pertinentes à melhoria do seu entorno. Diante disso, reafirmamos a concepção de infância que entende a criança não apenas como receptora ou aprendiz, mas como produtora de seus próprios valores, códigos e práticas culturais (Sarmento, 2003). Logo, é preciso legitimar práticas de participação nas quais a criança possa se expressar em sua inteireza. Bondioli (2013) considera a participação uma responsabilidade, isto é, mais do que um direito ou dever, significa uma condição inerente a qualquer processo educativo de qualidade. Sendo assim, concordamos com a autora: não há qualidade sem a participação dos sujeitos envolvidos no processo. Ainda que tenhamos um conjunto de legislações que afirmam a participação enquanto direito das crianças (BRASIL, 1988; 1990; 1996; 2016), a realidade é outra. As crianças, numa sociedade adultocêntrica, ainda são invisibilizadas e, de certa forma, silenciadas no debate acerca das políticas públicas, que são permeados por relações de poder (Foucault, 2020). A proposta denominada “Mapeamento das Narrativas Infantis”³ buscou reafirmar as práticas das crianças como decisivas para o desenvolvimento dos diversos territórios que compõem a cidade. Diante disso, lançamos à escuta das crianças como elemento central no cotidiano escolar. Posteriormente, essas narrativas foram mapeadas de acordo com as regiões/territórios. Os dados coletados trouxeram subsídios para o planejamento de políticas públicas que atendam à Primeira Infância e no próprio fazer da gestão da época⁴, que coordenou a ação. Além disso, reafirmamos o compromisso da participação infantil enquanto direito inegociável, pois acreditamos que mapear as narrativas das crianças é uma forma de cartografar melhores caminhos em diálogo com elas, reverberando em toda sociedade.

Palavras-chaves: Infância; Educação Infantil; Participação; Narrativas.

¹ Doutor em Educação pelo ProPEd/UERJ. Professor na SME-RJ; Tutor na Fundação CECIERJ. E-mail: rossatbruno@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação pelo ProPEd/UERJ; Professora na SME-RJ; Tutora na Fundação CECIERJ. E-mail: crisfcamancio@yahoo.com

³ Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/42/2023/03/Mapeamento-Convite-a-reflexao-narrativas-em-foco-3.pdf> e também em: <https://educacao.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/42/2022/11/Leitura-reflexiva-mapeamento-das-narrativas-infantis-circular-06.pdf>

⁴ Gerência de Intersetorialidade (2021-2023): setor integrante da SME-RJ. Decreto 48488/2021: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro: 02/02/21 – Ed. 228, p. 5

Infância em afroperspectiva: a urgência de uma re-epistemologização no pensamento sobre/com crianças

calu teixeira coelho¹

Pensar infâncias é adentrar um território em disputa, no qual narrativas diversas se aproximam, se cruzam e/ou se afastam, em uma constante construção de sentidos. Como participam as crianças dessa construção? Qual é o lugar destinado a elas, por pessoas adultas, no mundo ocidental? A relação entre pessoas adultas e crianças, bastante desigualada em nossa sociedade marcada pela colonialidade, é tensionada no limite entre a proteção e a tutela, a participação e a invisibilidade, a escuta e o silenciamento. Neste trabalho, proponho uma mirada para as infâncias em afroperspectiva, isto é, a partir dos cosmo-sentidos e modos de vida de povos africanos, afrodiaspóricos e pindorâmicos. Nessas onto-epistemologias, encontramos alguns princípios descritos por Azoilda Loretto da Trindade como valores civilizatórios afro-brasileiros (Trindade, 2010), tais quais a circularidade, a ludicidade, a corporeidade e a cooperatividade (ou comunitarismo), que nos ajudam a conceber relações com as infâncias com mais justeza e horizontalidade. O conceito de interseccionalidade, mobilizado por diversas autoras (Crenshaw, 2002; González, 2020; Hill Collins e Birge, 2021; hooks, 2022), também é fundamental para entendermos as infâncias com seus atravessamentos e encruzilhadas (Akotirene, 2018; Martins, 2023), operando um contragolpe ao pensamento colonialista binário que universaliza e romantiza a experiência infantil. Enquanto a infância, no geral, ocupa um espaço de invisibilidade e apagamento social, há infâncias, em particular, permeadas por outros marcadores de violência, como é o caso de crianças que vivem em territórios onde há conflitos armados, crianças em situação de rua ou crianças desobedientes de gênero, por exemplo. Este trabalho visa a apresentar a afroperspectiva como chave de análise importante para possibilitar uma aproximação com as infâncias que garanta a participação das crianças na produção de conhecimento sobre si próprias. A inclusão desse debate no ambiente acadêmico, que ainda é muito circunscrito em uma lógica colonialista e adultocentrada, pode contribuir para a emergência de teorias para/com/das infâncias. Desse modo, a partir de articulação com achados da pesquisa bibliográfica, este ensaio pretende demonstrar a urgência de uma re-epistemologização dos olhares e sentidos atribuídos às infâncias. Acredito que pessoas pesquisadoras produzem teoria na medida em que pesquisam, escrevem, debatem e publicam, por isso minha aposta é pela escrita ensaística, em uma tentativa de diálogo com os pares. A principal conclusão a que este estudo chega é que pensar infâncias em afroperspectiva, isto é, através de lentes que conseguem imaginar para além da colonialidade, possibilita um reposicionamento teórico-prático que nos permite conceber a criança como agente social e protagonista de sua condição infantil, em uma relação intergeracional mais respeitosa.

Palavras-chave: Infâncias; Afroperspectiva; Interseccionalidade; Encruzilhada.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd - UERJ), professor de música do Colégio Pedro II e membro do Grupo de estudos e pesquisa (re)imaginação da escola e do futuro com as infâncias e juventudes (GEPRIF) – calucoelho8@gmail.com.

O brincar na Educação Infantil: experiências e aprendizagens

Camila de Lima da Silva¹
Deise Arenhart²

A presente pesquisa, defendida como monografia em dezembro de 2024, foi desenvolvida a partir de um estudo baseado em observações e vivências realizadas durante um estágio remunerado de uma das autoras em uma escola particular de Educação Infantil. O objetivo central da pesquisa foi compreender os fatores que tornam o brincar e as interações eixos estruturantes da Educação Infantil, sendo fundamentais para a aprendizagem na infância, além de refletir sobre o papel do professor na promoção das brincadeiras no cotidiano escolar. O estudo articulou o diálogo entre a prática vivenciada diariamente e o embasamento teórico de estudiosos da Educação, como Borba, Vygotsky, Tiriba, entre outros, que contribuíram significativamente para um olhar mais aprofundado sobre o tema investigado. A partir da observação e produção de registros escritos e fotográficos sobre as interações e brincadeiras de um grupo de crianças de 5 anos, buscamos responder às seguintes questões norteadoras: O que as crianças estão aprendendo enquanto interagem e brincam? Qual o papel do professor nos processos interativos e no brincar no cotidiano da Educação Infantil? Os resultados revelaram que o brincar é uma prática fundamental para o desenvolvimento emocional, cognitivo, motor e social das crianças. Por meio das categorias: 1) Brincando com a natureza: afetos e experiências; 2) Sentir e aprender: as emoções no brincar; 3) Enfrentamento dos medos: aprendizado com segurança; e 4) Faz-de-conta: criatividade, possibilidades e envolvimento, evidenciou-se que, nas brincadeiras, as crianças constroem relações de cuidado com a natureza, aprendem a lidar com emoções como frustração e tristeza, enfrentam medos de forma segura e criam narrativas que ressignificam seu entendimento do mundo. As interações lúdicas também demonstraram a capacidade das crianças de se expressarem, socializarem e desenvolverem saberes, habilidades e afetos importantes para a vida. O estudo destacou ainda que o papel do professor é fundamental, seja ao organizar ambientes estimulantes, observar e registrar as brincadeiras ou ao participar ativamente delas, respeitando as regras e narrativas criadas pelas crianças. O trabalho é um convite para que os adultos, de maneira geral, dediquem mais tempo às brincadeiras, reconhecendo sua potência como geradora de importantes aprendizados na infância.

Palavras-chave: Educação Infantil; brincar; interações; papel do professor.

¹ Camila de Lima da Silva é Pedagoga formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: camiladeliimaa@gmail.com

² Deise Arenhart é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: deise.arenhart@gmail.com

O Plano Municipal pela Primeira Infância em São Gonçalo/RJ: a cidadania infantil como uma política pública inadiável

Carla Verônica Corrêa Cardoso¹

Marta Lúcia Duarte de Oliveira Conceição²

O presente resumo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que objetiva contribuir para o debate sobre o impacto do Plano Municipal pela Primeira Infância no contexto das políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos das infâncias em São Gonçalo/RJ. Como dispositivo teórico-metodológico, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, ancorada na orientação do materialismo histórico-dialético, que nos possibilita apreender e desvelar contradições da realidade concreta (Frigotto 2010). Propomos, neste recorte, problematizar a participação das crianças no processo de elaboração de Políticas Públicas, tais como o PMPI. Consideramos que o cerne da elaboração do Plano Pela Primeira Infância em São Gonçalo foi o esforço à participação democrática, buscando refletir a conquista de uma política pública não verticalizada, com garantia de inclusão de todas e todos no âmbito do processo de escuta, sobretudo das crianças, principais sujeitos da política em questão. Para a realização da escuta qualificada das crianças de 3 a 6 anos de idade, a Comissão de Políticas Públicas Permanentes pela Primeira Infância do CMDCA, definiu um caminho metodológico que priorizou: a composição de cinco equipes de escuta com profissionais que atuam junto à crianças; a realização de encontros de planejamento participativo; a seleção de Estabelecimentos de Educação Infantil para a realização da escuta; a definição de eixos temáticos; a observância a aspectos éticos, à legislação vigente e protocolos legais. O propósito foi o de escutar um universo plural de infâncias. Nessa perspectiva, foram realizadas escutas em 07 instituições da cidade, entre elas, Creches Conveniadas, UMEIs, Centro de Referência em Autismo e CREAS. Neste sentido, o território da cidade/comunidade é tomado como um *lôcus* fundamental no processo de formação integral da criança, ampliando a sua oportunidade de convivência comunitária e a formação de uma cidadania infantil (Mesquita, 2022) baseada no tripé escuta ativa, participação processual e respeito à sua condição de sujeito histórico e de direitos (Gouvea, 2008). Entendemos a partir dos escritos de Gouvea (2008), Qvotrup (2009) e Mesquita (2022), a diversidade de processos históricos, nos quais a experiência da infância diferencia-se de acordo com as categorias sociais que definem a pluralidade e complexidade da (s)infância(s). Tais categorias se entrelaçam e possibilitam a definição das infâncias por meio das relações históricas das crianças entre si, com os adultos, com a cultura e a sociedade. Diante dessa problemática, cabe questionar em que medida temos sido capazes de promover, junto às crianças, não apenas a igualdade formal perante a lei, mas, sobretudo, a igualdade de oportunidades e a construção de espaços efetivos de participação (inter)geracional. Nesse sentido, por meio deste estudo, buscamos contribuir para que as crianças de 0 a 6 anos sejam (re)conhecidas e respeitadas como sujeitos históricos de direitos.

Palavras-chave: Cidadania Infantil; Direitos; Plano Municipal pela Primeira Infância.

REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel Jacinto e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed Vozes, 2008, p. 97-118.
- MESQUITA, Delma Lucia. *Cidadania desde a infância e educação para a democracia da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança*. Rev. Bras. Educ. 2022, vol.27.
- QVOTRUP, Jens. Infância e Política. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 777-792. 2010.

¹ UERJ/FFP - carlaveronica73726@gmail.com

² SEMED/São Gonçalo - martaluciaduartec@gmail.com

**Por uma educação pública, popular e insurgente com as infâncias:
pensando a intersecção da educação popular com os estudos da infância**

Carolina Silva de Alencar¹
Caroline da Silva Barbosa²
Nayara Alves Macedo³

O presente trabalho objetiva investigar como a intersecção dos Estudos da Infância (Sarmiento e Gouvea, 2009) com a Educação Popular (EP) pode oferecer fundamentos para uma pedagogia pública, popular e insurgente com as crianças pequenas das classes populares, estabelecendo princípios que provoquem a transformação da pedagogia com crianças populares em sua dimensão crítica, política, social e pedagógica. Para tanto, elegemos como procedimento metodológico um movimento teórico de exame crítico do campo da EP e também a análise da produção intelectual e/ou política intimamente entrelaçada com trajetórias praxiológicas de intelectuais militantes do campo da educação. Ao buscar compreender como cada campo se constitui, como submete suas estruturas e seus princípios, estabelecemos o diálogo com Vigoya (2023) e sua defesa da interserccionalidade, como uma necessidade teórica, metodológica, política e ética. Uma articulação necessária que traz luz às questões invisibilizadas pelos campos quando pensados isoladamente. Nesse sentido, nos inquieta entender melhor como a educação infantil pode se consubstanciar com outros repertórios de práticas e saberes incorporados da Educação Popular, assumindo a postura, na qual Paulo Freire (1987) parece circunscrever nossa vocação ontológica: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 1987, p. 12). A EP se orienta por uma intencionalidade clara: contribuir para que os setores populares se constituam como sujeitos históricos, protagonistas das transformações sociais. Os estudos das infâncias nos oferecem importantes ferramentas conceituais e analíticas, principalmente ao trazer as infâncias como sujeitos políticos, de direitos, autores das suas histórias com sua forma competente de anunciar o mundo. Podemos depreender que a intersecção desses campos nos aponta princípios e fundamentos para a construção de uma especificidade da ação educativa com grupos sociais historicamente subalternizados e tais aspectos podem *reeducar a pedagogia* (Arroyo, 2009) produzida com crianças pequenas na escola da infância. Portanto, a intersecção dos campos à luz de paradigmas teóricos da Educação Popular e dos estudos da infância provocam novas problematizações para a educação das crianças pequenas, na reivindicação de pedagogias vinculadas ao aspecto revolucionário do nosso compromisso social e político com a emancipação.

Palavras-chave: Educação Popular; Estudos das Infâncias; Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO e GOUVEA (Org.) *Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 119-140.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- SARMENTO e GOUVEA (Org.) *Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 119-140.
- VIGOYA, Mara. *Interseccionalidad*. Giro decolonial y comunitario. CLACSO; 2023.

¹ PPGedu/FFP/UERJ e FME/Niterói (carolinasalencar@yahoo.com.br).

² PPGedu/FFP/UERJ, SME/RJ e SMEC/Squarema (carolbarbosa.0803@gmail.com).

³ PPGedu/FFP/UERJ e Colégio Pedro II (nayara_macedo@yahoo.com.br).

Relatos crianceiros de crianças brasileiras sobre vivências espaciais de crianças uruguaias: Que linguagem as une?

Carolina Silva Gomes de Sousa¹

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento e procura refletir sobre a brincadeira como principal linguagem das crianças. É um estudo sobre as brincadeiras e vivências espaciais de crianças pequenas e as possíveis formas como, algum tempo depois, elas veem as outras crianças e elas mesmas nos registros, em um outro cronotopo (Bakhtin, 2006). Como bases teóricas, utilizo a Geografia da Infância, a teoria Histórico-cultural, de L.S. Vigotski (2018), os Estudos Sociais da Infância, a pesquisa das espacialidades das crianças em suas vidas cotidianas nos espaços urbanos, de Martha Muchow (2015) e alguns conceitos de estudos Bakhtinianos. Entendendo as crianças como sujeitos históricos e geográficos, sendo parte de um contexto histórico temporal, de forma a afetar e serem afetadas pelo entorno, assumiu-se uma pesquisa COM crianças e não apenas SOBRE elas. No decorrer do estudo, observou-se como a brincadeira se constitui como principal linha de desenvolvimento das crianças pequenas e como as vivências contribuem para a construção de suas lógicas. Para a construção da pesquisa em questão, contei com a participação de crianças da Educação Infantil de uma escola pública em Niterói - município do Rio de Janeiro, Brasil – e uma em Paysandú, capital do Departamento de Paysandú, no Uruguai. Na primeira etapa da pesquisa, registrei, em imagens, vídeos e anotações, momentos de brincadeiras livres das crianças, em ambas as escolas, primeiro no Brasil e, depois, em Paysandú. De volta à escola de Niterói, formei mini grupos de crianças para análise dos registros de suas brincadeiras e das brincadeiras das crianças uruguaias. Nesse momento, meu intuito era tentar compreender mais sobre como as crianças encarariam as brincadeiras de crianças de um contexto diferente do seu. Ao observarem as crianças uruguaias brincando, as crianças brasileiras inicialmente, estranharam bastante. Contudo, conforme mais registros eram apresentados e mais elas conversavam sobre eles, pareciam ter encontrado na brincadeira uma maneira de se aproximar do que lhes era estranho. Crianças diferentes, que se vestiam de forma diferente, falavam de forma diferente, mas que brincavam, como elas também brincavam. Suas vivências foram muito importantes para que pudessem se aproximar do diferente. Ao longo das conversas, foi possível perceber como, independente das muitas diferenças culturais, as crianças brasileiras conseguiam entender muito das crianças uruguaias, baseadas apenas nas brincadeiras. Como uma delas disse em um dos grupos de conversa, “A palavra é um pouquinho mais diferente, mas a brincadeira é tudo igual, é brincadeira”.

Palavras-chave: Brincadeira; Vivência espacial; Educação Infantil

¹ PPGEDU/UFF carolinagsousa@gmail.com

A expansão da Educação Infantil via convênios em São Gonçalo: uma inclusão degradada?

Débora Baptista Mendonça Braga¹
Renata Mylena Almeida Provenzano²

Este trabalho se inscreve no campo dos Estudos da Infância e investiga as concepções de políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 3 anos das classes populares no município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como cenário as urgências sociais e educacionais que atravessam a garantia do direito à Educação Infantil na região. Tendo como objetivo principal compreender de que forma o município vem organizando o atendimento a pequena infância, em especial no que se refere a relação entre a demanda por creches e a oferta de vagas, procuramos investigar a relação entre o setor público e o conveniado, bem como as implicações dessas escolhas nas condições de trabalho e nas infâncias. Com base no referencial teórico dos Estudos da Infância (Sarmiento, 2009), articulado à crítica das políticas públicas educacionais para a Educação Infantil em contextos de desigualdades (Pessanha, 2023), trazemos como concepção de infância, o reconhecimento da criança como um ser social, sujeito histórico e de direito, ancorada nos marcos jurídicos e das políticas públicas como construções historicamente situadas, atravessadas por disputas e interesses. Para isso, adota-se como dispositivo metodológico a pesquisa documental (Fávero e Centenaro 2019), que tem sido fundamental no levantamento de informações e análise de decretos, leis, convênios e dados estatísticos para a pesquisa qualitativa (Minayo, p.22, 2007) sobre a expansão das matrículas na Educação Infantil em São Gonçalo. Os resultados mostram que há um déficit de vagas na Educação Infantil pública da cidade e que a principal forma de expansão tem sido por meio de creches comunitárias, que são conveniadas junto à Secretaria Municipal de Educação, através de um chamamento público e assinatura de termo de fomento, que regulamenta um convênio com a prefeitura gonçalense, realizado na maioria das vezes de forma precária. Embora esses convênios aumentem o número de crianças atendidas, eles costumam ser usados em bairros nos quais o poder público não garante creches públicas. Isso levanta preocupações sobre a qualidade do atendimento, as condições de trabalho dos profissionais e os limites imposto pelo *Poder local* (Alvarenga e Tavares, 2015; Leal, 1997) para garantir os direitos das crianças pequenas à educação, levando em consideração que as ações do governo não contemplam a totalidade das crianças de 0 a 3 anos, e que a creche comunitária conveniada parece ser a única possibilidade de vaga disponibilizada às crianças que não são atendidas pelos equipamentos públicos de cuidado e educação no município de São Gonçalo, promovendo uma *expansão degradada* (Martins, 1997) do direito à Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Políticas Públicas, Convênios, Creche Comunitária.

Referências

ALVARENGA, M. S. de; TAVARES, M. T. G. (orgs.). **Poder Local e Políticas Públicas para Educação em Periferias Urbanas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2015.

FÁVERO, A. A; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 170-184, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184>. Acesso em: 25 de maio 2025.

¹ Mestranda em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu-FFP/UERJ). Bolsista da CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas das Infância(s), Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC). E-mail: debora.baptist@hotmail.com

² Mestranda em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu-FFP/UERJ). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas das Infância(s), Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC). E-mail: provenzanorenata@gmail.com

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

PESSANHA, F. N. de L. **O FUNDEB e a educação das crianças de 0 a 3 anos no município de São Gonçalo/RJ: um estudo de caso**. 2023. 379f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 2002, p. 25-63.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 21, p. 15-30, 2009.

As transversalidades das expressões de violência em uma escola rural: relatos de experiência na educação infantil

Deborah Theodoro da Silva¹

Lívia Paiva Leite²

Lucas Korosi Peres³

A teoria histórico-cultural de Vygotsky versa sobre a relevância do meio cultural e das interações, considerando a criança como sujeito ativo no seu processo de desenvolvimento, assim como na constituição do próprio meio, revelando uma forma de co-produção entre subjetividades e meios de vivenciá-las. O presente estudo objetiva analisar experiências de extensão em uma escola rural localizada no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes-RJ. O trabalho tem como objetivo refletir sobre como a violência transversaliza, de diferentes formas, as dimensões intra-institucionais e inter-relacionais referentes às vivências de crianças da educação infantil da referida instituição educacional. A pesquisa parte da realização de oficinas, por meio das quais foram observados a expressividade das relações das crianças mediante seus contextos e vivências. Assim, por meio da pesquisa-intervenção como método, ocorreram encontros quinzenais com duas turmas da educação infantil, na faixa etária entre 4 e 5 anos, com 17 e 18 crianças em cada uma. Preliminarmente, notou-se que as violências se fazem presente nas formas de elaborar brincadeiras e estabelecer vínculos, que são comumente expressos por comportamentos baseados na agressividade. Tal observação se manifesta tanto por meio de formas de encenação que remetem a cenas violentas, como a representação gestual e sonora de armas de fogo sendo disparadas, quanto pela via da agressão física entre alunos. Faz-se necessário destacar que tais expressões refletem a existência da violência policial e do tráfico, marcadamente presentes no cotidiano das comunidades da região, presenciados pelas crianças. Ademais, foi observado as condições precárias do ambiente de aprendizagem nos quais os alunos convivem, tais como sala de aula que não comporta a quantidade de alunos presentes, a não delimitação em relação a seu acesso direto à cozinha, assim como as elevadas temperaturas do ambiente em decorrência da falta de ventilação adequada. A ausência de implementação de formas estruturalmente adaptadas de acordo com a faixa etária reflete uma negligência para com elas, fruto do sucateamento em que a instituição é submetida e foi concebida. Dessa forma, foi possível analisar um cenário de co-produção de relações violentas. Enquanto inseridos em um contexto de violação de direitos em vista da negligência institucional pela falta de planejamento de um ambiente adequado para o convívio da primeira infância, concomitantemente habitam territórios em que sua segurança é restrita e a expressão da violência, constante. Diante desse panorama, observa-se a reprodução e subjetivação de processos de violência no que se refere a forma de estabelecer a afetividade no ambiente escolar. Tal cenário remete aos atravessamentos sociais e raciais, refletindo processos de marginalização associados à manutenção da violência historicamente instituída à comunidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Violência; Histórico-cultural.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: de_silva@id.uff.br

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista pela PROEX do projeto de extensão “Formação de professores e participação comunitária: caminho para transformações das escolas do campo”. Contato: liviapaiva@id.uff.br

³ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: lucask@id.uff.br

Entre ritmos e gestos: por uma docência atencional com bebês na creche

Fabiana Santiago de Sousa¹

Este trabalho propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre a construção de uma ética da atencionalidade na docência com bebês na Educação Infantil. A partir de Tim Ingold (2020), compreende-se a atencionalidade como um modo de estar no mundo que se funda na escuta sensível, na abertura ao outro e na disposição para corresponder aos seus gestos e ritmos, em vez de controlá-los. Aplicada à educação, essa perspectiva desloca a lógica da intervenção para a do encontro, sustentando uma prática ética e relacional com os bebês. O objetivo central é compreender como o tempo e o ritmo próprios da infância podem desafiar as práticas pedagógicas convencionais e instituídas, que frequentemente se orientam por lógicas adultocêntricas, produtivistas e aceleradas, reduzindo os bebês a objetos de cuidado ou etapas previsíveis do desenvolvimento. A partir desse tensionamento, busca-se apontar possibilidades para a construção de uma prática pedagógica mais ética, sensível e relacional. O estudo ancora-se nos aportes de Tim Ingold (2019; 2020), Cabanellas e Eslava (2020) e Maria Carmem Barbosa (2010; 2013), autores que propõem uma pedagogia dos encontros, baseada na escuta, na presença e na valorização dos pequenos gestos que constituem a experiência educativa com os bebês. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com caráter ensaístico e reflexivo, sustentada por observações cotidianas no ambiente da creche e revisão bibliográfica crítica, voltada à compreensão das práticas docentes que se constroem na relação direta com os bebês. Ao invés de apresentar dados empíricos, o texto parte de vivências pedagógicas e de uma leitura crítica das estruturas escolares, destacando a importância de uma atuação docente que reconheça os bebês como sujeitos de direito, capazes de produzir cultura, linguagem e vínculo. A conclusão aponta que a atencionalidade, entendida como uma ética cotidiana da escuta e da presença, permite a construção de um tempo comum entre adultos e bebês, superando a lógica da aceleração institucional e criando espaços de convivência pautados pelo respeito mútuo dos sujeitos em sua construção e convocação para o viver junto. Assim, contribuir para o fortalecimento de uma pedagogia da infância requer deslocamentos teóricos, afetivos e institucionais por parte dos adultos, que devem aprender a habitar o tempo da infância como espaço de criação compartilhada, onde o cuidado, o afeto e a atenção constituem os pilares fundantes das relações educativas no chão da creche. Além disso, defende-se que a formação docente precisa considerar a dimensão sensível do cotidiano como lugar de elaboração de práticas comprometidas com os direitos das crianças, valorizando os gestos ordinários como expressão legítima e potente de saber e existência. O estudo, portanto, contribui com os debates contemporâneos dos estudos da infância ao reafirmar a centralidade da presença e da escuta como fundamentos éticos de uma docência que se reinventa no encontro com os bebês.

Palavras-chave: atencionalidade; tempo e ritmo; bebês; ética docente; Educação Infantil.

¹ Professora de Educação Infantil. Integrante do GERAR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, bebês e crianças da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fssousa@id.uff.br

O que pensam as crianças sobre os lugares que lhes são oferecidos na escola?

Fernanda Madalena Fiuza¹

O presente resumo tem a intenção de compartilhar a pesquisa de campo de uma pesquisadora/professora de Educação Infantil do Município do Rio de Janeiro. O problema de pesquisa surgiu de uma inquietação da professora ao observar que as crianças pequenas passavam grande parte do tempo em que estavam na escola, dentro de quatro paredes, ou seja, “emparedadas” (Tiriba, 2018). As escolas parecem ter um modelo pronto ao qual crianças e adultos devem se encaixar. É uma instituição que está enraizada em nossa cultura e sociedade. A criança passa grande parte da sua trajetória, dentro desta instituição, pois adentra a escola desde muito pequena, quando inicia a Educação Infantil e passa toda sua infância dentro dela. Qvortrup (2010) quando escreve sobre a infância, ele a classifica como uma categoria estrutural, pois destaca sua natureza socialmente construída. Como a criança tem se constituído como parte integrante da sociedade e, mais especificamente, da escola? A pergunta que causa tantas inquietações é: como a criança passa esse tempo dentro da escola? De que maneira está vivenciando a sua infância dentro da escola? É passível de participação? Ou apenas faz o que é determinado pelos adultos? “A ideia da participação da criança, isto é, considerá-la de fato como parte de um todo maior vem acompanhada da aposta de que a criança tem algo a dizer sobre si e sobre o mundo que a cerca” (Pereira; Gomes; Silva, 2018, p. 763). Diante desse cenário, coube a mim, enquanto professora do Espaço de Desenvolvimento Infantil Professora Maria Cecília Ferreira (EDI CECI), investigar o que pensavam as crianças sobre os lugares que lhes eram oferecidos na escola. Quais lugares geravam afeto e fascínio? E quais espaços causavam desconforto e desagrado? A metodologia utilizada foi a fotografia que se tornou uma grande aliada dessa pesquisa. A escola foi revelada em instantes, através do olhar infantil e da fotografia feita pela criança. Elas utilizaram uma câmera fotográfica digital Panasonic Lumix para realização dos registros. A participação infantil, apontou bons caminhos que dialogaram com a legislação em vigor que coloca o brincar e o interagir como eixo norteador das práticas pedagógicas. A brincadeira e o imaginar das crianças foram registrados em algumas fotografias. Em outras, as crianças fotografaram seus amigos, mostrando a força dos movimentos sociais que acontecem dentro dos espaços escolares. Através da fotografia elas também registraram espaços em que estão em desacordo. Espaços esses que enquanto professora não tinha me dado conta de tais incômodos, como por exemplo as escadas de um prédio de três andares em uma escola de Educação Infantil. “Como dar força aos encontros que geram alegrias? Uma resposta possível é: acreditando nos desejos das crianças, apostando em sua capacidade de escolha” (Tiriba, 2018, p. 36).

Palavras-chave: Educação infantil; participação infantil; escola.

Referências

- PEREIRA, Rita Ribes; GOMES, Lisandra Ogg; SILVA, Conceição Firmina Seixas Silva. **A Infância no fio da navalha: Construção teórica como agir ético**. ETD- Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.20 n.3 p.761-780, jul./set.2018.
- QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010
- TIRIBA, Léa. **Educação Infantil como direito e alegria**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

¹Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) e mestranda pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) E-mail: fernandamfiuza@gmail.com.

O que significa pesquisar com as infâncias? Reflexões a partir do Colégio Universitário da UFF (COLUNI/UFF)

Flávia Ferreira de Castilho¹

Carolyne Stephanie Ribeiro dos Santos Gomes²

Este estudo relaciona-se à tese de doutoramento, que se propôs, como tema central, compreender os sentidos da experiência da Educação Infantil no âmbito da UFF, buscando mapear a cultura, os modos de pensar, sentir e agir de um grupo de crianças e de professores pertencentes aos agrupamentos de crianças. Epistemologicamente, este estudo não busca tratar nem do sujeito, nem do objeto, mas das relações estabelecidas no cotidiano da Educação Infantil da UFF. Logo, não se trata de trazer constatações, mas antes de buscar compreender o que acontece nos percursos, nos modos de sentir e agir das crianças e de como o olhar delas pode colaborar no nosso fazer docente, uma vez que de acordo com Morin, estamos todos buscando nossos próprios caminhos. O referencial teórico se estrutura a partir da Antropologia da Complexidade de Edgar Morin, da Sociologia do Cotidiano de Michel Maffesoli e se apoia nas contribuições da Pesquisa Narrativa. A partir da leitura de Edgar Morin buscamos olhar os fenômenos em sua inteireza, entendendo que as coisas são simultaneamente complementares, concorrentes e antagônicas e que atuam de forma recursiva. Com Michel Maffesoli compreendemos que não estamos sozinhos nesta aventura, que existe uma centralidade subterrânea, que indica a potência emergente, frente ao poder Instituído e que se deixa verificar no cimento social, com caráter afetual, de pequenos grupos ou tribos urbanas. Que pistas esse pressuposto nos oferecem para pensar a escola? Será a escola uma tribo urbana? Ou quantas tribos caberiam em uma escola? A escola investe no caráter afetual, ou ele coexiste independente das normas instituídas pelos ambientes de educação? Optamos pela investigação narrativa (CONNELLY; CLANDININ, 2008, 2015; CHAVES, 1999,2011) como metodologia de pesquisa, porque esta abre possibilidades para uma dupla ação: investigação e formação, à medida que, conforme os autores, a narrativa seja tanto objeto de análise quanto fenômeno de narrar-se. É a narrativa pensada como *saber da experiência* que intento trazer nesta pesquisa, por se constituir em um saber singular, subjetivo e pessoal; mas também pela possibilidade da (inter)textualidade, da polifonia, da pluralidade, apontada nas vozes das crianças e das professoras que compõem a Educação Infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI/UFF).

Palavras- Chave: Educação Infantil- Formação Docente- Infâncias

Referências

CONNELLY, F. M. & CLANDININ, D. Jean. **Relatos de Experiência e Investigación Narrativa**. In: RODRÍGUEZ, Maria Luiza & LARROSA, Jorge (org.). Barcelona, Espanha: Editorial Laertes, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹ Universidade Federal Fluminense.

² Universidade Federal Fluminense.

A responsabilização docente no contexto do plano das dimensões: os desafios da educação infantil carioca

Gabriella Floriano Alves José¹

O chamado Plano das Dimensões é uma política pública criada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/Rio) com o objetivo de “melhorar a qualidade no atendimento escolar” supervisionada pela Gestão de Resultados para Aprendizagem (GRA), instância executora da SME/Rio. Nessa ferramenta, equipe gestora e docentes devem planejar propostas educativas para a educação infantil a partir de dimensões definidas pela própria rede, a partir de um modelo a ser preenchido com itens, tais como: causa, ação, responsável, procedimento, prazo, local, cenário atual e cenário pretendido. Com o êxito na avaliação desses planos há possibilidade de premiação com pagamento de 14º salário aos profissionais docentes, contribuindo para a cultura de responsabilização pelos resultados e evidenciando a tendência de valorização dos dispositivos de accountability em educação. A responsabilização é uma das dimensões da accountability e os estudos de Afonso (2012); Freitas (2012), Bonamino e Sousa (2012) expuseram algumas das consequências e riscos deste sistema que envolvem sanções e recompensas. Tais discussões são tocantes a tendência neoliberal em educação, incorporando a lógica meritocrática e mercadológica que apela para a privatização, contrariando a concepção de educação enquanto bem público, justiça social e democracia. A pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de Freitas (2012) e Afonso (2012) auxiliam na compreensão do percurso histórico de políticas educacionais nesses mesmos moldes em países norte-americanos e europeus. Bonamino e Sousa (2012) alertam para essa tendência no Brasil a partir da categorização das três gerações de avaliação. Além disso, o estudo dos documentos nacionais e municipais são ferramentas importantes de investigação nesse caminho. Num contexto em que a educação se encontra em permanente estado de crise, torna-se urgente refletirmos sobre os efeitos produzidos no que tange as políticas de responsabilização docente, tendo a avaliação como um dos seus pilares. Nesse sentido a competição entre profissionais e escolas é um dos riscos desta política que afeta as relações interpessoais e profissionais dentro da escola e impacta no trabalho colaborativo. Diante da necessidade de humanizar essas relações, as contribuições de Krenak (2022) são essenciais para pensar sobre como fomos provocados a nos inserir no mundo de maneira competitiva desde a modernidade. Uma possível resposta a esses ataques no campo das políticas educacionais, é proposto por Afonso (2014) em exercer a coragem cívica, colocando em prática formas alternativas a esse modelo hegemônico, na defesa de uma responsabilização participativa (Sordi, 2017) através de uma avaliação dialógica que confronte as políticas de regulação vigentes.

Palavras-chave: Responsabilização, accountability, avaliação.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora de Educação Infantil da SME/RJ. Contato: gabriellafaj@hotmail.com

Experiências na formação inicial em Pedagogia: os encontros com as professoras de bebês na extensão

Geovanna Coutinho¹

O presente trabalho tem por objetivo discutir o impacto das experiências que os encontros entre a formação inicial e continuada teceram na minha formação no curso de Pedagogia. Para tanto, lanço mão de um recorte do trabalho de conclusão de curso, no qual analiso a experiência de ter sido bolsista de um curso de extensão voltado a licenciandas e professoras de bebês, em uma universidade pública federal. Ao narrar e (re)interpretar o meu percurso formativo no trabalho de conclusão de curso, compreendi que os encontros com as professoras de bebês, em outras palavras, a construção das relações com essas profissionais da Educação Infantil, tornaram únicas as experiências na formação inicial. Através de uma postura interessada e de uma escuta atenta das narrativas de vida, de formação e de profissionalidade das docentes que estavam na formação continuada, fui convidada a construir concepções sobre os bebês e o que é ser professora da creche. Nesse sentido, o presente trabalho utiliza como dispositivos metodológicos o relato de experiência, que apresenta a escrita das vivências formativas a partir de um olhar reflexivo e crítico (Mussi et al, 2021), e os registros no caderno de campo. A triangulação metodológica permite o uso de distintos métodos de levantamento e análise de informações, provocando outros modos de compreender a realidade (Duarte, 2009). O referencial teórico é fundamentado por Ingold (2019) e (2020). As premissas do autor oportunizaram a reflexão de que o outro é alguém que nos forma. Segundo Ingold (2019), é preciso *levar o outro a sério*. O outro é alguém para dedicarmos a nossa atenção, estarmos interessados na sua presença e nas suas narrativas, escutarmos os seus pontos de vista, as suas certezas e incertezas. Ele é alguém para compartilharmos o vivido e assim, a partir dessa relação, construímos novas concepções e reconstruímos as antigas. Quando *levamos o outro a sério*, somos convocados a praticar o exercício de (re)pensar aquilo que acreditamos e o que desacreditamos. Ingold (2020) também propõe que a educação, como modo de conduzir a vida com o coletivo, exige que as pessoas correspondam umas às outras. A correspondência é uma maneira de nos relacionar com o outro ancorada na atenção, enquanto forma de habitar o mundo. Dedicamos atenção a aqueles que estamos interessados e nos importamos com a presença, logo, a atenção é necessária para a construção das relações. Como criar vínculos com outro sem estarmos presentes nessa relação? Como resultado desse processo, destaca-se a relevância da articulação entre ensino-extensão na formação inicial, o que oportunizou a construção dos encontros com as professoras de bebês na minha formação inicial. As relações com essas profissionais potencializaram a minha futura atuação docente na creche tal como indicaram as possibilidades e os desafios que compõem a docência para/com os bebês.

Palavras-chave: bebês; docência para/com bebês; extensão; formação inicial; Educação Infantil.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância, Bebês e Crianças-GERAR/UFF. E-mail: geovannacoutinho@id.uff.br.

Quando a infância encontra a terra: caminhos de liberdade nas relações de envolvimento entre criança e natureza na creche

Giovanna Filgueiras Lima Andrade¹

Esta pesquisa aborda os percursos de uma pesquisa em andamento que parte do entendimento das relações de envolvimento entre crianças e ambientes naturais, entrelaçando corpo, espaço e vínculo. Tomando a escuta — aspecto central à metodologia qualitativa de pesquisa, especialmente em contextos de estudos em infância — como ferramenta principal, o objetivo desta pesquisa é compreender de que modo as vivências das crianças no espaço de Educação Infantil contribuem para o princípio emancipatório e fortalecem vínculos entre as crianças e a natureza. Trata-se de observar as potências e encontros possíveis entre os seres vegetais e seres animais nas relações com crianças a partir das inquietações pertencentes a uma lógica decolonial e biofílica. A pesquisa dialoga com ideias de Acosta (2016), Bispo (2015, 2021) Chauí (2023), Kambeba (2020) Krenak (2019), Maturana (2004), Piorski (2016), Rufino (2021), Spinoza (1973) e Freire (1967), além de autores contemporâneos que veem a biofilia — o amor pela vida e pela natureza — como força natural que estimula a escuta, o cuidado e o diálogo com a justiça social. Este trabalho floresceu a partir de uma partilha na Creche FioCruz, na qual destaca-se por seu papel acolhedor às crianças filhas de servidores públicos da Fundação Oswaldo Cruz. Dentro dela, o tempo assume novas cadências e as trilhas se expandem para a atenção, a proteção e a liberdade das crianças. Seus pátios, hortas e jardins vão além de simples áreas físicas — são locais de vivência, onde a natureza se apresenta como parceira diária nas explorações infantis. A percepção do vento, o contato com a terra e a interação com seres não humanos fazem parte da rotina das crianças, revelando vínculos que convidam ao corpo a experimentar a liberdade. Os percursos de descobertas do campo incluem relatos escritos, visuais e observações das conexões formadas neste ambiente, pois esta pesquisa considera que o corpo pode ser afetado de diversas maneiras, ampliando sua potência de ação e transformação. Dessa forma, a liberdade é vista como um caminho de comunhão com a natureza, e a educação é considerada uma força para movimentos contracoloniais. Os resultados preliminares mostram que a disposição dos espaços com materiais naturais e estímulos multissensoriais fortalece o protagonismo das crianças, a curiosidade, a autonomia e o cuidado mútuo. É possível notar laços entre crianças, adultos e elementos naturais, promovendo o envolvimento ecológico e o processo de autoconhecimento pessoal e territorial. As conclusões até aqui assumidas destacam para a valorização do corpo infantil como corpo biofílico, para o incentivo à democracia e para a descolonização do conhecimento, em contribuição ao entendimento de uma infância livre, criativa e socialmente engajada. As diretrizes que emergem deste estudo oferecem subsídios para pensar uma Educação Infantil dedicada à justiça ambiental, à responsabilidade social e às infâncias democratizadas e politicamente pertencentes.

Palavras-chave: infância; natureza; biofilia; educação infantil; decolonialidade.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Programa de Pós- Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC). E-mail: filgueiraslagiovanna@gmail.com.

Compreensões sobre o brincar e a educação de bebês na formação de professores: uma análise com concluintes dos cursos de Pedagogia

Isabella de Moraes Ribeiro¹

Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa desenvolvida no mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa surgiu de uma inquietação que foi ganhando força ao longo da formação e da prática profissional da autora: o que os estudantes de Pedagogia compreendem sobre o brincar dos bebês? Essa pergunta nasce tanto da experiência com crianças de 0 a 3 anos quanto da percepção de que, durante a graduação, o tema é pouco explorado ou tratado de maneira superficial. O estudo parte justamente dessa inquietação e busca compreender se os futuros pedagogos se sentem preparados para atuar com bebês e como o brincar é entendido no trabalho pedagógico com essa faixa etária. Assim, o estudo tem como objetivo principal investigar como futuros pedagogos compreendem a educação dos bebês e o espaço que o brincar ocupa na sua formação. A pesquisa se baseia em autores que ajudam a pensar o bebê como sujeito de direitos, ativo e produtor de cultura, como Ângela Borba e Nazareth Salutto apontam em seus estudos. As contribuições de Martin Buber são de grande relevância para pensar na educação como encontro, diálogo e relação dialógica entre pessoas, e nos trabalhos de Antônio Nóvoa e Maurice Tardif, que refletem sobre a formação docente como um processo construído com base nas experiências, na prática e na reflexão docente. A metodologia escolhida é qualitativa, com a realização de entrevistas coletivas com estudantes do último período de dois cursos de Pedagogia no Rio de Janeiro, um da rede pública e outro da rede privada. A ideia é que, conversando em grupo, os participantes compartilhem vivências, questionem suas próprias ideias e ampliem o olhar sobre o trabalho com bebês. A linguagem, nesse caso, é vista como algo construído coletivamente, influenciada pelas trocas e pelas experiências de cada um, como propõe o autor Mikhail Bakhtin. A revisão da literatura feita até aqui mostra que ainda são poucos os estudos que abordam de forma direta o brincar dos bebês na formação inicial dos professores. Apesar de o brincar aparecer com destaque em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na prática, essa valorização nem sempre se concretiza nos cursos de Pedagogia. Muitas vezes, o brincar ainda é visto como algo pouco importante, ligado apenas à recreação, como momento à parte na rotina e não como uma linguagem potente de expressão, aprendizagem e vínculo. Nesse sentido, a pesquisa aponta a urgência de repensar os currículos da formação docente, incluindo de forma mais consistente a discussão sobre os bebês e o brincar, já que para atuar com essa faixa etária, não basta gostar de crianças: é preciso estudo contínuo, sensibilidade e compromisso com práticas que reconheçam e respeitem os saberes dos bebês.

Palavras-chave: Bebês; Formação Docente; Brincar; Educação Infantil

¹ PUC-Rio.

As potencialidades do protagonismo infantil nas aulas de educação física: um relato de experiência

Jean Rodrigo Moura da Silva¹

Este texto refere-se a uma pesquisa em andamento, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo-reflexivo, a partir de relatos de experiência do tempo em que estive no estágio supervisionado e tem como objetivo explorar as potencialidades e os desafios do protagonismo infantil nas aulas de Educação Física. A investigação está sendo realizada por meio de observação participante, respaldada por reflexões e registros no diário de campo que é composto por um breve resumo das atividades e uma análise crítica das experiências vivenciadas. Em termos teóricos busco dialogar com a concepção de experiência em Larrosa (2002), com conceito de protagonismo infantil em Pires e Branco (2007) e com perspectiva da narrativa (auto)biográfica como método de pesquisa e estratégia de formação docente, em Cruz, Paiva & Lontra (2021). Com Larrosa (2002) procurei contemplar os sujeitos da experiência e o conhecimento que esta pode gerar. Como consta em Pires e Branco (2007), o protagonismo infantil envolve reconhecer a criança como sujeito ativo, capaz de participar das decisões e co-construir significados em meio às práticas sociais, superando a visão tradicional de infância como fase de dependência e incapacidade. As formulações de Cruz, Paiva & Lontra (2021) sobre pesquisas (auto)biográficas contribui com o debate ao afirmar que a narrativa constitui um excelente caminho metodológico para quem deseja produzir conhecimentos no campo da formação de professores. Em uma das três turmas que acompanhei, um acontecimento chamou a minha atenção. No planejamento do dia, jogos e brincadeiras que culminaram na confecção de aviões de papel. A proposta envolveu a maioria das crianças enquanto uma menina se destacava do grupo. Incomodada com a dispersão dela, a professora pediu para que eu intervisse porque ela estava mexendo nos materiais dispostos na quadra. Ainda sem saber como agir, ao invés de adverti-la prontamente, quis saber o que ela estava fazendo. “Uma pista de pouso, ué!”, respondeu com entusiasmo. “Como meu avião vai decolar e pousar?” Apesar de desconsertado com a resposta, me dispus a ajudá-la no projeto da “pista de voo”, mas disse a ela que antes precisava me ajudar a guardar o material e fazer a proposta do dia. Quando a pista de voo ficou pronta, outras crianças se interessaram pelo circuito e começaram a brincar com ela. Esse cenário contribuiu para que eu refletisse a respeito dos desafios, potencialidades e contribuições do agir das crianças, enquanto protagonistas, nas dinâmicas de aula. A hipótese de que a participação colaborativa das crianças pode alterar positivamente o planejamento dos professores(as) de Educação Física, ficou evidente quando pude vivenciar situações de sala de aula. Conclui-se que a prática exige sensibilidade e adaptabilidade para reconhecer as diferentes formas de expressão das crianças tendo como principal desafio garantir acesso ao conhecimento produzido socialmente, reconhecer o outro e seus saberes.

Palavras-chave: Protagonismo Infantil; Estágio Supervisionado; Relato de Experiência.

Referências

- CRUZ, Giseli; DE PAIVA, Marilza Maia; LONTRA, Viviane. A narrativa (auto) biográfica como dispositivo de pesquisa-formação na indução profissional docente. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 6, n. 19, p. 956-972, 2021.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. João Wanderley Geraldi (Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística). **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.
- PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, p. 311-320, 2007.

¹ UFRJ.

**Pré-escola:
produções acadêmicas e a formação dos profissionais de educação infantil**

Joana Possidônio Rosa¹
Erica Cristian Reis dos Santos²

O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) abriga o Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente (GPISD), que investiga desde 2010 produções acadêmicas sobre infância e educação infantil, com ênfase nas creches universitárias. Coordenado pela Prof^a Dr^a. Lígia Aquino, o grupo busca ampliar o acervo institucional e mapear os percursos metodológicos dos pesquisadores que utilizam as Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEIs) como campo de investigação. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa que visa compreender como a educação infantil, especialmente a pré-escola, tem se constituído como campo investigativo. Parte da pesquisa de Possidônio (2021), que analisou produções acadêmicas sobre creche de 2003 a 2019 nos programas de pós-graduação em educação da UERJ: ProPEd, PPGEDU, PPGECC e PPFH. Enquanto o estudo anterior abordava crianças de 0 a 3 anos, a nova etapa foca crianças de 4 a 5 anos. Gil (2013) destaca a importância de distinguir creche e pré-escola, considerando as especificidades de cada faixa etária. Com base nisso, o levantamento de teses e dissertações, ainda em andamento, já indica tendências relevantes sobre metodologias de pesquisa voltadas à pré-escola. A coleta de dados seguiu a metodologia do GPISD, por meio de levantamentos em plataformas como ANPED, CAPES, SciELO, bibliotecas universitárias e a Plataforma Lattes. A busca inicial foi realizada na biblioteca virtual da UERJ e no portal da CAPES, com os descritores "Infância", "Educação Infantil" e "Pré-escola". O período analisado, de 2001 a 2024, coincide com a transição das Unidades de Educação Infantil da SMDS/RJ para a SME/RJ. Entre os 125 estudos localizados, destacam-se as seguintes temáticas: políticas públicas (36), práticas pedagógicas (35), formação profissional (31), diversidade (12), gêneros e sexualidades (9) e família (2). No que se refere à formação profissional, das (31) investigações, (20) abordam formação em serviço, (6) exploram histórias de vida, (4) tratam do Ensino Superior e uma dissertação analisa a formação inicial. As produções que discutem a formação dos profissionais evidenciam a pré-escola como espaço propício à construção de novas práticas pedagógicas, experiências formativas e identidades docentes. Ressaltam a contribuição das trajetórias individuais na produção de saberes e na articulação entre teoria e prática, promovendo formações mais críticas e reflexivas. Conclui-se que as instituições que atuam na educação infantil desempenham papel essencial, tanto social quanto acadêmico. Suas ações permitem compreender as múltiplas concepções de infância e fortalecem o campo da educação infantil ao ampliar o acervo do GPISD.

Palavras-chave: infância; educação-infantil; pré-escola

Referências

- AQUINO, Ligia Maria Leão de. Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói. v. 27, n. 1, p. 39-43, jan-abr., 2015.
- ARAUJO, Adriana Cabral Pereira de. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): uma proposta de formação continuada para professoras de crianças de 4 e 5 anos**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). joanapossi.rosa@gmail.com

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). ericacristianr@gmail.com

BARROS, Josiane Fonseca de. **Formação docente continuada em unidade universitária federal de educação infantil**: concepção, desafios e potencialidades na UUFEI - Creche UFF. 2015. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BRANDÃO, Rozana Assis de Carvalho. **Formação inicial de professores sobre Early Algebra na educação infantil**. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2024.

CARPI, Ana Cristina Menegaz dos Santos. **Tornar-se doCENTe**: uma viagem pelas experiências formativas de professores da Educação Infantil do Centro Educacional de Niterói de 1980 a 2006. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

CELESTINO, Jane Marchon Cordeiro. **“Se não cobre, não copia, faz o quê?”**: o saberfazerperguntardizernarrareescrever, como ação afirmativa, reflexiva e formativa da/na professora da Educação Infantil. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

FERREIRA, Lilian dos Santos. **Investigando processos identitários das agentes auxiliares de uma creche no Rio de Janeiro**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

FLORES, Roberta de Lima Manceira. **As crianças e a formação docente**: a educação infantil como lugar de encontro. 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

FONSECA, Juliana Tavares dos Reis. **Comunicação alternativa na educação infantil**: efeitos de um programa de formação docente. 2024. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

GIL, Márcia de Oliveira Gomes. **O Perfil do Professor de Educação Infantil da cidade do Rio de Janeiro**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GOUVÊA, Tânia da Costa. **Encontros com a docência**: diálogos e narrativas na negociação de sentidos das práticas cotidianas. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

MATTOS, Priscilla Gomes Guilles. **O curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ a partir de narrativas de formação de professoras das infâncias**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

MORAIS, Ana Paula Saraiva. **Por uma espreita infantil**: fazer-se professora entre os movimentos do imperceptível. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MOTTA, Thais da Costa. **A formação continuada e a dimensão formativa do cotidiano**: narrativas de encontros entre professoras e crianças na Educação Infantil em Itaboraí. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

PINA, Bruna de Souza Fabricante. **Investigando caminhos formativos de professoras da(s) infância(s) em Rio Bonito**: o curso normal em questão. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

REIS, Ana Claudia Carmo dos. **Formação docente para a infância**: o legado pedagógico da professora Heloisa Marinho. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RETO, Lidiane de Castro. **Formação do professor de educação infantil**: entre o conhecimento e a experiência, os saberes e as práticas: um estudo analítico do município do Rio de Janeiro. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

SILVA, Lilian Morgana Alves. **“Conversando a gente se entende”**: Os processos formativos que emergem dos usos das Tecnologias do Encontro nos espaços tempos da Educação Infantil. 2024. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2024.

SILVA, Maciel Cristiano da. **Programa de Colaboração Docente na Educação Infantil**: a sala de recursos como mediador de desenvolvimento profissional para inclusão. 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Tatiane Nogueira da. **Escrever, refletir, compartilhar**: marcas da formação continuada em registros de uma professora das infâncias. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

**Oficinas em escola e consentimento:
pensando os afetamentos do pós-pandemia nas relações intersubjetivas de crianças**

Júlia Victória Lima da Cruz¹
Lari Barbosa de Castro²
Livia Scanzi Viana³

A pandemia de COVID-19 afetou as relações intersubjetivas, sobretudo com o retorno ao presencial, com adaptações no período de funcionamento atípico sendo desfeitas para um “retorno à normalidade” que mostrou as sequelas do tempo em que as telas foram a única forma de se firmar relações fora do ciclo de convivência familiar dos alunos. O retorno ao presencial, desde 2022, evidenciou atravessamentos desse período nas relações intersubjetivas. Este trabalho discute resultados de uma pesquisa-intervenção em uma escola pública localizada na zona norte do Rio de Janeiro, referenciada nos feminismos interseccionais e estudos da infância, com metodologias críticas participativas. As oficinas, realizadas com estudantes de 6º e 7º ano, contaram com quatro encontros semanais e foram mediadas por estudantes de graduação e pós de Psicologia da UERJ. As atividades abordaram o vínculo de estudantes entre si e com a escola, cruzando temáticas relacionadas a violência, desigualdades sociais, raça, gênero, sexualidade e preconceito. Foi produzido um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para a assinatura de estudantes participantes, com linguagem acessível para a faixa etária, evitando termos academicistas. O trabalho com o TALE no início das oficinas permitiu a troca sobre ética em pesquisa, sigilo e consentimento desde o primeiro dos quatro encontros com a turma. Foram produzidos relatórios de campo, assim como devolutivas do trabalho para a equipe da escola parceira e responsáveis pelas crianças. Os resultados deste trabalho, que partiram da análise dos relatórios em supervisão, permitem observar os efeitos do trabalho construído em parceria com os/as estudantes e evidenciaram a importância de uma discussão sobre o tema do consentimento que incluía crianças e adolescentes, levando em consideração suas colocações e gerando reflexões a partir delas. As oficinas possuem um caráter não hierarquizante e apostam em uma experiência democratizante no espaço escolar. As experiências, os conhecimentos e a colaboração de todas as pessoas envolvidas foram igualmente valorizadas, o que permitiu a criação de espaços de fala e escuta onde as pessoas participantes puderam se sentir vistas e ouvidas.

Palavras-chave: Consentimento; psicologia escolar; infâncias; interseccionalidade.

¹ Graduanda em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: julia.lima1951@gmail.com

² Graduanda em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: decastrobarbos@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: scanzi.livia@gmail.com

Os conceitos de ambiente, espaço e infraestrutura nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2024)

Juliana Botelho Viegas¹

Compreendendo o espaço físico da escola não apenas como um local onde se realiza práticas pedagógicas, mas como um elemento essencial na constituição da experiência educativa da criança, este texto tem como principal objetivo discutir como os conceitos de ambiente, espaço e infraestrutura são abordados nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI), publicados em 2024. O documento representa uma atualização dos parâmetros que orientam a oferta da Educação Infantil no Brasil, com foco na promoção da equidade e da qualidade em creches e pré-escolas. Ele traz a sinalização de que a qualidade pode ser entendida como dependente de uma multiplicidade de dimensões e, necessariamente, vinculada às condições de oferta (BRASIL, 2024). Para esse estudo, a infraestrutura é entendida como base indispensável à edificação e ao funcionamento da instituição, enquanto o espaço físico é o meio tangível que nos rodeia. O conceito de ambiente, por sua vez, atravessa e supera os anteriores, sendo concebido como um sistema vivo, em constante transformação (GREENMAN, 1988), que reflete a cultura, os vínculos e as histórias das pessoas que o habitam (GANDINI, 2016). Assim, em diálogo com Paulo Freire (1921–1997), compreende-se que a escola não se resume a um espaço físico, mas se configura como um ambiente social, político e relacional, onde se constroem significados, cidadania e emancipação. A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza bibliográfica, com base em produções acadêmicas e na análise do conteúdo dos PNQEI (2024). Partindo da concepção do ambiente como terceiro educador (Malaguzzi, 1920–1994), que organiza experiências, favorece interações e promove pesquisas, reforça-se a importância da construção de ambientes intencionais na Educação Infantil, que revelam a concepção de infância da unidade escolar. Os PNQEI (2024), assim como outras políticas públicas, são frutos de anos de mobilização em defesa do entendimento da criança como sujeito de direitos e protagonista de sua aprendizagem. No entanto, é necessário seguir lutando não apenas pela manutenção de direitos já conquistados, mas também pela efetivação de condições estruturais, pedagógicas, profissionais e formativas que ainda precisam ser garantidas. O acesso e a permanência na Educação Infantil são tão fundamentais quanto a existência de um ambiente de qualidade, seguro e planejado para proporcionar experiências significativas que promovam o desenvolvimento social, cognitivo e motor das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Públicas; Ambiente.

¹ Mestre em Educação pelo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd-UERJ). Especialista em Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com período de mobilidade estudantil na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Professora de Educação Infantil da rede privada da cidade do Rio de Janeiro.

Fotografia, crianças e pesquisa: algumas questões

Juliana Carvalho Saraiva de Souza¹

Julia da Silva de Souza²

Ligia Maria Leão de Aquino³

A imagem fotográfica não é vazia, tampouco imparcial. Diante de uma fotografia, somos apresentados às escolhas do fotógrafo, que se manifestam tanto nas decisões técnicas quanto nas suas marcas pessoais, refletindo sua visão de mundo, concepções e ideias. Entretanto, uma fotografia não é só sobre a visão de quem a capturou, mas sob o olhar de quem a contempla, a imagem se torna dinâmica e multifacetada, permitindo diferentes leituras a cada observação. Assim sendo, a fotografia não é uma mera transparência do real, mas uma construção interpretativa socialmente produzida. Cada olhar sobre uma fotografia revela novas dimensões e significados, evidenciando a complexidade e a riqueza desse meio de expressão. A partir dessa compreensão e considerando que a fotografia tem estado presente em pesquisas com crianças, esse trabalho estabelece diálogo com os estudos de Kossoy(2001,2011),Caputo e Sant'Anna(2020),Sarmiento(2014,2015) Kramer(2012) e Pereira(2015) tendo por objetivo refletir sobre fotografia, pesquisa e imagens de crianças. Adotar a fotografia como instrumento de pesquisa é um desafio, em um contexto científico que, por muito tempo, valorizou a neutralidade e a imparcialidade do pesquisador como princípios fundamentais, e onde a escrita tem sido historicamente o método predominante de registro e comunicação científica, como analisa Sarmiento(2014). Contudo, é preciso refletir que a utilização dos métodos visuais em pesquisas não é sempre a mesma coisa. Não significa a simples aplicação ou o uso da imagem no trabalho científico. Os métodos visuais refletem marcas, concepções teórico-metodológicas e intenções específicas do pesquisador ao empregá-los. Assim, a utilização de métodos visuais não é apenas uma questão técnica, mas também uma expressão das escolhas teóricas e das intenções do pesquisador, que se manifestam nas decisões sobre como e por que as imagens são integradas ao processo de pesquisa. Nesse cenário, alguns cuidados éticos se colocam para produção, análise e utilização de imagens na produção científica. Cuidados éticos que se especificam e requerem maior atenção quando envolvem imagens de crianças, tendo em vista sua posição sócio-geracional em nossa sociedade adultocêntrica, onde são alvo de tutela e que são os adultos que normalmente, falam e decidem por ela, sem ao menos serem consultadas (Kramer,2012; Pereira,2015). As reflexões proporcionadas pelo diálogo entre os estudos acima mencionados remetem a algumas questões fundamentais quando do uso da fotografia em pesquisas com crianças, que precisam atravessar todo o processo de investigação, quais sejam: qual o lugar da fotografia na pesquisa com crianças? Qual o lugar das crianças na pesquisa com fotografias? Quais questões éticas estão em jogo quando pesquisamos fotografias e crianças? Concluiu-se reconhecendo que os estudos sobre a relação fotografia e crianças na pesquisa precisam ser ampliados pelos desafios que se colocam do ponto de vista teórico-metodológico e ético.

Palavras-chave: Fotografia, crianças, pesquisa, ética

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: julianacsouzas@icloud.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: judsouzaa@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente, e-mail: ligiaaquino@yahoo.com.br

**Cecília Meireles e a Infância:
as Reformas Educacionais de Fernando Azevedo (1927-1930) e de Francisco Campos (1931)**

Juliana de Abreu Tavares Sinder¹
Jordanna Castelo Branco²

A década de 1930 foi marcada por reformas educacionais. Ainda nos primeiros anos de 1930 ocorreram as reformas promovidas por Fernando de Azevedo (1927-1930), à frente do departamento de Instrução Pública do Distrito Federal, Rio de Janeiro, e Francisco Campos (1931), primeiro a ocupar o lugar de ministro, à época, do recém criado Ministério da Educação e da Saúde Pública. Nesse mesmo período, Cecília Meireles atuou como colunista do Jornal *O Diário de Notícias*, publicado na cidade do Rio de Janeiro. Era autora da coluna *Commentário* da sessão *Página de Educação*, que era considerado um espaço de intervenção política e pedagógica assim como um importante marco em sua luta política. Através de sua escrita discutiu e fez circular novas teorias educacionais, colaborou com a construção de discursos políticos de modo ora irônico, ora áspero (Roberto, 2013). Diante disso, o presente estudo busca investigar quais são as questões levantadas por Cecília Meireles relacionadas à infância na coluna *Commentário* da *Página da Educação* do jornal *O Diário de Notícias*, publicadas entre 1930 e 1931. Tem como referencial teórico os estudos sobre a infância (Benjamin, 1987), as reformas educacionais nos anos de 1930 (Câmara, 2003; Xavier, 2002) e as crônicas de Cecília Meireles e a educação (Roberto, 2013). A metodologia consistiu em revisão bibliográfica e análise de fontes primárias e secundárias. Como fontes primárias, contou com a consulta ao jornal *O Diário de Notícias*, do acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e como fontes secundárias, a coletânea “Crônicas de Educação”, que reúne os textos publicados por Cecília Meireles no jornal, de 1930 a 1933. As considerações finais apontam que Cecília Meireles, signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e defensora das ideias da escola nova, valorizava a infância. Acreditava que as reformas educacionais trariam mudanças que colocariam a criança no centro do processo educativo, valorizando o potencial da criança e do professor a partir das experiências obtidas durante a formação. Nessa mesma direção, Fernando Azevedo, também signatário do manifesto, em sua reforma, alinhava-se às ideias de renovar a escola, tornando-a um espaço livre, baseado no conhecimento, na democracia e na inclusão. Já Francisco Campos, em 1931, apesar de pautar a modernização da educação, era conservador e simpático ao autoritarismo, ao centralismo e ao intervencionismo católico nas instituições estatais, indo na contramão das ideias da colunista em suas crônicas.

Palavras-chaves: Cecília Meireles, infância, educação e reformas.

¹ FFP/UERJ, graduanda em História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. E-mail: sinderjuliana@gmail.com

² FFP/UERJ Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. E-mail: jordanna.branco@gmail.com

Os currículos da educação infantil e o problema da aprendizagem

Juliana Soares Figueiredo Barros¹

Sammy William Lopes²

O presente trabalho discute o problema da aprendizagem no âmbito dos currículos da educação infantil. Considerando que a Base Nacional Comum Curricular (2018) - no capítulo dedicado à educação infantil – não nos ajuda a interpretar adequadamente a Resolução no 5, de 17 de dezembro de 2009 (DCNEI)³, nem o Parecer CNE/CEB no 20/2009³ (que consubstancia as citadas diretrizes); o estudo busca estabelecer relações mais adequadas entre os princípios éticos, estéticos e políticos singulares (propostos pelo Parecer e pelas DCNEIs) e os processos aprendentes que movem os currículos da educação infantil no chão da escola, para além das traduções mal rabiscadas pela BNCC. A partir daí, em função de esboçar possibilidades para desdobrar processos aprendentes mais potentes e adequados aos platôs brincantes da infância - segundo as aberturas desenhadas no Parecer e nas DCNEIs; a investigação utiliza-se da metodologia cartográfica para mapear (por meio de estratégias de interação discursiva que colocaram em jogo os processos de enunciação tecidos pelas professoras e seus educandos acerca dos movimentos educadores em desdobramento) os rizomas curriculares que se expandiram desde um processo de *contação de história* desenrolado com uma turma do grupo de quatro anos de idade em uma pré-escola pública. Neste sentido, o trabalho busca compreender tanto os movimentos curriculares distintivos causados quando a força de diferenciação do corpo infante pode se exercer politicamente, quanto as fissuras que então se constituem nestes mesmos movimentos, possibilitando a produção de processos aprendentes inovadores. Os resultados apontam para a necessidade de reafirmar politicamente as forças educadoras que desabrocham no contexto condições da experiência real do encontro da infância com o mundo, as quais induzem a docência a entrar em relação e investigar os diferentes regimes de signo-sensibilidade então produzidos pelas infâncias - uma vez que tal movimento aprendente-curricular tende a delinear os contornos de uma modalidade distinta de educação e de atuação docente. Atuação essa ocupada em promover certa abertura à experiência e, a partir daí, investigar a potência educadora dos problemas engendrados pelo corpo-pensamento infante em torno dos afetos produzidos nesta mesma experiência. O trabalho conclui que o processo de aprendizagem na educação infantil se potencializa mais e melhor quando ultrapassa os modelos educadores baseados na representação do real, afirmando que infância se potencializa mais e melhor para aprender em função da vivência de experiências abertas à produção de um *novo*. Ou seja, abertas à possibilidade, não apenas de conhecer o mundo que já existe; mas também de se conceber outros mundos: outros estilos de ser, de viver, pensar e experienciar este mundo.

Palavras-chave: Currículo; infância; aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen S. *Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares*. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB no: 20/2009*. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil – figueiredobarrosjuliana@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil – samwlopes@gmail.com

³ Referência Legal plenamente vigente.

³ Idem

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

Espinosa, Baruch. *Ética*. Lisboa, Portugal: Relógio D' Água, 2006.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental - Transformações Contemporâneas Do Desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

Por uma leitura crítica das masculinidades dos homens negros professores de educação infantil

Késia Cristina Matos da Silva¹
Sandro Vinicius Sales dos Santos²

O estudo das masculinidades de professores homens negros na educação infantil tem nos exigido uma lente teórica capaz de identificar como esses sujeitos expressam outras/novas formas de masculinidade. Assim, inspirados por essa reflexão, na presente proposta de pesquisa buscamos o pensamento de bell hooks sobre masculinidades negras, especialmente no que se refere às representações de violência, raiva, hiper-sexualização e desumanização associadas aos homens negros no contexto norte-americano. hooks, com sua abordagem interseccional e antirracista, oferece contribuições à compreensão das masculinidades negras como construções sociais marcadas pela escravidão, pela opressão colonial e pelas estratégias de dominação patriarcal. Entretanto, para que tais contribuições possam nos subsidiar na análise das masculinidades negras no Brasil, em especial, no campo da educação infantil, é necessário refletir criticamente sobre essa conceituação, reconhecendo que, embora haja convergências históricas entre as trajetórias dos homens negros nas Américas, os contextos brasileiro e estadunidense produzem dinâmicas específicas de racialização, exclusão e resistência. Para tanto, problematizamos: como teorias forjadas em outros contextos socioculturais podem servir como lente para compreender as especificidades sociais da América Latina? As respostas desta questão encontram-se na obra de Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro negro proponente da Redução Sociológica. Tal conceito compreende um esforço epistemológico de ruptura com a dependência cega de modelos sociológicos eurocentrados ou estadunidenses. Para o autor, pensar o social a partir de realidades subalternizadas implica reconhecer que toda produção de conhecimento está imersa em contextos nacionais/culturais específicos e, portanto, exige uma atitude metódica de "redução", ou seja, de crítica e reinterpretação dos conceitos estrangeiros à luz das condições históricas, políticas e culturais locais. Ao propor que os conceitos oriundos de outras realidades só devem ser incorporados mediante um processo de reflexão crítica e seletiva, Ramos não nega o valor da produção teórica estrangeira, mas exige que ela seja subordinada à experiência nacional, o que ele sistematiza por meio da chamada lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira. Assim, ao aplicar o método da redução sociológica, buscamos não apenas traduzir bell hooks, mas construir, a partir dela, uma interlocução crítica, que permita a emergência de um pensamento contextualizado com a realidade nacional e comprometido com a discussão das intersecções de raça e gênero na presença masculina negra no trabalho de cuidar e educar no chão de creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Masculinidades negras; professores homens negros; educação infantil; redução sociológica.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), kesiamatosufmg@gmail.com.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sandrovssantos@gmail.com.

Promoção da participação infantil na Educação Infantil como direito e prática

Leticia Fernanda Dutra Gomes¹

Paula Marin Vianna²

Este estudo tem como objetivo geral compreender como práticas pedagógicas na Educação Infantil podem efetivar a participação das crianças enquanto sujeitos de direitos. Os objetivos específicos consistiram em: 1) situar historicamente a infância como categoria social (ARIÈS, 2012; SARMENTO, 2003); 2) analisar o suporte legal que reconhece a criança como cidadã (BRASIL, 1988; ONU, 1989; BRASIL, 1990); 3) mapear a trajetória político-histórica da Educação Infantil no Brasil (GUIMARÃES, 2017; ROSEMBERG, 2002); e 4) refletir sobre práticas pedagógicas a partir da análise de trabalhos apresentados em encontros nacionais (ENDIPE e ANPEd, 2020-2023). No referencial teórico, a Sociologia da Infância (SARMENTO, 2005; QVORTRUP, 2010; FRANCISCHINI, 2020) fundamenta a noção de criança como ator social e autor de significados, enquanto Paulo Freire (1996; 2022) e António Nóvoa (2022) embasam a importância do diálogo e da formação continuada docente. Metodologicamente, adotou-se revisão bibliográfica e análise documental de anais, combinando leitura crítica de textos legais, curriculares (RCNEI, 1998; DCNEI, 2010; BNCC, 2018) e de pesquisas qualitativas publicadas em eventos nacionais. Identificou-se que, embora a legislação e os documentos oficiais preconizem a indissociabilidade entre cuidar e educar e apontem direitos como brincar, conviver e participar, prevalece na prática escolar uma rotina marcada pelo adultocentrismo, pela rigidez temporal e por hierarquias que limitam o protagonismo infantil e relegam a escuta das crianças a meros protocolos. Contudo, as análises de campo revelam movimentos de resistência e criatividade infantis: as crianças negociam propostas, reinventam espaços e manifestam interesses próprios, desafiando proposições adultas. Conclui-se que a garantia efetiva de participação requer mediações intencionais, planejamento colaborativo e formação docente crítica capaz de articular teoria e prática em processos reflexivos. A Escola, assim, deve tornar-se espaço de coprodução de saberes e direitos, reconhecendo a infância como presente de autonomia, não apenas como etapa de preparação para o futuro.

Palavras-chave: participação infantil; Educação Infantil; sujeitos de direitos; Sociologia da Infância; práticas pedagógicas.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. dutralffc@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. vianna.paula@hotmail.com

**Práticas desemparedadas:
A natureza nos ambientes de cuidado em uma instituição de Educação Infantil**

Lídia de Paula Ferreira Teixeira¹

Este trabalho se dedica a discutir as práticas de cuidado e educação (DCNEI) que trazem a natureza e os ambientes externos em uma instituição de Educação Infantil da rede pública de educação de Contagem-MG. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que teve início no ano de 2024, realizada com professoras e demais educadores da instituição, os quais compreendiam e nomeavam suas práticas com as crianças envolvendo a natureza e ao ar livre como ‘desemparedadas’. Nesse sentido, dão nome a um conjunto de práticas de cuidado e educação que não apenas consideram a criança sujeito ativo, bem como procuram relacionar suas práticas a um contato com elementos da natureza e com os espaços externos da instituição. A creche observada atende crianças de dois a três anos da comunidade ao seu entorno e se organiza através de uma perspectiva das pedagogias participativas. A inspiração da pesquisa surge a partir de minhas próprias memórias de infância com a natureza e experiências ao ar livre e de minha trajetória durante o curso de Pedagogia com a aproximação da temática. A ideia de Desemparedamento diz sobre um modo de viver nossas experiências para além de quatro paredes, ao ar livre com a natureza (Tiriba, 2010). Para além de uma necessidade física, psíquica e moral, as vivências fora dos muros nos apontam para uma necessidade vital e corpórea humana, em especial, das crianças e nos convidam a olhar para o corpo (Tiriba, 2024). Para tornar possível a discussão, articulo o trabalho realizado por Gandhy Piorski (2016), com suas contribuições sobre crianças como seres produtores de significado, imaginação e cultura a partir da natureza; e a discussão proposta por Jader Janer Lopes (2020), que aponta para uma relação genuína da crianças com o espaço geográfico e o brincar. A pesquisa contou com uma etnografia em campo e usou como instrumento de coleta de dados o caderno de campo, fotografias e entrevistas com as professoras e demais educadoras da instituição. Os resultados apontam para uma percepção das crianças como seres ativos e interessados em propostas que integram a natureza em suas experiências. Para as professoras entrevistadas, as práticas desemparedadas aguçam a percepção e o olhar das crianças sobre a natureza, bem como são uma possibilidade de pensar a educação para a liberdade. A presença da Educação Infantil na natureza e a presença da natureza na Educação Infantil parece indicar uma relação entre o cuidado da natureza e o cuidado das infâncias.

Palavras-chave: infâncias; desemparedamento; ambientes externos; natureza; cuidado.

¹ Pedagoga e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: lidipf3@gmail.com.

Alteridade e relações étnico-raciais: o cotidiano entre professoras e bebês na creche

Lídia Mara de Souza¹
Mayanna Auxiliadora Martins Santos²
Núbia Aparecida Schaper Santos³

Este trabalho tem por objetivo apresentar situações vivenciadas em uma turma de berçário de uma creche conveniada no município de Juiz de Fora/MG, sendo um desdobramento de uma pesquisa de mestrado, que buscou refletir acerca das relações estabelecidas na creche a partir do conceito de alteridade, cunhado por Bakhtin. Intentamos problematizar os modos de ser e de agir dos sujeitos que compõem esse cotidiano - professoras e bebês - elegendo aspectos das interações entre adultos e bebê. Nossas reflexões são subsidiadas a partir de alguns pressupostos: i) os bebês como sujeitos históricos e de direitos, que se constituem a partir das relações estabelecidas com o mundo e com os outros; ii) a Teoria Histórico-Cultural, que compreende o sujeito como um ser de linguagem, que age sobre a cultura e é, o tempo todo, constituído por ela; iii) a etnografia como inspiração metodológica de mapeamento do contexto pesquisado, trazendo como recurso a observação participante, perfazendo o total de 8 horas semanais, ancorada em registros fotográficos, videográficos e na produção cuidadosa de uma Nota de Campo para cada dia de observação. Durante a pesquisa, chamou nossa atenção, dentre outros aspectos, o fato do berço ser um artefato utilizado, muitas vezes, como forma de punição para os bebês que não atendiam ao que era solicitado para eles. Soma-se a isso a relação entre a cor da pele e o tempo de permanência do bebê no berço como fora de punição. Para análise, selecionamos um recorte de um evento ocorrido durante o primeiro semestre do ano de 2023, quando os bebês da turma tinham de sete a vinte dois meses de idade. Neste dia, durante a “rodinha” (caracterizado por diálogo e músicas cantadas enquanto bebês e professoras estão sentados em roda), um bebê negro engatinhou e se distanciou do grupo, sendo colocado pela professora no berço como forma de punição pelo comportamento. Dois outros bebês que tiveram comportamento semelhante também foram colocados em seus respectivos berços pela docente. Mesmo os bebês demonstrando descontentamento por estarem nos berços por meio de choro insistente, a professora os manteve lá, sem nenhuma relação com eles nesse período. O que nos chama a atenção é que o fato - que acontecia de forma recorrente no contexto da sala - mostrava o bebê junto aos demais e, a depender do tom de pele dos sujeitos, o tempo de permanência no berço era maior. No evento descrito, um bebê branco ficou no berço por 10 minutos, já o segundo bebê negro de pele clara permaneceu por cerca de 25 minutos, enquanto o bebê negro retinto ficou no berço por 45 minutos. Esse evento possibilita refletir acerca do cuidado e educação de bebês e crianças na creche e como o tom de pele está diretamente ligado ao modo como os bebês são acolhidos (ou não) nos espaços coletivos. Por intermédio da perspectiva Histórico-Cultural, pudemos compreender que as relações entre bebês e adultos são permeadas também por circunstâncias ligadas à cor, raça, etnia, etc.

Palavras-chave: bebês; creche; relações étnico-raciais.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFJF. Email: lidiamara141@gmail.com

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFJF. Email: mayannamartinsjf@gmail.com

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFJF. Email: nubiapsiufjf@gmail.com

Necroinfância e Pedagogia das Artes Cênicas: Abordagens no trabalho artístico com crianças em Organizações Sociais

Lucas Costa da Silva Trindade¹

A presente pesquisa de Iniciação Científica tem como objetivo investigar, à luz do conceito de necroinfância (NOGUERA, 2021), de que maneira as pedagogias das artes da cena se manifestam em organizações sociais que atuam com infâncias negras em contextos marcados por vulnerabilidade social e violência. A partir da inquietação provocada pela leitura do caso do desaparecimento de três crianças negras no Morro do Castelar (RJ), em 2020, o estudo se propõe a refletir sobre as formas estruturais de exclusão e violência enfrentadas pelas infâncias negras no Brasil. O referencial teórico articula o conceito de necroinfância, que denuncia as práticas e dispositivos que impedem crianças negras de vivenciarem plenamente a infância, com a noção de necropolítica (MBEMBE, 2018), compreendida como a administração da morte e da exclusão pelo Estado. A pesquisa dialoga ainda com as contribuições de Anete Abramowicz (2015) sobre a seletividade da infância no Brasil, de Jota Mombaça (2016) acerca das ficções de poder e das possibilidades de narrativas insurgentes, e de Ileana Diéguez (2014), cuja reflexão sobre necroteatro e teatralidades da dor tensiona o lugar da infância negra na cena pública e no imaginário social. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, combinando análise bibliográfica crítica, levantamento teórico interdisciplinar e observação de campo em organizações sociais. A etapa inicial resultou na construção de um arcabouço teórico robusto e no refinamento do foco da pesquisa, centrado no eixo "Teatralidades das Infâncias", que investiga como as práticas artístico-pedagógicas se configuram como espaços de resistência, cuidado e valorização da infância negra. Foram mapeadas e selecionadas duas organizações sociais situadas na região da Cracolândia, em São Paulo — a Missão CENA e o Instituto Sonhe — como campos de observação. A próxima etapa prevê a análise das práticas pedagógicas e artísticas desenvolvidas nessas instituições, buscando compreender como as artes da cena podem contribuir para o enfrentamento das violências e para a construção de espaços de reexistência simbólica para as infâncias negras. Como resultados parciais, destaca-se o aprofundamento teórico-conceitual e o delineamento metodológico da pesquisa, que se articula ao debate urgente sobre os direitos das infâncias e o papel da arte na afirmação da vida diante das lógicas de necropoder.

Palavras-chave: Necroinfância; Pedagogia das Artes Cênicas; Organizações Sociais.

¹ Departamento de Artes Cênicas – CAC-ECA – Universidade de São Paulo. Email: lucastrindade@usp.br

Cartas para instruir o Estado e as crianças (1820-1830)

Luiz Tiago da Silva Gomes¹

Para entender a complexidade de ações do Estado Imperial na promulgação da Lei de 1827 nos investimentos realizados por Alves (2016), Diniz & Pimenta (2023) Gomes (2024; 2025), foram problematizados a legibilidade e dizibilidade dos documentos *Cartas Políticas* (ou *Cartas de Americus*) publicadas no periódico *Padre Amaro* nos anos de 1825 e 1826. Nesta conjuntura, a partir da crítica documental (Foucault, 2002) procuro investigar os conteúdos mobilizados na documentação para a constituição do “plano nacional de instrução” direcionado à formação das crianças e infâncias nos primeiros anos do pós-independência. A instrução das infâncias é objeto de preocupação para atingir o objetivo da formação da identidade nacional (Gondra, 2010). Com a proposta de guiar, direcionar e constituir o “melhor gênero de instrução” para a formação do Império brasileiro e dos sujeitos brasileiros, as *Cartas Políticas* constituíram o modelo epistolar de comunicação naquilo que o redator do *Padre Amaro* classificou como “o melhor meio de adquirir sabedoria”: produzir e difundir bons escritos (Freitas, 1825, p.2). Americus afirma que a moralidade é aprendida na infância por meio do exemplo e do ensino; a moralidade é “traçada dentro das paredes da caça, onde nascemos” (1826, p.212). Os hábitos da moralidade aprendidos em casa influenciam na dinâmica se o indivíduo é capaz de ser ensinado e “mais ou menos apto à cultura da escola”. Todo o objeto da educação deve ser atrelado à submissão do corpo e do espírito na influência da educação doméstica e da educação escolar; indicando a tarefa de inculcação e adestramento moral e intelectual da escolarização (Ariés, 1975; Gondra, 2018). Com o desígnio de formalizar - para que se faça inculcar os bens culturais - o plano de educação Americus estabelece os princípios para a fácil aplicação do ensino mútuo no Brasil. A produção do propagandista político e pedagógico Americus epistola movimentos de formação das crianças da nação brasileira: institucionalização do Estado moderno com conversibilidade da experiência de Americus na “certidão de competência cultural”, isto é, a escrita das Cartas (Bourdieu, 1998). E a disciplinarização das crianças (Ariés, 1975; Gomes, 2023) sob a ótica da pedagogia mútua.

Referências bibliográficas:

- ALVES, José Augusto. **No lastro da Independência brasileira: Americus. Cartas políticas.** Revista Escrita da História. Ano III – vol. 3, n. 6, jul./dez. 2016
- AMERICUS. **Cartas Políticas extrahidas do Padre Amaro.** Tomo I. Impresso por R. Greenlaw: Londres, 1825.
- AMERICUS. **Cartas Políticas extrahidas do Padre Amaro.** Tomo II. Impresso por R. Greenlaw: Londres, 1826.
- BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** Porto Alegre, RS: Passo Fundo, EDIUPF, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural.** [Tradução: Magali de Castro]. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos da Educação.** 5ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DINIZ; Aires; PIMENTA, Jussara. **Brasil: iluminismo, independência e utopia pedagógica.** Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 10, p. 1-19, Jan./Dez., 2023
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** [Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves]. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** [Tradução: Raquel Ramallete]. 42ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOMES, Luiz Tiago. **Apitar e bater o pé: ensino mútuo e escolarização de primeiras letras (1826-1828).** [Monografia]. Faculdade de Educação, UERJ, 2024.

¹ ProPed/UERJ/CAPE

_____, Luiz Tiago. **“Legislar com utilidade”**: ideias elementares sobre um Sistema de Educação Nacional (Diário Fluminense, 1826-1828). 46º International Standing Conference for the History of Education. Paris, França, 2025.

_____, Luiz Tiago. **CONSTRUIR TRAÇADOS E CAMINHOS QUE NÃO TRIUNFARAM, MAS QUE PODEM FAZER VOAR**. In: Congresso de Estudos da Infância. Anais...Rio de Janeiro(RJ) UERJ, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iv-congresso-de-estudos-da-infancia-poiesis-e-utopias-356311/677440-CONSTRUIR-TRACADOS-E-CAMINHOS-QUE-NAO-TRIUNFARAM-MAS-QUE-PODEM-FAZER-VOAR>.

GONDRA, José G. **A emergência da infância**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.26, p.195-214. 2010.

GONDRA, José G. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

GRUZINSKI, Serge. **O historiador, o macaco e a centauro**: a “história cultural” no novo milênio. Estudos Avançados 17 (49), 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. [Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves]. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

IGLESIAS, Fransisco. **Constituintes e Constituições brasileiras**. 2º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção: Tudo é História).

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. [Dissertação de Mestrado]. UFMG, Minas Gerais, 2003.

SOUSA, Jessé [et al.]. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3º Edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

LIMEIRA, Aline; GONDRA, José. **Educação e processos de emancipação no Brasil** : novas abordagens e perspectivas (1815-1872). Curitiba: Appris, 2022.

LIMEIRA, Aline; GONDRA, José; CLEMENTE, Edgleide (orgs.). **Independência e Instrução no Brasil**: História, Memória e Formação (1822-1872). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

MARINK, José Carlos. **Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mutuo**. Ouro Preto, MG, 1828. Disponível: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso: 17/05/2023.

NEVES, Fátima Maria. **O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo** (São Paulo, 1808-1889). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003

OLIVATO, Laís. **Um projeto educacional nas Independências**. A circulação do plano do Ensino Mútuo na América do Sul. [Tese de Doutorado]. USP: São Paulo, 2020.

_____, Laís. **Educação universal**: o ensino mútuo na primeira metade do século XIX. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org/pt/catalog/educacao-universal-o-ensino-mutuo-na-primeira-metade-do-seculo-xix>. Acesso: 09/06/2025.

**Infâncias atravessadas pela morte:
escutas e sentidos sobre o luto de duas crianças órfãs em contexto de pandemia em Mário
Campos – MG**

Luiza Agostinho Matias¹

Esta pesquisa investigou como duas crianças elaboram sentidos sobre a morte e o luto a partir da orfandade oriunda da pandemia de Covid-19. Realizada em uma escola municipal do município de Mário Campos - MG, a investigação acompanhou duas crianças que perderam familiares próximos em decorrência do coronavírus, com o objetivo de compreender como a morte foi vivida, expressa e (não) acolhida no cotidiano escolar. Apoiada nos Estudos Sociais da Infância, que reconhecem a criança como sujeito histórico, social e político (Sarmiento, 2005; Corsaro, 2011), a pesquisa tensiona concepções adultocêntricas que reduzem a infância à incompletude e desautorizam sua presença em debates considerados tabu, como a morte e o luto. Dialogando com Larrosa (2002), a escuta é compreendida como disposição para o acontecimento e para o reconhecimento da experiência da criança como legítima e transformadora. Metodologicamente, a investigação de caráter qualitativo mobilizou diferentes ferramentas: entrevistas semiestruturadas com professoras, desenhos comentados das crianças e diário de campo produzidos por elas. A escuta sensível das crianças permitiu acessar significados atribuídos por elas próprias ao luto, revelando como reconfiguram rotinas e vínculos em função da ausência de um dos seus pais. Portanto, os dados mostram como a escola evitou tematizar a morte, optando por estratégias de contenção e silenciamento, o que produziu tensionamentos com a agência infantil, o que é ilustrado quando a professora atual relatou ter evitado o uso da palavra “mãe” em sala, diante do sofrimento de uma das crianças, enquanto a outra destacou a maturidade precoce e a tristeza silenciosa observadas nos alunos enlutados. As professoras não receberam orientações institucionais para lidar com a situação e a ausência de políticas de acolhimento tornou o processo ainda mais frágil. Por sua vez, as crianças compartilharam memórias afetivas dos familiares falecidos e expressaram sentimentos de dor, saudade e isolamento, como no relato de Gabi sobre o desejo de ter se despedido do pai, revelam, assim, o esforço das crianças em significar a perda a partir de suas referências e afetos, mesmo diante da ausência de espaços formais de acolhimento no contexto escolar. Assim, as análises mostram que as crianças não apenas vivenciaram a perda, mas a elaboraram a partir de suas culturas de infância, mobilizando símbolos, memórias e afetos que resistem ao apagamento. Conclui-se que há uma urgência em pensar práticas pedagógicas e políticas públicas que considerem a morte como parte da vida e reconheçam as infâncias em seus territórios como produtoras de sentidos, mesmo diante da dor do luto. O estudo reafirma a necessidade de escutar as crianças em contextos sociopolíticos marcados por desigualdades e luto, reconhecendo nelas formas de insurgência diante da negação cultural e, consequentemente, institucional da morte.

Palavras-chave: Infâncias. Luto. Pandemia. Escola.

¹Pedagoga e mestre em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais / luiza.matias@fjp.mg.gov.br

**Encontro, Sutileza e Formação:
o que meus encontros com as crianças na trajetória do curso de Pedagogia me revelam sobre a
docência na educação infantil?**

Maria Alice Barbosa¹

O presente texto é fruto da tessitura do meu trabalho monográfico que tem como objetivo refletir sobre o meu percurso formativo e o encontro com as crianças durante a minha trajetória no curso de Pedagogia. É no encontro com elas que compreendo a potência da vida, da memória, da alegria, do presente, da presença. Por isso, meu percurso na graduação em Pedagogia foi movido pela busca em estar perto das crianças, quer nos estudos, quer nos estágios. Nesse caminho, algumas questões me inquietaram: como é ser professora na educação infantil? Como construir uma docência que leve as crianças a sério? Como organizar as propostas e instituições de modo que elas estejam comprometidas com o respeito e a ética para com as crianças? Qual o compromisso do curso de Pedagogia para a formação de professores das infâncias? Mobilizada por essas questões, tomo os cadernos de campo que construí nos diferentes estágios nas escolas que passei ao longo da minha formação, bem como uma escrita reflexiva sobre esse percurso, como importantes estratégias metodológicas. Em diálogo com diversos autores da educação, algumas contribuições da sociologia e da antropologia, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) construí a fundamentação teórica deste trabalho. Kramer (2007, 2003), Barbosa (2013), Corsino (2012) e Guimarães (2010, 2012) me ajudam a refletir sobre as sutilezas do trabalho docente com as crianças; Ingold (2019, 2020) me mobiliza na construção de práticas que levem as crianças a sério, bem como de uma educação que convide à experiência da comunhão, de um conduzir da vida coletivo; e as Diretrizes (2009) fundamentam as discussões que proponho sobre as práticas pedagógicas e a organização das instituições de educação infantil, sobretudo na dimensão da concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, e na convicção de que as interações e brincadeiras são os eixos norteadores do trabalho com as crianças. Nesse sentido, me debruço na reflexão: o que meu encontro com as crianças e os estágios por onde passei me revelam sobre a docência na educação infantil? Compreendo que tais encontros me revelam as sutilezas dos gestos, interações, cuidados e afetos que perpassam o processo de tornar-se professora na educação infantil, bem como me ensinam sobre como as crianças podem aprender com elas mesmas através dos encontros entre pares e evidenciam caminhos para práticas mais éticas e respeitadas para com elas, além de tensionar a necessidade do curso de Pedagogia estar comprometido com os estudos e formações para a docência com as crianças. Por fim, este trabalho me mobiliza na busca por uma educação infantil que garanta às crianças o direito de viverem suas infâncias com mais alegria, respeito, afeto e dignidade.

Palavras-chave: Encontro. Formação. Educação Infantil. Práticas pedagógicas.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância, Bebês e Crianças-GERAR/UFF. E-mail: mariaalicebarbosadossantos@id.uff.br

**Quando o silêncio fala e o olhar abraça:
repensando a intersectorialidade, o cuidado, escuta e presença na educação de bebês.**

Maria Antonia Tripodi Giglio ¹

Vivemos tempos de múltiplas crises que impactam profundamente as formas como nos relacionamos com a vida e com o outro. As infâncias vivem e sentem as urgências de nosso tempo. Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as práticas educativas voltadas às infâncias, ancorando-se na perspectiva intersectorial, com base em um olhar ético, político e sensível para as urgências que nos atravessam. Entende-se que a infância é historicamente marcada por desigualdades que se agravam diante de crises sociais, econômicas e ambientais, exigindo o fortalecimento de políticas públicas e práticas que garantam o cuidado, a escuta e o direito à presença. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, o texto baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas voltadas à infância. O referencial é sustentado por Paulo Freire (2002), bell hooks (2021) e Humberto Maturana (2002), que compreendem a criança como sujeito de direitos, saberes, linguagem e defendem uma prática pedagógica amorosa, dialógica e transformadora. O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) afirma em seu artigo 6º que: “A Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersectorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.”. Nesse cenário, destaca-se a intersectorialidade não apenas como uma diretriz técnica, mas como uma ética da corresponsabilidade, que exige diálogo efetivo entre educação, saúde, assistência social e outras áreas. No entanto, reconhece-se que as práticas intersectoriais enfrentam desafios como a fragmentação institucional, a sobreposição de funções e a ausência de políticas integradas que respeitem os tempos e os contextos das infâncias. Ao compreender o cuidado como dimensão fundante da ação educativa, na perspectiva de Maturana, como ato de legitimar o outro e a escuta como princípio pedagógico essencial, o texto propõe que o trabalho com crianças pequenas seja permeado por afetividade, sensibilidade e presença. Como lembra Freire, “ensinar exige escuta sensível e respeito à autonomia do outro” e para bell hooks, o amor é condição para o exercício da liberdade e da resistência à lógica adultocêntrica e colonial. Conclui-se que o fortalecimento de práticas intersectoriais depende da escuta ativa, do reconhecimento da criança como protagonista e da articulação entre políticas públicas e experiências educativas que valorizem a pluralidade das infâncias. Em tempos de urgência, é preciso cultivar uma esperança ativa, comprometida com a justiça social e com a construção de um presente digno para todas as crianças. Assim, tecer redes e escutar mundos se torna não apenas uma estratégia de gestão, mas uma forma de resistir à fragmentação, sustentar a vida e cuidar das infâncias em sua inteireza.

Palavras-chave: Educação Infantil, bebês, intersectorialidade, escuta, cuidado

¹ Professora da Fundação Municipal de Educação de Niterói e integrante do grupo de pesquisa GERAR/UFF magiglio2011@gmail.com

**A pesquisa em parceria com as infâncias populares:
sentidos e significados da experiência de educação integral em Campinas-SP, Brasil.**

Mariana Roveroni¹

O presente trabalho intenciona socializar a trajetória metodológica da pesquisa de doutorado sob o título: As infâncias populares da região noroeste de Campinas e a escola de educação integral, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Para esse enfoque, destaca-se, como objetivo, evidenciar a forma como foi construída a parceria investigativa junto com às crianças de uma escola de tempo integral, na busca dos indícios e das pistas deixadas no cotidiano escolar, acerca do sentido e do significado da sua participação em uma escolarização de tempo ampliado. Refere-se às infâncias, como populares, pois a escola está implicada em um território de alta vulnerabilidade, fator que dificulta a reflexão sobre a ampliação do tempo de escola para crianças envolvidas em maior risco social. Para a reflexão conceitual sobre as infâncias, utilizou-se, dentre outros, as ideias oriundas dos Estudos da Infância. O diagnóstico socioterritorial da região noroeste de Campinas - SP, foi realizado a partir de dados de mapeamentos, e de indicadores de vulnerabilidade social, debatidos à luz dos pressupostos teóricos de Milton Santos. A metodologia utilizada foi a etnografia aplicada à pesquisa com crianças, tendo como locus uma escola de educação integral, localizada na periferia de Campinas-SP, uma das escolas pioneiras na implementação da política municipal de educação integral. Nessa escola em específico, escolheu-se uma sala de 1º ano do Ensino Fundamental para realizar o acompanhamento da rotina/tempo escolar. A escolha desses sujeitos, recém saídos da educação infantil, deu-se em virtude das possibilidades relacionadas aos modos de vida da infância vivenciados com maior intensidade nessa etapa da escolarização, onde as relações entre as crianças tendem a ser mais livres e menos regidas pelas “obrigações escolares”. Durante o percurso do trabalho de campo, foram construídas narrativas do cotidiano, em parceria com as crianças, que buscaram evidenciar o que elas pensam e como ressignificam os tempos e os espaços da escola, imprimindo assim, as suas percepções sobre a realidade da qual participam. Tais narrativas, construídas em co-parceria entre a pesquisadora e as crianças da turma, emergiram a partir dos acontecimentos de um cotidiano escolar, que anuncia tempos, espaços e conhecimentos direcionados à infância, na perspectiva da educação integral. Ao término do trabalho, analisou-se as narrativas construídas, problematizando a visibilidade da vida da criança e das manifestações das infâncias, no projeto educativo anunciado. Evidenciou-s, na análise, que elas, por meio de suas práticas sociais exclusivas, complexificam os significados da educação integral, incorporando, reivindicação de escuta, acolhimento, espaços para o brincar e espaços de liberdade e de autonomia.

Palavras-chave: Infâncias populares; educação integral; territórios.

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: mariana_roveroni@yahoo.com.br

Cortes e recortes: sustentabilidade e o potencial pedagógico de brinquedos de papel

Matheus Machado da Silva¹

Karolyne Cardoso da Fonseca Bispo dos Santos²

A proposta aqui apresentada integra um projeto de extensão universitária voltado à formação continuada de professoras da rede conveniada de Educação Infantil do município de São Gonçalo, desenvolvido pelo Coletivo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil (COLEI). O projeto possui um portfólio de cursos ofertado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, entre os quais se destaca o curso “Brinquedos de Papel”, realizado no primeiro semestre de 2025. O curso enquanto proposição pedagógica e investigativa parte da seguinte problemática: de que modo a confecção de brinquedos com materiais recicláveis pode contribuir para a formação docente e para práticas pedagógicas mais significativas com crianças da Educação Básica? A proposição teve como objetivo enfrentar o excesso de descartes de papel e papelão no cotidiano escolar, buscando estimular uma dimensão crítica, criativa e reflexiva sobre o uso desses materiais. Nesse sentido, a atividade propôs a construção de brinquedos com papel reciclado como estratégia formativa e pedagógica, articulando práticas sustentáveis ao trabalho com crianças pequenas. A pesquisa que sustenta essa experiência inscreve-se no campo da pesquisa-formação narrativa (Passeggi, 2016), perspectiva metodológica que compreende as memórias, experiências e narrativas dos sujeitos como eixos para a construção do conhecimento. Assim, a proposta emerge de um percurso coletivo de escuta, planejamento e ressignificação da prática educativa dos bolsistas de extensão e Proatec que dinamizaram a referida proposta em dois momentos: a) com professores em formação na Secretaria de Educação e b) com crianças entre 6 e 8 anos de idade que acompanhadas de suas famílias visitaram nosso Campus. Assim, o curso foi inicialmente elaborado para professoras das creches conveniadas, mas também foi vivenciado diretamente com crianças em uma oficina realizada na universidade. A confecção de animais de papelão, seguida de pintura e personalização, possibilitou experiências significativas de coordenação motora, expressão criativa e apropriação estética dos materiais reutilizados. Além de refletir sobre a dimensão pedagógica da sustentabilidade, a experiência permitiu avaliar a transposição didática das propostas formativas para o contexto real, ou seja, a observação direta das interações infantis das crianças que em visita ao nosso Campus, participaram de uma oficina de brinquedos de papel, enriqueceu o olhar formativo, ao revelar como a prática se desdobra com as crianças e quais sentidos pedagógicos emergem desse fazer. Concluímos que a triangulação entre teorias, formação docente e práticas pedagógicas com as infâncias ampliou a potência do curso enquanto ferramenta pedagógica e formativa. A proposta reafirma o papel da universidade na construção de práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade, a escuta das infâncias e das vozes de docentes da Educação Básica, além do diálogo entre saberes acadêmicos e cotidianos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Sustentabilidade; Pesquisa-formação; Brinquedos de papel.

PASSEGGI, Maria da Conceição. *Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico*. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9267>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹ Graduando de pedagogia da FFP/UERJ, bolsista de Extensão do COLEI, matheus.machado@gmail.com

² Graduanda de pedagogia da FFP/UERJ, bolsista Proatec do COLEI, karolfons3ca@gmail.com

Brinquedo pra valer - porque a representatividade importa

Merula Helena Afiune¹

O artigo trata das relações existentes entre brinquedo, representatividade e questões étnico-raciais na primeira etapa da Educação Básica. Sobre o brinquedo, as estéticas representadas por meio desses estão ligadas às questões de percepção sobre si e tomadas pela necessidade de uma educação voltada à diversidade e ao respeito às existências plurais. Nessa perspectiva, importante considerar a reflexão de Gomes (2002) acerca de representatividade, sobre a forma como o corpo negro é apresentado e vivenciado no ambiente escolar e como a representatividade é elemento fundamental para a construção de uma identidade positiva. Seguindo esse pensamento, Munanga (2005) diz que a ausência de representatividade nos espaços de formação implica em racismo. Essa ausência de representações aponta para como as crianças acessam as culturas afro-brasileira, africana e indígena. E em se tratando da representação de estéticas diversas, a presença ou escassez de brinquedos pode indicar se a instituição educacional demonstra preocupação com a educação para igualdade racial e como lida com o processo de formação das crianças. Posto isso, o aporte teórico está alinhado aos estudos das infâncias e à educação para as relações étnico-raciais, em interface com uma educação antirracista. De acordo com a pesquisa, a criança é produtora de cultura, sujeito de direito e agente social que interage, brinca, constrói e reformula uma cultura própria. Ademais, o artigo recorreu à Sociologia da Infância e a autores como Corsaro, Sarmento, Brougère e Kishimoto para tratar da infância e da relação entre brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento e formação da identidade. Sobre as relações étnico-raciais e suas implicações na infância, a pesquisa discorreu sobre autores como Bento, Gomes e Munanga. Acerca do objetivo, o estudo buscou compreender os brinquedos enquanto materialidade capaz de proporcionar aprendizagem, socialização e desenvolvimento de uma subjetividade positiva a partir da representatividade étnico-racial. Consecutivo ao ponto principal, estão as reflexões sobre a importância da educação antirracista. Para tanto, foi empreendido estudo por meio de abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a pesquisa bibliográfica (Fonseca, 2002). Além do mapeamento de produções teóricas, o estudo recorreu à análise das legislações vigentes que abordam a temática. Sobre os trabalhos encontrados, esses demonstram que a construção da subjetividade tem início na infância, em espaços sociais, de convivência, em ambientes escolares, e encontra-se imbricado à necessidade de se considerar as diversas constituições identitárias. O estudo sinaliza mudanças nas práticas pedagógicas há uma década, considerando as proposições de políticas curriculares, principalmente após a Lei nº 10.639/2003. Todavia, a realidade permanece distante de uma educação para a igualdade racial. Com relação aos preceitos legais, a pesquisa indica que, apesar da obrigatoriedade da educação para as relações étnico-raciais, as instituições escolares ainda não celebram a potência da diversidade.

Palavras-Chave: Brinquedo; Representatividade; Relações étnico-raciais; Primeira etapa da Educação Básica; Educação antirracista.

¹ Universidade de Brasília.

Homem com H: a cultura Incel e a urgência do debate no campo dos estudos da infância

Mylena Ferreira da Silva¹

As interações das crianças com os espaços virtuais provocam os estudos da infância ao trazerem pautas que ganham sentido dentro e fora das telas, constituindo um campo problemático bastante potente, mas que não tem se enquadrado necessariamente no senso de urgência das pesquisas, docências, formações e produções teórico-práticas *com* crianças. É isso que procuro elucidar no presente trabalho, provocando o próprio campo de estudo a pensar sobre as subculturas pautadas no ódio e na misoginia que se potencializam e se pulverizam nos espaços virtuais mais evidentes e obscuros, como é o caso da cultura Incel, movimento político e estético que refina os ideais machistas enraizados na sociedade e promove uma construção de sentido sobre a masculinidade que se pauta no ódio à figura da mulher e ao universo feminino como um todo, colocando-os no alvo de ataques virtuais e físicos. Como dispositivo metodológico, partirei da análise de acontecimentos já noticiados pela mídia como a prisão de um grupo de jovens brasileiros que administravam servidores na plataforma *Discord*, onde crimes como assédio moral e sexual de meninas menores de idade eram cometidos regularmente. Dialogando com Nélia Macedo e Laís Faria a partir das produções de subjetividade e as intencionalidades políticas nesses e desses movimentos de radicalização, quero refletir sobre os impactos de co-habitarem os espaços das redes manifestações de ódio tão intensas direcionadas às mulheres e crianças que, em sua maioria, têm acesso facilitado aos mundos e submundos da internet. Pensando com Miguel Arroyo nas exigências éticas trazidas pelos corpos contemporâneos para educação, quero reivindicar essas interações como pautas urgentes de quem se compromete a pensar *com* as infâncias na atualidade, seja pelo viés da docência ou da pesquisa. A problematização proposta justifica-se pelo fato de que toda produção que acontece nas telas e *feeds*, uma hora ou outra, ganha o campo do real, do físico, seja dentro ou fora dos muros da escola. Ou seja, pensar como a cultura Incel vem impactando ou pode impactar as infâncias em um contexto de virtualização da vida e das relações é um chamamento à nossa responsabilidade social de caminhar ao lado delas. Conclui-se, parcialmente, que as manifestações dessa filosofia em um contexto de rápida difusão de informações tornam facilmente acessíveis exercícios de uma masculinidade pautada no ódio e em práticas de preconceitos de gênero, raça e sexualidade prestigiadas por crianças e jovens. Além disso, é reconhecida a responsabilidade da pedagogia e do próprio campo de pesquisa para com a problematização dessa pauta tão urgente e a adoção de uma postura de conscientização e enfrentamento no que tange a lida com os pequenos e grandes e a formação de educadores e pesquisadores em todo espaço de aprendizagem.

Palavras-chave: Infâncias, Cultura Incel, Mídias digitais.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Grupo de Pesquisa Infâncias em Perspectivas (GPIP). E-mail: (fmylena52@gmail.com)

A fila de espera e o direito à educação: novos desafios à entrada e permanência de crianças na Educação Infantil pública?

Patricia Gonçalves Bastos¹

O presente resumo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como foco investigar o contexto de crianças – e as suas famílias - com idade entre 0 e 6 anos, que deveriam ter garantido o direito à Educação Infantil, mas aguardam em filas de espera de pré-matrícula, a vaga em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI). A pesquisa tem como objetivo compreender as dinâmicas familiares, que buscam a garantia de algum atendimento educacional, recreativo e de cuidados, enquanto esperam a efetivação do direito à Educação Infantil de suas crianças. É importante dizer que, em relação aos dispositivos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de cunho documental e participativo, em diálogo com a abordagem etnográfica (Graue; Walsh, 2003) e o Estado do Conhecimento (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020). Apresentadas estas premissas, cumpre afirmar que o direito à Educação Infantil é uma importante conquista popular e um direito social subjetivo das crianças, garantido na Constituição Federal (Brasil, 1988). É oportuno dizer, que as legislações citadas apresentam o direito à Educação Infantil às crianças de 0 a 5 anos de idade. Contudo, a opção por ampliar a faixa etária, na pesquisa, se justifica em defesa da visibilidade social e do direito às crianças que completam 6 anos de idade na Educação Infantil. Ainda que haja esforços, mobilizações e lutas, em especial de movimentos de mulheres por creches, visando que a oferta de vagas atenda as demandas existentes para a garantia do direito, há muitos impedimentos que prejudicam as possibilidades de ampliação das vagas em Niterói/RJ, contexto da pesquisa. Os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes ao município estudado, apontam que em 2022, havia 31.507 crianças entre 0 e 6 anos de idade residentes na cidade. O Censo Escolar apontou que naquele ano havia 16.402 matrículas ativas. Como se pode notar, pouco mais da metade do número de crianças residentes na cidade teve garantido o direito social à educação. Se tratando das matrículas das crianças de 0 a 3 anos é ainda mais preocupante, visto que a quantidade da oferta para a creche foi menor que a oferta para a pré-escola. Percebe-se, que há um movimento de privatização da Educação Infantil pública viabilizada pelo *Programa Escola Parceira*, que opera a partir da lógica do uso do *voucher*, por meio do qual a prefeitura de Niterói financia bolsas de estudo para vagas públicas em escolas privadas. Esta é uma realidade preocupante, pois ao invés de esforços serem dedicados à expansão da rede municipal de Educação Infantil, com a construção de novas UMEIs, percebemos uma estratégia de privatização da oferta de vagas, colocando em risco o acesso à Educação Infantil para todas as crianças, amplamente, conforme atestam os estudos de Adrião (2018) e Correa (2018), sobretudo, a partir dos impactos das reformas neoliberais adotadas pelo estado brasileiro nas últimas décadas.

Palavras-chave: Direito à Educação Infantil; Dinâmicas familiares; Privatização da Educação Infantil

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. *Dimensões e formas da privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamentos de produções nacionais e internacionais*. Currículo sem Fronteiras, v. 18, p.8-28, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2025.
- CORREA, Bianca. *A Gestão da Educação infantil em 12 municípios paulistas*. FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação, v. 8, n. 2, 2018.

¹ UERJ/FFP – patgbastos@gmail.com.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SILVA, Anne Patricia N. da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. *O estado da arte ou o estado do conhecimento*. Rev. Educação, v. 23, n. 3, p. 1-12, set./dez. 2020.

Perspectivas dos estudos sobre os usos de tecnologias digitais por crianças pequenas

Patrícia Maria Uchôa Simões¹

Rosângela Lima da Silva Lopes²

Maria Eduarda Souza de Andrade³

O uso de tecnologias por crianças pequenas é uma temática emergente e urgente para a pesquisa das infâncias, devido ao aumento significativo do acesso a tablets, smartphones e outros dispositivos eletrônicos pelas crianças, desde muito cedo. Acrescenta-se que o uso excessivo de telas tem sido apontado como um fator preocupante pelas implicações que pode ter no desenvolvimento infantil. O presente estudo tem o objetivo de discutir abordagens teóricas e epistemológicas dos estudos sobre o uso de tecnologias digitais por crianças pequenas na produção acadêmica recente. Para tanto, foi feito um levantamento na plataforma de Periódicos da Capes, utilizando os descritores “criança”, “telas” e “tecnologias digitais”. Foram identificados e analisados 23 estudos quando considerado o período de publicação entre 2020 e 2025. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, inspirada em Laurence Bardin, para a construção de categorias que possibilitaram a análise e interpretação dos textos. Os resultados apontaram duas perspectivas de abordagem do tema: a perspectiva desenvolvimentista e a perspectiva da criança enquanto sujeito de direito. A primeira focaliza os efeitos cognitivos, físicos e socioemocionais do uso das tecnologias digitais, com a preocupação em relação a possíveis danos que possam causar ao desenvolvimento ou enquanto ferramenta educacional que pode promover a aprendizagem e estimular habilidades. Portanto, a ênfase desses estudos está na dependência e fragilidade das crianças, por um lado, e na necessidade de proteção e de regulação do adulto, por outro. Por sua vez, a segunda perspectiva tem sua ênfase no reconhecimento da criança como sujeito ativo, capaz de intervir criticamente no mundo digital. Essa perspectiva não nega a necessidade da mediação do adulto, mas defende o uso da tecnologia como prática cultural de uma sociedade num determinado tempo histórico. Enquanto prática cultural, o uso das tecnologias digitais passa a ser um direito da criança que está vinculado à liberdade de expressão, à participação social e ao lazer. Assim, essa segunda perspectiva traz para a reflexão a criança enquanto cidadã e, portanto, a criança enquanto sujeito de direitos, capaz de produzir culturas e interferir na sociedade, inserindo em sua análise o conceito de cidadania infantil. As duas perspectivas não são excludentes mas se diferenciam na ênfase dada à forma como o tema é tratado, distanciando-se quanto à concepção de infância e do papel do adulto. Como conclusão, apontamos o desafio dos estudos em conciliar proteção e emancipação na construção de alternativas para a educação midiática, na formulação de políticas educacionais de inclusão digital e e na promoção da participação das crianças nos debates sobre regulações digitais.

Palavras-chave: crianças; tecnologias; telas.

¹ Fundação Joaquim Nabuco - pusimoes@gmail.com

² Secretaria de Educação de Recife – roufrpe@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades/Fundaj-UFRPE - duda2015910@gmail.com

A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil em Campos dos Goytacazes: realidade, desafios e reflexões

Paula Azevedo Manhães¹

O presente estudo discute a inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas municipais de educação infantil de Campos dos Goytacazes (RJ), com base em dados produzidos entre 2022 e 2023 no processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. A partir de uma perspectiva crítica dos estudos da infância, buscou-se refletir sobre as formas como o modelo médico da deficiência ainda orienta práticas escolares excludentes, em contraposição à defesa de uma abordagem social e anticapacitista, inspirada nas contribuições de Vigotski e autores contemporâneos. O objetivo central é analisar as condições de acesso, permanência e participação de crianças consideradas “fora da norma”, evidenciando os empecilhos que comprometem a efetivação de uma educação inclusiva, democrática e sensível à diversidade. A pesquisa adotou uma metodologia mista, com estratégias participativas direcionadas à escuta de diferentes sujeitos. Foram realizadas oficinas lúdicas com 171 crianças de 4 a 7 anos em escolas municipais e em uma organização da sociedade civil, além de entrevistas com gestores escolares, rodas de conversa com familiares e análise de dados públicos municipais. A escuta das crianças e das famílias, aliada à observação das condições escolares, revelou violações de direitos como infraestrutura precária, ausência de profissionais especializados, exclusões diretas e indiretas do ambiente escolar e responsabilização das famílias, especialmente das mulheres, pelos cuidados integrais. Em diversos casos, a falta de mediadores impede a matrícula ou reduz a jornada escolar, em desrespeito às legislações vigentes. As consequências dessas práticas recaem de forma desigual, reforçando desigualdades sociais, de gênero e territoriais. Além disso, a dificuldade de articulação entre educação, saúde e assistência social compromete o acesso a atendimentos especializados e a construção de redes de apoio. Diante desse cenário, destaca-se a urgência de ações intersetoriais e estruturais que promovam a inclusão real, tais como a contratação de profissionais capacitados, a formação continuada das equipes escolares, a melhoria da infraestrutura das unidades e o fortalecimento do diálogo entre políticas sociais. A negação da diversidade infantil compromete o ideal democrático e perpetua desigualdades históricas. Reconhecer as crianças com deficiência como sujeitos de direitos no presente é condição fundamental para construir práticas educativas que afirmem a pluralidade e contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Infância; Inclusão; Educação Infantil; Deficiência; Intersetorialidade.

¹ Universidade Federal Fluminense - paulamanhaes@id.uff.br

**Movimento Estudantil:
A participação política das crianças na Educação Infantil**

Paula Tassia Ferreira Vianna¹

A perspectiva sobre a participação política das crianças na Educação Infantil surgiu no percurso da pesquisa de mestrado que teve como objetivo geral perceber, observar e registrar a rotina da diretora na relação direta com as crianças, que se dá para além das ações administrativas. O estudo foi percorrido em diálogo com as crianças e com as memórias do Espaço de Desenvolvimento Infantil Professora Maria Cecília Ferreira, onde estou gestora desde maio de 2016. Ao rememorar as eleições para diretor neste espaço, foi constatada a construção de um ambiente que possui práticas voltadas aos interesses das crianças, principalmente na construção e planejamento das práticas pedagógicas, mas que demanda aprimorar a participação política das crianças nas decisões tomadas na Unidade Escolar. Posto isto, foi estabelecida a construção do movimento estudantil, com a intenção de evidenciar a participação das crianças da pré-escola nas decisões tomadas para além das salas de atividades, visando a defesa dos seus direitos e interesses, assim como a aprendizagem de práticas éticas e democráticas. Acompanhar as reivindicações das crianças, para além das propostas pedagógicas, ratificou a necessidade de oportunizar um diálogo constante sobre o cotidiano de forma mais identitária com elas. Foram realizadas reuniões na sala dos professores com os representantes das turmas, sendo este momento registrado com fotos e registro no livro ata do EDI. As crianças foram consultadas no planejamento das verbas escolares, acrescentando itens citados por elas como massinha, carrinhos de brinquedo, bonecas, giz de cera, entre outros. Conceber um espaço no qual as crianças possam participar ativamente, tendo os seus questionamentos e anseios acolhidos e, podendo influenciar efetivamente e democraticamente o cotidiano escolar, é um desafio diário, mas que encontra fundamento na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1936). À vista disso, o processo colaborativo dentro das escolas é legítimo, devendo garantir a participação de todos os sujeitos envolvidos neste espaço. Saliento que mediante as necessidades do EDI, nem sempre será possível atender a todas as reivindicações das crianças, mas isso faz parte do processo democrático da educação, cabendo à equipe gestora esclarecer ao movimento estudantil e ao Conselho Escola Comunidade sobre as decisões tomadas, garantindo uma participação organizada e compromissada com a qualidade de ensino das crianças. Constato que o sentido da Educação Infantil são as crianças, ela existe pelas crianças, e na gestão também estamos com as crianças. Perceber que elas afetam diretamente a gestão no cotidiano tem, portanto, uma dimensão política. A função do diretor não pode existir sem a percepção desse lugar de direito das crianças, e que a gestão deve ter uma dimensão coletiva em função da presença delas.

Palavras-chave: Escola. Gestão Escolar. Infâncias. Cultura. Participação.

¹ SME-RJ. E-mail: paula_vianna@hotmail.com

**‘Posso fazer diferente?’:
crianças em ação na Educação Física na Educação Infantil**

Pedro Henrique Gouvêa Pereira¹
Felipe Rocha dos Santos²
Simone Freitas Chaves³

Este trabalho tematiza a Educação Física no contexto da Educação Infantil numa escola pública municipal do Rio de Janeiro, com ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), na subárea da Educação Física. As nossas ‘conversas insurgentes’ versam sobre como as questões relacionadas ao tempo e espaço se tornam “um instrumento fundamental para promover a ordem, a regulação, a hierarquia, o controle” (Buss-Simão, 2012, p.262). Desse modo, este trabalho objetivou analisar as aulas de Educação Física buscando compreender o quanto um planejamento e uma organização dos espaços, dos tempos e materiais pedagógicos, à luz dos conceitos de ‘ajustamentos primários e secundários’, podem impactar e favorecer a participação das crianças. Compreendemos os ‘ajustamentos primários’ enquanto uma organização espaço-temporal idealizada pelas professoras, onde cabe as crianças seguir uma “ordem institucional adulta” (*ibid.*, p.263), e os ‘ajustamentos secundários’ como atividades em que as crianças podem romper com uma organização e um planejamento do tempo e do espaço pelos adultos e criar possibilidades de brincadeiras e interações distintas das concebidas pelas suas professoras - próprias de um ajustamento primário - e que enfatizam os seus próprios interesses, oportunizando a autonomia e a autenticidade (*ibid.*, p.264). Em relação ao percurso metodológico, a nossa construção dos dados foi através da observação das brincadeiras, da produção de fotografias por todas/os as/os integrantes do PIBID e das análises das contribuições das crianças, onde descrevemos as propostas iniciais das atividades e das brincadeiras e as possibilidades que foram construídas pelas crianças, tanto em termos de modificação dos espaços e dos materiais pedagógicos, quanto como outras maneiras de utilizar os seus corpos durante as atividades e brincadeiras. Para que pudéssemos avaliar as intervenções das crianças, partimos do pressuposto de que o lugar é muito mais do que uma dimensão física, ou seja, o espaço representa algo, que pode afetar e envolver as crianças, uma vez que ao agirem com os seus corpos nesses espaços, elas agem sobre uma realidade social (*ibid.*, p.261). A cada final da aula, perguntamos as crianças se elas tinham gostado das atividades e das brincadeiras para identificar se elas eram capazes de relatar/identificar as suas ações como aspectos importantes das aulas. Após as avaliações das crianças, era a vez das/os integrantes do PIBID avaliarem as ações das crianças que mais lhes chamou a atenção durante as aulas e sinalizarem se conseguiram fazer fotografias destes momentos. De tal modo que o registro fotográfico se torna uma ferramenta educacional que possibilita a observação do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças (Santos e Maia, 2020). As análises das reconstruções das propostas pedagógicas, dos usos dos materiais pedagógicos e das inúmeras possibilidades de vivências corporais realizados pelas crianças tendem, num primeiro momento, a dialogar com o conceito de “ajustamentos secundários”, que pressupõe uma maior participação das crianças, rompendo com uma lógica, unicamente, adultocêntrica no espaço escolar. E, de certa maneira, possibilita aos “professores em formação” do PIBID vislumbrem outras práticas pedagógicas (e outros olhares) para/com as crianças na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; participação infantil

¹ Graduando em Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD-UFRJ). E-mail: pedrohgueap@gmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Proped-UERJ) e Professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). E-mail: santosfeliperocha@gmail.com

³ Professora Doutora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD-UFRJ). E-mail: chavessimone@terra.com.br

Referência

Buss-Simão, Márcia. A dimensão corporal entre o caos e a ordem. Espaços e tempos organizados pelos adultos e pelas crianças. In: Arroyo, Miguel; Silva, Maurício Roberto da (org.). **Corpo - Infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Santos, Genecilda dos; Maia, Gilvana Menslin Oliveira da. Imagens que visibilizam as infâncias: a linguagem fotográfica na Educação Infantil. **Ponto-e-Vírgula**, nº 28, 2020.

Formação docente em Angola: possibilidades de cooperação e aprendizado.
Formación docente en Angola: posibilidades de cooperación y aprendizaje

Priscila Daniele Ladeira¹
Heloísa Raimunda Herneck²
Terezinha Duarte Vieira³

Este trabalho se propõe a apresentar um relato de experiência do projeto “Formação docente para a Educação Infantil: uma proposta extensionista internacionalizada”. O projeto é desenvolvido desde 2024 pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Escola Levantar em Angola (África). Tem por objetivo geral promover formação docente qualificada para atuação no atendimento escolar às crianças de 0 a 5 anos por meio de ações extensionistas internacionalizadas. Nossas ações ancoram-se em referenciais teóricos que abordam: extensão universitária (Freire, 1983; 1992); Educação Infantil (Barbosa, 2006; Zan e DeVries, 1997); brinquedo e cultura (Brougère, 2008; Pereira, 2016); e gestão escolar (Alves, 2003; Coelho, 2015; Guedes, Silva e Garcia, 2017). Nos dedicamos também aos estudos do panorama da educação em Angola e do contexto local referente à educação infantil e gestão escolar. Foram analisados os seguintes documentos: Anuário Estatístico da Educação (2019); Anuário Estatístico do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (2019); Programa Classe de Iniciação - Pré-Escolar; Decreto Presidencial n.º 162/23 de 01 de agosto de 2023. Utilizamos metodologias participativas que possibilitam o protagonismo dos sujeitos em todas as etapas do processo. Neste sentido, os dispositivos metodológicos empregados até aqui foram: análise documental, rodas de conversas mensais em formato on-line e experimentações práticas a partir dos temas teóricos abordados. Ou seja, prima-se por uma abordagem teórico-metodológica que vai ao encontro da práxis freireana. Foram realizados no total 15 encontros virtuais. Os temas abordados foram: a Educação Infantil em Angola; rotinas na Educação Infantil; tempos e infâncias; o Programa da Classe de Iniciação de Angola; gestão escolar em Angola; gestão escolar e cotidiano; gestão escolar democrática. Como resultados podemos elencar: qualificação profissional das docentes que já atuam na Educação Infantil; mudanças na organização espacial da sala ambiente da classe de iniciação, favorecendo as interações entre as crianças e as brincadeiras; organização e implementação de uma rotina de práticas educativas de valorização da cultura da criança; implementação de práticas educativas lúdicas e de exploração do faz-de-conta; implementação de uma rotina literária entre as crianças e entre as professoras em diversos espaços; aquisição de livros de literatura infantil angolana; elaboração do Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo da Escola; formação presencial em educação literária; apoio na organização e implementação da biblioteca escolar. Conclui-se que por meio deste projeto uma nova perspectiva de cooperação entre países do sul global tem se erigido por meio da extensão universitária voltada para a Educação Infantil e gestão escolar em Angola, nos possibilitando repensar nossas práticas e construir vivências contracoloniais (Bispo, 2023) no campo da educação, no Brasil e em Angola.

Palavras-chave: formação docente, extensão universitária, Educação Infantil, gestão escolar
Palabras-clave: formación docente, extensión universitaria, educación infantil, gestión escolar

¹ Professora do Departamento de Educação Infantil da Universidade Federal de Viçosa e doutoranda em educação da Universidade Federal de Minas Gerais. priscila.ladeira@ufv.br

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. heloisa.herneck@ufv.br

³ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. terezinhaduarte@ufv.br

A defesa das creches em tempos contemporâneos: uma urgência social

Rafaela Garcia Estrela¹

Tayuana Caroline Gomes de Souza Barcala²

Este trabalho discute, à luz dos Estudos da Infância, as urgências sociais e políticas que atravessam o direito à educação infantil, com ênfase no acesso e valorização das creches como espaços legítimos de formação, cuidado, cidadania e contexto social para os bebês. Faz-se necessário ressaltar que esse trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, desenvolvida por um grupo de pesquisa de uma universidade pública federal, que pautou-se em uma abordagem qualitativa. Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é apresentar como o direito à creche atravessa as famílias e profissionais da educação infantil, de modo a compreender como esses sujeitos percebem e experienciam a creche enquanto um direito que deveria ser garantido, considerando os contextos marcados por desigualdades sociais e ausência de políticas públicas eficazes que, compreendam o bebê em sua centralidade, assim como um lugar de pertencimento e construção da cidadania. Utilizou-se como metodologia a análise de relatos oriundos de entrevistas coletivas com mulheres-mães, usuárias da creche pública acompanhadas de seus bebês, e a aplicação de um questionário semi-estruturado a professoras atuantes na docência com bebês, oriundos de uma pesquisa desenvolvida por um grupo de pesquisa institucional de uma universidade pública federal. O referencial teórico articula contribuições intersetoriais da pedagogia crítica, da sociologia da infância e dos contextos sociopolíticos, especialmente os aportes de autores como Campos (1999), Louzada e Gomes (2021), Gottlieb (2009), Torres (2022) e Monção (2015), que fundamentam uma visão de bebês como um sujeito social e político. As análises das entrevistas, realizadas com mulheres-mães, e do questionário (aplicado a docentes de bebês), revelaram que o diálogo entre famílias e instituições pode ser pensado como um caminho possível para a luta cotidiana pela garantia do direito dos bebês à educação nas creches públicas. Compreendendo a educação como um ato político e de direito fundamental, a garantia ao acesso e a qualidade são dimensões que contemplam a justiça social frente aos bebês, entendendo-os como sujeitos que integram a tessitura social e cultural. Nesse contexto, olhar para a precariedade da infraestrutura das creches e para a desvalorização da Educação Infantil, evidencia a negligência histórica do Estado em tempos de crise social e econômica, pautada na invisibilidade e não reconhecimento dos bebês. Assim, o estudo contribui para o debate sobre práticas baseadas na ética do cuidado, na corresponsabilidade e na justiça social, elementos centrais de urgências contemporâneas, atravessam a infância e a educação pública no Brasil, reconhecendo os bebês como sujeitos de direitos, e em defesa de uma educação pública, democrática e emancipatória.

Palavras-chave: educação infantil; urgências sociais; creche; famílias; justiça social.

¹ Estudante de graduação (Universidade Federal Fluminense/rafaelaestrela@id.uff.br)

² Estudante de pós-graduação (UNIVERSO/tayuanacaroline@gmail.com)

Educação filosófica na perspectiva da filosofia *das* crianças: “a criança tem uma maneira diferente de pensar”

Raquel Aline Zanini¹

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar elementos para uma educação filosófica no ensino fundamental, com base na filosofia *das* crianças. Esse objetivo geral desdobra-se em questões: Qual a relação que as crianças-estudantes estabelecem com a filosofia ao participar de práticas filosóficas em sala de aula com seus pares? Para as crianças-estudantes, que elementos caracterizam uma educação filosófica no ensino fundamental? A investigação parte da proposta de pesquisa com 80 crianças e foi conduzida em duas escolas participantes da Olimpíada de Filosofia realizada pelo NESEF/UFPR, no ano de 2022. Participaram da pesquisa crianças-estudantes do 6º, 7º e 8º ano de uma escola pública em Pinhais-PR e uma escola privada em Curitiba-PR. Durante a pesquisa foram utilizadas como estratégias metodológicas: entrevista semiestruturada, entrevistas coletivas, observação participante e coleta das produções filosóficas. Os autores referência para as análises realizadas são Walter Benjamin (2009, 2012a, 2012b), Adolfo Sánchez Vázquez (2011) e Mikhail Bakhtin (2011). Após a coleta dos dados foram estruturadas três categorias de análise: a criança como produtora de conhecimento e agente do seu processo de aprendizagem, reconhecendo-as como atores sociais que são participantes ativas do processo de ensino e aprendizagem; a ação dialógica do processo formativo: relações intra e intergeracionais e, conseqüentemente, o papel docente no processo de ensino-aprendizagem; pensamento filosófico das crianças-estudantes: cotidiano e contexto. Essas categorias possibilitaram a evidência de quatro elementos para pensar uma educação filosófica, sendo eles: o tempo adequado para a filosofia; as práticas que instigam e provocam; a realização de debates e práticas; o reconhecimento da criança-estudante que participa ativamente do processo de aprendizagem, rompendo com uma concepção de aluno. Os autores utilizados como base para a pesquisa foram Walter Benjamin (2009; 2012), Rita Marchi (2010), Manuel Sarmiento (2011) e Miguel Arroyo (2013). Conclui-se com a pesquisa que as crianças-estudantes reconhecem o importante papel dos docentes na escola, do mesmo modo que estão disponíveis para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, evidenciam a necessidade e urgência de ocuparem outro espaço com seus docentes contribuindo para a defesa da educação e da escola, pois não é o ofício de aluno, "enquanto aprendizagem das regras do jogo escolar" (Marchi, 2010), que deve ter centralidade no espaço escolar, mas sim a aprendizagem ética, estética e epistemologicamente comprometida com o tempo da infância.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Filosofia com Crianças; Filosofia das crianças; Filosofia no Ensino Fundamental.

¹ Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR. UNESPAR - Campus Paranaguá.
raquel.zanini@unespar.edu.br.

Processos de subjetivação na cibercultura: fofoca e redes sociais na perspectiva de crianças

Rayane Ribas Martuchi¹

A pesquisa de doutorado em andamento investiga a relação da fofoca, tema enunciado por crianças de uma escola pública do Rio de Janeiro durante o trabalho de mestrado, com as redes sociais no processo de subjetivação na infância. A cibercultura se mostrou como pano de fundo para a emergência deste e outros assuntos quando as crianças informaram que tiveram acessos por redes sociais, como *TikTok* e *Instagram*. O campo suscitou as conexões entre políticas e a vida cotidiana, ainda que fique em evidência a presença latente das redes sociais na vida das crianças, especialmente o *TikTok*, onde circulam uma infinidade de vídeos, muitas vezes com conteúdos diferentes ao mesmo tempo, evocando temas dos mais variados, como gênero, sexualidade, homofobia, saúde mental e outros, e também termos como cancelamento, lacração, fechação, flopar, shippar, ASMR, POV, e muitos outros. Nessa plataforma, as crianças fazem parte não apenas como espectadoras, mas como produtoras de conteúdos. O *TikTok*, e outras redes sociais, têm promovido um certo “protagonismo infantil”, calcado na ideia de que as pessoas, incluindo crianças, podem (e devem) opinar sobre tudo, funcionando como palanques individuais que todos evocam seu “lugar de fala” (e muitas vezes são apenas discursos destilando ódio). Essas questões percebidas na escola nos fizeram refletir sobre a relação das crianças com o tempo, com o aceleracionismo, individualidade e políticas de ódio que as redes sociais convocam, dentro do sistema hostil que é o capitalismo. Ante o exposto, algumas questões são levantadas que guiarão o processo de pesquisa: Quais são as redes sociais acessadas pelas crianças, quais temáticas e conteúdos? Quem são as/os influencers que elas seguem? Como está se dando o processo de subjetivação de crianças mediado pelas redes sociais, um mundo que funciona por e para visibilidade, consumo e imagens? Em que medida o imperativo da opinião, vigilância do comportamento alheio e denúncia das opressões, bem marcado discursos das crianças do campo, se relaciona com a fofoca, elemento também presente entre elas? São elementos característicos, constitutivos e agenciadores do modo de ser criança do tempo presente, considerando seus contextos de vida? Há atravessamentos de gênero, sexualidade, raça, classe, e outros marcadores, nesses conteúdos da fofoca nas redes sociais? Podemos afirmar que fofoca tem deixado de ser pertencente ao domínio privado e passado à esfera pública, como algo intencionalmente provocado, inclusive com o desejo de fofocar de si mesmo, com fins de gerar conteúdo sobre si? Esta pesquisa busca responder de forma reflexiva e crítica a essas questões visando o objetivo de investigar processos de subjetivação de crianças na cibercultura, para isso, faz-se interlocuções teórico-metodológicas com feminismos interseccionais (Patrícia Hill Collins, 2019; 2020; 2022; Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge; 2020; María Elvira Díaz-Benítez e Amana Rocha Mattos, 2019), estudos da infância (Jorge Larrosa, 2002; 2010; Lúcia Rabello de Castro, 2007; Conceição Firmina Seixas Silva, 2023) e pesquisa-intervenção (Lúcia Rabello de Castro, 2008; Marisa Lopes Rocha, 2006), através de oficinas com crianças de escolas parceiras.

Palavras-chave: Infância; cibercultura; fofoca; processos de subjetivação.

¹ Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e bolsista CAPES. E-mail rayane.martuchi@gmail.com

Reflexões sobre a BNCC e indução à qualidade na Educação Infantil

Rejane Peres Neto Costa¹
Alessandra Silva da Costa²

Este trabalho se preocupa com as questões em torno de como “o ser humano remenda com a terra” (Norberto Kaxinawá, 2007), no sentido das aprendizagens que comungamos. Fomos remendendo conhecimentos e passando esses conhecimentos através do tempo, como numa grande conversa. A esses conhecimentos, a escola chama de currículo. Isto posto porque está em vigência, no país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma política curricular que se coloca como justificativa para a melhoria da qualidade da educação. E é na perspectiva de interação com as diferentes tradições culturais que o referencial teórico ajuda a pensar as disputas de sentidos dados na fronteira da “encruzilhada” (Simas; Rufino, 2018; Bhabha, 2013), o próprio espaço do encontro e disputa. Para tanto, esta pesquisa foi realizada em uma escola de Educação Infantil em Nova Iguaçu (RJ), no acompanhamento e nas conversas com uma professora dessa escola, no ano de 2024, em que foi observado por seis meses suas estratégias para a partilha do conhecimento com as crianças. O objetivo deste trabalho é analisar como a BNCC atua como política de indução à qualidade na Educação Infantil a partir da observação da prática pedagógica de uma professora, evidenciando as estratégias de negociação curricular junto às crianças no cotidiano escolar. As conversas com a professora foram trazendo os vestígios da BNCC como uma orientação para o trabalho cotidiano. Por vestígios, entende-se as vivências do currículo negociadas na encruzilhada entre os sujeitos e a política curricular. Assim, a sua prática foi ganhando novos contornos, em que a Base é um documento que “induz à qualidade da educação através do currículo” (Brasil, 2017) e passou a ser sua aposta. Para a concepção de currículo que dialogamos, este é uma prática discursiva e, por isso, sujeito a disputas e interpretações entre grupos (Macedo, 2006). Com quinze anos de trabalho da docente, ficou evidente em seus relatos o movimento pessoal de recontextualizações diante das políticas e das escolhas possíveis mediante a encruzilhada que a situa. O reconhecimento da produção das crianças, como uma de suas estratégias, passa a conviver com a necessidade de se adaptar à BNCC. Na impossibilidade de decidir sobre o que é parâmetro, a professora incluiu seus repertórios, num jogo entre o novo e o velho em que ela sintetiza a questão: “o importante é a criança aprender”. A BNCC se configura como dispositivo validador das práticas escolares, no caso não porque as tenha modificado, mas sim na negociação que é possível. Ao mesmo tempo a professora ressaltou o que já era executado e que foi invalidado como de qualidade e também sobre o que as crianças vivenciam para além da escola. Assim, a BNCC desconsidera que os sujeitos estão em contextos diversos, que a escola e o conhecimento não são os mesmos para todas as crianças. É preciso espaço para o imprevisível, para que se possa ver com os próprios olhos que “o mundo é muito grande e não tem fim” (Norberto Kaxinawá, 2007).

Palavras-chave: currículo; BNCC; Educação Infantil.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro rejaneperescosta@hotmail.com.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro aleysicosta@gmail.com.

Justiça intergeracional e ambiental: crianças e infância na produção acadêmica brasileira sobre emergência ecológica

Renata Lopes Costa Prado¹

O colapso ambiental é tema ainda periférico nos estudos da infância, mas vem ganhando visibilidade nos últimos anos, com o reconhecimento de que não se trata de fenômeno apenas biofísico ou de assunto restrito às ciências naturais. Suas origens estão ligadas a formas destrutivas de nos relacionarmos com os outros e com o planeta. Suas consequências são e serão vividas primeiro e de maneira desproporcional por grupos socialmente vulnerabilizados, entre os quais estão as crianças. Trata-se da questão ética mais fundamental para as relações entre gerações. Apesar disso, levantamento sobre pesquisas brasileiras com crianças nas áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia, nas décadas de 2000 e 2010, mostra que a temática não tinha sua relevância reconhecida e que, quando aparecia, era tratada de maneira apenas tangencial. Além do agravamento dos impactos ambientais, outras evidências nos permitem supor que cada vez mais as políticas climáticas serão tratadas também nas pesquisas sobre infância, entre elas pode-se citar a realização do primeiro congresso brasileiro sobre infâncias planetárias; os GTs de juventude nos eventos preparatórios para as COPs; e a recente atenção dos estudos da infância para crianças quilombolas, indígenas, ribeirinhas e caiçaras. Tendo isso em vista, a pesquisa se propõe a investigar como as pesquisas brasileiras têm incorporado a participação de crianças nas discussões sobre emergência ambiental. Quais os desafios encontrados e quais as recomendações propostas? Quais crianças são escutadas? De que maneiras aparecem os temas da ética e da justiça intergeracional? Para tanto, está sendo atualizado até 2025 o banco de dados de artigos brasileiros que relatam pesquisas com crianças nas áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia. Tal banco de dados abarca o período de 2000 a 2018 e foi elaborado para pesquisas de doutorado (Prado, 2014) e pós-doutoramento (Prado, 2019), que tinham como objetivo investigar como a participação de crianças nas pesquisas vem sendo incorporada no Brasil e a partir de quais cuidados éticos. Além dos estudos sociais da infância, o trabalho se inspira em uma bibliografia que concebe as dominações capitalistas e coloniais no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra, por exemplo a ecologia decolonial de Malcom Ferdinand, a ecosofia de Félix Guattari, a noção de comunidade terrestre de Achille Mbembe, as proposições de Ailton Krenak e de Donna Haraway.

Palavras-chave: infância, crise ambiental, produção acadêmica.

¹ Universidade Federal Fluminense. renatalopescostaprado@id.uff.br

As crianças não andam sós: uma etnografia com crianças e natureza

Renata Motta¹
Manuela Ferreira²

Ao olhar para a emergência social, política, ambiental que as crianças vivem hoje, fica aparente uma ideia forte que permite o apagamento e dominação de pessoas, crenças, seres vivos. Mesmo entre pesquisadores da relação criança-natureza é comum reproduzirem a ideia que nos trouxe até aqui: a de que somos diferentes e alheios à natureza, esta estática, sem vida, uma coadjuvante das ações das crianças, ora romantizada, ora “pedagogizada”. O que acontece quando percebemos que as crianças não andam sós? Quando as descentramos das nossas pesquisas e nos engajamos com o mundo enquanto vivo, ativo e cheio de histórias? Uma pesquisa informada pela confluência de autores de campos diversos – sociologia da infância crítica (S. Spyrou), novos materialismos, pós-humanismos, epistemologias ecológicas (D. Haraway, A. Tsing, T. Ingold), o pensamento decolonial (M. Ferdinand, C. Walsh, W. Mignolo) e epistemes nativas do Brasil (A. Krenak, Nego Bispo) – contrária ao pensamento ocidental hegemônico e suas dicotomias – cultura/natureza, humanos/não-humanos – assim como noções idealizadas das relações crianças-naturezas. Assume-se que o estar com/no “campo” se dá a partir da suposição de que nunca fomos outra coisa que não natureza; que estamos emaranhados nas diversas naturezas/culturas que compõem nossos mundos comuns, que também agem sobre nós; e que conhecer é estar com esses mundos diversos. Por um ano, acompanhamos, em uma etnografia, as crianças e diversos outros seres vivos, todos habitantes do Horto, no Rio de Janeiro, que, por estarem na encruzilhada da Floresta da Tijuca com o Jardim Botânico e a cidade, vivem conflitos pelo direito à moradia e à proteção socioambiental. Através da observação participante nos trajetos e brincadeiras nas ruas buscamos perceber como as crianças entendem e se engajam com o mundo-natureza, com tantas outras vidas não-humanas, e como, nesses encontros, diferentes discursos e naturezas afetam e são afetados mutuamente. Percebemos que as crianças não andam só entre crianças, mas brincam e andam por trilhas em meio a tucanos-de-bico-preto que gritam e comem pitangas, que descendem dos que foram reintroduzidos nos arredores do Horto no final da década de 60, porque já considerados extintos do município há tempos. Elas andam por um quase jardim/quintal/terreiro na beira de uma floresta replantada na porta dos fundos do (Real) Jardim Botânico com quem vivem certa relação de subalternidade; entre bicicletas e celulares, micos e cobras, jaqueiras asiáticas, espadas de São Jorge africanas e oferendas na beira do rio; andam com seres vivos, conhecimentos e cosmologias que falam de um trânsito – muitas vezes forçado – multiespécies, de um passado/presente colonial que não podemos esquecer porque é o que nos trouxe até aqui. Então escolhemos fazer pesquisa como parte do emaranhado, seguindo não sós, mas com todos aqueles que, de alguma forma, continuam resistindo no seu direito de estar ali.

Palavras-chave: criança e natureza; etnografia; multiespécies

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). remotta7@gmail.com

² Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). manuela@fpce.up.pt

Plano das dimensões da educação infantil no Município do Rio de Janeiro: melhoria da qualidade da educação ou controle do trabalho docente?

Roberta Cristine de Andrade Passos¹

Este artigo tem por objetivo problematizar a política curricular da educação infantil no contexto do município do Rio de Janeiro. Com ênfase na análise da nova política educacional chamada "Plano das dimensões", na qual Creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI), devem criar e desenvolver novos projetos de intervenção na realidade escolar anualmente, com base nas especificidades de cada uma. Desenvolvo a discussão dos aspectos, teorias e concepções que está fundamentando o currículo da rede, assim como os sentidos de educação infantil que estão sendo produzidos a partir deste plano. Articulando ao conceito de redes políticas de Stephan Ball, discuto como o sistema de ensino público municipal vem sendo influenciado por esses grupos e pelas suas novas formas de sociabilidade. Em geral, a educação escolar no Brasil, nas últimas décadas, tem sido caracterizada por uma constante demanda por novas políticas públicas, sempre acompanhada do discurso sobre a necessidade de inovação, melhorias e reformas. Nesse sentido, para compreender o funcionamento da política educacional, é fundamental considerar o contexto do neoliberalismo, as perspectivas de governança e as redes políticas, que destacam os novos atores e ideias envolvidos na formulação de políticas públicas para a educação. A pesquisa será realizada pela investigação do site MultiRio, as atualizações que ocorrerão até o ano de 2027. Faremos uma análise bibliográfica, através do estudo de artigos e livros de autores que discutem a temática, com base no pós-estruturalismo devido ao seu potencial produtivo nas pesquisas em Educação. Consideramos a teoria do discurso de Laclau e Mouffe para a compreensão das políticas de currículo e algumas de suas categorias de análise como discurso, sujeito, demandas e hegemonia, considerando o currículo como prática discursiva, cultural de poder e significação. As análises de Lopes e Macedo (2011), terão grande contribuição para entender o currículo como um processo de produção de sentidos. Sem a pretensão de oferecer resultados definitivos, este texto configura-se como uma análise reflexiva, na qual suponhamos que essa nova política curricular da rede, contenha influência das redes de políticas empresariais de educação, que vem fomentando a competição entre as escolas, o trabalho compensatório aos professores e gestores. Como também uma padronização e esvaziamento do sentido de educação infantil, indo contra aos estudos, pesquisas e legislações, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI), e o próprio "Currículo Carioca" da rede, que consideram a criança como sujeito e centro do processo educativo.

Palavras chave: Educação Infantil; Neoliberalismo; Currículo.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – PROPED.

Avaliação institucional na educação infantil: o que dizem os textos políticos?

Roberta Teixeira de Souza¹

No Brasil, as políticas públicas voltadas à avaliação educacional têm sido produzidas em um cenário marcado por processos de avaliação em larga escala, iniciados a partir da década de 1990. No contexto das políticas avaliativas, este estudo se propõe a analisar parte do conjunto de publicações do Ministério da Educação (MEC) sobre avaliação institucional e sua relação com a qualidade da educação na primeira etapa da educação básica. Na busca pela melhoria da educação, a avaliação tem sido considerada como condição para a consolidação da qualidade. Em relação à educação infantil, nas últimas décadas, leis e referenciais direcionados às crianças de zero a cinco anos têm sido elaborados com a finalidade de assegurar à primeira infância o direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. O presente trabalho abarca quatro textos políticos produzidos pelo MEC e publicados entre os anos de 1995 e 2012 (BRASIL, 1995; 2006; 2009; 2012). A análise dos textos da política apoia-se no aporte teórico do Ciclo de Políticas. Nesta abordagem os textos políticos são a materialização das ideias e discursos produzidos no contexto de influência (MAINARDES, 2006). O contexto da prática é para Ball (1994), o *locus* privilegiado de interpretação e recriação da política educacional, no qual os sentidos atribuídos aos textos políticos têm consequências reais, podendo provocar mudanças relevantes. Portanto, pode-se dizer que uma política educacional não se encerra com a produção de seus textos. A aprovação de uma legislação ou a publicação de um documento oficial, provoca interpretações, reações e tem desdobramentos. A análise dos textos presentes neste estudo, buscou contextualizar a trajetória da educação infantil quanto à produção de documentos que se articulam com a avaliação institucional compreendida como movimento participativo, que fortalece a autonomia da escola e a reconhece enquanto espaço formativo com vistas à melhoria da qualidade da educação na primeira infância. O conjunto de textos analisados nesta pesquisa, revelou que as políticas de avaliação da qualidade na educação infantil tiveram um percurso próprio, no entanto, os riscos de transpor modelos de avaliação em larga escala adotados em outras etapas da educação básica, não podem ser ignorados. Com especial atenção à avaliação institucional, os quatro documentos contribuem para a construção e efetivação de uma sistemática de avaliação em uma perspectiva formativa, participativa e democrática.

¹ Doutoranda em Educação ProPEd/UERJ. E-mail: rotsouza2@yahoo.com.br

A formação do gestor da Educação Infantil: “os respectivos lugares de uns e de outros”

Rodrigo Ruan Merat Moreno¹

Fernanda Cardoso de Menezes Bahia²

Mariana Cecília de Mattos Marques Santos³

Marc Augé (1935 – 2023), antropólogo e etnólogo francês, em seu livro *Não lugares - introdução a uma antropologia da supermodernidade*, apresenta o conceito antropológico do “outro” que se define em relação a um “nós” em um “sistema de diferenças” que estabelece “os respectivos lugares de uns e de outros” (2012, p. 22 e 23). A partir deste conceito antropológico, é possível (re)pensar uma formação continuada do gestor das instituições públicas de Educação Infantil, creches e EDIs - Espaços de Desenvolvimento Infantil, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), como uma busca pelo pertencimento a um lugar, no qual a identidade individual não pode ser dissociada da identidade coletiva. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões da experiência da primeira formação de gestores da Educação Infantil ofertada pela Escola de Formação Paulo Freire (EPF), que constitui o arcabouço da Subsecretaria de Ensino da SME-RJ. Para tal, debruçaremos sobre as motivações, limites e possibilidades, além de intencionalizar sobre esse “lugar” de gestão e de Educação Infantil. A formação continuada do gestor, como proposta de ação da EPF visa construir, através do diálogo entre pares, a reflexões sobre a identidade do gestor, olhando concepções, movimentos, documentos e materiais específicos da Educação Infantil Carioca. Para nós, olhar para a formação deste gestor é um ponto de urgência, visto que ele é percebido como a principal liderança de sua UE, um dos principais agentes da política pública, que interage com os diferentes personagens da comunidade escolar, se conecta democraticamente com o espaço educativo e formativo, garantindo e resguardando uma Educação Infantil qualificada, com crianças respeitadas em seus direitos e professores comprometidos. Kramer e Nunes (2007) refletem sobre o lugar dessa gestão e como a formação tem papel indispensável na qualidade, oferta e implementação de Políticas Públicas para a Educação Infantil. Desta forma, através da observação participante, dos depoimentos dos gestores durante as formações e nas avaliações e no diálogo com os formadores regionais foi possível refletir, (re)pensar, ponderar, considerar, mobilizar e permitir ser afetado e afetar. Afinal, no processo da observação participante o observador “pode modificar e ser modificado pelo contexto.” (MINAYO, 1994, p.59). Notamos, a priori, visto que o percurso formativo está em processo, que a formação trouxe um “outro” lugar para esse gestor, de ser ouvido e de refletir. Esse gestor não está num espaço e tempo da informação, mas da experiência enquanto diálogo (BENJAMIN, 2012), a formação enquanto coletividade, profissionalização e desenvolvimento da sua identidade profissional (DUBAR, 1997; NÓVOA, 2002). Desta forma, olhar a formação deste gestor é pensar em lugares que “(...) se pretendem (pretende-nos) identitários, relacionais e históricos”. (AUGÉ, 2012, p.52)

Palavras-chave: Formação de Professores, Gestores, Educação Infantil

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ) e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) – rodrigomerat@gmail.com.

² Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) – fcmahia77@gmail.com.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped – UERJ) e) e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) – m.marques@rioeduca.net.

Tessituras pedagógicas: diálogos e ações com quem atua na educação infantil

Clemerson Elder Trindade Ramos¹
Daniella Borges de Faria Vasconcelos²
Romilson Martins Siqueira³

O compromisso com uma educação da infantil com qualidade socialmente referenciada implica políticas que considerem os sujeitos do processo educativo. Nesse sentido, a ideia de tessitura no diálogo com quem atua na educação infantil nos remete a um processo cuidadoso e colaborativo de entrelaçamento de saberes, experiências e perspectivas, que, juntos, formam uma rede sólida e significativa de ideias. Portanto, o projeto parte de uma experiência da SME Goiânia e está em consonância com os princípios, concepções e práticas, bem como com os documentos orientadores dessa Secretaria. Defende-se, no projeto, a perspectiva de que a formação de professores, a partir de uma dimensão crítica, é compreendida como um processo permanente, reflexivo e comprometido com a transformação social. Autores como Antônio Nóvoa (1992), Dermeval Saviani (2009) e Paulo Freire (1996) defendem que a formação docente deve ultrapassar a lógica técnica e instrumental, valorizando a experiência, a autonomia e o protagonismo dos professores na construção de uma educação de qualidade. Para esses autores, o professor não é mero executor de políticas, mas sujeito histórico que interpreta, recria e transforma sua prática a partir das condições concretas em que atua. Nesse sentido, as políticas de formação continuada devem ser pensadas como direito profissional e espaço de diálogo, que articule teoria e prática, escuta e ação. Quando essas políticas reconhecem os saberes docentes e promovem processos formativos colaborativos e contextualizados, fortalecem o compromisso ético e político dos educadores com a escola pública, democrática e inclusiva. Assim, o diálogo e ações com os professores nesse projeto vista a busca de alternativas para enfrentar as desigualdades e promover o direito à educação como um bem comum.

. : O diálogo é o fio condutor da tessitura nesse projeto. É por meio dele que as ideias ganham forma, que as diferenças se tornam oportunidade de aprendizado e que os conflitos se transformam em caminhos para soluções. O diálogo, entendido como um processo de troca genuíno e horizontal, é indispensável na construção de projetos coletivos. Ele cria um espaço onde todas as vozes têm lugar e onde as decisões são tomadas de forma participativa e democrática. A unidade, por sua vez, surge como resultado dessa prática de diálogo e do reconhecimento da interdependência entre os membros de um coletivo. É uma unidade que se encontra a força necessária para construir projetos comuns que respondam às necessidades e desafios compartilhados. O tessituras pedagógicas prevê o planejamento, articulação e implementação de ações dialogadas em toda a rede. Os temas são aqueles que emergem dos desafios encontrados na RME Goiânia e debatidos de forma a construir uma rede de ideias para sua resolutividade. Prevê que, ações concretas sejam materializadas nas instituições. Da mesma forma, espera-se a publicação de cadernos temáticos a partir dos temas trabalhados, a fim de subsidiar a formação e ação dos/as profissionais.

Palavras chaves: Diálogos, Profissionais da Educação, Trocas de Experiências, Tessituras Pedagógicas

¹ Mestre em Educação PUC-GO, professor criancista, docente da/na Educação Infantil nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância GEPCEI-PUC GO e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Homens, Masculinidades e Educação HOME, integrante do Fórum Goiano de Educação Infantil, eldercremtn@gmail.com.

² Mestra em Educação Infantil CEPAE-UFG, Gerente da Educação Infantil da SME Goiânia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância GEPCEI-PUC GO, daniellabfv@gmail.com.

³ Doutor em Educação FE-UFG, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-GO, professor da SME de Goiânia, membro do Comitê da Primeira Infância, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância, GEPCEI PUC-GO romilsonmartinsiqueira@hotmail.com

REFERENCIAIS

NÓVOA, António, coord. - "*Os professores e a sua formação*". Lisboa : Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra. 1996.

Educação Antirracista e Educação Infantil: pensando caminhos, (des)construindo trajetórias

Ruani Maceira Moraes¹

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
e para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego e
Pros hospitais psiquiátricos
(Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Capelletti-2002)*

Nunca se ouviu falar tanto de racismo e sobre a necessidade de combatê-lo veementemente. Os veículos de comunicação, sobretudo as redes sociais, denunciam a todo tempo situações em que o racismo se faz presente e, conseqüentemente, nos coloca nesse debate, fazendo-se urgentes ações, protagonizadas em diferentes esferas (sociais, culturais, políticas, jurídicas, econômicas e éticas) que efetivamente façam frente ao racismo. A experiência de ser criança negra no Brasil ocorre na adversidade do racismo brasileiro e essas crianças podem enfrentar maior exposição ao estresse tóxico por traumas e a situações de pobreza devido ao racismo. A sociedade brasileira foi a última do planeta a abolir a escravidão. Velhos hábitos que assolam o cotidiano e provocam o extermínio do povo preto na produção de uma degradação ética, moral, social, afetiva, psíquica, econômica e institucional, configurando em uma necropolítica que torna natural a negação do direito de existir do povo preto e determina quem deve viver e morrer em nossa sociedade. Pensar numa educação antirracista exige reconhecer a existência do racismo e de uma necropolítica, sem negá-los, como aponta Kilomba (2019), ao dizer que *uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas e nem permite que seja a responsabilização e não a moral, a criar novas configurações de poder do conhecimento*. Nesse viés, a escola como espaço público, produtor de saberes e culturas, que abriga uma enorme diversidade de cidadãos, tem o dever ético de proporcionar a equidade entre os indivíduos, acolhendo as diferenças e firmando-se como lugar de potência para transformações sociais significativas. O presente artigo relata a experiência de uma creche/pré-escola no bairro de Santa Teresa, conveniada à prefeitura do Rio de Janeiro, vinculada à ONG Instituto Trilho. Essa instituição atende à cem crianças em condição de vulnerabilidade, entre 2 e 6 anos de idade e tem por obrigação a aplicabilidade da Lei 10.639/03 que prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino desde o ensino fundamental até o médio. Essa lei busca garantir que a história e a cultura da população negra sejam reconhecidas e valorizadas. Para tanto, a instituição de ensino precisou criar mecanismos de enfrentamento ao racismo estrutural e com isso, fez-se necessário repensar sua própria concepção de Educação. A experiência relatada nesse artigo aconteceu nos anos de 2022 e 2023 e refere-se à experiência vivida na parceria entre Instituto Trilho e pelo Instituto Promundo no que tange às propostas e encaminhamentos à toda comunidade escolar que se desdobraram em ações efetivas de real enfrentamento ao racismo historicamente instituído e estruturado em nossa sociedade.

Palavras-chave: educação Infantil, antirracismo, necropolítica, cultura.

¹ Professora de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.
Email: ruaninnha@bol.com.br

Escola e fluxos de invenção: uma experiência com estudantes e educadores

Sarah Nery Bassoto¹

Esta proposta de comunicação oral deriva de minha pesquisa em desenvolvimento no mestrado que integra o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ. O objetivo do trabalho é analisar os efeitos dos fluxos de criação nas experiências cotidianas de educadores e estudantes (adultos e crianças) de uma escola pública do Rio de Janeiro, a partir do método da Cartografia (Passos et al 2010). Neste âmbito, é importante considerar que as teorias mais tradicionais do desenvolvimento cognitivo influenciam alguns dos modos de pensar e de se relacionar na escola. Para estas perspectivas, o desenvolvimento é compreendido como um processo linear, cumulativo, sendo que a criança ocupa um lugar de incompletude e de déficit se comparada ao sujeito adulto, completo e desenvolvido (Castro et al, 2010; Kastrup, 2000). O fato de a palavra das crianças nem sempre ser legitimada da mesma forma que a palavra dos adultos no ambiente escolar (Castro et al 2010) é uma ilustração disso. Porém, este trabalho faz uma aposta na cognição inventiva (Kastrup e Kaliman, 2023), que é aberta a novas formas de conhecer e que não se fecha em si mesma, nem pode ser reduzida a fases ou etapas sucessivas. Pensando com autores como Deleuze, Guattari e Bergson, Kastrup (2000) convida-nos a compreender a cognição através de experiências de conexão com o mundo, com suas formas e com as forças que as constituem. Para a cognição inventiva, os processos cognitivos se dão através da conexão com este plano de forças, de devir e de movimento, que as crianças acessam com maior fluidez. A brincadeira, por exemplo, é uma experiência onde o conhecimento não se separa do afeto (Kastrup, 2019) e, por esta via, podemos pensar que a ludicidade não é “propriedade” do infantil, e que o adulto não é mais, nem menos “evoluído” que a criança. A cognição adulta, em decorrência de seu tempo maior de existência em um mundo que exige padrões recognitivos (modos de operação da cognição que aprendem e repetem normativas instituídas), pode ter um pouco mais de dificuldade para se permitir conectar ao plano de forças do devir, mas isso acontece, assim como com as crianças. São através destas conexões que novas formas podem surgir no mundo, ou seja, o plano através do qual a invenção acontece. Este trabalho busca acessar esses fluxos inventivos no espaço de uma escola pública, através de uma pesquisa participante, acompanhando como estas experiências se sustentam e como se dão suas relações com as normativas instituídas, incluindo as questões interseccionais (gênero, raça, classe, território etc). Assim, pretendo estar na escola acompanhando os atravessamentos do cotidiano e me conectando com sua comunidade, utilizando do método da Cartografia que acompanha processos sem cristalizar objetos (Passos et al, 2010).

Palavras-chave: cognição inventiva, educação, cartografia.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: sarah.nebt@gmail.com

Educação Antidiscriminatória e infâncias plurais

Saraí Schmidt¹

Este estudo analisa a experiência do Convênio Educação Antidiscriminatória, desenvolvido em escolas públicas de Novo Hamburgo, no sul do Brasil. O principal objetivo é compreender de que modo a formação de professores/as pode contribuir para o enfrentamento das violências que atravessam as infâncias plurais. Além disso, busca-se investigar práticas pedagógicas interseccionais que promovam os direitos humanos no contexto da educação básica e refletir sobre os efeitos da parceria entre universidade e escola pública na construção de propostas educativas mais inclusivas, críticas e comprometidas com a justiça social. A pesquisa foi construída por meio da colaboração entre o grupo de pesquisa Criança na Mídia, o projeto de extensão Cidade Viva: crítica midiática como ato comunicacional antidiscriminatório e escolas da rede municipal, articulando ações formativas com professores/as, oficinas com estudantes e a integração de atividades pedagógicas ao cotidiano escolar. Em termos metodológicos o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na pedagogia crítica de Paulo Freire e bell hooks, e utiliza a interseccionalidade como eixo analítico para compreender como as desigualdades de raça, gênero, classe e outros marcadores sociais atravessam a experiência escolar de crianças. As ações realizadas no âmbito do convênio favoreceram uma escuta mais atenta às diferenças e estimularam mudanças significativas nas práticas pedagógicas. Como resultados os/as professores/as relataram transformações na condução de projetos escolares, como a ampliação das representações sobre o conceito de família, incluindo diferentes configurações familiares, o que possibilitou às crianças compartilhar suas vivências com maior liberdade e reconhecimento. A introdução de autores/as negros/as e indígenas nas leituras e debates em sala de aula também foi destacada como uma estratégia importante para promover a identificação dos/as estudantes com os conteúdos, fortalecendo sentimentos de pertencimento e autoestima. As falas dos/as educadores/as revelam, por um lado, o interesse genuíno pela promoção dos direitos humanos e, por outro, a presença de inseguranças conceituais no início da formação, que foram sendo superadas ao longo do processo formativo. A experiência evidencia o potencial transformador da articulação entre universidade e escola pública, especialmente quando alicerçada em práticas pedagógicas que valorizam o diálogo, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento. O estudo contou com financiamento do CNPq e da Fapergs.

Palavras-chave: infâncias; formação docente; direitos humanos; diversidade.

¹ Universidade Feevale saraischmidt@feevale.br

Plano Municipal de Educação e metas de atendimento à creche no Estado do Rio de Janeiro

Thalita Cleópatra Carvalho Jardim
Anelise Monteiro do Nascimento¹

Esse texto apresenta os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica “Creches no Estado do Rio de Janeiro: oferta e atendimento a partir das metas do Plano Nacional de Educação” realizada na UFRRJ. O Plano Nacional apresenta uma meta que envolve o atendimento em creche, essa meta. A meta que se refere ao atendimento em creche, é a Meta 1 que define, universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos. A partir dessa meta, foi feito um levantamento que indica se o município segue a meta do Plano Nacional ou se tem a própria meta a partir do seu Plano Municipal de Educação. Seis municípios estabelecem a sua própria meta, são eles: Cantagalo, Macuco, Maricá, Pirai, Quatis e São Gonçalo. Através dessas informações, foi feito um levantamento nos sites dos municípios para buscar quais informações eles têm sobre o Plano Municipal de Educação e se têm informações sobre o porquê de eles escolheram ter meta própria. A partir desse levantamento, foi observado que nenhum dos municípios disponibiliza informações sobre como eles escolheram a própria meta. O município de Pirai disponibiliza o Plano Municipal para Infância e Adolescência (2014–2025), é um documento estratégico que organiza e orienta ações do poder público para garantir os direitos das crianças e adolescentes no município, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele define metas, prazos, responsáveis e áreas de atuação com foco no desenvolvimento integral de meninos e meninas. O município de Quatis disponibiliza um monitoramento das metas, apresenta os indicadores dos resultados atingidos ao longo dos anos e um levantamento de matrículas e foi observado que eles atingiram a própria meta nos últimos onze anos. Diante das informações encontradas nos sites, foi feito um levantamento no site aos dados do “Observatório da Criança e do Adolescente”, para evidenciar se os municípios atingiram a própria meta, são eles: Cantagalo que estipulou atender no mínimo 20% até o fim da vigência e atingiu 18,7% no ano de 2024, Macuco que estipulou atender no mínimo 30% até o fim da vigência e atingiu 86,1% no ano de 2024, Maricá que estipulou atender no mínimo 70% até o fim da vigência e atingiu 38,5% no ano de 2024, Pirai que estipulou atender no mínimo 21,2% até o fim da vigência e atingiu 29,8% no ano de 2024, Quatis que estipulou atender no mínimo 90% até o fim da vigência e atingiu 49,1% no ano de 2024, São Gonçalo que estipulou atender no mínimo 70% até o fim da vigência e atingiu 14,0% no ano de 2024. Conforme os dados encontrados, foi observado que somente os municípios Macuco e Pirai conseguiram atender mais do que foi estipulado no Plano Municipal de Educação, enquanto os outros municípios não conseguiram atender, a meta municipal e a meta Nacional.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação; Creche; Estado do Rio de Janeiro; Educação Infantil

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Gênero na Educação Infantil: uma investigação praxeológica

Thamara Maria Lima Serpa¹
Etienne Baldez Louzada Barbosa²

Em um cenário brasileiro marcado por desigualdades históricas como as de gênero e raça, é importante pensar o lugar da educação, ainda atravessado por práticas que reproduzem e contribuem para a manutenção de certas violências. Sob essa perspectiva, este artigo explora a discussão de gênero na Educação Infantil por meio de um recorte da dissertação de mestrado intitulada "Questões de Gênero na Educação Infantil: Possibilidades e Desafios na Coordenação Pedagógica", desenvolvida pela primeira autora deste estudo. O objetivo principal do artigo foi analisar as contribuições de duas oficinas, realizadas durante a pesquisa, para a construção de práticas pedagógicas mais acolhedoras e inclusivas em uma instituição de Educação Infantil do Distrito Federal. As oficinas foram pensadas a partir da tríade, escuta, diálogo e transformação, dentro da lógica de uma investigação praxeológica. O referencial teórico que sustenta esta pesquisa, dialoga com os Estudos Sociais da Infância, trazendo contribuições como as de Corsaro (2011), Sarmiento (1997), Qvorturp (2010) que compreendem a criança como ator social, capaz de reproduzir e criar cultura. No campo do gênero, a pesquisa está ancorada nos Estudos Feministas, com base em uma perspectiva interseccional e decolonial, na tentativa de compreender e questionar construções sociais que operam para a preservação de práticas sexistas e racistas desde a mais tenra idade. O percurso metodológico está sustentado na investigação praxeológica descrita por Formosinho (2016), que propõe a pesquisa para a transformação da prática com a participação ativa de todos/as os/as participantes. As duas oficinas realizadas foram concebidas como espaços de formação continuada e fundamentadas no entendimento de formação em contexto apontado por Oliveira-Formosinho (2016). O intuito foi promover reflexões coletivas, a partir também da realidade da instituição pesquisada, utilizando a coordenação pedagógica como espaço-tempo de reflexão sobre a práxis. As principais conclusões do estudo indicam que a metodologia praxeológica, ao promover uma escuta atenta e um diálogo horizontal, gerou um ambiente seguro e impulsionador para a desnaturalização de concepções e práticas excludentes dentro da instituição de Educação Infantil. Além disso, foi possível perceber a potência da formação continuada e específica sobre a temática de gênero, gerando mudanças concretas nas práticas dos/as profissionais, em direção a uma Educação Infantil mais justa, respeitosa e acolhedora.

Palavras-chave: gênero; educação infantil; formação docente; investigação praxeológica.

¹ Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Thamara.lserpa@gmail.com.

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Etienne.baldez@unb.br.

Educação Infantil da Rede Sesc de Educação: uma proposta pedagógica escrita a muitas mãos

Vanessa Cristina Mazoto Samuel¹

O Departamento Nacional do Sesc (DN) publicou uma nova versão da Proposta Pedagógica, documento orientador do trabalho pedagógico desenvolvido nas 141 escolas da Rede Sesc de Educação pelo Brasil, que ofertam a Educação Infantil (EI) em creches e pré-escolas realizando ações destinadas ao educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos. O documento surge da necessidade de adequação curricular instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), pela Base Nacional Comum Curricular (2018), e para inserir no escopo de reflexões e orientações didáticas uma série de temáticas pertinentes a formação integral e ao fazer pedagógico que já permeavam a escola, mas que não foram contempladas no documento de 2015. Assim, iniciamos um processo de atualização/ampliação da proposta a partir da organização de um Grupo de Trabalho (GT) com profissionais do DN e Regionais (estados), com a premissa de que a escrita fosse coletiva e colaborativa, a fim de que o documento final contemplasse o trabalho já realizado e coubesse o *esperançar* de uma sociedade mais justa. Ao todo, esse processo durou de 2020 a 2023. Como metodologia contamos com reuniões técnicas virtuais para tratar dos objetivos e alinhamento do trabalho; revisão da proposta de 2015, de artigos e documentos nacionais; formação online com assessorias para tratar de temas a serem incluídos; documento compartilhado para estruturação de sumário e contribuições textuais do GT; e contratação de assessoria para leitura crítica e elaboração de parecer com observações e sugestões. Aspectos da versão final: - Currículo: A proposta se mostra mais robusta que a base nacional, pois destrincha, dentro de cada um dos 5 “Campos de Experiência”, os 6 “Direitos de Aprendizagem”, os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária, e “Orientações didáticas”. - Trabalho com crianças de 0 e 3 anos: Foi incluído um capítulo sobre “Ambientes promotores de aprendizagens e desenvolvimento para os bebês e as crianças até 3 anos”, não contemplado anteriormente.

- O papel da professora – Capítulo dedicado a afirmar a profissionalidade da docência na EI, justificar a utilização do termo “professora” e evidenciar a ocupação majoritária das mulheres nesta profissão, problematizando a ideia de que isso se deve ao “extinto materno”. - Diversidade: Reflexões e indicações de práticas pedagógicas que tratem do atendimento às crianças com necessidades educacionais específicas e da história e cultura negra e indígena na escola das infâncias está posto como um compromisso. Além destes também foram tratados temas como natureza; tecnologia; processos de transição, dentre outros. Após a divulgação, estão sendo realizadas ações sistemáticas de formação continuada, tendo a EI, as infâncias e como as crianças aprendem como objeto de pesquisa, e para apoiar as equipes na construção de um currículo que expresse um projeto de sociedade que se desdobra em planejamento, práticas educativas e nas interações cotidianas.

Palavras-chave: proposta curricular; rede de educação; formação continuada.

¹ Analista de Educação Infantil (Departamento Nacional do Sesc | vsamuel@sesc.com.br)

Devir professora da Educação Infantil: uma perspectiva autobiográfica na cadeia de produção do conhecimento

Vera Lucia Santos Moura

A partir de um relato de experiência busco tecer considerações acerca da docência na Educação Infantil (EI). O texto tem por objetivo dar visibilidade aos sentidos e aos saberes constituídos a partir da experiência docente. Tal qual sinaliza Cruz, Paiva & Lontra (2021) as narrativas (auto)biográfica são tomadas no campo da educação como dispositivos metodológicos importantes na indução de reflexões acerca da e na formação de professores. Essa perspectiva atribui à experiência legitimidade de fonte de pesquisa na cadeia de produção do conhecimento. Como estratégia de apoio a restauração do vivido, explorei a memória e aos poucos registros fotográficos da época. Em termos teóricos encontrei nas formulações de Bakhtin (2020) sobre a linguagem e no conceito de experiência de Larrosa (2002), elementos essenciais para o debate proposto. Para Bakhtin (2020) todo conhecimento é, por natureza, dialógico e a formação, uma experiência humana produzida na relação com o outro, que fala, que não é objeto, que influencia e altera. Com Larrosa (2002) busquei capturar o sujeito da experiência e os saberes que esta produz. A empreitada tem início no estágio obrigatório como doutoranda, sob desafio de revisitar minha trajetória profissional, percorrendo-a retrospectivamente, a fim de adensar as reflexões. Assim, busquei entretecer os acontecimentos vividos no cotidiano da minha prática e as relações constituídas com os aportes teóricos estudados, os pares e as crianças. O ponto de partida da reflexão residiu na minha incapacidade de lembrar com precisão dos detalhes e por isso recorri autoficção de Jacques Fux (2022) intitulada “As coisas que não me lembro, sou”. Na obra o autor realiza uma incursão pelas deslembanças, construindo um texto transbordante e envolvente que destaca ao mesmo tempo, a ordinariade do ato de esquecer e a sofisticação inventiva do processo de recriação do acontecido. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) buscam orientar o trabalho pedagógico oferecendo contornos identitários aos profissionais da EI como saberes e fazeres inerentes à função do docente. Os “modelos de subjetivação” da docência apresentados neste documento são centrais no processo, porém a formação docente afirmada em perspectiva dialógica e discursiva buscará permanentemente “fazer evoluir sua prática tanto quanto suas bases teóricas” (Guattari, 2001). No exercício que me propus, vejo um processo formativo composto por muitas camadas, das quais, nem tudo se tornará saber da experiência. Já a articulação da ciência, arte e vida oferece a unidade necessária as considerações. A exemplo, não me lembro dos muitos planejamentos que não deram certo, ou do momento exato em que me descobri professora da EI, no entanto, percebo indícios, como o conforto diante das propostas menos estruturadas e o desprendimento para que planejamentos e planos de aula fossem afetados e alterados pelos interesses e pelas curiosidades das crianças.

Palavras-chave: Prática pedagógica; Formação docente; Educação Infantil.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC: Saeb, 2009.
- CRUZ, Gisele. PAIVA, Marilza. LONTRA, Viviane. A narrativa (auto)biográfica como dispositivo de pesquisa-formação na indução profissional docente. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 06. n. 19, p.956-972, set/dez. 2021.
- FUX, Jacques. *As coisas que não me lembro, sou*. Jacques Fux; Raquel Matsushita (Ilustradora). Belo Horizonte: Aletria, 2022.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 11^a ed. Campinas: Papirus, 2001.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. João Wanderley Geraldi (Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística). **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

Desenhos, textos e outros registros espaciais das crianças: vivências da região central da cidade

Vinícius de Luna Chagas Costa¹
Diomario da Silva Junior²

O artigo discute como as crianças constroem sua cultura espacial através de uma atividade de campo realizada por estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental pertencentes ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira — CAP-UERJ. Os esforços convergem para o objetivo de refletir sobre a geografia escolar como um campo disciplinar que pense nas crianças, em seus registros autorais e vivências (Vigotski, 2018). Problematicamos a forma como a escola tem acolhido a memória espacial das crianças na escola. A partir de uma leitura política das práticas dos docentes, analisamos as narrativas infantis, mapas vivenciais e textos em torno da região central da cidade do Rio de Janeiro realizada no outono de 2025. Assim, a implementação de uma geografia da infância (Lopes, 2007) – e, como parte dela, um ensino de geografia que desafie discursos ainda adultocêntricos calcados em conhecimentos hierarquizantes – aparece como resultante de disputas pela interpretação das experiências humanas sobre o espaço. Para isso, há uma necessidade de reconhecermos a autoria infantil como uma maneira de ir além das maneiras comuns de registro. Neste trabalho almejamos ainda levantar algumas breves notas acerca deste movimento, de recente retomada crítica das infâncias na Geografia escolar. Argumentamos que as crianças estão presentes no mundo que é mediado pela linguagem e requer de nós professores uma postura ética quanto aos registros que os estudantes realizam ao enunciar (Bakhtin, 2011) suas vivências no espaço. Trabalharemos em duas etapas. Num primeiro momento, faremos alguns apontamentos sobre a teoria histórico-cultural (Vigotski, 2009) através do conceito de vivência, ao identificar a unidade entre a criança e o meio que ela vive, pois na prática as crianças se utilizam dos elementos do meio e criam sua própria geografia, conceito identificado como topogênese (Lopes, 2018). Posteriormente levantaremos alguns questionamentos relacionados a presença da geografia nos processos de escolarização básica, pois mais do que ensinar geografia, ao trabalhar com seus conteúdos, pode-se ensinar a aprender e a avaliar em sua espacialidade (Cavalcanti, 2022). Com efeito, o a formação de conceitos é função intelectual e complexa, não um ato de assimilação passiva de concepções externas (Vigotski, 2021) e as crianças interpretam os fenômenos do mundo marcadas por uma condição social, histórica e espacial. Em se tratando de uma prática desenvolvida com/pelas crianças, consideramos o espaço como uma categoria da existência humana e por isso as vozes infantis devem ser documentadas, justamente por serem marcas de um tempo.

Palavras-chave: Geografia escolar. Teoria histórico-cultural. Infâncias.

¹ Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). viniciusgeografo@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) doma.kli@hotmail.com

**“É o que vivemos, tia”:
violência urbana na vivência de estudantes da rede pública do Rio de Janeiro**

Vinicius Francisco Oliveira¹
Ana Vitória do Carmo Venâncio²
Laura Araújo Delarue dos Santos³

O projeto de extensão universitária “(Re)pensando questões de violência e desigualdade na educação de meninos e meninas” se baseia em uma prática dialógica que tem como premissa a participação de todos/as atores presentes, o que inclui facilitadores/as e sujeitos alvo das oficinas. Com isso, pretende-se promover um espaço de discussão e produção coletiva, traçar um plano comum, estabelecer uma ruptura epistemológica em relação a uma visão adaptacionista da psicologia escolar e superar uma lógica psicologizante e individualizante. Em nossas atividades, buscamos estimular a reflexão crítica sobre as violências de gênero, além de desconstruir visões “certas” e/ou “desejáveis” de se viver, experienciar a sexualidade. Também, ao longo das discussões abordamos outros aspectos da vida social, tais como raça/etnia e território, partindo de um entendimento interseccional onde os marcadores sociais da diferença se encontram entrelaçados entre si. Nossa equipe é composta por estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia, e realizamos oficinas presenciais com turmas de quinto, oitavo e nono ano do ensino fundamental em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Nossa perspectiva teórico-metodológica é a cartografia psicossocial (Rolnik, 1989) que se baseia na diversidade enquanto potência criadora e na valorização da construção coletiva do conhecimento. Buscando a discussão a partir das experiências dos/as alunos/as como forma de sair do discurso politicamente correto que limita uma visão mais crítica acerca da complexidade das relações em sociedade, utilizamos músicas, jogos, desenhos, dentre outros disparadores enquanto recursos a fim de possibilitar a mobilização do aspecto sensível da experiência. O contexto da violência urbana que atravessa a experiências dos/as estudantes aparece de modo recorrente ao longo das nossas oficinas. Eles/as relatam o que vivenciam em seu cotidiano, seja no entorno do lugar onde moram, seja nos arredores da escola onde estudam, ora observando as vulnerabilidades físicas da instituição escolar, ora vislumbrando esta como possibilidade de refúgio frente ao temor dos riscos que circundam a vivência no território urbano. Enquanto resultados obtidos, o intuito da cartografia não é responder demandas previamente estabelecidas, mas sim acompanhar os processos de subjetivação, os afetos e as reverberações que ocorrem a partir dos encontros com os/as estudantes e os temas discutidos. Mais do que dar respostas, a proposta é trazer discussões que sejam disparadoras, a partir das vivências, e que possibilitem a reflexão, a formação de saberes que ocorrem a partir da construção coletiva. Nesse sentido, as discussões e reflexões ocorrem ao longo de todo o período em que realizamos nossas atividades, tanto com os/as próprios/as estudantes, tanto com a equipe diretiva da instituição escolar com quem trabalhamos.

Palavras-chave: escola, violência urbana, extensão

¹ Fonte financiadora do trabalho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

² Fonte financiadora do trabalho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

³ Fonte financiadora do trabalho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Descortinando Possibilidades de Práticas Antirracistas no Contexto do Estágio Curricular em uma Turma de Bebês

Yuri Leandro Cupertino Silva¹
Naise Valéria Guimarães Neves²
Vanilda de Paiva Bastos³

Quantas infâncias negras já foram ou são negligenciadas na educação infantil?! Como o professor pode contribuir com um ambiente antirracista com bebês e crianças pequenas?! O presente texto versa sobre um relato de experiência a partir de uma docência compartilhada no Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil II no curso de Licenciatura em Educação Infantil na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Neste relato, busco refletir sobre as minhas práticas educacionais vivenciadas durante a minha formação docente. Me coloco na posição reflexiva a partir do olhar de um estudante, preto, construindo-me enquanto um agente antirracista com bebês. O relato enfatiza a importância de sermos educadores sensíveis assim como é perpetuado nas tradições africanas, simbolizada pelo UBUNTU: "Eu sou porque nós somos" de modo a trazer esse senso de valorização da diversidade, coletividade e inclusão dentro da creche. É indispensável que nos tornemos professores que compreendam a importância de estarmos atentos às questões que nos atravessam e permeiam todas as esferas da nossa sociedade, como o preconceito e racismo estrutural destacado por Silvio Almeida (2019). Esse relato tem como objetivo abordar sobre como fui me construindo professor por meio de uma prática reflexiva, buscando me ressignificar como professor antirracista durante o estágio com bebês de 1 ano a 2 anos que frequentavam o Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) do campus da UFV. No que tange ao referencial teórico me embasei no projeto político pedagógico (PPP) da instituição, com abordagem construtivista piagetiana e Barato (2013) para compreender os marcos do desenvolvimento e aprendizagem das crianças e como vão se dando a construção do conhecimento. Além disso, foi utilizado conceito em Beall Hooks (2013), Freire (1991), Gomes (2023) dentre outros, para compreender a importância de sermos agentes ativos e transgressores na promoção de uma educação antirracista. Em relação a metodologia, busquei me amparar na narrativa, assim como defende Souza; Cabral (2015, p.156) em que ele vai destacar que "a narrativa como opção metodológica de pesquisa e de formação de professores [...] possibilita uma reflexão, revisitando o passado, questionado sobre o presente". Isso nos permite uma reflexão-ação-reflexão de nossos atos docentes. Além disso, o relato de experiência foi dividido em três momentos: o primeiro é uma apresentação para demarcar de onde falo e quem sou, o segundo momento se refere a compreender quem são as crianças e o terceiro é a reflexão sobre as experiências vivenciadas junto com os bebês durante as atividades propostas com a temática dos quilombos. Fica evidente que durante a minha trajetória acadêmica na educação infantil busquei me tornar um profissional antirracista, bem como contribuir com a construção das identidades das crianças com base na lei 10.639/2013 e promovendo a valorização da cultura afro-brasileira com bebês.

Palavras-chave: Bebês; Educação infantil; Educação antirracista

¹ Yuri Leandro Cupertino Silva, Universidade Federal de Viçosa(UFV), E mail: yuri.cupertino@ufv.br;

² Naise Valéria Guimarães Neves, Universidade Federal de Viçosa(UFV), E mail: nneves@ufv.br;

³ Vanilda de Paiva Bastos, Universidade Federal de Viçosa(UFV), E Mail: vanilda.bastos@ufv.br.

3) INFANCIA, LINGUAGENS E OUTROS MUNDOS

Bebês em foco:
investigações sobre o brincar heurístico em uma creche municipal da cidade do Rio de Janeiro

Agatha Fidelis da Silva dos Santos¹

A pesquisa trata das investigações acerca do brincar heurístico com bebês, por meio da observação dos momentos de brincadeira livre com materiais não estruturados, em uma turma de berçário pertencente a uma Creche Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, este artigo teve como objetivo investigar e analisar como ocorre o brincar heurístico dos bebês no contexto da creche, buscando compreender suas contribuições para o desenvolvimento infantil. O trabalho está organizado em quatro partes. A primeira aborda, de forma introdutória, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), que têm como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, além de apresentar estudos que conceituam e destacam as principais características do brincar heurístico. A segunda parte apresenta duas pesquisas relevantes sobre o tema, que ajudam a embasar teoricamente a proposta. A terceira parte faz uma caracterização do local onde a pesquisa foi realizada, contextualizando a instituição e rotina do berçário. A quarta e última parte traz, em formato de cenas, os registros de campo acompanhados de análises que possibilitam refletir sobre as interações e descobertas vivenciadas pelos bebês durante o brincar livre. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa e adotou como principais estratégias a observação do cotidiano, anotações em caderno de campo e registros fotográficos, permitindo uma aproximação sensível e detalhada da realidade observada. Como referencial teórico, utilizou-se a Abordagem Pikler, tendo como base principalmente os estudos de Paulo Fochi (2015) e Suzana Soares (2017). Ambos os autores destacam a importância do movimento livre e do brincar heurístico com materiais não estruturados, ressaltando como essas experiências, ao promoverem a interação da criança com os objetos e com os pares, contribuem para que o bebê assuma o protagonismo de sua própria jornada de aprendizagem. Diante das cenas analisadas, foi possível compreender que o brincar heurístico oferece inúmeras contribuições para os bebês, favorecendo o desenvolvimento das múltiplas linguagens. Os momentos de brincadeira livre revelaram-se imprescindíveis para a construção de vínculos, para a exploração autônoma e para a expressão das singularidades de cada bebê. Nesse sentido, destaca-se a importância de uma organização intencional do tempo, dos espaços e dos materiais, como forma de potencializar o desenvolvimento integral na Educação Infantil e garantir experiências significativas no ambiente da creche.

Palavras-chave: Bebês. Brincar heurístico. Abordagem Pikler.

¹ Estudante de graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: santos.agatha@graduacao.uerj.br

A Política e Cidadania na Infância: as crianças do CAP-UERJ

Alanny Jacinto da Silva¹
Maria Eduarda Damásio de Moura Soares²
Max Tenório Damasceno Carvalho³

Esta pesquisa de Iniciação Científica Júnior, modalidade CNPq, ainda em andamento, insere-se na ampla proposta: “A política como direito das crianças: democracia, participação e cidadania”. Objetiva-se compreender como as crianças se mostram e atuam como sujeitos políticos na escola. A pesquisa vem sendo desenvolvida no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, popularmente conhecido como CAP-UERJ. Desde março de 2025, temos observado 5 meninas com idades aproximadas entre 8 e 11 anos. Como pesquisadores-bolsistas, nos fundamentamos no campo dos Estudos da Infância e na metodologia de observação participante. Assim, temos participado, observado e conversado com as crianças nos seguintes espaços: refeitório, pátio, salas de aula, quadras e parquinhos da escola. Constatamos que elas construíram conosco relações significativas, passando a nos ver como pessoas de confiança, inspiração e até prestígio. Isso se evidencia pelo reconhecimento das nossas posições na estrutura escolar e funções exercidas em diferentes atividades, como, por exemplo, nossa liderança nas olimpíadas escolares, atuando como chefes de bandeira. Durante o período da pesquisa, elas buscaram conselhos, companhia e valorizaram a amizade com os mais velhos, o que reforça uma percepção acerca da hierarquia social no ambiente escolar. Esse tipo de convivência influencia a forma como elas constroem seus conhecimentos sobre cidadania, participação e convivência social. Promover essas interações tem fortalecido valores como respeito, empatia e diálogo nas práticas escolares. Destacamos também, que houve um ponto de interseção entre o comportamento das crianças e sua maior participação quando envolvidas em atividades que abrangeram as matérias esportivas e artísticas: música, teatro e artes. Essas propostas permitiram uma atuação mais ativa das crianças, exigindo colaboração e compartilhamento com seus pares e adultos. Notamos que essas atividades favorecem a expressão e a liberdade infantil, como observado, por exemplo, na semana de eleição dos candidatos a chefe de bandeira. Nesse evento, verificamos que elas buscaram alternativas e negociações com os alunos mais velhos, como os do 2º e 3º anos do ensino médio, com o objetivo de alcançarem o que desejavam. Ainda que haja uma distância etária – uma possível “barreira” geracional – entre os alunos mais novos e os mais velhos, isso não foi um impedimento para que elas estabelecessem suas próprias formas de fazer política, sempre com uma visão igualitária, exigindo os mesmos direitos. Por fim, compreendemos o quanto as crianças são movidas por laços afetivos, hierárquicos e normativos. Possuem personalidade própria, ainda que conectada aos grupos dos quais participam, e posturas e atitudes que influenciavam os espaços e as pessoas da escola. A política, a cidadania e a participação possibilitam o reconhecimento de quem elas são, o que fazem tanto para si quanto para os outros e como lidam com essas relações e ações.

Palavras-chave: Crianças; Política; Participação

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/UERJ. Bolsista IC-Jr, CNPq, com orientação das professoras Lisandra Ogg Gomes (EDU/UERJ) e Flávia Maria de Menezes (FFP/UERJ).

² Estudante do 2º ano do Ensino Médio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/ UERJ. Bolsista IC-Jr, CNPq, com orientação das professoras Lisandra Ogg Gomes (EDU/UERJ) e Flávia Maria de Menezes (FFP/UERJ).

³ Estudante do 2º ano do Ensino Médio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/ UERJ. Bolsista IC-Jr, CNPq, com orientação das professoras Lisandra Ogg Gomes (EDU/UERJ) e Flávia Maria de Menezes (FFP/UERJ).

A brincadeira além da educação infantil: reflexões sobre a brincadeira nos anos iniciais do ensino fundamental

Alice Beatriz Luz Gonçalves Pereira¹
Láyza Vitória da Silva Pereira Guimarães²

O brincar é muito enfatizado e vivenciado na educação infantil, no entanto, esse ato precisa estar presente em toda a infância da criança, a qual é a fase que vai desde o nascimento até os 12 anos de idade. Parece haver uma certa carência quanto à brincadeira nos anos seguintes da formação, como se o brincar fosse parte exclusiva da fase da educação infantil. Nesse contexto, durante o Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, observamos como a brincadeira acontece no âmbito escolar. Com isso, este trabalho tem como objetivo discutir como o brincar tem aparecido no cotidiano das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, buscando entender como a brincadeira acontece no espaço escolar, se é contemplada no planejamento docente. Apoiamo-nos na teoria histórico-cultural de Vigotski, destacando o conceito de brincadeira, entendendo-a como atividade e fator intrínseco do desenvolvimento humano. Segundo Vigotski, ao brincar, o ser humano desempenha sua criatividade e liberdade, descobrindo formas inovadoras de resolver desafios e buscar soluções para diferentes situações. Assim, é por meio da brincadeira que as crianças criam métodos para agir diante dos acontecimentos do cotidiano. Dialogamos também com Hoz e seu conceito de atividade expressiva, como base da Educação Personalizada, que tem a criatividade, a liberdade e a comunicação como suas manifestações. Nesse sentido, a brincadeira é uma atividade expressiva da criança, na qual ela desenvolve sua capacidade de criar e de se comunicar. É no brincar que a criança tem liberdade para se expressar e para construir sua autonomia. Como metodologia, optamos pela revisão bibliográfica (também chamada de revisão sistemática de literatura). De acordo com Campos, Caetano e Gomes, a revisão sistemática consiste no ato de coletar e organizar dados de forma sistemática dos estudos que já foram produzidos e publicados, a fim de encontrar respostas para solucionar determinada questão. Então, entendemos que a revisão sistemática é a melhor opção de metodologia para a realização dessa pesquisa. Desta forma, este trabalho compreende uma revisão bibliográfica na plataforma Scielo, usando como palavras-chave “brincar e ensino fundamental” e “brincadeira e ensino fundamental”, obtendo um total de 14 e 5 artigos, respectivamente. Dentre os resultados da pesquisa, pode-se notar que os 5 artigos sob a busca “brincadeira e ensino fundamental” também estão entre os resultados de “brincar e ensino fundamental”, o que nos deixa com um total final de 14 trabalhos. Além disso, a quantidade de artigos fica ainda mais reduzida, visto que dos 14 resultados, apenas 6 discutem efetivamente o brincar no ensino fundamental, enquanto os demais apenas citam o brincar, sem ser o ponto principal da pesquisa. Em um dos artigos é enfatizada a transição da educação infantil para o ensino fundamental, em que uma das percepções que as crianças tiveram quando ingressaram no ensino fundamental foi a ausência de brinquedos no pátio da escola e na sala de aula. Ademais, a brincadeira ficou restrita no momento do recreio, deixando o brincar em segundo plano no contexto da sala de aula. Já outro artigo busca traçar as diferenças de gênero e estereotipia a partir das brincadeiras das crianças entre 6 e 10 anos, em turmas de primeira a quarta série, observando o que elas classificavam como brincadeira de menino, brincadeira de menina e brincadeira mista, analisando os dados referentes aos tipos de brincadeiras e suas peculiaridades quanto a gênero e idade. Assim, os resultados da pesquisa apontam a importância de enfatizar o conceito de criança e a necessidade de ampliação de espaços de brincadeira no ensino fundamental, além de também destacar a falta de produção acadêmica que aborda efetivamente o brincar no ensino fundamental.

Palavras-chave: Infância; Brincadeira; Ensino Fundamental.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Por uma invenção infantil na América Latina: começo, meio, começo

Alice Pessanha Souza de Oliveira¹

Nesse trabalho, proponho apresentar a ideia de que a invenção em Simón Rodríguez é constante, constituindo-se, uma invenção infantil (Kohan, 2007, 2013). Segato e Rubin, nos convidam a pensar a relação com a linguagem, quando a partir da própria prática reconhecem a limitação da linguagem para pensar o mundo que vivemos. Por fim, Antônio Bispo dos Santos, com sua noção de transfluência, fortalece a ideia de nos mantermos no começo. Simón Rodríguez (2016), filósofo latino-americano, insiste na invenção de uma América Latina outra. Rodríguez escreve no século XIX, durante o processo de independência que atravessava a América Latina, todavia, compreendemos que as mazelas da colonização seguem corroendo nossos territórios (Quijano, 1999), de modo que urge a invenção anunciada por Rodríguez. A filosofia, segundo ele, cumpriria papel fundamental nessa invenção, pois é com ela que as crianças se tornariam perguntonas, de modo a não mais seguir costumes ou autoridade, mas apenas a própria razão. Assim, a invenção em Rodríguez pressupõe constância, logo, não se trata de inventar uma única vez, mas de manter-se em constante inventividade. Com Bispo dos Santos, poderíamos dizer que a invenção em Rodríguez seria começo, meio, começo, pois não é uma invenção definitiva, mas uma invenção que deve ser questionada a todo momento e constantemente reinventada, sendo capaz de ultrapassar seus próprios limites, configurando-se assim, uma invenção infantil, pois permanece sempre no início, se avança, retorna a ele. Logo, entenderemos aqui a infância, não como um período no tempo, mas como uma forma de se relacionar com ele (Kohan, 2013). Rita Segato (2012) e Gayle Rubin (2017), nos auxiliam a pensar a questão da linguagem quando, a primeira, ao trabalhar a questão das violências contra as mulheres em comunidades indígenas depara-se com um impasse: a dificuldade de expressar determinadas ideias por limitação da linguagem. Na tentativa de solucionar o problema toma, então, uma decisão fundamental, buscar um vocabulário estratégico descolonial. O impasse da linguagem segue com Rubin, quando ressalta a necessidade de buscar termos que consigam expressar com maior exatidão os distintos sistemas sexo/gênero, afinal, o vocabulário hoje disponível não seria suficiente. Seria, então necessário, inventar palavras, vocabulário que torne possível falar sobre o mundo. Mas qual seria o lugar da linguagem se queremos inventar mundos e modos de vida no presente? Antonio Bispo dos Santos, em sua postura contracolonial, renomeia o mundo para potencializar modos de vida que vem sendo atacados durante séculos pela colonialidade (Dos Santos, 2023; Quijano, 1999). Logo, a linguagem não apenas descreve o mundo, mas o inventa, transforma, modifica. Consequentemente, inventar mundos e modos de vida, infantilmente, é também inventar palavras, criar vocabulário, como faz a criança que não apenas se faz no mundo, mas o faz a partir de si.

Palavras-chave: Infância, Invenção, Linguagem.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro. Alicepessanha11@hotmail.com

**“Juliana, o boi não morreu!”:
desafios da docência musical na relação com as crianças**

Aline Faria Silveira¹
Julia Baumann Campos²
Thais Goulart Paiva Barbosa³

O texto busca refletir sobre as interações entre crianças e adultos na docência musical que mobilizam instantes de nascimentos das relações. Infâncias são dimensões humanas que envolvem criações, desvios, partilhas; reinventam o mundo e persistem na ação de brincar, falar, observar, flagrar, virando ao avesso, recriando lógicas, alcançando os muito possíveis. Música é arte, cultura, é concreta, dialógica, é influenciada e influencia o cotidiano. Entretanto, nos fios dos caminhos, costuras descompassadas negam acessos, interrompem processos colaborativos e, por vezes, descobrem o véu de cotidianos musicais utilitários, padronizados e carentes de dimensão poética e criativa. O olhar cuidadoso sobre a prática docente inaugura novos saberes sobre ser professor contribuindo com a construção de conexão, escuta e firmamento de compromisso ético, político e sensível. O texto objetiva contribuir para o debate que envolve o respeito pelas crianças e a disposição para ouvi-las no cotidiano musical. Está posto o desafio para pensarmos a experiência musical na educação infantil tecida com fios do contexto social, cultural e dos sentidos reais e simbólicos que despertam criações, brincadeiras, afetos. O aporte teórico convida Walter Benjamin (1993, 2012) para pensar em uma concepção de infância que não é sala de espera, vir a ser, falta de palavra, expressão e ação, mas que é ampla, liberta para imaginar, estar presente no mundo, capturar as interfaces do cotidiano, denunciar, narrar, rememorar. Convida ainda Martin Buber (1977, 2009) na dimensão do vínculo, presença, alteridade, relação autêntica como engajamento responsável e ato ético singular. A metodologia utilizada fundamenta-se na descrição e análise reflexiva de um evento ocorrido em grupo de crianças de cinco anos que integra a extensão da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas análises, emerge a música como experiência estética aberta à construção do vínculo e constantemente pronta a se tornar presença (Beineke, 2008; Ostetto, 2011). Educação é com o outro, não é território interno soberano. Construir relações dialógicas é abrir portas atentas ao conhecimento-saber que não setoriza, não disputa poder ou hierarquia, mas que dialoga, acolhe, mobiliza. Estar na docência musical com as crianças só se torna habitável, nomeável, manifestante, na perspectiva de ser também pesquisador debruçado no movimento de achar, revolver, encontrar: estudar amplia sentidos, concepções, novas práticas. Ser professor é ato que envolve planejamento, avaliação, escuta e ação-transformação; é também ter intenção como ação que incita o outro na relação de despertamento e chamamento.

Palavras-chave: docência musical; infância; escuta; relação com as crianças.

Referências:

- BEINEKE, V. Culturas infantis e produção de música para crianças: construindo possibilidades de diálogo. Actas do **I Congresso em Estudos da Criança**. Infâncias Possíveis Mundos Reais. Universidade do Minho, Portugal, Fevereiro, 2008, p.01-15.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I**: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**: Rua de Mão Única. São Paulo, Brasiliense, 2012.

¹ Diretora Adjunta de Extensão da Escola de Música da UFRJ/ Professora na Especialização em Educação Infantil da PUC-Rio. E-mail: aline.silveira@musica.ufrj.br.

² Professora na Especialização em Educação Infantil da PUC-Rio e no Instituto Pró-Saber. E-mail: juliabaumann8@gmail.com.

³ Professora de Música na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. E-mail: thais.goulart.paiva@gmail.com.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. Tradução Marta. E. S. Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUBER, M. **Eu e Tu**. Tradução e introdução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Moraes, 1977.

OSTETTO, Luciana E. Educação Infantil e Arte: Sentidos e Práticas Possíveis. **Caderno de Formação**, VI 3, UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 27-39.

Ideia da infância

Ana Carolina Silva Martins¹

“Ideia da infância” é uma noção que aparece nos pensamentos de Walter Benjamin e Giorgio Agamben. Seu uso pode oferecer indicações para uma outra ontologia, na qual o ser não precisa estar fundamentalmente cindido da natureza para se subjetivar como sujeito, tal qual a tradição do pensamento moderno preconiza. Para Agamben, a criança é o verdadeiro paradigma do humano, não o adulto. À criança corresponde uma vida como potência indeterminada. Uma vida não separada de sua forma, ainda não completamente governada pelos dispositivos de subjetivação, ainda não encerrada pelas determinações da linguagem representativa e não completamente capturada por uma dimensão meramente cronológica do tempo. Enquanto pura potência, a infância é pensada como uma ideia que mobiliza uma outra relação com a linguagem e com o tempo, dissociada de uma ideia de finalidade, e por isso, os gestos infantis são os sinais de uma nova política, a política dos meios puros. A ideia da infância é a possibilidade de rememoração da condição humana irreparável: ser um animal falante, ter-lugar-na-linguagem. É uma particular relação com a linguagem na qual ser-linguagem-e-mundo não se encontram cindidos. Sendo outra experiência da linguagem, a voz infantil é aniquiladora da tradição. Compila o mais arcaico com o ultimíssimo tempo, com o tempo-de-agora. A ideia da infância indica que, sob a camada de comunicabilidade, está sempre presente essa espécie de apresentação da existência da língua. Esta possibilidade de apresentação da linguagem nua – que Benjamin chama de “faculdade mimética”, “*Medium* da linguagem”, “pura língua” – é a única experiência da linguagem favorável ao reconhecimento de semelhanças que produzem imagens dialéticas da história. O método histórico benjaminiano evoca uma experiência linguística como forma dos seres humanos se relacionarem com o tempo e com a história. Nela, o passado não é apresentado como faz a história oficial, como um arquivo de fenômenos sucessivos aos quais se atribui uma causalidade, mitológica e orientada por um sentido teleológico. Esta forma de contar a história é relativa a uma linguagem instrumentalizada, reduzida à sua tarefa de representar os fenômenos. Benjamin procura uma experiência de contar o passado que o apresente como um arquivo de imagens dialéticas. Estas imagens formam uma constelação de sentidos novos e esquecidos. Segundo o filósofo, a infância é capaz de rememorar o novo. Proponho que este gesto seja compreendido do seguinte modo: a experiência infantil da língua, ao reconhecer semelhanças entre o agora, o atual e uma experiência arcaica da linguagem rememora, na forma de uma outra experiência linguística, um sentido ainda não estabelecido, ou melhor, abre a possibilidade de novos sentidos para a história. Atualizar a ideia de linguagem mobilizada pelas crianças significa, portanto, recordar que a linguagem é a própria capacidade humana de magia, como acreditam as crianças. Isso acontece na experiência infantil da língua porque, para a criança, o mundo das coisas e ela mesma não estão separados pela linguagem, mas é dela indissociável. Na experiência infantil, é a atualidade de sua habitação na linguagem que lhe confere uma essencial abertura para fora dos sentidos determinados pela linguagem civilizada. Expor como esta experiência da linguagem está em questão nos gestos infantis, no jogo e na brincadeira é o objetivo desta pesquisa.

Palavras-chaves: Infância, linguagem, ontologia, história infantil, no jogo e na brincadeira será o interesse

¹ Colégio Pedro II, Universidade Federal do Rio de Janeiro, martins.anacarolinas@gmail.com

A escuta sensível como prática humanizadora: o poder da atenção, da presença e do afeto nas relações educativas.

Ana Paula Dantas de Castro¹

Larissa Gonçalves Oliveira²

O Espaço de Estudos e Pesquisas sobre Infância (EEPI) tem desenvolvido projetos em escolas públicas do município do Rio de Janeiro, com foco na participação ativa das crianças (PINAZZA, 2018). Ampliando a nossa disponibilidade em estar presente com as crianças, não somente de forma física, mas integral, requeremos a escuta sensível para acolher a voz das crianças presentes na sala de aula. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é compreender como o impacto da escuta sensível afeta o cotidiano das crianças na escola, a partir do que elas têm a dizer. A metodologia adotada incluiu atividades lúdicas e interativas, possibilitando a participação ativa das crianças na expressão de seus sentimentos e percepções sobre a escola. Busca-se também entender como a escola é representada e de que forma essas ideias, construídas ao longo dos séculos, são percebidas pelas crianças que, muitas vezes, se sentem obrigadas a seguir padrões de comportamento por estarem submetidas às expectativas e normas associadas à instituição escolar. O sentar-se em fileiras, as falas silenciadas, as brincadeiras que têm hora e lugar definidos para acontecer, a disciplina constante de corpos que não podem se expandir por conta da ordem existente na sala de aula, a leitura que se faz das interações mais potentes como “bagunça” ou “desordem”, entre outras situações, são desvalorizadas (PERRENOUD, 1995). Sendo assim, a pesquisa realizada com crianças do primeiro ano do ensino fundamental I revelou que ser estudante, para elas, vai além das tarefas escolares, abrangendo também suas relações, sentimentos e vivências cotidianas (CASTRO, 2018). Como resultados, destacaram-se duas questões principais: a necessidade de deslocamento para compreender a perspectiva infantil (HASSOUN, 1998) e a importância da escuta sensível no ambiente escolar. É a partir dessa escuta atenta ao ambiente escolar que carrega em si uma variedade de narrativas que precisam ser percebidas e valorizadas, que se construiu a concepção das autoras sobre o que é preciso valorizar na escola e nas infâncias: a diversidade de maneiras que existem de estar no mundo e estar na escola. Escutar, envolve olhar com atenção, estar presente com inteireza e acolher com afeto. Quando o olhar escuta, estabelece-se uma relação que reconhece a criança como sujeito potente, portador de saberes e experiências que merecem ser consideradas. O ato de escutar é um gesto ético e político, que requer presença genuína e disposição para acolher aquilo que não é dito apenas com palavras, mas também com os gestos, silêncios e expressões do corpo. Diante do exposto, os resultados desta pesquisa indicam que reconhecer os sujeitos da escola como essenciais é fundamental para a construção de espaços significativos, acolhedores, sensíveis e potentes, capazes de aproximar adultos e crianças e favorecer uma melhor compreensão da dinâmica escolar, sendo a escuta sensível um elemento essencial para tornar a escola um espaço mais inclusivo e acolhedor.

Palavras-chave: participação; percurso escolar; infância; escuta sensível; deslocamento do adulto.

Referências Bibliográficas

HASSOUN, Jacques. O estrangeiro: um homem distinto. In: KOLTAI, Caterina. *O estrangeiro*. 1998. Pg. 83-104.
PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. Documentação Pedagógica: observar, registrar e(re)criar significados. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago. 2018.

¹ Ana Paula Dantas. Pedagoga formada pela UERJ. Professora Ed. Infantil <http://lattes.cnpq.br/1653457750390814>

² Larissa Gonçalves Oliveira. Estudante de Pedagogia da UERJ. Bolsista Prodocência (FAPERJ/UERJ). <http://lattes.cnpq.br/1607776628335179>

PERRENOUD, Philippe. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar* (Introdução e Cap. I). Porto: Porto editora, 1995.

CASTRO, Lucia et al. Falas, afetos, sons e ruídos: as crianças e suas formas de habitar e participar do espaço escolar. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 1, p. 151-168, 2018.

Literatura infantil: uma análise das implicações do protagonismo negro como ato político de representatividade

Andrea Cristina dos Santos Gomes¹
Adriele da Silva Freitas Oliveira²

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população negra no Brasil corresponde a 55,5% dos habitantes do país. Embora esse grupo represente a maioria da população brasileira, o racismo ainda constitui um elemento estruturante da sociedade, marginalizando indivíduos que se distanciam do padrão eurocêntrico estabelecido como esteticamente ideal. Diante desse contexto, torna-se urgente e necessário o desenvolvimento de práticas que promovam o respeito à diversidade racial cuja população brasileira é composta. A literatura, enquanto expressão estética e cultural, pode contribuir significativamente para a formação de referenciais subjetivos, bem como para a construção de hábitos, costumes e práticas sociais. O presente estudo tem como objetivo compreender e analisar as possibilidades constitutivas e as formas de representação da literatura infantil, com ênfase em obras que apresentam protagonismo negro. A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica e na análise de obras literárias destinadas ao público infantil, que apresentam personagens negros como protagonistas. As obras foram selecionadas a partir de recomendações de docentes publicadas na plataforma *Amazon*, um dos maiores sites de comércio eletrônico em atividade no Brasil, cujo segmento de destaque é a venda de livros físicos e digitais. Entre os referenciais teóricos utilizados, destacam-se os conceitos de “pacto narcísico da branquitude” e “personalidades autoritárias”, propostos por Cida Bento (2022); a construção biológica e social da racialidade, conforme discutido por Bárbara Carine Pinheiro (2023); e o conceito de condicionamento cultural da percepção do indivíduo, apresentado por Roque de Barros Laraia (2013). Os resultados da análise indicam que a literatura infantil pode contribuir para a constituição de uma sociedade mais plural, diversa e, conseqüentemente, mais respeitosa. A valorização da estética e da cultura negra, por meio da construção de narrativas com protagonismo negro, mostra-se fundamental nesse processo. A compreensão dos impactos negativos da imposição de padrões estéticos eurocentrados — os quais desconsideram as diferenças raciais e, por conseguinte, a estética do povo negro — nos possibilitou a construção de um olhar crítico sobre as obras analisadas. Observou-se, nas narrativas literárias infantis estudadas, a emergência de protagonistas negros representados de maneira realista e, em certos casos, poética, sem estigmas folclóricos, exóticos ou subservientes. Conclui-se que, de maneira gradual e respeitosa, a literatura infantil tem se mostrado um instrumento potencial para a promoção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

Palavras-chaves: Literatura Infantil; Protagonismo Negro; Representatividade.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela UERJ/CEDERJ. Email: teia16rj@hotmail.com

² Doutora em educação pela UERJ, professora de Educação Infantil no CREIR/CP2 e professora da disciplina de Políticas públicas e gestão democrática nos cursos de licenciatura integradas e humanidades do Colégio Pedro II.

Histórias lidas e vividas: participação, narrativas e autoria

Andrezza Cardoso de Freitas¹
Janaina Cacia Cavalcante Araujo²

Este trabalho apresenta um relato de experiência de uma turma de crianças de 5/6 anos do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo do Colégio Pedro II (RJ), na qual se objetiva compreender e visibilizar a participação ativa e ampla das crianças, que reflita o compromisso com as infâncias nas interações e brincadeiras, como produtora de cultura, inventiva, questionadora e autora nesse processo. A partir do interesse das crianças e da relação próxima com os livros literários, iniciamos uma jornada de leitura, apreciação, bons momentos e narrativas cheias de detalhes e sentidos próprios. Numa abordagem ética e pautada no direito à participação lúdica, afetiva, de uma escuta ativa às falas das crianças sobre as leituras e as formas que percebiam os livros, seus assuntos se tornaram muito significativos e permeados de perguntas. Diante desses questionamentos, muitas pesquisas em turma, com as famílias, na biblioteca e leituras de livros foram realizadas, ampliando as hipóteses das crianças e gerando diversos desdobramentos. Essas investigações valorizaram as suas narrativas e criatividade. Um livro abriu a possibilidade de fazermos cabanas, um de pensarmos as nossas biografias, outro ao suspense da surpresa de não virar a página, em “como se faz um livro?”, outro de “como chegamos aqui?” e a pele que temos. O foco do relato nas vivências com/entre as crianças baseiam-se em registros documentais produzidos no cotidiano escolar, como pesquisas, anotações das professoras regentes, fotografias, vídeos, planejamentos, desdobramentos e falas das crianças, que produziram uma narrativa coletiva que se transformou em vídeo book e livro impresso da turma. O referencial teórico deste trabalho é construído em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e a partir das contribuições de autores que abordam em seus estudos a imaginação e a criação como elementos fundamentais no desenvolvimento infantil, destacando a importância de vivências que possibilitem e ampliem esses processos e as culturas infantis (KRAMER, 1998; SARMENTO, 2003). Reyes (2010) e Corsino (2021) contribuem com importantes reflexões sobre a literatura infantil, ressaltando a relevância do contato com esse objeto cultural, como espaço de construção de sentidos, ampliação do repertório simbólico, de expressão e desenvolvimento da linguagem. As narrativas das crianças e as experiências evidenciaram o papel essencial da literatura no desenvolvimento pleno e integral das crianças. Desta perspectiva, a literatura infantil se tornou parte das nossas vivências cotidianas, partindo do pressuposto que as crianças são ativas nas suas investigações e compreendem a realidade de forma distinta e original, contribuem significativamente para construção do conhecimento, concebem novos sentidos aos acontecimentos, maneiras singulares de interpretação e novas possibilidades.

Palavras-chave: Literatura infantil; participação; narrativa; autoria.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Brasília, 2009.
- CORSINO, P. Infância e literatura nas urdidias de palavras e imagens. In.: MACEDO, M. do S. A. N. (Org.). A função da literatura na escola: resistência, mediação e formação leitora. 1a ed. São Paulo: Parábola, 2021.
- KRAMER, S.; LEITE, M. I. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1998.

¹ Professora EBTB do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR) - Colégio Pedro II. dezzacfreitas@gmail.com

² Professora EBTB do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR) - Colégio Pedro II. janainacacia@gmail.com

REYES, Y. A casa imaginária: leitura e literatura na primeira infância. São Paulo: Global, 2010.

SARMENTO, M. Imaginário e culturas da infância. Cadernos de Educação 21, 51-69, 2003.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1467/19438>> Acesso em: 12. jun. 2025.

Colorindo a imagem corporal: “desenhos infantis de figura humana”

Anielly Luiza Silveira Nunes¹

Este estudo tem como foco a imagem corporal e a sua relação entre a psicologia, a sociedade e as práticas corporais, ou seja, como as interações sociais, as emoções e os processos mentais influenciam e são influenciados pelo corpo. A imagem corporal pode ser compreendida como uma representação interna e simbólica que cada indivíduo constrói sobre o próprio corpo. Trata-se de uma espécie de "espelho imaginário" que se forma na mente, integrando percepções, sentimentos e pensamentos sobre como o corpo é, como se movimenta e como é percebido pelos outros. Essa construção não é fixa; pelo contrário, ela é dinâmica e pode se transformar ao longo do tempo, influenciada por experiências emocionais, sociais e culturais. Assim, a imagem corporal é como um "desenho mental em constante mudança", onde o sujeito, através de vivências e interações, reinterpreta e reconstrói a própria corporeidade. O objetivo busca compreender as representações da imagem corporal de crianças apresentadas nos desenhos infantis de figura humana, presentes na coleção de desenhos do grupo Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação. Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental, com análise de seis estudos realizados com crianças selecionados por meio de um recorte da coleção de desenhos pertencente ao grupo de pesquisa mencionado. A seleção dos documentos considerou os desenhos que representam a figura humana por meio de autorretratos infantis. A análise sensível dos desenhos infantis permite acessar dimensões profundas da subjetividade da criança, revelando aspectos que muitas vezes não são facilmente verbalizados. Por meio dos traços, cores, formas e composições, as crianças expressam suas emoções, desejos, medos e percepções sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor. Esses desenhos funcionam como uma linguagem simbólica própria da infância, na lógica linear e racional do adulto dá lugar à espontaneidade, à fantasia e à liberdade criativa. Ao representar o corpo, a criança não se preocupa com proporções ou padrões estéticos estabelecidos, mas sim com aquilo que é significativo naquele momento. Como um "mapa emocional", o desenho infantil reflete a forma como a criança constrói e reconstrói sua imagem corporal, revelando pistas valiosas sobre sua relação consigo mesma, com o outro e com o ambiente em que está inserida. Dessa forma, o trabalho do professor de Educação Física, pautado pela sensibilidade social, promove a autoestima, a aceitação das diversidades corporais e a construção de uma imagem corporal consciente e respeitosa. É um trabalho que impacta diretamente o bem-estar e a formação integral da criança, preparando-a para se relacionar de forma mais plena consigo mesma e com o ambiente em que vive. A criança, ao vivenciar experiências corporais significativas, amplia suas possibilidades de desenvolvimento humano, fortalecendo sua autoconfiança e valorização pessoal.

Palavras-chave: imagem corporal; figura humana; desenhos infantis; crianças

¹ Universidade de Brasília (UnB) (Aniellyluiza2@gmail.com)

Atividade expressiva de crianças na escola: caminhos metodológicos para a aprendizagem e a inclusão

Bruna Molisani¹

Juliana Nunes dos Santos²

Uma questão relevante e que se configura como um dos pilares da perspectiva educacional que defendemos é a existência de espaços de produção autoral das crianças, intencionalmente planejados pelos professores. A partir do diálogo com Bakhtin, Vigotski, Hoz e Feuerstein, entendemos a criança como sujeito de linguagem, uma pessoa que aprende e se desenvolve na relação com outras pessoas, em processos singulares que envolvem mediação. Destacamos os conceitos de *educação personalizada* de Hoz e de *experiência de aprendizagem mediada* de Feuerstein para discutir o papel do professor nos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Hoz defende que a educação deve ser fundamentada na *atividade expressiva* e que as diversas formas de linguagem devem constituir o núcleo da formação cultural e científica do ser humano. Articulando tal pressuposto com a necessidade de que haja intencionalidade nos processos de interação para que a aprendizagem aconteça, isto é, que o mediador tenha um objetivo e que aja de forma a propiciar que ele se efetive, estamos desenvolvendo uma pesquisa que busca analisar a relação entre planejamento docente e aprendizagem, com foco em linguagem e inclusão. Partindo do princípio de que a palavra do professor conta, tanto no sentido de que narra algo quanto de que tem valor, conforme defendido por Alves, investimos em espaços para escutar/ler o que dizem os professores. O trabalho aqui proposto é parte dessa pesquisa e tem o objetivo de discutir caminhos metodológicos que favoreçam a atividade expressiva de todas as crianças na escola. Adotamos a análise do discurso como metodologia de cunho qualitativo, a partir da *ordem metodológica* apresentada por Bakhtin, que contempla a interação verbal na relação com as condições concretas em que acontece, os enunciados como atos de fala e o exame das formas da língua que constituem os enunciados para produção de sentidos. O material de pesquisa contempla registros e narrativas produzidas por uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que é uma das autoras deste trabalho. Em movimentos *exotópicos* - da professora sobre sua prática e dos demais integrantes do grupo de pesquisa, em diálogo entre eles e com a teoria -, desdobram-se olhares para analisar a prática da professora pelo que diz por escrito. Destacamos a relação entre planejamento docente e espaços de produção das crianças, a interdisciplinaridade e o investimento no trabalho com a linguagem e os processos de interação vividos em uma perspectiva discursiva como constituidores de caminhos metodológicos promotores de inclusão e de aprendizagens significativas através da atividade expressiva das crianças e da professora.

Palavras-chave: Atividade expressiva. Planejamento docente. Mediação. Crianças. Inclusão.

¹ FFP/UERJ

² FFP/UERJ

Minhas Memórias Não Cabem Em Uma Caixinha: Memórias de Infância Narradas por Crianças

Cecília de Miranda Schubsky¹

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de construção metodológica da pesquisa que deu origem à tese *Relicários de quinquilharias: memórias de infância narradas por crianças*, defendida em 2018. As narrativas das crianças estiveram associadas à construção de um objeto denominado **caixas de memória**. As caixas constituíram o recurso metodológico que materializou as narrativas das crianças. Nelas, reuniram objetos que consideravam significativos, os quais auxiliavam na rememoração e no processo das narrativas: fotografias, celulares, brinquedos, livros, desenhos, pedras, roupas de bebê, chumaços de cabelo, entre outros. As próprias caixas — de diferentes formatos, como caixas de papelão, malas, mochilas, caixas decoradas ou personalizadas — também foram escolhidas pelas crianças, constituindo os **relicários** que guardaram suas memórias. O processo de construção dessas caixas incluiu: a seleção dos objetos, a escuta coletiva das memórias que foi feita pelas crianças, em sala de aula, a apresentação dos significados e a identificação de vínculos entre as histórias narradas pelos pares. Todo processo envolveu escolhas éticas e estéticas, no que se referem não só ao que foi dito pelas crianças, naquilo que representou um segredo falado no momento da narrativa. E estética no que se refere ao processo de olhar para o todo em busca dos elementos, vestígios das delicadezas presentes nesse narrar. Neste texto, busco reconstruir essa trajetória, analisando os elementos que emergiram com mais frequência nas falas das crianças ao apresentarem suas memórias. Para refletir sobre os conceitos de narrativa e memória, dialogo com Benjamin (1994), Bosi (2003) e Jobim e Souza (1995), além de recorrer às proposições de Gagnebin (2004) e Benjamin(1994) sobre memória e história. A metodologia da pesquisa-intervenção, sustentada nos encontros com as crianças, baseia-se em Pereira (2012). A escolha pelo diálogo com as memórias infantis decorre do entendimento de que a memória ocupa lugar de destaque nas construções identitárias e sociais. Narrar com objetos implica um gesto político de escuta e reconhecimento do lugar da infância na produção de memória e história. É afirmar que a criança também tem memória, ainda que muitas vezes se negue essa possibilidade ao reduzi-la a ausência de experiência acumulada. Ao narrar, a criança reafirma seu papel como sujeito do vivido. Suas experiências atravessam e constituem sua presença no grupo social. Trabalhar com memórias de infância revelou formas de ser e estar no mundo e possibilitou que olhares e sensibilidades se tornassem visíveis. Temas como nascimento, morte, luto, desejos, sonhos, consumo e brincadeiras emergiram nas narrativas e permitiram múltiplas leituras da infância contemporânea. Se quisermos formar sujeitos históricos, precisamos escutar também os que ainda estão vivendo suas “primeiras histórias” — e isso passa por reconhecer a infância como território legítimo da memória.

Palavras-chave: infância; crianças; memória; narrativa.

Referências

- AMORIM, Márcia. *Sentidos da Infância*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1987.

¹ GRUPECI- UERJ

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, v. 46, n. 112, p. 357-368, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

JOBIM E SOUZA, Solange. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papirus, 1995.

PEREIRA, Rita M. Ribes. Um pequeno mundo próprio inserido no mundo maior. In: PEREIRA, R. M. R.; MACEDO, N. M. (orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: NAU, 2012.

PEREIRA, Rita M. Ribes. Encontrar, compartilhar, transformar: reflexões sobre a pesquisa-intervenção com crianças. In: PEREIRA, R. M. R.; MACEDO, N. M. (orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: NAU, 2012.

Educar e Cuidar na Educação Infantil do Coluni-UFF: tecitura com a educação especial na perspectiva inclusiva

Cláudia Vianna de Melo¹
Erika Souza Leme²

Neste trabalho discutimos os impactos do Projeto Binômio Educar e Cuidar na formação das crianças do grupo azul da Educação Infantil no (Coluni-UFF). Iniciado em 2022, no contexto pós-pandêmico da Covid-19, enfrentando desafios tanto político quanto pedagógico. Em relação ao político, destacamos o educar/cuidar como indissociáveis no trabalho educativo, sobretudo, considerando a diferença e a interseccionalidade humana. No plano pedagógico, apontamos a tecitura de sentidos e valores necessários para o cuidado com o outro e consigo mesmo, como orientadores das práticas pedagógicas. Assim, os referências dialogaram as questões identitárias e da singularidade humana engajados à educação inclusiva para todos e não apenas para as crianças que demandavam o atendimento educacional especializado - AEE. A articulação entre ensino e pesquisa foi propulsora de conexões criativas das crianças entre si e com a natureza a partir da interação com elementos naturais no Campus da UFF. Dinâmica que ressignificou os valores culturais das infâncias amalgamada à uma educação especial na perspectiva inclusiva. Diferentemente de um projeto pontual, ao longo de três anos foi possível entretecer elos significativos entre o binômio educar e cuidar das crianças alicerçado na realidade sócio-cultural das crianças, com seus interesses e necessidades. Nesse processo, alcançamos a concepção de inclusão por nossas raízes e africanidades, pela ave da Sankofa, que possibilitou a compreensão do futuro vinculado à ancestralidade, na luta por uma educação antirracista e anticapacitista. Por meio da história oral da Sankofa, foi possível tecer relações cuidadosas entre as crianças sobre o cuidado com ao outro que é diferente do si e com a diversidade cultural que coexiste no grupo. Com as bolsistas (PROLICEN) e a Sankofa alcançamos voos dialógicos com a biografia de Nelson Mandela, e a mascote da turma (uma linda boneca negra) que inspiraram histórias orais por meio de fotografias e filmes realizadas no âmbito familiar, culminando na elaboração de um livro virtual. Como impacto político, destacamos os diálogos acadêmicos que reafirmaram o binômio educação e cuidar como indissociáveis à educação infantil. Bem como pela intervenção política, filosófica e artística no Campus Gragoatá da UFF e na Educação Infantil-Coluni-UFF da ave de Sankofa feita de folhas de palmeiras na dimensão de dois metros de comprimento, do artista plástico Osias Silveira. Em 2024, no âmbito da extensão nasceu o livro multissensorial em tinta e em braile “O peso da Realeza”, para o minicurso no I Seminário COLABORE (LaIFE). Concluímos destacando o tripé da universidade pública, ensino-pesquisa-extensão como propulsor do Projeto Binômio Educar e Cuidar, comprometido com as histórias de vida, necessidades e desejos tecidos em relações acolhedoras para educação e cuidado das crianças no estreito diálogo entre identidade, inclusão, natureza e arte reverberando uma ancoragem de formação vida.

Palavras-chave: EI Coluni-UFF; Projeto Educar Cuidar; Educação Especial na perspectiva Inclusiva

¹ Universidade Federal Fluminense – claudiaviannamel@id.uff.br.

² Universidade Federal Fluminense – erikaleme@id.uff.br.

O Criar, a Expressão Criadora e Criação Musical na escola: Um relato de experiência

Danielle Martins Pinto¹

Este trabalho é fruto de um relato de experiência e de uma série de estudos sobre o espaço e a relevância do ato de criar, da expressão criadora e, especificamente, da criação musical no contexto escolar. O estudo nasce de uma crítica ao modelo de práticas pedagógicas musicais baseada apenas em reprodução, visando debater de quais maneiras o exercício do pensamento independente e criador pode beneficiar e potencializar as crianças no espaço escolar. O trabalho expõe propostas musicais, sugeridas para as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de escolas da rede privada de ensino da cidade do Rio de Janeiro e parte do reconhecimento da criança como sujeito ativo e criador, destacando o papel da escola e do educador nesse processo. No início da discussão são apresentados conceitos de criatividade e as contribuições da Neurociência sobre como o cérebro se torna criativo. O estudo evidencia que o criar é construído a partir da memória, do repertório adquirido, da curiosidade e da autonomia discente e que resulta em uma expressão sensível e afetiva. Nesse sentido, são discutidas as contribuições de Paulo Freire, que traz o conceito da Pedagogia da Escuta e do respeito aos saberes dos alunos, além da perspectiva sociocultural de Vygotsky sobre o desenvolvimento da imaginação e da ação criadora, além de estudos de Teca Alencar de Brito sobre o protagonismo da criança na prática musical e vivências de criação musical baseadas em três principais modalidades: A Experimentação, o Improviso e a Composição. Durante a pesquisa, intensifiquei as propostas de criação musical, a fim de analisar as respostas dos alunos no que diz respeito às questões sociais – se foi possível observar uma postura mais respeitosa entre os pares no âmbito musical e em ambientes outros, se em conflitos cotidianos percebeu-se uma maior abertura ao diálogo e à escuta ativa para o que o colega cria musicalmente. Ao longo da pesquisa foi possível observar que as propostas de exercício da criatividade com música carregam uma potente ferramenta de inteligência interpessoal, que se evidencia a partir de falas e registros em vídeos e fotos, que mostram um significativo desenvolvimento musical, de raciocínio lógico e das demais linguagens, como a escrita e a interpretação de textos e imagens. Conclui-se que a criação musical, quando incorporada de forma crítica e sensível, amplia a escuta e a expressão e promove uma Educação mais democrática e transformadora.

Palavras-chave: Criatividade; Criação Musical; Escola.

¹ Especialista em Educação Musical – Universidade Cândido Mendes (UCAM), Licenciada em Educação Musical – Conservatório Brasileiro de Música (CBM), Pedagoga – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Música na Educação Básica – Colégio Santa Teresa de Jesus (CSTJ-Rio), Colégio New Garden (CNG), Colégio Supera Mundi (CSM) e Colégio Euclides da Cunha (CEC).

**"Brincar como Linguagem e Expressão:
A Escuta Sensível de uma Criança como Produção de Sentidos na Infância"**

Eduardo Romero Cabral Candido¹

Este texto apresenta algumas reflexões a partir de uma entrevista com uma criança de seis anos durante uma pesquisa que buscava compreender as múltiplas formas pelas quais as crianças significam brincar em sua experiência de infância. A pergunta, “O que é brincar pra você?”, serviu como uma provocação inicial para a pesquisa. Essa pergunta foi feita no interior de uma experiência lúdica para a qual a criança foi convidada. Sua fala não apenas respondeu à pergunta feita por mim, mas também trouxe novos caminhos para pensar o brincar como algo que vai além de uma atividade cotidiana e, apontando o brincar como forma de se expressar, produzir o mundo e inscrever uma linguagem própria da infância. As respostas que recebi durante toda a conversa, contrariavam alguns caminhos que eu havia previsto inicialmente como parte de um presumido da pesquisa, mostrando como a escuta sensível a uma criança pode provocar deslocamentos importantes em nosso modo de olhar, pensar e agir em relação à infância. O que a criança disse durante a entrevista trouxe pontos a rever conceitos e reconhecer que há muito mais nas falas infantis do que se costuma considerar socialmente. A maneira que ela respondeu às perguntas da conversa revelou uma narrativa diferente da que imaginamos sobre a visão de brincar para a criança, com pensamentos diferentes do senso comum, e que nos ensina que, ao invés de falar sobre as crianças, precisamos ouvi-las com atenção e presença. Ao dar espaço para essa escuta, o trabalho valoriza a voz da criança como legítima e a coloca como protagonista no processo de pesquisa, reconhecendo que ela produz saberes, pensa, questiona e cria. Escutar a criança é também reconhecer que ela é capaz de construir sentidos sobre o mundo e sobre suas próprias experiências, com autonomia. O brincar, nesse contexto, se apresenta como linguagem, como forma de existir e se comunicar, e não apenas como parte da rotina escolar ou do desenvolvimento esperado. O trabalho se insere no eixo “Infância, linguagens e Outros Mundos” por entender que a linguagem da infância é criadora de mundos, e que a escuta das crianças é uma ferramenta potente de pesquisa, descoberta e transformação. Ao escutarmos verdadeiramente as crianças, nos aproximamos de suas visões de mundo e das formas como constroem realidades com seus gestos, palavras e brincadeiras. Reconhecer essa potência é também um compromisso ético com a valorização da infância como tempo de saber, criação e presença. Algumas das conclusões do estudo indicam que o brincar é essencial para a infância, sendo linguagem, criação e forma de expressão. Com base nos estudos de Tisuko Kishimoto e Le, Vygotsky, entende-se que a brincadeira vai além do lazer: é meio de aprendizagem, interação social e construção de sentidos sobre o mundo e Raiza Venas vê um olhar sensível como uma ferramenta para enxergar a infância.

Palavras-chave: Brincar, Infância, Entrevista

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Já parou para ouvir a palavra de uma criança hoje? - Os dizeres das crianças como convite à reflexão

Érika Xavier Guedes Cavalcante¹

Em minha trajetória na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), encontrei na Linguagem, em especial nas narrativas das crianças, um campo frutífero de reflexão sobre como elas se valem de seus mecanismos de expressão - textual, oral e visual- para afirmar seus direitos, desejos e capacidades de participação e significação de si e do mundo. Concorro com Mia Couto (2019) que “é preciso coragem para questionar certezas, para sacudir o chão por onde caminha o pensamento” e vejo as crianças como interlocutores que nos convocam a essa atitude. Neste trabalho, fruto da conclusão do curso de Pedagogia, busco pensar, a partir do encontro com as palavras das crianças - escritas e faladas, ora acompanhadas de produções visuais-, sobre a presença delas e seus efeitos nos espaços e relações que habitam, refletindo sobre como as suas expressões convidam a questionar as atitudes e concepções cristalizadas dos adultos. Enquanto educadora em formação, graduada anteriormente na área da Comunicação, interagir com as palavras das crianças é um deleite e uma oportunidade de estar diante da sabedoria e da autenticidade infantil e com elas elaborar, questionar, criar e reinventar - histórias, espaços, acordos, relações. Em 2024-2025, vivenciei acontecimentos, em contextos rural/urbano, público/ privado do Rio de Janeiro, em que crianças de diferentes idades revelaram percepções insurgentes, frente a assuntos caros ao mundo atual - a problemática ambiental, a relação adulto-criança e a experiência escolar. Trago, para análise, três deles: dois encontros programados com fins de produção acadêmica e que envolveram conversa com as crianças e produção de registro visual/textual feito por elas, e um terceiro, espontâneo, que participei como observadora. As situações são narradas em cenas, nas quais detalho tudo o que as envolve: locais, personagens, ações, falas. São elas: *CENA 1 - A REBELIÃO INFANTIL*; *CENA 2 - HIPOCRISIA* e *CENA 3 - A ESCOLA*. Com esse formato de texto, faço encontrar as duas áreas às quais me dedico: o audiovisual e a educação. Ademais, é uma aposta na cena como maneira de transformar as palavras em imagens na mente do leitor, que pode, assim, extrapolar a dimensão textual. A partir do conteúdo descrito, desenvolvo uma discussão entre os dizeres das crianças, os respectivos questionamentos e autores dos estudos da infância - Rita Ribes, Walter Kohan, Conceição Seixas-, da linguagem - Gilka Girardello, Mikhail Bakhtin-, e de literatura- Mia Couto, Manoel de Barros, Ailton Krenak. Esse exercício de escuta e criação com as crianças, feito individualmente e com o grupo Espaço de Estudo e Pesquisa sobre Infâncias (EEPI), resultou na publicação do livro “As Escolas São do Jeito Delas” e gerou relatórios, textos e imagens que ampliam o repertório para docentes e pesquisadores, que buscam mais equidade na produção de teorias e saberes com e sobre as crianças, considerando-as autoras e fomentando caminhos para que se vejam como tal.

Palavras-chave: crianças; palavra; infância; linguagem

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ), e-mail: erika.emidia@gmail.com

Entre Descobertas e Narrativas: Ações Educativas com as infâncias no Museu Nacional

Fabiana Maria de Oliveira Nascimento¹
Patrícia Braga do Desterro²

Este trabalho apresenta a proposta educativa desenvolvida pelo Museu Nacional da UFRJ com o público infantil, a partir da articulação entre o projeto de extensão *Clubinho Literário Encontros* e as atividades realizadas na exposição *Um Museu de Descobertas*, localizada no Centro de Visitantes Estação Museu Nacional, no Campus de Pesquisa e Ensino da instituição. As ações buscam ampliar o olhar estético e a curiosidade epistemológica das crianças diante dos objetos expostos e dos saberes científicos e culturais produzidos no Museu. Por meio do diálogo com a literatura e as artes – como o teatro, a pintura, o desenho e a expressão corporal – essas atividades propõem experiências sensíveis que estimulam a imaginação, a criação de narrativas e a produção de conhecimento pelas próprias crianças. Ao compreender as infâncias como protagonistas ativas, produtoras de saberes enraizados em seus contextos culturais e familiares, as práticas educativas valorizam suas percepções, escutas e modos de ver o mundo. A proposta pedagógica se fundamenta na escuta atenta, nas relações de troca e na socialização dos saberes, superando a lógica da transmissão de conteúdos e favorecendo a construção coletiva do conhecimento. As atividades abordam, de forma interdisciplinar, temas como ancestralidade, identidade, cultura, ciência, literatura e arte, promovendo a participação ativa das crianças e integrando diferentes linguagens expressivas. Nesse sentido, a proposta dialoga com o pensamento de Paulo Freire, ao reconhecer que toda criança já traz consigo uma leitura de mundo, construída em sua vivência cotidiana. Em vez de impor um saber pronto, busca-se despertar e ampliar essa leitura, permitindo que as crianças interpretem criticamente o museu, relacionando-o às suas histórias de vida e aos saberes ancestrais. A proposta também se aproxima da reflexão de Walter Benjamin, ao valorizar a narração como forma de transmissão de experiências. Convidadas a escutar, contar e reinventar histórias a partir das exposições, as crianças tornam-se narradoras do mundo. Em um tempo de aceleração e fragmentação da experiência, como aponta Benjamin, devolver à infância o espaço da escuta e da narração é um gesto de resistência cultural. Assim, as propostas educativas aqui apresentadas promovem o acesso ao conhecimento científico e cultural por meio de abordagens sensíveis e criativas, fortalecendo a visão de mundo das crianças em diálogo com a ciência e a cultura. Os resultados alcançados apontam que as experiências vividas e as provocações realizadas trouxeram inquietações ao público alvo, possibilitando um olhar curioso para o mundo à sua volta, desenvolvendo posturas cada vez mais ativas, responsáveis, críticas e reflexivas por parte das crianças.

Palavras-chave: Museu Nacional; infância; interdisciplinaridade; ciência; literatura.

¹ Pedagoga, Especialista em Docência na Educação Infantil pela UNIRIO e Técnica em Assuntos Educacionais no Museu Nacional/UFRJ

² Pedagoga, Mestre em Educação pelo PROPEd UERJ e Técnica em Assuntos Educacionais no Museu Nacional/UFRJ

**Tecendo mundos possíveis com as palavras pretas:
A literatura afro-brasileira na educação infantil como prática antirracista**

Fernanda da Conceição de Queiroz dos Santos¹
Fernanda da Silva de Souza Nascimento²

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o papel da literatura afro-brasileira na Educação Infantil como uma potente linguagem na construção de outros mundos possíveis com e para as crianças pequenas. Alinhado ao eixo Infância, Linguagens e Outros Mundos, discute-se como a presença de narrativas negras na escola contribui para o rompimento com práticas eurocentradas e para a promoção de uma educação antirracista desde os primeiros anos escolares. A pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos positivos da inserção da literatura afro-brasileira na formação da identidade e no desenvolvimento da consciência crítica das crianças, bem como evidenciar os desafios enfrentados por educadores na efetivação dessa prática, especialmente frente às tensões socioculturais e religiosas que atravessam o cotidiano escolar. O estudo fundamenta-se nos aportes teóricos de Nilma Lino Gomes (2017), que aponta a importância de uma educação das relações étnico-raciais desde a infância; Paulo Freire (1996), com sua defesa da educação como prática de liberdade; e Eliane Debus (2014), que destaca a centralidade da literatura infantil na formação do imaginário social e cultural das crianças. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e a Lei n.º 10.639/2003 são tratados como documentos estruturantes da prática pedagógica comprometida com a diversidade e com o combate ao racismo estrutural. Os dados da prática pedagógica analisada revelam que a presença sistemática de livros que representam a cultura e os sujeitos negros amplia o repertório simbólico das crianças e fortalece suas identidades, especialmente para aquelas que se reconhecem como negras. Por outro lado, o estudo também evidencia resistências por parte de alguns docentes, especialmente motivadas por visões religiosas e formações defasadas, o que aponta para a necessidade urgente de formação continuada antirracista. Portanto a literatura afro-brasileira é, ao mesmo tempo, linguagem, afeto e luta, e sua presença na Educação Infantil é condição para que as crianças possam sonhar e construir outros mundos mais justos, diversos e verdadeiros. Promover o contato com essa literatura é assumir um compromisso ético, estético e político com a infância e com o futuro.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. Educação Infantil. Educação antirracista. Linguagem.

¹ Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, fernandassouzaedu@gmail.com

² Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, queirozfernanda10@gmail.com

**PARES LEITORES no Programa de Iniciação Científica Jr.:
vivenciamento com a literatura por crianças contadoras de histórias**

Flávia Maria de Menezes¹
Alicia Pereira Albuquerque²
Luiza Johanson da Silva³

O presente trabalho foi escrito a partir do projeto de extensão PARES LEITORES com uma de suas vertentes no Programa de Iniciação Científica Júnior (IC Jr.), financiado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), envolvendo estudantes dos anos finais do ensino fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap UERJ. A participação no Programa IC Jr. vem ampliando as possibilidades para aproximação com as culturas infantis e juvenis, considerando que estas se constituem nos e pelos processos de atuação participativa de crianças e adolescentes nas experiências sociais e políticas. Pensamos o espaço escolar como um cenário profícuo para que essas experiências aconteçam em pares e na coletividade. O Projeto PARES LEITORES está vinculado à Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ) e tem como foco o fomento à leitura literária entre crianças e professoras da rede municipal de São Gonçalo. A participação no Programa IC Jr. possibilitou que o projeto pudesse expandir suas ações em outros espaços escolares, envolvendo outros sujeitos: estudantes do 9º ano do ensino fundamental do Cap UERJ contando histórias para as crianças da mesma unidade escolar. Cabe ressaltar que a proposta de contar histórias surge dos próprios estudantes, como uma forma de (re)aproximação de espaços da escola que já fizeram parte de suas experiências estudantis. Utilizando o *Whatsapp*, os estudantes se encontram, com a presença da coordenadora do projeto, combinam os livros que serão lidos com as crianças, combinam como vão atuar nas conversas literárias e fazem considerações sobre as experiências que estão vivenciando no Programa. A contação de histórias acontece quinzenalmente na sala de atividades das crianças, no Cap UERJ, com a presença da coordenadora do projeto e das professoras. É importante colocar que os estudantes utilizam o horário do próprio recreio para desenvolver a atividade. A atuação dos estudantes tem mostrado que, pelas e nas formas próprias de organização, negociação e tomada de decisões, é possível capturar o quanto vão se apropriando de sua condição de sujeitos de direitos, porém com modos peculiares de participação em um enredo social cuja trama é pautada majoritariamente em normatizações, regulações e decisões adultas, alheias as suas vontades e desejos. Como aporte teórico, o trabalho dialoga com o pensamento de Mikhail Bakhtin (2014, 2015, 2017) e Walter Benjamin (1987, 2011) para pensar a experiência, a alteridade e a discursividade como ideias que nos possibilitam aproximações e capturas com as crianças, seus vivenciamentos e suas culturas. O que conversamos nos encontros não presenciais e as conversas literárias entre os/as estudantes contadores de história e as crianças vão nos ajudando a pensar como organizam suas agências, considerando as formas como atuam em pares e produzem culturas, fazem escolhas, negociações e consentimentos em espaços em que as condições para a experiência lhes são dadas.

Palavras-chave: contadores de histórias – Iniciação Científica Junior – participação protagônica

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - FFP/UERJ flaviamaria37@yahoo.com.br.

² Bolsista do Programa de Iniciação Científica Jr. do Projeto PARES LEITORES. Estudante do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap UERJ. albuquerquealicia511@gmail.com

³ Bolsista Voluntária do Programa de Iniciação Científica Jr. do Projeto PARES LEITORES. Estudante do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap UERJ. luisa.johanson17@gmail.com

Um projeto e dois olhares: os saberes interpretativos dos bebês num contexto de vida coletiva

Georgete Moura Barboza¹

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de doutorado já finalizada que se dedicou a investigar a ação de bebês em um espaço de vida coletiva. O estudo buscou compreender a entrada do sujeito humano no universo da linguagem, utilizando como referencial teórico a filosofia da linguagem bakhtiniana. Os pensadores do Círculo de Bakhtin observam o mundo tendo a linguagem como meio e não as pessoas. A linguagem abarca a palavra, o canto, o choro, o silêncio, o gesto, as expressões faciais, o tom de voz, o olhar, a roupa etc. A pesquisa foi realizada em uma creche pública de um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a participação de nove bebês, entre dez e dezoito meses e suas educadoras em uma turma do Berçário. Como metodologia, empregou-se a narrativa de pesquisa em educação e o cotejo. A narrativa foi utilizada como materialidade textual para apreender o conhecimento a partir das experiências vividas, em um movimento que, ao mesmo tempo que confere um sentido novo ao passado, também aponta para o futuro. Aquele que narra retira da experiência o que conta e, ao mesmo tempo, incorpora sua narração à experiência dos ouvintes. O cotejo, por sua vez, permite recuperar parcialmente a cadeia infinita de enunciados aos quais ele responde, se contrapõe e define seus acordos ou desacordos. A compreensão a partir do cotejo é uma compreensão criadora, pois não há limites para o diálogo e nem para a construção de sentidos. Cotejar textos é colocar o texto em relação com a vida, com o mundo para fazer emergir os sentidos que se revelam e se constroem em cada relação. O texto apresenta dois eventos de campo e suas compreensões. O primeiro, revela a imagem de um bebê ativo que não recebe apenas algo do adulto, mas possui um saber interpretativo, que apesar da pouca idade, já compartilha um horizonte social com o outro. O segundo evento, traz o choro como linguagem cotidiana da creche, que quando visto como algo negativo, “feio”, indesejável, ganha outros sentidos nas relações naquele contexto, pois as palavras das educadoras são palavras que vão compondo os discursos internos dos bebês. Conclui-se que os bebês não são passivos, pelo contrário, eles constroem saberes a partir das relações que estabelecem com os seus outros. O olhar, as palavras, o tom de voz, o toque do outro vão ajudando-os a construir a imagem de si mesmo, os contornos dos seus corpos e do mundo à sua volta. Nesse sentido, o texto aponta para a necessidade do adulto de se colocar em diálogo com os bebês, pois como sujeitos expressivos, são potentes em suas enunciações, constroem projetos discursivos, possuem capacidade interpretativa, negociam e direcionam o foco da sua atenção e, nesse horizonte de possibilidades, vão superando sua condição psíquica elementar em direção às formas mais avançadas por meio de relações humanizadoras, e somente outro ser humano pode humanizá-los.

Palavras-chave: Bebês. Creches. Cotejo. Círculo de Bakhtin.

¹ Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro.

**“Chá de Fadas”:
encarnando práticas e propondo movimentos estéticos formativos para licenciandos**

Heloisa Josiele Santos Carreiro¹
Renata Menezes de Oliveira²

O presente resumo tem como objetivo discutir práticas pedagógicas inovadoras no processo de formação inicial de professores, destacando a importância do universo literário para crianças e adolescentes na construção de experiências estéticas no ambiente escolar. O estudo foi realizado no primeiro semestre de 2025, em uma disciplina eletiva de literatura infantojuvenil, em que os estudantes, sob a orientação de uma professora, organizaram um evento intitulado: “Chá de Fadas”. Essa iniciativa buscou promover uma reflexão sobre a prática pedagógica, estimulando a conexão dos estudantes com os contos de fadas. A proposta metodológica se inscreve na pesquisa-formação narrativa de Passeggi, por utilizar a memória da experiência encarnada como objeto de investigação. A metodologia envolveu a divisão dos discentes em grupos, cada um responsável pela organização de diferentes aspectos do evento, tais como a criação de um ambiente temático com música, decoração, contos a serem apresentados, lembrancinhas e a seleção cuidadosa de quatro contos explorados em suas dimensões estéticas e didática. Os participantes foram incentivados a desenvolver nomes criativos para os pratos de comida, inspirados nos elementos mágicos presentes nas narrativas dos contos de fadas. Cada grupo trouxe adereços e fantasias, enriquecendo o espaço e promovendo um ambiente lúdico e acolhedor. O evento também incluiu um concurso interno que premiou as melhores mediações literárias, os pratos de comida e bebida mais criativos e as melhores apresentações de fantasia. Essa experiência encarnada permitiu que os estudantes refletissem sobre práticas pedagógicas com um planejamento que considere sempre a participação e o envolvimento dos educandos em atividades escolares, promovendo uma aprendizagem significativa e colaborativa, convidando-os a repensar suas propostas educativas (se já atuam ou em breve atuarão como professores). As conclusões do estudo indicam que práticas estéticas, como o “Chá de Fadas”, podem ser efetivas na formação de professores, contribuindo para a construção de um ensino que valoriza a literatura e a criatividade, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e envolvente. A pesquisa se alinha a teorias como de Neitzel e Carvalho que defendem a importância da estética na educação, reforçando a necessidade de práticas que estimulem a imaginação e a participação ativa dos educandos no processo educativo, ao mesmo tempo, em que se fundamenta na valorização da memória e da experiência vivida como elementos centrais na formação docente.

Palavras-chave: Formação de professores, Literatura infantojuvenil, Práticas pedagógicas, Princípio estético.

NEITZEL, Adair de Aguiar.; CARVALHO, Carla. *Estética e Arte na formação do professor de Educação Básica*. Revista Lusófona de Educação, v. 17, n. 17, p. 103-121, 13 Ago. 2011.

PASSEGGI, Maria da Conceição. *Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico*. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9267>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹ Professora Associada da FFP/ UERJ e coordenadora do COLEI.- helo.carreiro.uerj.ffp@gmail.com

² Estudante de Pedagogia e bolsista de monitoria do COLEI - renatasegsg@gmail.com

**“Eu desenhei eu pulando corda”:
desenhos infantis sobre brincadeiras preferidas na escola**

Higor Ramos Ferreira¹
Ingrid Dittrich Wiggers²

“Eu desenhei eu pulando corda. Desde pequena minha irmã me ensinou. É o que eu mais gosto de fazer na escola”. Esse trecho representa a oralidade de uma criança de Brasília sobre sua brincadeira preferida na escola, após produzir um desenho sobre o tema. A partir disso, o objetivo da nossa pesquisa foi analisar questões de gênero ilustradas em brincadeiras preferidas que crianças retrataram em desenhos infantis. O referencial teórico, à luz do campo dos Estudos Sociais da Infância, expressa os elementos necessários para identificar as crianças que brincam, desenham, expõem anseios e ultrapassam fronteiras. A partir da coleção do Imagem - Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação, com o total de 27 trabalhos acadêmicos, entrevistas semiestruturadas e aproximadamente 2.500 desenhos de crianças de diversos tempos e espaços, realizou-se uma pesquisa documental de natureza qualitativa, por meio de um recorte de três séries da coleção com a temática de brincadeiras preferidas na escola, que somaram 68 desenhos. As crianças tem entre 6 e 10 anos de idade, estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas de Brasília-DF e Campinas-SP. O desenho como linguagem enfatiza o seu valor como documento que formaliza o que as crianças representam a partir de suas práticas sociais. A análise dos desenhos identificou que as brincadeiras tradicionais são as preferidas dos meninos e das meninas, seguidas das esportivas e por fim, das midiáticas. Os desenhos sugerem que as brincadeiras tradicionais podem ampliar a possibilidade de que meninas e meninos brinquem juntos sem estipular ações de acordo com os estereótipos de “masculino” e “feminino”. A brincadeira de pular-corda, por exemplo, potencializa um brincar integrado das meninas e dos meninos, sem segregação e exclusão de gênero. Além disso, esse brincar foi desenhado sete vezes entre meninos e meninas, e apesar de parecer uma simples prática com uma corda e duas pessoas batendo, quando compreendido na perspectiva cultural contribui para a preservação do patrimônio histórico das culturas infantis. Destaca-se ainda que essa discussão pode colaborar com a difusão das brincadeiras tradicionais na escola, assim como apresenta um espaço de refletir sobre a heterocisnormatividade imposta desde a infância.

Palavras-chave: desenho; infância; gênero.

¹ Universidade de Brasília. higoramosferreira2009@gmail.com

² Universidade de Brasília. ingridwiggers@gmail.com

Infância e linguagem: entre a política do livro didático e a poética da leitura

Isabele Lacerda Queiroz¹
Maria Clara de Lima Santiago Camões²

Rubem Alves (2008) nos mobiliza na proposição deste trabalho ao dizer que na tarefa de ensinar a arte da leitura às crianças, não começaria com letras e sílabas, mas pelo fascínio das histórias. Sua provocação poética nos desafia a pensar sobre a perspectiva binária que por vezes se interpõe à leitura, quando, por um lado anuncia-se o encantamento e a magia que envolvem o ato de ler e, por outro, a leitura atrelada ao sentido estrito da decodificação. Em um momento em que livros didáticos são distribuídos às crianças da Educação Infantil como promessa de aprendizagem e sucesso escolar futuro, propomos, neste trabalho, problematizá-lo enquanto produção curricular que, ao tentar normatizar práticas pedagógicas de alfabetização, subordina-as a uma lógica preparatória voltada ao Ensino Fundamental, em detrimento da leitura enquanto fruição, deleite, ou como diz Rubem Alves, como encantamento que provoca o desejo de aprender. Assim, assumindo a perspectiva pós-estrutural concebemos o currículo como prática discursiva (Lopes e Macedo, 2011) e questionamos os livros didáticos enquanto produção curricular que busca fixar um sentido de qualidade pautado em práticas estereotipadas de alfabetização, ancoradas num sentido homogeneizante de preparação para o Ensino Fundamental. Potencializamos tais tensionamentos a partir do segundo edital do PNLD para a Educação Infantil (nº 02/2020), que insere pela primeira vez, como política pública, livros didáticos para crianças da pré-escola de todo o país. Tal política nos faz inquirir esse movimento enquanto tentativa de colonização (Bhabha, 2013) da Educação Infantil, na medida em que evidenciam sua subordinação às competências e habilidades prescritas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/ 2017) e pela Política Nacional de Alfabetização (PNA/2019). Ao problematizar a lógica reguladora que tem orientado as políticas públicas educacionais - especialmente evidenciada na distribuição de livros didáticos pelo PNLD - e que tende a capturar a linguagem e a infância dentro de parâmetros de eficácia e previsibilidade, evidenciamos que, nesse contexto, o livro didático se configura como uma ferramenta de normatização da linguagem, limitando o imprevisto e o poético em nome da escolarização e da mensuração da aprendizagem. Outrossim, implicamo-nos com a leitura enquanto território de encantamento, como prática poética e não apenas como conteúdo normatizador, recusando a lógica colonial que ancora políticas como o PNLD, cujos livros didáticos para a Educação Infantil obliteram uma visão de currículo como prática discursiva e enunciação cultural - múltipla, tensionada, inacabada - capaz de acolher o imprevisível e o sensível que a infância anuncia.

Palavras-chave: infância, livro-didático, políticas curriculares, PNLD

Referência:

- ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BRASIL, MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. BNCC, 2016-2017. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- BRASIL. *Edital de convocação Nº 02/2020 – CGPLI* Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do material Didático PNLD 2022. Brasília, 2020.
- BRASIL. MEC. *PNA - Política Nacional de Alfabetização*. Secretaria de Alfabetização (Caderno). Brasília: MEC, 2019.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e SEMED Nova Iguaçu / isabele.lacerda@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Colégio Pedro II/ mescamoes@gmail.com

Práticas de ler e contar histórias para crianças na hora de dormir: narrativas de crianças e adultos

Julia Wassermann Guedes¹

Este trabalho refere-se a um recorte de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, sobre as práticas de ler e contar histórias para crianças na hora de dormir. O objetivo da pesquisa é conhecer e compreender como se dão essas práticas, os sujeitos nelas envolvidos e quais são os sentidos produzidos pelas crianças e adultos durante a experiência de ler, contar e ouvir histórias na hora de dormir. As principais questões em torno deste tema são: Quem conta essas histórias? Quem escolhe as histórias? Quais histórias são escolhidas e por quê? São histórias da tradição oral ou são inventadas, improvisadas? Há também a leitura de livros de literatura infantil? Quais livros são escolhidos? Por quem? Como as crianças se sentem nesse momento? Que sentidos produzem? Por que os sujeitos envolvidos mantêm essa prática cultural cotidianamente? Qual sua importância na vida das crianças? Como se organiza, se caracteriza essa prática? Pode ser considerada uma prática de cuidado? Dessa maneira, a pesquisa visa conhecer e compreender práticas de ler e contar histórias para crianças que extrapolam os muros da escola, suas expectativas curriculares e avaliativas, entrando no contexto doméstico, em um momento do dia bem específico, na hora de dormir. Os sujeitos da pesquisa serão encontrados pelo critério de familiaridade. Com os adultos serão realizadas entrevistas individuais e com as crianças oficinas. As contribuições da Sociologia da Infância e de Vygotsky nos indicam os caminhos para pensarmos infâncias e crianças em uma perspectiva não adultocêntrica. Sobre narrativas, diálogo e linguagem, são fundamentais as contribuições de Walter Benjamin, Martin Buber e Mikhail Bakhtin. Até o momento, os achados referem-se à análise das pesquisas selecionadas na revisão bibliográfica. Constatou-se que as pesquisas que dialogam com a temática em questão são em sua maioria de origem portuguesa e tem, de forma geral, o objetivo de relacionar a frequência e modo de leitura aos quais as crianças são expostas em casa ao sucesso escolar, principalmente no que diz respeito à alfabetização. Apesar de não terem a hora de dormir como recorte de tema, muitas dessas pesquisas indicam que a prática de ler e contar histórias para as crianças no contexto doméstico acontece nesse momento do dia, o que sugere ser relevante realizar a pesquisa sobre esse momento da rotina das crianças. Nesse sentido, pesquisar sobre as práticas de ler e contar histórias na hora de dormir nos possibilita o distanciamento em relação a um momento do dia aparentemente rotineiro para tentar entender o que há de tão precioso para que crianças e adultos (ouvintes e narradores) envolvidos nesse momento mantenham essa prática em seu cotidiano.

Palavras-chave: Histórias; hora de dormir; narrativas; crianças; adultos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio, Professora do departamento dos Anos Iniciais do Colégio Pedro II, e-mail: juliaguedes37@yahoo.com.br

Cuidado e gênero: brincadeiras e narrativas infantis em foco

Juliana de Oliveira Alves Ferreira¹

O artigo tem como objetivo refletir sobre gênero e cuidado a partir de brincadeiras e narrativas de crianças. A pesquisa tem como base os textos de: Daniela Finco, que discute as relações de gênero na infância; Evelyn Glenn, que traz um olhar feminista para o ato de cuidar; Graucira Louro, que pesquisa sobre a construção dos gêneros em uma perspectiva escolar; e Carolina Oliveira, que discute a crença no afeto feminino como imperativo para os diversos tipos de cuidado. A metodologia foi de abordagem qualitativa, utilizando como estratégias observação do cotidiano e das brincadeiras de 13 crianças de 6 anos, que frequentam uma escola privada na Zona Sul do Rio de Janeiro, e conversas individuais sobre o cotidiano das crianças dentro e fora do ambiente escolar, tendo como elementos disparadores imagens que retratam situações de cuidado. O estudo demonstra que as concepções de gênero não são biologicamente definidas, mas forjadas ao longo da infância e perpetuadas, em sua maioria, pelos adultos. Além disso, ratifica a importância do papel da escola na construção e desconstrução das relações entre gênero e cuidado.

Palavras-chave: Gênero. Infância. Cuidado.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Formação docente e memórias literárias: o que narram os professores formadores e cursistas do leei

Lia Dias de Alencar¹

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento, vinculada ao grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP/Unirio), que busca compreender como as histórias de vida e memórias literárias dos professores de educação infantil, participantes da formação continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), refletem em suas práticas literárias docentes. O LEEI surgiu do desejo de pensar a respeito do papel da educação infantil nas práticas de leitura e escrita, especialmente em escolas públicas brasileiras, promovendo a formação de professores leitores. Em 2024, o programa foi institucionalizado como política pública de formação continuada em todo o Brasil, integrando-se ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Política Nacional de Alfabetização (PNA). Coordenado por 32 universidades federais em parceria com o MEC, oferece materiais pedagógicos que articulam ciência, arte e vida, com foco na oralidade, leitura e escrita, buscando ampliar as experiências das crianças com a linguagem escrita, respeitando suas especificidades e considerando a leitura e a escrita como práticas sociais integradas ao cotidiano. A pesquisa tem, como recorte, a análise das trajetórias profissionais de professores, explorando como a literatura influencia suas práticas pedagógicas, por meio de histórias de vida, apoiadas na metodologia da História Oral. Essa abordagem valoriza a subjetividade, as memórias e as experiências pessoais, buscando compreender as escolhas e contingências que moldaram suas práticas docentes. Como metodologia, o trabalho com as Histórias de Vida, destaca a não linearidade dos processos e ocorre na intersecção entre o profissional e o pessoal, resgatando a concepção do sujeito como indivíduo e ser social, como nos diz Nóvoa (1992), Huberman (1992), Goodson (1992). Para esta análise, foram utilizados materiais produzidos pelos professores ao longo do curso, que revelam a importância das experiências literárias e culturais na formação docente. Inspirada por pensadores como bell hooks e Paulo Freire, a pesquisa enfatiza uma pedagogia engajada, que valoriza a troca de experiências e o bem-estar tanto de professores quanto de estudantes. A experiência de um campo-piloto revelou a importância de ações que promovam atividades literárias e culturais, dentro e fora da escola. As observações dos encontros de formação mostraram o prazer e o potencial de envolvimento com a literatura. Por ora, mais do que resultados concretos e fechados, a investigação pautada em narrativas vem mostrando sempre novas questões e perguntas que, por sua vez, são geradoras de novos conhecimentos, apontando caminhos para a construção de políticas públicas que visam à solidificação da literatura como arte dentro das escolas, contribuindo para a formação de cidadãos mais humanos e a sedimentação de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: educação infantil; formação literária de professores; política pública.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - lia.alencar@edu.unirio.br

Representações de gênero e raça na literatura infantil: Uma análise sobre o conto de fadas “branca de neve e os sete anões”

Luana Santana da Silva¹
Ana Paula Abrahamiam de Souza²

Este trabalho apresenta uma análise crítica das representações de gênero em diferentes versões do conto de fadas “Branca de Neve e os Sete Anões”, sob a perspectiva dos Estudos Culturais e de Gênero, compreendendo esse tipo de narrativa como parte da pedagogia cultural que influencia na constituição das subjetividades infantis. A pesquisa partiu do interesse em compreender como os contos de fadas, amplamente difundidos na literatura e nas mídias voltadas às infâncias, reforçam ou ressignificam estereótipos de feminilidades e masculinidades. O objetivo foi analisar como esses contos reproduzem discursos de gênero e como esses discursos podem impactar a infância, especialmente no que diz respeito à naturalização de papéis sociais associados ao masculino e ao feminino. O referencial teórico está ancorado em autoras como Guacira Lopes Louro (1997), Joan Scott (1995), Berenice Bento (2015; 2022), Judith Butler (2003) e autoras dos Estudos Culturais como Giroux, Hall e Steinberg, que discutem as intersecções entre cultura, poder e identidade. Adotou-se a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo como metodologia, considerando tanto os aspectos textuais quanto iconográficos. Foram analisadas duas versões do conto: uma versão tradicional impressa, popularizada pela Disney, e uma versão contemporânea em audiolivro, intitulada “Vini conta Branca de Neve”. A análise foi organizada em três categorias: padrões de subjetivação das feminilidades, das masculinidades e as relações de gênero. Identificou-se que a versão tradicional reforça estereótipos como a docilidade, a passividade e a dependência da figura masculina para a salvação da personagem feminina. Já a versão contemporânea subverte esses padrões, apresentando uma princesa mais autônoma, crítica e ativa, rompendo com o arquétipo clássico da donzela em perigo. Também se observou uma ampliação nas formas de representação das masculinidades, incluindo personagens masculinos que expressam emoções e desempenham tarefas domésticas, desafiando o modelo hegemônico. A pesquisa conclui que os contos de fadas, quando lidos criticamente, podem ser poderosos instrumentos de reflexão e transformação, sobretudo no espaço escolar. Ao considerar a infância como um tempo de formação simbólica intensa, torna-se urgente repensar as linguagens literárias e midiáticas oferecidas às crianças, promovendo representações mais plurais e inclusivas. Essa análise convida educadores, famílias e pesquisadores a desenvolverem práticas que favoreçam o letramento crítico desde os anos iniciais da vida escolar, reconhecendo as infâncias como sujeitos de direito, pensamento e potência.

Palavras-chave: Literatura infantil; Gênero e infância; Contos de fadas; Estereótipos de gênero; Subjetividades.

¹ Pedagoga formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Especialista em Infância e Educação Infantil pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Professora do ensino fundamental da rede municipal do município Jaboatão dos Guararapes – PE e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Identidades (PPGECI) pela UFRPE/FUNDAJ. luanassan@gmail.com.

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEd-UFRPE) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI - UFRPE/FUNDAJ). Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). anapaula.souza@ufrpe.br.

A linguagem dos lírios: necroinfância e pedagogias de reexistência nas artes da cena

Luvel Garcia Leyva¹

Este trabalho apresenta reflexões parciais de uma pesquisa em andamento, vinculada ao Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que investiga as relações entre arte, infância e violência no Brasil contemporâneo, com foco nas infâncias negras, periféricas e racializadas. O objetivo central é compreender de que forma a pedagogia das artes da cena pode contribuir para a construção de estratégias simbólicas, políticas e formativas que enfrentem os efeitos da necropolítica sobre os corpos infantis. A pesquisa dá continuidade a uma investigação anterior desenvolvida em organizações sociais, na qual se analisou, à luz do conceito de necroinfância, como práticas artísticas e pedagógicas operam metodologicamente diante das violências simbólicas e materiais que incidem sobre crianças em contextos vulnerabilizados. A partir das reflexões emergidas nesse percurso, este novo estudo aprofunda a análise sobre os modos como os corpos infantis são produzidos, representados e performados sob cenários de violência estrutural — especialmente quando se trata de crianças negras e racializadas — compreendendo tais processos como operações estéticas do necropoder que produzem apagamentos, espetacularizações e desaparecimentos simbólicos. Com abordagem interdisciplinar e decolonial, a pesquisa articula referenciais das artes da cena, dos estudos culturais das infâncias latino-americanas e da teoria social crítica, mobilizando autoras e autores como Mbembe (2018), Diéguez (2021), Rolnik (2019), Fonseca (2021) e Silva (2023). De natureza teórico-analítica e sem envolvimento direto com seres humanos, o estudo investiga experiências socioestéticas produzidas por familiares, movimentos sociais e coletivos artísticos, que operam na intersecção entre estética, política, luto e memória. Por meio da análise de registros visuais (fotojornalismo, arquivos de mídia, performances urbanas e protestos públicos, como o ato *Rio de Paz* na praia de Copacabana, em 2024), busca-se compreender os regimes de visibilidade e invisibilidade que incidem sobre os corpos infantis. Como resultados parciais, observa-se que práticas artístico-pedagógicas e experiências de criação coletiva têm produzido espaços de escuta e reexistência, nos quais as crianças deixam de ser apenas vítimas da violência para se tornarem agentes de elaboração simbólica e resistência estética. O trabalho afirma, assim, a arte como linguagem capaz de produzir uma pedagogia do luto e da insurgência, contribuindo para os estudos decoloniais das infâncias latino-americanas e para a formação de professores comprometidos com a justiça social.

Palavras-chave: infâncias racializadas; necropolítica; pedagogia das artes cênicas; violência; reexistência.

¹ Professor doutor do Departamento de Artes Cênicas da ECA-USP. Pesquisador em temas de infância, artes da cena e pedagogia do teatro.

Pesquisando-com crianças surdas uruguaias: o brincar como linguagem

Maria Carmen Euler Torres¹

As pesquisas com crianças têm se constituído como um desafio para os pesquisadores que, como adultos nos colocamos como sujeitos que estão em posição vantajosa pelo fato de estarmos mais adiante do desenvolvimento, o que, socialmente garante chaves de acesso à cultura, às tomadas de decisão, a um lugar social instituído como mais autorizado a falar, a refletir sobre as questões de pesquisa, por exemplo. Garantir a participação efetiva das crianças como agentes de produção de cultura e tomadas de decisão torna-se nossa grande causa. Utilizamos os conceitos de **vivência** (Vigotski, 2018) que se refere a unidade sujeito-meio e traz a dimensão da alteridade, do sujeito-em-relação-aos-outros, que reinaugura o mundo a cada evento e **equipotência das vozes** (Bakhtin, 2016) que não deixa se perder a autoria do pesquisador, mas inclui com igual importância a autoria das crianças. Tradicionalmente, pesquisar as crianças tem se configurado como ações eminentemente, baseadas em relações de poder, através das quais os adultos-pesquisadores ocupam um lugar privilegiado e as crianças incorporam sujeitos que não tem condições de participar efetivamente desse processo: são observadas, medidas, fotografadas, filmadas, avaliadas e pouco aparecem suas manifestações subjetivas e seu protagonismo durante a pesquisa. Nesse trabalho queremos apresentar uma experiência de pesquisa com crianças surdas uruguaias de 4 anos, em processo de aquisição de língua de sinais na qual destacamos a metodologia do pesquisar-com (Friedmann, 2020) e Lopes (2005) a partir da observação participante das crianças concretas, nas brincadeiras. A pesquisa foi realizada, no mês de maio de 2025, em uma escola de surdos e crianças com alterações de linguagem na cidade de Salto (Uruguai) na qual observamos as brincadeiras de faz-de-conta em uma turma de Educação Infantil, com 8 crianças entre 4 e 5 anos, surdas ou ouvintes com dificuldades de linguagem. Destacamos, para essa análise do pesquisar-com um episódio vivenciado entre a pesquisadora e uma criança surda da turma, no qual ambos participam da construção de um brinquedo de caixa de papelão e da filmagem desse processo. Como resultados desse recorte da pesquisa destacamos a necessidade da inclusão das crianças e seu reconhecimento como atores sociais o que evidencia para nós, adultos-pesquisadores a pluralidade de suas culturas, linguagens e formas de estar do mundo. Pensando nessas crianças pequenas surdas e, ainda por cima estrangeiras (para nós e nós, estrangeiros para elas), com uma outra língua, outra cultura e experiências de vida totalmente diferentes, observá-las brincando e pesquisar-com elas foi a melhor forma de construirmos juntos o conhecimento sobre as diferentes infâncias e suas formas próprias de se expressar, de se comunicar e de estar no mundo.

Palavras-chave: Pesquisar-com; crianças surdas; brincadeiras; language

Investigando-com niños sordos uruguayos: el juego como lenguaje

Las investigaciones con niños se han constituido como un desafío para los investigadores debido al hecho de que, como adultos, nos posicionamos como sujetos en una situación ventajosa, por estar en una etapa más avanzada del desarrollo. Esto, socialmente, nos garantiza llaves de acceso a la cultura, a la toma de decisiones, a un lugar social instituido como más autorizado para hablar, reflexionar sobre cuestiones de investigación, por ejemplo. Garantizar la participación efectiva de los niños como agentes de producción de cultura y toma de decisiones se convierte en nuestra gran causa. Utilizamos los conceptos de vivencia (Vigotski, 2018), que se refiere a la unidad sujeto-medio y aporta la dimensión de la alteridad, del sujeto-en-relación-con-los-otros, que reinaugura el mundo en cada evento, y la equipotencia de las voces (Bakhtin, 2016), que no elimina la autoría del investigador, pero incluye con igual importancia la autoría de los niños. Tradicionalmente, investigar

¹ Instituto Nacional de Educação de surdos e Universidade Federal de Juiz de Fora

a los niños se ha configurado como acciones eminentemente basadas en relaciones de poder, en las cuales los adultos-investigadores ocupan un lugar privilegiado y los niños son tratados como sujetos que no tienen condiciones de participar efectivamente en este proceso: son observados, medidos, fotografiados, filmados, evaluados, y rara vez aparecen sus manifestaciones subjetivas y su protagonismo durante la investigación. En este trabajo queremos presentar una experiencia de investigación con niños sordos uruguayos de 4 años, en proceso de adquisición de lengua de señas, en la cual destacamos la metodología del investigar-con, (Friedmann, 2020) e Lopes (2005) a partir de la observación participante das crianças concretas, en los juegos. La investigación se realizó, en el mes de mayo de 2025 en una escuela para sordos y niños con alteraciones del lenguaje en la ciudad de Salto (Uruguay), donde observamos los juegos de simulación en un grupo de Educación Infantil, con 8 niños entre 4 y 5 años, sordos o oyentes con dificultades de lenguaje. Destacamos, para este análisis del investigar-con, un episodio vivido entre la investigadora y un niño sordo del grupo, en el cual ambos participan en la construcción de un juguete con una caja de cartón y en la filmación de ese proceso. Como resultados de este recorte de la investigación, destacamos la necesidad de incluir a los niños en las investigaciones y reconocerlos como actores sociales, lo que evidencia para nosotros, adultos-investigadores, la pluralidad de sus culturas, lenguajes y formas de estar en el mundo. Pensando en estos niños pequeños, sordos y además extranjeros (para nosotros), con otra lengua, otra cultura y experiencias de vida totalmente distintas a las nuestras, observarlos jugar e investigar-con ellos fue la mejor forma de construir juntos el conocimiento sobre las diferentes infancias y sus formas propias de expresarse, comunicarse y estar en el mundo.

Palabras-clave: Investigar con; niños sordos; juegos; lenguaje

BAKHTIN, Mikhail. Sobre Maiakóvski. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2016

FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Educação, 2020

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa e estudos. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005

VIGOTSKI, Lev Semionovich Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018

EMOCIONARTE: Emoção como Arte na Educação Infantil

Maria Claudia de Vasconcelos¹
Elisabeth Giardinieri Carneiro²

A educação infantil transcende a transição de conhecimento acadêmico, sendo fundamental para o desenvolvimento afetivo das crianças. O projeto EMOCIONARTE, concebido a partir da observação da necessidade de expressão emocional nessa fase, busca integrar emoções e arte como elementos-chave no desenvolvimento integral infantil. Como estudante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na disciplina Política e Infância, tive a oportunidade de aprofundar reflexões sobre a importância da educação emocional desde os primeiros anos de vida. Nosso objetivo com esse projeto é fortalecer a autoestima e ajudar as crianças a reconhecer e equilibrar suas emoções por meio de atividades sensoriais e artísticas. Ao promover essa consciência emocional, buscamos contribuir para a construção de habilidades essenciais de adaptação, concentração e interação social das crianças. Fundamentadas nas ideias de Daniel Goleman, (1995) sobre inteligência emocional, organizamos um projeto que busca enfatizar o papel das emoções na aprendizagem e na resolução de desafios. Segundo Goleman, a capacidade de reconhecer e gerir emoções na infância impacta diretamente a construção de relações saudáveis e a resolução de conflitos no mundo contemporâneo. Utilizamos técnicas distintas nas atividades sensoriais e emocionais, que incentivam o autoconhecimento das crianças, por meio de expressão artística, músicas, exploração tátil e oficinas de imersão sonora e visual. Esses foram alguns dos dispositivos empregados para estimular a identificação e a regulação emocional. A implementação do projeto revela que, ao proporcionar um espaço de aprendizado afetivo, as crianças se tornam mais adaptáveis às mudanças, desenvolvem maior concentração no aprendizado e constroem relações mais harmoniosas com os colegas. Ao longo das atividades propostas, observamos que a integração de práticas lúdicas e interativas contribuiu significativamente para que os pequenos reconheçam, nomeiem e lidem melhor com seus sentimentos. Essas atividades nos revelaram a importância de incluir a educação emocional no currículo escolar, como um pilar indispensável para a formação integral das crianças. Dessa forma, o projeto não apenas gerou impactos positivos no desenvolvimento infantil, mas também trouxe reflexões sobre como a escola e a sociedade podem fortalecer a formação socioemocional desde os primeiros anos de vida. Também destacamos a aceitação e aprovação do projeto pela coordenação da escola, que reconheceu sua relevância para a educação infantil, possibilitando um aprendizado mais humanizado.

Palavras-chave: Inteligência emocional; Educação infantil; Desenvolvimento afetivo; Arte e emoção

¹ Professora de Educação Infantil e estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

² Psicopedagoga do Centro de Atividades psicopedagógicas LTDA.

Infância, literatura e temas fraturantes: a morte em livros infantis na perspectiva de estudantes de Pedagogia

Maria Eduarda dos Santos Rodrigues da Silva¹

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir de falas de estudantes da disciplina eletiva Infância e Literatura Infantil, do curso de Pedagogia da UERJ, sobre livros infantis que lhe causavam estranheza: "Isso não é literatura infantil!", "Que pesado para uma criança!", "Se eu estou com medo, imagina uma criança?". Por que não seria literatura infantil? Por que não é para crianças? A definição do que é ou não para criança expressa concepções de criança, infância e literatura infantil, concepções essas que variam de acordo com o contexto histórico, social, político e cultural. Assim surgiu a pergunta que norteia a pesquisa: De que forma as concepções de criança, infância e literatura infantil, construídas ao longo da formação em Pedagogia, impactam o olhar das/os estudantes sobre a presença da morte nos livros infantis? Dentre os diversos temas fraturantes, essa pesquisa trata sobre a morte na literatura infantil. As principais autoras utilizadas na fundamentação teórica foram: Sonia Kramer, tendo em vista seus estudos sobre infância e criança; Ligia Cademartori, para uma definição do que é literatura infantil; e Ana Margarida Ramos, pois é a partir de seus estudos que o termo "temas fraturantes" passa a ser mais frequentemente utilizado nos estudos. Optou-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que, por ser um tema pouco explorado, ainda mais se tratando da morte na literatura infantil, é necessário realizar uma análise do material já produzido para uma melhor compreensão dos conceitos e percepções construídos até agora sobre essa temática. O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da Capes usando os descritores "morte" e "literatura infantil". Dos 256 resultados obtidos na pesquisa, 15 artigos foram selecionados por sua relevância ao tema. Também foram selecionados quatro livros ilustrados - livros estes nos quais o texto e a ilustração contam a história juntos - para uma roda de leitura com estudantes de Pedagogia da UERJ; são eles: "O pato, a morte e a tulipa", escrito e ilustrado por Wolf Erlbruch; "Pedro e Lua", escrito e ilustrado por Odilon de Moraes; "Pode chorar coração, mas fique inteiro", escrito por Glenn Ringtved e ilustrado por Charlotte Pardi; e, por fim, "O luto é um elefante", sendo Tamara Ellis Smith, a escritora, e Nancy Whitesides, a ilustradora. Por meio desses livros buscou-se analisar como os autores-ilustradores, autores e ilustradores abordam a morte a partir dos textos escrito e ilustrado e, através da roda de leitura, dialogar com as/os discentes e analisar seus comentários sobre as obras e suas concepções de criança, infância e infantil. A pesquisa mostrou que as ideias que as/os estudantes têm sobre criança e literatura infantil influenciam como elas/es veem a morte nos livros para crianças. Os livros analisados e a roda de leitura mostram que a morte pode ser tratada de forma sensível para o público infantil, rompendo com a ideia do que é ou não adequado para uma criança.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Morte. Temas Fraturantes.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Laboratório de Educação, Infância e Arte (LEIARTE/UERJ). Email: meduardasrs003@gmail.com

Infâncias e linguagens: desenho das crianças, entre as formas de expressão e a didatização do lúdico

Mariana Carvalho de Albuquerque¹
Monique Aparecida Voltarelli²

O presente texto é fruto de pesquisa realizada em uma instituição pública de educação infantil no Distrito Federal, localizada no Plano Piloto de Brasília. Tendo como questionamento central as linguagens infantis, buscou-se compreender o desenho como forma de expressão das crianças e como constituinte das culturas infantis. Estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) compreender as abordagens teóricas acerca das crianças e da infância a partir das contribuições da Sociologia da Infância; b) destacar a importância das múltiplas linguagens na educação infantil; e c) compreender o valor do desenho enquanto linguagem expressiva das crianças. Como aporte teórico, utilizou-se autores como Sarmento (2004, 2008), Qvortrup (1995, 2001, 2010) e Corsaro (1992, 2003, 2011), que contribuíram para a compreensão de conceitos e metodologias essenciais à pesquisa. Nessa perspectiva, as crianças são vistas como sujeitos sociais com capacidade de agência, cujas especificidades devem ser consideradas no processo educativo, valorizando suas produções culturais. O desenho foi, assim, estudado a partir de conceitos alinhados a essa concepção. O estudo reconhece o desenho infantil como uma linguagem dotada de potencial para comunicar, expressar sentimentos e produzir cultura, conforme destaca Derdyk (1989, p. 42). Além disso, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ressalta a importância de práticas pedagógicas fundamentadas na interação e na brincadeira. Tais práticas devem garantir às crianças experiências que “favoreçam sua imersão em diversas linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical” (BRASIL, 2009, p. 4). A pesquisa utilizou como metodologia o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. Esta última foi realizada ao longo de dois meses no primeiro semestre de 2019, por meio da escuta sensível das crianças, associada à observação e à análise de suas múltiplas linguagens, com destaque para os desenhos. Ressalta-se que a investigação foi feita **com** as crianças, e não apenas **sobre** elas. A partir dessa abordagem, observou-se que, em determinadas situações, o desenho na instituição investigada ainda é utilizado como didatização do lúdico, com atividades que oferecem pouco espaço para a livre expressão infantil. Tais práticas reforçam a valorização do produto em detrimento do processo, com foco em padrões de traços e formas, buscando uniformizar as produções. Assim, evidencia-se a necessidade de ampliar os repertórios das crianças e de valorizar sua participação nos processos criativos, associando o desenho a outras linguagens infantis, para que essas sejam reconhecidas e respeitadas tanto no contexto escolar quanto fora dele.

Palavras-chave: Desenho das crianças; Formas de expressão; Sociologia da Infância; Culturas infantis.

¹ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Mariana_albuquerque@se.df.gov.br

² Universidade de Brasília, mvoltarelli@unb.br

A importância do Ensino das Artes na Educação Infantil e no Desenvolvimento Global da Criança

Mariana de Lima Rizzo¹

O presente estudo analisa a relevância do ensino das artes na Educação Infantil, abordando sua influência no desenvolvimento global das crianças. Parte-se da constatação de que, apesar de sua importância, as artes ainda ocupam lugar secundário em muitos currículos da formação docente. O objetivo é refletir sobre os impactos cognitivos, emocionais e sociais que o contato com linguagens artísticas pode proporcionar. Com base em uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Gardner, Dewey, Montessori, Freire, Freinet e Ana Mae Barbosa, argumenta-se que o ensino de artes estimula a criatividade, favorece a integração de conhecimentos, fortalece habilidades socioemocionais e contribui para a preservação da identidade cultural. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, compreendida como processo sistemático e orientado de investigação. Os resultados apontam que a presença efetiva das artes no cotidiano escolar promove benefícios tanto para alunos quanto para professores, desde que acompanhada por uma formação docente adequada. Conclui-se que a arte, ao ser integrada ao currículo escolar de forma significativa, potencializa o desenvolvimento integral da criança e ressignifica as práticas pedagógicas, tornando a experiência educacional mais sensível, criativa e inclusiva.

Palavras-chave: Ensino das artes; Educação Infantil; Desenvolvimento Infantil; Educação.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

As múltiplas linguagens, a rotina e o trabalho de educação de gênero: articulando teorias e repensando o fazer docente na Educação Infantil

Mariana Souza Lima¹
Giovanna Santos Serafim Santiago²

Este resumo tem por objetivo apresentar reflexões teóricas a partir de estudos bibliográficos realizados na disciplina de Educação Infantil II, que inspiram nossas ações como bolsistas em um projeto de Prodocência, ao menos àquelas voltadas para questões relacionadas à identidade de gênero na Educação Infantil. Nessa articulação entre teoria e prática — que aprendemos com Freire (1987) — refletimos sobre o planejamento dos tempos, espaços e atividades na rotina escolar. Buscamos desenvolver um trabalho que se articule às múltiplas linguagens e que se desafie ampliar as referências infantis no que se refere aos papéis sociais atribuídos a meninas e meninos, os quais podem ser transgredidos por meio de brinquedos, brincadeiras e da interação com os diversos artefatos culturais que disponibilizamos às crianças na escola. Os estudos desenvolvidos revelam que no processo de educação de gênero das crianças muitas famílias, por vezes, representam uma barreira para o trabalho pedagógico que se anuncia nesse viés, porque desejam confinar às crianças aos seus valores, pois se esquecem que a escola pública é um espaço laico. Nesse sentido, é evidente que uma instituição educacional complementa a ação da família, portanto, não visa romper os valores pessoais e familiares. Contudo, é preciso entender que esse ambiente não sobrepõe em seu trabalho, convicções particulares ou de determinada comunidade. Diante dessa tensão que se anuncia, pensamos as múltiplas linguagens como potência lúdica, às barreiras no processo de educação da referida questão, pois as diferentes linguagens podem ajudar às crianças a ampliar suas referências de leituras de si mesmas, do mundo e, especialmente, do microcosmo dos princípios cultivados no espaço doméstico. Nosso objetivo principal é ressignificar concepções e práticas normalizadas sobre as questões de gênero, isso é, propor uma análise a determinados caminhos seguidos, muitas vezes de forma automática e involuntária, que pouco pensam no desenvolvimento integral da criança. Provisoriamente concluímos com base em estudos, pesquisas, artigos e ensaios discursivos com as crianças no cotidiano escolar, através de nossas atividades enquanto bolsistas, que as múltiplas linguagens são essenciais para o desenvolvimento infantil, bem como sua articulação com as questões de gênero. Para alcançar essas conclusões foi fundamental dialogar com autores como Butler (2024), Nery (2007), Costa e Santos (2017), Mello (2014) e Barbosa (2006). A partir das reflexões feitas, é evidente como precisamos destrinchar ideologias de gênero para minimizar seu impacto, que é direto, no desenvolvimento infantil e estimular que a liberdade de expressão. Diante disso, ficou evidente a maneira que as múltiplas linguagens são aliadas desse processo, de modo a estimular o pensamento crítico e a criatividade natural da infância. Criar um ambiente lúdico qualifica às experiências de rotina ofertadas às crianças e lhes proporciona aprendizagem mais significativa.

Palavras-chave: Infância, Gênero, Múltiplas Linguagens, Criança, Desenvolvimento Infantil, Rotina.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: Rotinas na educação infantil**. Edição 1. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e bolsista do Coletivo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil (COLEI). E-mail: marisolima17@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e bolsista do Coletivo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil (COLEI). E-mail: giovannassantiago@hotmail.com

COSTA, Josilene Pereira da; SANTOS, Lindalva Pessoni. **As múltiplas linguagens e a organização do trabalho pedagógico na educação infantil.** Anais da VI semana de integração inhumas: UEG, 217, p.715-732.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MELLO, Suely Amaral. **Os bebês como sujeitos no cuidado e na educação na escola infantil.** Revista Magistério, Volume 1. São Paulo: SME/DOT,nº 3, p. 46- 53, 2014.

NERY, Alfredina. **Mobilidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC/SEB, 2007. p. 109-135.

Encontros entre literatura e vivência espacial na Educação Infantil

Miriam Nogueira Duque Villar¹

Jader Janer Moreira Lopes²

As instituições de Educação Infantil são espaços privilegiados que podem oportunizar vivências que transcendem a realidade social, proporcionando aos bebês e crianças estar em lugares e territórios ainda não visitados, ampliando caminhos para um encontro com novas leituras de mundo. Diante dos desafios enfrentados para a construção de uma educação em um contexto democrático, é importante considerar que as crianças fazem parte dos grupos enquadrados como minorias. Muitas das vezes suas lógicas e autorias infantis são aprisionadas e silenciadas por saberes adultocêntricos acompanhados de conhecimentos e linguagens que se tornam predominantes diante de suas formas de ser e habitar no mundo. Mas, as crianças (re)existem criando verdadeiras microrevoluções através de diálogos criativos de reelaboração criadora (Vigotski, 2009) possibilitando o poder transformador da imaginação que se manifesta através de palavras, ações e gestos que compartilham projetos e sentimentos potencializados pela experiência estética. A literatura, enquanto experiência estética, fundamenta-se como possibilidade da formação humana e compreensão da realidade. Na interlocução entre autor, leitor e narrativa, há o encontro dialógico de vivências que favorecem uma nova compreensão do sujeito para o que se lê. Diante dessa compreensão, a leitura favorece o desenvolvimento do poder de criação e imaginação humana, revelando-se como elemento fundante para a produção de sentidos. A partir desse contexto, está sendo desenvolvida a minha pesquisa de doutorado que tem como objetivo compreender como as vivências espaciais vão sendo construídas a partir das relações que as crianças pequenas têm com a literatura infantil. Essa investigação está sendo realizada em uma escola pública de Educação Infantil, do município de Juiz de Fora/MG-Brasil, com crianças da faixa etária de 5 anos de idade. Por meio de observação participante, fotografias e filmagens, está sendo possível experienciar como as crianças vão construindo suas vivências espaciais (LOPES, 2021, 2022), a partir dos livros de literatura. Porém, tudo isso só é possível porque existe um ato amoroso do outro, ou seja, um ato responsável que move para o processo de humanização. Nesse sentido, podemos compreender que “amor é uma categoria ética, [...] Diz respeito a nossa não indiferença, à escuta ativa [sensível] e dialógica com o outro, todos mediados pelo mundo” (Lopes; Mello, 2009, p. 150). Nessa perspectiva, ressaltamos a necessidade de que as lógicas e autorias infantis não sejam aprisionadas e silenciadas, mas que sejam possibilidades de diálogos criativos de reelaboração criadora, favorecendo o desenvolvimento, as metamorfoses e as transformações de sujeitos vivos de uma vida pulsante.

Palavras-chave: Infância; Literatura; Vivências espaciais.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail (Volóchinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de Michel Lauch e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

LOPES, Jader J. M.; MELLO, Marissol B. de. (org) O Jeito que nós crianças pensamos sobre certas coisas – Dialogando com a lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

LOPES, Jader Janer. Moreira. Terreno baldio: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar Geografias - por uma Teoria sobre a Espacialização da Vida. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

LOPES, Jader Janer Moreira. Como vivência espacial e o enunciar literário em vidas espacializadas. Revista Cadernos para o Professor, Juiz de Fora, Secretaria de Educação / PJF, ano XXIX, nº 44, p. 38-50, ago./dez. 2022.

¹ Universidade Federal Fluminense/Niterói- miriamnogueiraduquevillar@gmail.com

² Universidade Federal Fluminense/ Niterói- jjanergeo@gmail.com

VIGOTSKI. Lev Semenovitch. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores. Tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

Livros ilustrados para bebês: perguntas urgentes para escolhas e interlocuções

Patrícia Corsino¹

Esta apresentação tem como objetivo discutir os livros ilustrados que incluem os bebês como interlocutores presumidos. Trata-se dos resultados da primeira parte da pesquisa sobre livros de qualidade para bebês na qual foram analisadas obras que tiveram o selo de altamente recomendado da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil-FNLIJ nos cinco últimos anos. Parte-se do pressuposto de que são obras consideradas de qualidade por fugirem de estereótipos, por surpreenderem, por gerarem indagações, por sua forma inovadora de tratar temas do cotidiano e conceitos iniciais (Kümmerling-Meibauer; Meibauer, 2011). O livro ilustrado é uma produção contemporânea que articula, dialogicamente, a materialidade da obra, as ilustrações e o texto verbal. Nestes livros não há hierarquias entre o verbal e o visual, portanto a linguagem é verbo-visual (Nikolayeva; Scott, 2011), ver e ler se aliam para dizer. O livro ilustrado é um gênero que não se restringe ao literário, pois pode ter outras propostas como a informativa; nem ao infantil, pois enquanto arte extrapola faixas etárias. Ter os bebês como possíveis interlocutores, remete a pergunta como: quem são os bebês? Para responde-la me atenho ao que definiu Joana (5 anos), que não se considerava mais bebê: “bebê é quem usa fralda, mama no peito e não fala direito”. Uma das características do bebê é estar em pleno processo de apropriação da linguagem, na “luta para criar a sua própria palavra, instituindo a si mesmo e ao mundo que o cerca” (Souza, 2016, p.12). Tornar a palavra alheia como própria é um processo dos sujeitos de linguagem, processo constituinte que se inicia na infância e não se esgota. A luta pela palavra própria se dá na arena discursiva, nas interlocuções que, desde bebês, estabelecemos e o livro pode ser um aliado neste processo. As análises das obras indicaram que os livros ilustrados que incluem os bebês como interlocutores são obras que apostam nos processos interativos entre o livro, o adulto e o bebê, ou seja, no triângulo amoroso anunciado por Reyes (2010) e López (2016), cujas pontas se movimentam e circulam em diversas ordens. Além disso, nesta aposta há uma concepção de bebê potente, cuja voz, subjetividade, imaginação e autonomia são consideradas. Um bebê que tem potencial para explorar o livro em suas diferentes dimensões e estabelecer relações diversas com e a partir dele. Serão analisadas cinco obras que apresentam propostas que transcendem a mera informação ou nomeação e propõem um jogo interativo com as crianças: um convite a fazerem algo com o próprio objeto livro, com as ilustrações, com as palavras e sua sonoridade, o que inclui, brincar, imitar, atuar, imaginar, interpretar, compreender. Livros que podem ser brinquedo e virar muitas coisas, que podem também trazer surpresas no formato e, no folhear, a descobertas das ilustrações. No triângulo amoroso entra em cena palavras, imagens e o jogo verbo-visual. Relações que se abrem a pensar outros mundos possíveis neste mundo.

Palavras chave: livro ilustrado, literatura infantil, bebês

Referências

- KÜMMERLING-MEIBAUER Bettina; MEIBAUER, Jörg. **Early-concept books : Acquiring nominal and verbal concepts**. In Kümmerling-Meibauer, B, Emergent Literacy. Children's books from 0 to 3. John Benjamins PublishinCompany, 2011.
- LÓPEZ, María Emília. **Coleção Leitura e escrita na Educação Infantil, Caderno 4 -Os bebês como leitores e autores**. Brasília: MEC-COEDI, 2016
- NIKOLAYEVA, Maria; SCOTT, Carole; Livro ilustrado: palavras e imagens. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- REYES, Yolanda. **A casa imaginária, leitura e literatura na primeira infância - 1ªed.** - São Paulo: Global Editora, 2010.

¹ Professora Associada da Faculdade de Educação da UFRJ, corsinopat@gmail.com.

SOUZA, Solange Jobim. **Coleção Leitura e escrita na Educação Infantil, Caderno 2-Ser criança na Educação Infantil: infância e linguagem.** Brasília: MEC-COEDI, 2016

**Leitura e escrita na educação infantil:
o diálogo entre as / os professores e os enunciados das crianças**

Patricia Kerschr Pedrosa Bento¹

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que convida a refletir sobre o processo da leitura e da escrita a partir dos enunciados das crianças. A relação do sujeito no e para o mundo são caracterizadas pelo diálogo, cabendo à escola possibilitar experiências dialógicas. Com a infância devemos ter o compromisso de não negar nenhum direito, como por exemplo, o de permitir “participar das culturas do escrito e de saber como apoiá-las em seu processo de apropriação da escrita”. (Baptista, 2022, p. 20). As reflexões desenvolvidas a respeito da noção de letramento têm relação com a ação pedagógica, especialmente quando se trata de estudos da linguagem. A instituição escolar assume um importante papel, pois é responsável por estimular a circulação de textos, incentivar os diálogos das crianças e assim ampliar a interdiscursividade, irradiando e produzindo conhecimento com e para o sujeito ao longo da vida escolar: “O discurso tem sempre um significado e uma direção que são vivos; as palavras contêm valores e forças ideológicas: aqui se situa a abordagem histórica da linguagem.” (Freitas, Souza e Kramer 2003, p. 59). As contribuições de Mikhail Bakhtin (2017), Volóchinov (2017), Vigotski (2001), Kramer (2004), Sobral e Giacomelli (2018) são fundamentais nesse estudo. Nessa perspectiva, assumimos que as ciências humanas tratam da relação entre pessoas, sujeitos expressivos e falantes. O analfabetismo é um fortalecedor da injustiça social, da desigualdade educacional. Se apossar das habilidades de leitura e escrita significa produzir conhecimento, cultura, um crescimento individual e social. Importa refletir sobre o que a escrita faz com a gente e o que podemos fazer com ela. (Goulart 2015). Quanto ao caminho metodológico, esta pesquisa orienta-se pela abordagem qualitativa. Encontra-se na fase de construção da base teórica, com posterior produção dos dados. A metodologia se dará a partir da observação participativa do cotidiano escolar, de duas turmas Educação Infantil da rede públicas do município Rio de Janeiro, sendo em espaços geográficos, contextos e realidades diferenciadas. Serão observados os diálogos entre as crianças e entre crianças e suas/seus professoras/professores. Para o registro será utilizado o diário de campo. Concluo, por meio de uma revisão bibliográfica, que há um campo de investigação que chama a atenção para os direitos das crianças, como elas se apropriam das culturas escritas e qual é o papel da Educação Infantil a esse respeito. Considera-se que a construção das culturas escritas na educação infantil é um campo de pesquisa que precisa construir e aprimorar saberes. Há indícios que, por meio de uma escuta sensível aos enunciados das crianças e suas infâncias, uma prática pedagógica solidária e respeitosa, são meios a convidá-las a participar ativamente das culturas dos escritos. Baptista (2022).

Palavras-chave: Enunciados; Crianças; Leitura e escrita; Educação Infantil.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Reflexões sobre censura de livros de literatura infantil

Pedro Matos dos Santos¹

A censura a livros de literatura infantil no Brasil e no mundo não é exclusiva dos tempos atuais ou de regimes totalitários e fascistas, mas constitui um comportamento e uma prática que acompanham a história da humanidade desde a Idade Média, independentemente das formas de governo — sejam eles democráticos ou não. No Brasil, os casos de censura têm sido amplamente divulgados pela grande mídia, como ocorreu com algumas obras selecionadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tais como “Averso da Pele” (2020) e “Amoras” (2018). Nesse sentido, cabe destacar que a censura, conforme apontam Teodoro, Muriel e Kroll (2024), está atrelada ao apagamento e à eliminação de ideias, à repressão e à proibição de qualquer tipo de informação por parte de pessoas e instituições que se sentem ofendidas por determinadas obras literárias, cometendo atos de censura ao impor suas próprias crenças e valores para definir o que deve ou não ser lido por todos. O presente trabalho tem como objetivo analisar três casos de censura na literatura infantil, a partir das obras “A bolsa amarela” (1976), clássico que narra a história de uma menina entra em conflito consigo e com a família diante da vontade de não crescer, de ser menino e a de se tornar escritora; “Amoras” (2018), do cantor e compositor Emicida, que retrata uma menina negra reconhecendo sua identidade em uma conversa com o pai sob uma amoreira; e “A História do Monstro Khátpy” (2018), publicado pela editora Cosac Naify, que apresenta um mito indígena da etnia Kisêdjê. O estudo explicita o conteúdo de cada obra e identifica as motivações que fundamentam os atos de censura a elas direcionados, tendo como referencial teórico CORSINO (2015), CECCANTINI (2024) e (VIANA, MURIEL, PRADO, 2024), que nos fazem refletir acerca das concepções de infância e criança acometidas nos atos de censura, bem como as razões pelas quais foram submetidas a processos de apagamento. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e também de relatos de campo enquanto professor da Educação Infantil, atuando com crianças de 3 a 4 anos. Os resultados da pesquisa indicam que as ações de censura são realizadas por diferentes agentes e esferas da sociedade civil, como pais ou responsáveis nos espaços escolares, além de instituições governamentais. As motivações identificadas evidenciam disputas em torno das diferentes concepções de infância e de criança, sendo a literatura infantil frequentemente utilizada como ferramenta moralizante e de ensino, fundamentada na ideia de proteção da criança contra comportamentos considerados desviantes ou prejudiciais à moral pública. Essa perspectiva, no entanto, ignora a criança como sujeito histórico e social, reduzindo-a a uma categoria homogênea, imutável e universal (Corsino, 2015).

Palavras-chave: Censura; Literatura Infantil

¹ Graduando no Curso de Licenciatura em Pedagogia na UFRJ e bolsista CNPq, pedromatos12@gmail.com

**“O tempo é a única coisa que a gente não consegue mudar, não consegue parar”:
conversas urgentes sobre leitura, literatura e formação de professores**

Rafaela Vilela¹

O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutorado que tem como objetivo compreender as repercussões das experiências estéticas com a leitura literária na formação de professores de Educação Infantil. Candido (2011) considera literatura toda produção de toque ficcional, dramático ou poético. São obras que despertam imaginação, emoção, sensibilidade e fantasia. Elementos fundamentais à sobrevivência social e emocional do homem. Na Educação Infantil, a leitura literária é uma prática pedagógica cotidiana, como aponta Corsino (2015). Entretanto, a autora evidencia que a literatura nem sempre é abordada pelo viés da arte na escola, observando maior incidência do uso das obras para trabalhar conteúdos e comportamentos com as crianças. A pesquisa qualitativa em andamento entrelaça leitura, literatura e formação de professores. Como a leitura literária de obras de qualidade repercute na formação de professores da Educação Infantil? Para responder à questão, buscou-se ancoragem nos pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin (2011), Vigotski (2009), Candido (2011) e Corsino (2015). As reflexões apresentadas neste texto apresentam análises de uma ação formativa realizada na disciplina eletiva Literatura Infantil, oferecida no curso de Pedagogia de uma universidade federal brasileira, no primeiro semestre de 2025. As estudantes foram divididas em três grupos, para ler e conversar sobre obras que versavam sobre: i) imaginação, ii) tempo e, como elas definiram, iii) “temas interditados na escola”. Uma abordagem que defende a leitura literária como experiência estética e que se funda na perspectiva dialógica (Bakhtin, 2011), posto que os sujeitos, ao enunciarem percepções e práticas, se alteram e alteram o outro. Discursos capazes de transformar os contextos educativos. Neste trabalho dialogamos com as experiências estéticas das estudantes que leram as obras que tratavam sobre a temática do tempo a partir dos títulos: “O passeio” (Lugones; Rampazzo, 2017), “Meu pequenino” (Zullo; Albertine, 2019), “A quatro mãos” (Castanha, 2017), “Com o tempo” (Martins; Matoso, 2021), entre outros. A apresentação, marcada pela emoção, ressaltou que “o tempo é a única coisa que a gente não consegue mudar, não consegue parar”. O grupo apresentou diferentes perspectivas, lançando um olhar cuidadoso para as metáforas presentes no texto e ilustrações das diferentes obras, partilhando sentimentos e experiências pessoais que, na e pela conversa, ganharam uma dimensão coletiva. A pesquisa indica que as obras literárias de qualidade são as que nos fazem sentir. Emoções que, por vezes, tomam o corpo físico sem o nosso controle, fazendo com que as sensações experimentadas no encontro com a ficção tornem-se reais, sentidas na pele. Um encontro que amplia as experiências estéticas e permite ao leitor novas percepções sobre os livros para crianças.

Palavras-chave: Leitura; Literatura; Formação de Professores; Educação Infantil.

¹ Professora do CAp-UFRJ e Pós-Doutoranda do PPGE-UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro – rafalouise@gmail.com).

O que a criança pode nomear?: reflexões de um Cine Debate

Raphael Alves Cardoso¹
Paula Gaudenzi²

O presente trabalho apresenta a construção de uma monografia em curso, que se propõe a refletir sobre as vivências de Crianças e Adolescentes com Experiências Trans (CAETs) no cenário político atual através da utilização do cinema e audiovisual como recurso disparador. A pesquisa tem início com a elaboração de Cine Debates articulados entre o Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros - DEGENERÁ, situado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com o projeto “Crianças e adolescentes com experiências trans: violência, subjetividade e práticas de cuidado”, do Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA) da FIOCRUZ. O recorte de campo presente visa refletir sobre a experiência representada no filme “20.000 espécies de abelhas”, dirigido por Estibaliz Urresola Solaguren (2023), que conta a história de Luzia (Aietor), uma criança de 8 anos em processo de descoberta e experimentação de seu gênero. O filme é construído na perspectiva da protagonista, onde a criança expõe seus questionamentos, sentimentos e sua visão de como se vê e observa o mundo, o longa metragem espanhol foi pensado como disparador para o debate sobre experiências dissidentes com o gênero no campo das infâncias e adolescências, pensando na relação da criança como sujeito para com o mundo no processo de nomear a si. O recurso audiovisual surge como ilustrador de vivências no campo das infâncias, onde por vezes o sujeito busca se comunicar por meio do que conhece como linguagem - direta ou indireta - e significados, com o mundo, em busca de significantes que façam sentido para sua experiência de habitar seu corpo como deseja. “Por que vocês podem ter certeza do que são e eu não?” Luzia questiona sua mãe em uma das cenas do filme e nos permite refletir sobre quais infâncias tem seu discurso validado nas instituições, sejam elas sociais, de saúde ou familiares. Assim, é possível perceber como na sociedade espaços onde a criança possa ser vista, escutada e acolhida em sua expressão de ser são raros, especialmente ao debatermos infâncias dissidentes de gênero. Com o evidente crescimento da onda neoliberal ultraconservadora, essas famílias que acolhem suas crianças e adolescentes dissidentes têm sido perseguidas nas esferas sociais e políticas, não apenas no Brasil (Butler, 2024). A partir dos referenciais teóricos transfeministas, dos estudos de gênero e da escuta psicanalítica, o presente trabalho reflete sobre a importância da escuta dessas vivências de crianças de “gênero criativo” (Favero, 2024), buscando compreender como, a partir das impossibilidades causadas pela transfobia estrutural, é possível dar voz a essas histórias para além do audiovisual e a importância de construir uma escuta onde sua voz seja ativa, e possam assim como Luzia, se nomear.

Palavras-chave: Infâncias; Cine Debates; Gênero; Dissidência

¹Graduando do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Email: rpalvescardoso@gmail.com

²Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do adolescente IFF/Fiocruz - Doutorado em Saúde Coletiva. Email - paula.gaudenzi@gmail.com

Entre Palavras e Espelhos: A Literatura Negra Tecendo Identidades na Infância

Rayanne dos Santos Dibbern¹

Este estudo analisa o papel fundamental da literatura negra infantil na formação da identidade de crianças negras, destacando seu potencial como ferramenta de combate aos estereótipos racistas e de promoção do autorreconhecimento. Partindo do referencial teórico de bell hooks (2013) sobre educação libertadora, Lélia Gonzalez (1982) no que concerne ao racismo estrutural, e Kiusam de Oliveira (2020) com sua Pedagogia Eco-Ancestral, a pesquisa demonstra como a literatura serve como instrumento de resistência e resgate cultural. A metodologia combinou observação participante em rodas de leitura realizadas em escola pública de São Gonçalo (RJ) com análise das reações infantis a obras como "Sulwe" (Nyong'o, 2019) e "Omo-Oba: Histórias de Princesas" (Oliveira, 2009), complementada por revisão crítica da produção acadêmica sobre representatividade e educação antirracista. Os resultados evidenciam que: 1) A representação positiva na literatura fortalece significativamente a autoestima e o sentimento de pertencimento das crianças negras; 2) A persistente falta de diversidade nos acervos escolares continua perpetuando a invisibilidade das experiências negras; 3) A abordagem eco-ancestral oferece caminhos pedagógicos consistentes para uma educação decolonial; 4) torna-se imperiosa a formação docente específica para uma mediação crítica dessas obras; e 5) A literatura negra infantil configura-se como espaço privilegiado para a construção de imaginários sociais mais plurais e justos. Conclui-se que a incorporação sistemática dessas narrativas no ambiente educacional representa passo fundamental no combate ao racismo estrutural e na afirmação positiva das identidades negras desde a primeira infância.

Palavras-chave: Literatura negra. Infância. Identidade. Linguagem. Pedagogia Eco-Ancestral.

Referências:

- GONZALEZ, Lélia; HASENBAKG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 1982.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2015.
- PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023. 160p.
- TRANCOSO, Joelma; OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia Eco-Ancestral: Caminhos para (Re)existências de Infâncias Negras**. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020. p. 10-21

¹ Estudante de Pedagogia da FFP/ UERI e bolsista do COLEI – rayannedibbern@gmail.com

A Infância como Pluralidade: Linguagens, Criação e a Construção de Outros Mundos

Renata Lopes Machado Romanholi¹

A infância é um período mágico onde a imaginação e a realidade se entrelaçam, permitindo que as crianças criem seus próprios "outros mundos". Seja através de brincadeiras de faz de conta, onde exploram emoções e aprendem (BROUGÈRE, 2004), ou ao assimilar aspectos culturais que moldam sua identidade (VYGOTSKY, 1991), ou ainda ao desenvolver suas próprias teorias sobre o mundo e o simbolismo (Piaget, 1971), a criança demonstra uma capacidade inata de expandir e ressignificar a realidade. A importância de reconhecer a criança como um sujeito potente, com sua própria cultura e formas de expressão, é amplamente defendida por autores como (RIBES, 2006), que ressalta a complexidade e a riqueza da experiência infantil para além de uma visão adultocêntrica. A relevância desse entendimento se aprofunda ao considerarmos estudos sobre crianças em contextos específicos, como os da Baixada Fluminense. A metodologia científica empregada para investigar essa dinâmica com as infâncias da região, especialmente a partir das experiências de formação docente desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no município de Queimados, consiste em uma abordagem qualitativa e interpretativa. O foco está em pesquisar *com* as infâncias, e não apenas *sobre* elas, buscando compreender como as crianças se percebem e percebem o mundo ao seu redor. Isso se concretiza através de métodos como a observação participante, onde os pesquisadores (e futuros docentes do PIBID) interagem diretamente com as crianças em seus espaços cotidianos – salas de aula, pátios, comunidades. A análise de suas produções artísticas (desenhos, modelagens, construções), as narrativas espontâneas (histórias criadas e contadas), as conversas informais e a documentação pedagógica (registros de brincadeiras e interações) são ferramentas cruciais. Essa abordagem visa capturar as "cem linguagens" da criança (MALAGUZZI, 1995), revelando como elas constroem significados, expressam suas emoções, interagem socialmente e desenvolvem suas próprias teorias sobre o universo que as cerca. O PIBID em Queimados, ao proporcionar esse contato direto e essa perspectiva metodológica, possibilita a construção de uma pedagogia sensível e contextualizada, capaz de valorizar a rica diversidade de saberes e expressões infantis, garantindo que suas vozes e suas formas únicas de expressar e habitar o mundo sejam ouvidas e celebradas.

Palavras-chave: Infâncias; Linguagens; Formação de Docente; Baixada Fluminense;

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar no Curso de Licenciatura em Educação Especial. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Infâncias e Diferença (GEPELID). Atua na Coordenadoria de Educação a Distância - CEAD/UFRRJ. Doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2020). Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2014), Especialista em Neurociência Aplicada à Aprendizagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2024). Licenciatura Plena Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2010). E-mail: renatamachado@ufrj.br

Infância e literatura: entre tendas, paisagens e narrativas

Rosana de Moura de Aguiar¹
Tamires Coutinho de Araripe²
Giselle Alves Bonfim Damaso³

Estamos localizadas em uma escola dentro da floresta. Constantemente somos visitadas pelos passarinhos – com suas canções –, pelo aroma das flores, pelas borboletas e por outros animais que habitam o lugar que lhes é próprio. Essa escola é uma escola que acolhe bebês e crianças pequenas: é uma creche municipal, situada no Rio de Janeiro. Embora estejamos dentro da floresta, a escola fica em uma área urbana e periférica. Os espaços abertos são bem pequenos, e por isso mesmo, sempre nos deslocamos aos lugares possíveis para que as crianças expandam suas possibilidades de criação. Nesse contexto, entre os desafios espaciais e a infância, temos como objetivo principal, do presente trabalho, apresentar relatos das experiências das crianças com a literatura e suas múltiplas formas de imaginar e reinventar histórias, espaços, brincadeiras e narrativas através de suas relações com o livro e com a leitura. Experiências que foram vivenciadas porque foram planejadas, de maneira sensível e organizada, tendo como destaque as próprias crianças: seus gestos, narrativas e o direito que têm de expressar, indagar e imaginar outros mundos. Tomamos como referencial teórico: Manoel de Barros (2021) pois, assim como as crianças, suas poesias remetem à linguagem dos pássaros e das borboletas; Cecília Meireles, tão afeita às crianças e às flores; Antônio Cândido (2011), que enfaticamente defende a literatura como direito; Patrícia Corsino (2009) ao abordar as inter-relações entre linguagem, pensamento, narrativa e infância; Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman (2016), com a abordagem de Reggio Emília. Além desses referenciais teóricos, nos debruçamos na legislação vigente: na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Outros referenciais estão presentes em nossas práticas e reflexões sobre a infância: Juan Mata (2014) que nos provoca a pensar sobre o direito das crianças de sonhar; Mariane Diaz (2022) uma professora negra e contadora de histórias negras que faz um convite a refletir sobre nossas práticas docentes e os contextos das infâncias negras; Luciana Ostetto (2017) tecendo documentação como forma de criar memórias; Maria Carmen Barbosa (2006) sobre a organização do ambiente. Utilizamos como procedimentos metodológicos gravações das vozes das crianças e a transcrição de algumas de suas narrativas relacionadas aos eventos de suas relações com os livros. As principais conclusões que tiramos foram as seguintes: a relação das crianças com o objeto livro é uma construção e suas interações com a literatura acontecem de forma processual. Elas interagem com o corpo todo e, no contexto dessa creche, faziam associações das histórias com a natureza, de forma contemplativa e poética.

Palavras-Chave: Infância; Natureza; Livro; Literatura.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tutora no Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil no Centro de Educação Aberta e à Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI) – Regional Sudeste I, polo de atuação presencial: UFF. E-mail: rosanaphn_aguiar@hotmail.com.

² Diretora Adjunta em um Espaço de Desenvolvimento Infantil da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. E-mail: tamirescoutinho.uerj@gmail.com

³ Diretora em um Espaço de Desenvolvimento Infantil da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. E-mail: giselle.017@gmail.com

O que respondem as crianças à questão: por que querem aprender a ler?

Rozimere Rosa de Souza Sodré¹

O resumo em tela apresenta uma investigação qualitativa, fundamentada na pesquisa-formação narrativa de Passeggi, voltada à escuta sensível das vozes infantis em uma turma de alfabetização de uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) em Niterói. O estudo tem por objetivo compreender os sentidos que as crianças atribuem à leitura, revelando a riqueza de suas motivações e os múltiplos significados envolvidos no desejo de aprender a ler. A pesquisa foi realizada no contexto de uma bolsa de Iniciação à Docência e envolveu 15 crianças entre 6 e 7 anos. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observações em sala e atividades lúdicas, permitindo a constituição de um corpus que articula falas, gestos e interações escolares. O tratamento dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2011), com as etapas de pré-análise, categorização e interpretação. Como resultado emergiram cinco categorias principais: leitura como descoberta e curiosidade; como caminho para a autonomia; como meio para ajudar o outro; como instrumento de projeção social; e como forma de brincar e criar. Tais categorias evidenciam que o desejo de aprender a ler está relacionado a dimensões afetivas, sociais, cognitivas e culturais. Excertos das vozes infantis como: “quero aprender a ler para descobrir coisas que ninguém mais sabe” ou “quero ser babá e cuidar de crianças, mas para isso preciso aprender a ler” revelam a articulação entre leitura, futuro e cidadania. A leitura é concebida como um instrumento de transformação pessoal e social. Nesse contexto, a escola é convocada a atuar como mediadora sensível e receptiva, capaz de conectar os interesses infantis aos objetivos educacionais, respeitando o direito de todos à leitura, independentemente de classe social ou projeto de vida. A autora ancora sua análise nos aportes de Freire (1987), Vygotsky (1991), Solé (1998), Brougère (1998) e Rocha (2018), ressaltando que a escuta das crianças constitui um ato político e pedagógico. Ao narrarem seus desejos, as crianças se posicionam como sujeitos ativos de sua aprendizagem, reafirmando a importância de práticas que favoreçam o protagonismo infantil, a ludicidade, a socialização e a construção de sentido no processo de alfabetização. Ao tratar a leitura como experiência significativa, plural e contextual, o artigo contribui para uma compreensão ampliada da alfabetização, valorizando as vozes infantis como centrais na construção de práticas pedagógicas mais democráticas e contextualizadas, que reconhecem a criança como produtora de cultura e de significados.

Palavras-chave: Alfabetização infantil, Mediação pedagógica, Motivação para leitura, Literatura infantil, Vozes das crianças.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
BROUGÈRE, G. Brincadeira e cultura. São Paulo: Cortez, 1998.
FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987.
ROCHA, E. A. G. da. Infâncias, linguagem e escuta. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Palavras-chave:** alfabetização infantil; escuta das crianças; mediação pedagógica; motivação para leitura; protagonismo infantil.

¹ FFP-UERJ - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Crianças na era digital: impactos do TikTok no desenvolvimento infantil

Sabrina Karen Alves da Silva Souza¹
Karla da Costa Seabra²

O trabalho apresentado é um recorte da monografia desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso. Nos últimos anos, as mídias sociais cresceram de forma significativa, modificando a maneira dos indivíduos se relacionarem, se entreterem e consumirem informações na sociedade. Dentre elas, temos o TikTok, uma plataforma de mídia social relativamente nova; porém, o alcance e a popularidade entre crianças e adolescentes crescem cada vez mais. O aplicativo é um sucesso mundial, conhecido pelos vídeos de curta duração exibidos em rolagem vertical, o famoso “arrasta para cima”, além de contar com um algoritmo que oferece uma experiência personalizada. Essa combinação proporciona diversão, interatividade e engajamento aos seus usuários. O acesso de crianças a essa rede social e os impactos do uso em seu desenvolvimento têm gerado debates sociais necessários. A crescente ascensão do TikTok e a escassez de pesquisas nessa área, sendo um campo ainda recente e pouco explorado, tornam o tema relevante. A literatura da área aponta que, apesar das restrições impostas pelo aplicativo, o número de crianças utilizando o TikTok tem aumentado de forma significativa. Ademais, a efetividade das medidas adotadas para restringir o acesso de menores de 13 anos ainda é questionável. Este trabalho contribui com a reflexão sobre os efeitos da plataforma em crianças, com o intuito de fornecer informações para a sociedade em geral, especialmente pais e educadores. O objetivo principal é analisar os efeitos da plataforma no desenvolvimento infantil, tanto negativos quanto positivos. Participaram da pesquisa 19 mães, pais ou responsáveis, com idade a partir de 22 anos, de crianças com até 12 anos que possuem acesso ao TikTok. Os respondentes preencheram um formulário online contendo perguntas sobre o tempo médio de uso do aplicativo pela criança, os conteúdos mais acessados, o conhecimento do adulto sobre os riscos da exposição a conteúdos inadequados, as medidas de segurança utilizadas pelos adultos para monitoramento, além de investigar as crenças dos adultos sobre os potenciais benefícios do acesso ao TikTok pelas crianças. Os principais resultados indicam o uso excessivo do TikTok, acima do tempo de uso de tela recomendado pela OMS para crianças; a influência negativa na concentração e desempenho escolar; mudanças de humor (maior irritação e ansiedade, menor tolerância à frustração); sedentarismo; e falta de segurança online. Entre os aspectos valorizados pelos adultos estão: o aprendizado de novas habilidades; a contribuição para a criatividade; a interação com amigos e familiares; a possibilidade de monitoramento e limites pelos pais ou responsáveis; e o uso da rede social como ferramenta pedagógica. Considerando esse cenário, este estudo torna-se essencial diante do crescente uso do TikTok por crianças, ao buscar promover uma experiência mais responsável e consciente, bem como contribuir para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: TikTok; Crianças; Desenvolvimento.

¹ Pedagoga, formada pela UERJ-Maracanã. Contato: sabrinakarenalves@gmail.com

² Psicóloga e Professora Associada do Departamento de Estudos da Infância, Faculdade de Educação, UERJ. Contato: seabrakc@uol.com.br

Infância, literatura infantil e temas fraturantes

Sônia Maria Travassos¹

Liana Garcia Castro²

Na literatura infantil brasileira, cada vez mais encontramos produções que se relacionam com temas fraturantes, aqueles já denominados de tabus, polêmicos, difíceis, delicados, desafiadores etc., tais como guerras, refugiados, morte, doenças graves, miséria, gênero, abuso sexual, racismo. Essas produções respondem à ideia de que a criança é humana e compartilha um contexto comum com os adultos. Este trabalho parte das intenções iniciais da pesquisa “Literatura infantil, temas fraturantes e educação: perspectivas em diálogo”, a ser realizada no âmbito do Laboratório de Educação, Infância e Arte (LEIARTE), coordenado pela Prof^a. Liana Garcia Castro, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O estudo tem como finalidade refletir sobre os processos de recepção, circulação e criação de livros de literatura infantil que abordam temas fraturantes e suas relações com os processos educacionais. Essa temática vem sendo investigada por pesquisadoras/es dentro e fora do Brasil, especialmente no campo da Literatura, que ressaltam, entre outros aspectos, para o fato de que obras que abordam tais temáticas nem sempre são bem recebidos nas escolas e frequentemente são considerados impróprios para crianças. Tais considerações colocam em questão as concepções de infância, de literatura e de educação que atravessam as obras e os sujeitos. Nesse sentido, interessa, também, à pesquisa em curso a forma como estes temas vêm sendo abordados pelas escritoras/es e ilustradoras/es, por meio dos textos verbais e visuais que criam: de forma direta, sem filtro, simbólica, poética, aberta, instrutiva, informativa, ativista? Para esta discussão, neste trabalho são analisados três livros infantis que dialogam com os temas relacionados ao assédio e abuso sexual: “Não me toca, seu boboca”, de Andrea Viviana Taubman e Thais Linhares; “Leila”, de Tino Freitas e Thais Beltrame; e “Tenho medo do monstro”, de Anna Claudia Ramos e Anielizabeth. O estudo, de metodologia de abordagem qualitativa, teve como aporte teórico, estudos de Ana Margarida Ramos, Patricia Corsino, Manuel Sarmento, Walter Benjamin, entre outras/os. As análises do tratamento do tema nas três obras evidenciam formas de abordagem diferenciadas: mais simbólica, mais denunciadora e preventiva, mais em camadas e aberta ao diálogo com diferentes leitoras/es. Observou-se ainda que as linguagens verbal e visual e o diálogo que estabelecem entre elas, quando num livro ilustrado, favorecem a abordagem do tema fraturante, contribuindo para nomear e expressar os sentimentos das personagens.

Palavras-chave: literatura infantil; temas fraturantes; infância.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Instituto Superior de Educação Pró-Saber (ISEPS). E-mail: soniamariatravassos@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lianagarciaastro@gmail.com

As múltiplas linguagens da infância: o desenho infantil como um dispositivo para a pesquisa com crianças

Tamara de Oliveira Silva¹
Márcia Mary Nunes²

O presente texto resulta do diálogo entre duas professoras pesquisadoras da(s) infância(s) que vivenciam o cotidiano da educação infantil em duas redes públicas municipais distintas, mas com singularidades e tensões que se entrecruzam quando a temática envolve uma categoria geracional, a infância e os sujeitos que a compõem, as crianças. A partir do uso do *desenho* (Gobbi, 2012), que nós duas utilizamos como procedimento metodológico em nossas pesquisas de mestrado, buscamos compreender como as crianças expressam seus pensamentos e até mesmo as emoções utilizando seus desenhos como dispositivos de linguagem, experiências e conhecimentos (Agamben, 2005). Do ponto de vista teórico-metodológico e conceitual, falamos de uma pesquisa qualitativa, a partir de estudos bibliográficos e da pesquisa participativa, de caráter etnográfico com crianças, utilizando outros procedimentos, tais como a escuta de narrativas infantis e seus desenhos. Em ambas as pesquisas, o desenho infantil teve uma centralidade para compreensão da *realidade* das crianças pesquisadas. Essa linguagem, assim como sugere Gobbi (2012), pode ser considerada fonte indiciária a chamar a atenção de adultos e das próprias crianças sobre suas infâncias. A autora afirma ainda que, embora as Ciências Sociais e a História originalmente não tenham focado a infância como um de seus principais objetos de pesquisa, "têm em seus campos teóricos importantes referências para se afirmar que os desenhos das crianças de todas as faixas etárias são como *fontes documentais*, constituindo-se em documentos históricos" (Gobbi, 2012, p.136, grifo da autora). Podemos considerar os desenhos como uma prática social e representacional, um suporte de representações sociais a partir de "reproduções interpretativas" (Corsaro, 2011) que revelam aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade. Concordamos com Sarmento (2013) ao conceber a criança como sujeito social e a infância como categoria geracional que produz cultura a partir do seu modo de ser e estar no mundo, instigando-nos a olhares mais apurados, fomentados nas práticas reflexivas das relações inter e intra geracionais e a percepção de sociedade à qual as crianças estão inseridas, sobretudo "de crianças que vivem e produzem suas educabilidades em periferias urbanas" (Tavares, 2020). Assim, foi possível conhecer, ainda que de maneira que mereceria maior aprofundamento, as vivências e memórias das crianças em relação ao espaço social e topológico nos quais vivem e elaboram suas culturas infantis (Corsaro, 2011). Elas destacaram, principalmente, seus lugares de moradia, focalizando as suas casas nos desenhos, espaços investidos de afeto e que expressam uma representatividade significativa em suas memórias afetivas. Além disso, as representações das brincadeiras cotidianas e do espaço escolar no qual frequentam, teve destaque, evidenciando a centralidade que o contexto escolar (ainda) representa para elas em seus processos de educabilidades.

Palavras-chave: Crianças; Infâncias; Desenhos; Linguagens; mundos que se abrem na pesquisa.

¹ UERJ/FFP - e-mail: tamara.geo@gmail.com

² UERJ/FFP - e-mail: nunesmarciamary@gmail.com

Educação infantil: práticas potencializadoras (despotencializadoras) dos nossos corpos

Thais Barcelos¹

Este estudo realiza uma discussão teórica questionando como o corpo é compreendido hegemonicamente na nossa sociedade e, consequentemente, nos cotidianos da/na educação infantil. Aborda e problematiza a dicotomia entre corpo e mente na contemporaneidade, evidenciando uma valorização excessiva da cognição e do intelecto centrada na racionalidade, enquanto o corpo é frequentemente visto como algo a ser disciplinado, controlado e até mesmo subjugado. Traz a discussão sobre ser essencial pensar o lugar do corpo nos processos formativos das professoras, pois, para que essas adultas acolham as crianças na sua integralidade, se torna necessário que se tenham espaços-tempos formativos para o autoconhecimento e para experiências que ampliem os saberes sobre o seu próprio corpo.

A lógica de separação entre corpo e mente impacta de forma particular a educação infantil e as crianças, pois, muitas vezes, o corpo — fonte vital de expressão, comunicação, autoconhecimento e criatividade — acaba sendo negligenciado ou submetido a uma relação de cuidado mecanicista. Essa abordagem limita as potencialidades das crianças, restringindo suas possibilidades. Em contrapartida a essa lógica, este estudo defende práticas educativas que respeitem os ritmos, necessidades e singularidades de cada pessoa, investido na defesa de um ambiente onde o corpo seja reconhecido como elemento fundamental na construção dos conhecimentos e na formação das subjetividades. Outra discussão que perpassa pela conceitualização do corpo — e que este estudo traz — é sobre a concepção de cuidado como princípio ético, prática de liberdade e responsabilidade. Este estudo assume que o corpo desempenha papel central na construção do conhecimento, na formação da identidade e na criação de vínculos sociais. As práticas educativas que valorizem o movimento, o brincar e a experiência corporal contribuem para o fortalecimento da autoestima, dos vínculos comunitários, do senso de pertencimento, da criatividade, da autonomia e da capacidade de se relacionar com o outro de forma mais plena. Em um país ainda fortemente marcado pelas relações coloniais contínuas — marcado pelo racismo, pelo patriarcado, pela dicotomia entre natureza e cultura, pela sobreposição do adulto sobre as crianças — o corpo é o primeiro a ser atacado e despotencializado. Por isso, este estudo defende pensar a educação como prática descolonizadora, que desafie as concepções tradicionais e eurocêntricas de educação, reconhecendo o corpo como núcleo central na experiência educativa. Essa abordagem propõe a criação de espaços de liberdade, expressão e autonomia, onde crianças e adultos possam explorar suas potencialidades de forma livre e criativa, promovendo uma educação mais humanizadora, inclusiva e sensível às diferenças. Para esta discussão teórica, este texto apoia-se, entre outros autores, em Adriana Ogedda Guedes, Daniela Guimarães e Luiz Rufino.

Palavras-chave: Corpo, Educação Infantil, Cuidado.

¹ Pedagoga e mestre em educação pela UERJ. Professora de Educação Infantil da secretaria municipal do Rio de Janeiro. Orientadora Educacional do Instituto Superior do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC.

Mulheres na docência: gênero, linguagens e a valorização da docência na Educação Básica

Wine Ribeiro Amaral¹
Cauã Bandeira Vianna Brito²
Juliano Vicente Lima Machado³

O presente texto tem como objetivo analisar como as questões de gênero impactam o cotidiano das professoras da Educação Básica, especialmente na Educação Infantil. Consideramos como relevante este tema, pois observamos que, regularmente, a figura da professora é reduzida à condição de “tia”, o que acaba por reforçar um estereótipo de que mulheres só podem exercer profissões de cuidado, além de reduzir a profissão dessas mulheres. Sendo assim, este trabalho se propõe a responder a seguinte questão: Como a linguagem atua no reforço deste e outros estereótipos acerca dos papéis de gênero e quais são seus impactos na prática docente dessas profissionais? Para atingir nosso objetivo, a análise dessas questões partirá da revisão bibliográfica de autores como Austin (1965), Judith Butler (2024), Paulo Freire (1997), Moysés Kuhlmann Jr. (2000) e Alfredina Nery (2007), autores que investigam a relação entre linguagem e cultura e, também, a relação entre práticas pedagógicas e a construção de um ambiente escolar inclusivo. Além disso, o presente texto também pretende abordar a importância do trabalho com múltiplas linguagens como uma estratégia para romper com esses estereótipos e promover um espaço livre para que os estudantes expressem suas individualidades. Ademais, acreditamos que a escola tem um papel central na socialização dos valores de gênero e que a integração de formas de comunicação diversas pode contribuir para a construção de um espaço mais plural e democrático. Outrossim, também consideramos importante que a escola desenvolva uma prática de ensino que atue no sentido de combater o binarismo, criando oportunidades para que as crianças desenvolvam criticidade acerca do mundo em que vivem. Por fim, este trabalho pretende pensar como práticas pautadas na perspectiva das múltiplas linguagens podem afetar positivamente a prática docente, principalmente no cotidiano de professoras e, também, auxiliar na construção de um futuro mais justo e igualitário. Dessa forma, levando em consideração as análises tecidas nesta pesquisa, ao pensar o uso da linguagem pela perspectiva da pragmática, concluiu-se que, ao falar, não só estamos declarando, estamos, também, fazendo. Logo, ao chamar a professora de “tia”, por exemplo, não estamos apenas fazendo uma declaração apenas, estamos, na prática, reduzindo o papel daquela profissional à figura de tia. Diante disso, entendemos que o ensino pautado no uso reflexivo da linguagem alinhada à perspectiva das múltiplas linguagens contribui para a ruptura dessas concepções às quais estão submetidas as professoras da Educação Básica.

Palavras-chave: Pragmática; Gênero na docência; Linguagem; Docência para a infância.

Referências bibliográficas:

- AUSTIN, John L. How to do things with words. New York: New York Press, 1965.
BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2024. ISBN 978-65-5717-335-0. *E-book*.
FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.
KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, maio-jul 2000. Disponível em:

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). E-mail: wine.amaral2@gmail.com

² Graduando em Letras: Português/Literaturas pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). E-mail: kauabandeira13@hotmail.com

³ Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). E-mail: louilimamachado@gmail.com

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez 2024.

NERY, Alfredina. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. In.: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. 2ª edição. Brasília: MEC, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>. Acesso em: 11 out 2024.

4) INFaNCIAS NAS TELAS.

UM NOVO OLHAR SOBRE AS INFaNCIAS CONTEMPORaNEAS

Entre a educação midiática e a criação do Jornal do Lumumbá

Luciana Jesus de Souza¹

Com intuito de trabalhar os gêneros textuais próprios para o 4º ano do Ensino Fundamental I e principalmente o jornalístico, em uma linguagem mais palatável não só para os alunos, produtores das notícias, como os seus leitores (do 1º ao 6º ano) e os de fora do ambiente escolar. O diálogo por meio da Intervenção Pedagógica enquanto metodologia e com a educomunicação, fazendo uso de plataformas digitais como *website* e *podcast*. Trazendo temáticas do campo de interesse dos como os casos de racismo, o bullying da escola, o sentido de pertença do espaço escolar e de gênero, observados e vivenciados pelos alunos. Temas necessários ao debate e que ganharam espaço nesse fazer pedagógico. O conceito da Educomunicação precisa ser esclarecido, haja vista os atravessamentos causados por este campo do conhecimento criam a relação entre a educação que se quer narrar neste trabalho, com a tecnologia que atravessa o modo de ser da atualidade, é a interface da comunicação/educação que segundo Soares (2013, p.169) baseia-se no “(...) conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, assim como programas e produtos de comunicação destinados a relações entre os sujeitos com o sistema midiático”, a educomunicação procura moldar a realidade do contexto em que se está inserido, com a integração dos educandos em ação direta. Para (Lima, 2023), a educomunicação tem como viés encaminhar para uma intervenção social, o uso da mídia como fomento pedagógico, viabiliza aos alunos uma educação mais ampla. A pedagógica que se compõe das oportunidades de melhoria da prática pedagógica por parte do professor, em Schön (1995) a proposição do conceito de “reflexão-nação” como sistema de modo que o professor constrói conhecimento no binômio análise e interpretação do fazer pedagógico. Sob esta ótica, Garcia (1995) acrescenta que a ação do professor coordena e cria um conhecimento específico e por meio das intervenções do professor, ele passa a avaliar suas falhas e necessidades, relativo à sua formação ou na ação pedagógica. Com as intervenções o educando passa a estruturar conceitos oriundos dessas ações reflexivas internas, que não ocorreriam sem as provocações de um sujeito externo ao aluno (Soares, 2005a). Com isso, o “Pensar as crianças como sujeitos ativos no contexto da pesquisa implicam entendê-las como dotadas de capacidade de agir no mundo social e de construir interpretações e intervenções singulares” (Pereira, 2012, p. 92), é trazer o protagonismo e a autonomia para sala de aula. Esse estudo vem de encontro a viabilidade do protagonismo e a busca pelo conhecimento dos alunos, principalmente um autoconhecimento, sendo assim, um conteúdo de sala de aula que ultrapassou este espaço e acabou sendo enriquecedor, atual e pertencente não só para aqueles alunos, mas também para toda Comunidade Escolar e todos que conheceram o conteúdo através das redes sociais e edições impressas.

Palavras-chave: Projetos Educativos. Tecnologias na Educação. Intervenção Pedagógica.

Referências

- Garcia, C. M. **A formação de professores:** novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In.: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespana, Conceição Afonso e José A. S.Tavares. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p 51-76.
- Lima, Christiane Valêska Araújo Costa. **Impactos da educomunicação na educação e sua contribuição para a prática docente.** Rev Ciência & Contemporaneidade, v. 1, n. 1, pág.89-96, jul-dez, 2023.
- Pereira, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende (Orgs.). **Infância em Pesquisa.** Rio de Janeiro: Nau, 2012.

¹ Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, docluhistoria@gmail.com.

Schön, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, p. 77-91, 1995.

Soares, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, estados unidos e américa latina. In: IPEA, Panorama da comunicação e das comunicações no Brasil, Brasília, v. 4, 2013.